

dar

queologia
chaeology

ig
it
al

q
u
i
t
e
c
t
u
r
a

c
h
i
t
e
c
t
u
r
e

t
e
s

t
s

Ficha Técnica digitAR nº11

Título

digitAR - Revista de Arqueologia, Arquitetura e Artes
digitAR - Journal of Archaeology, Architecture and Arts

Número

11

Editora

Imprensa da Universidade de Coimbra

Local de Edição

Coimbra (Portugal)

Data de Edição

Dezembro, 2025 | December, 2025

Directora

Maria da Conceição Lopes

Gestor Editorial

Mariana Roque

Paginação e Formatação

Bruno Inácio

Contactos

ceaacp@uc.pt

Propriedade

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
(UID 281)

Morada:

Colégio de São Jerónimo,
1º Piso, Largo D. Dinis
3000-495 Coimbra, Portugal

Website

<http://impactum-journals.uc.pt/digitar>

Conteúdos

Arqueologia, Artes Património/ Archaeology, Arts, Heritage

Índices Bibliográficos

Web of Science

e-ISSN:

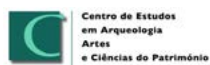
DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11

Financiamento FCT: Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/0281/2025.

Ao citar conteúdos da presente revista, os autores deverão identificar sempre o título da revista (digitAR), data de edição, número do volume e páginas.

When citing this journal, authors should always identify the journal title (digitAR), date of publication, volume number and pages.

Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 Unported (CC BY-NC-ND 3.0) - <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/Centro de Estudos em Arqueologia Artes e Ciências do Património>



Coordenação científica do Volume:

João Pedro Bernardes
Maria da Conceição Lopes
Vírgilio Lopes

Comissão científica | Scientific Comission

Alexandre Canha	
Ana Paula Pinto Gomes da Silva	Susana Gómez Martínez
Ana Paula Ramos Ferreira	Susana Lopes
André Tomás Santos	Virgílio António Martins Lopes
Andreia Romão	
António Faustino de Carvalho	
António Filipe Pimentel	
António Batarda Fernandes	
Carla Alexandra Gonçalves	
Cláudio Figueiredo Torres	
Cristina Tété Garcia	
Desidério Luis Sares Batista	
Fernando Vítor Félix Ribeiro	
Francisco de Macedo	
Gonçalo Baço Lopes	
Helena Gomes Catarino	
Inês Borges	
Joana Antunes	
João Ferreira Marques	
João Pedro Bernardes	
Jorge Alarcão	
José d' Encarnação	
Maria da Conceição Lopes	
Maria Dalila Rodrigues	
Maria de Lurdes Craveiro	
Maria Inês Vaz Pinto	
Maria João Valente	
Maria José Goulão Machado	
Maria Aleixo Fernandes	
Marta Marçal Gonçalves	
Michael Lewis	
Miguel Reimão Costa	
Raquel Maria da Rosa Vilaça	
Santiago Macias	
Sérgio Gomes	

Índice

Portugal Romano: cinquenta anos.....	5
Maria da Conceição Lopes	
João Pedro Bernardes	
Virgílio Lopes	
<i>Salacia</i> e as elites da Lusitânia.....	8
José d'Encarnação	
Reflexões sobre Cetóbriga e Tróia	15
Inês Vaz Pinto	
Ana Patrícia Magalhães	
La Ciudad Portuaria de <i>Onoba Aestuaria</i>	37
Juan M. Campos Carrasco	
Javier Bermejo Meléndez	
O Desenho (do fragmento): do registo, pela história à interpretação.....	75
Mariana Martins de Carvalho	
A Colónia Romana de <i>Pax Iulia</i>	93
Maria da Conceição Lopes	
Los espacios forenses de <i>colonia Augusta Firma – Astigi</i> (Écija, Sevilla, España). Un estado de la cuestión.....	109
Sergio García-Dils de la Vega	
Entre la Tradición Arqueológica y la Innovación Tecnológica. Avances y Perspectivas en el Estudio de la Ciudad Romana de <i>Arucci</i> (Aroche, Huelva)	137
Amanda López Sánchez	
Javier Bermejo Meléndez	
Isabel Aguilar Corona	
O <i>macellum</i> de <i>Mirobriga</i> (Santiago do Cacém, Portugal): tipologia, funcionalidades e modelos de inspiração	154
José Carlos Quaresma	
Raquel Guimarães	
Daniel Andrade	
Martim Lopes	

Portugal Romano: cinquenta anos

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_0

Em 2023 cumpriram-se 50 anos desde a primeira edição da obra Portugal Romano, da autoria de Jorge de Alarcão.

A obra, profundamente reflexiva, apresenta uma imagem do pedaço mais ocidental do Império Romano, durante o período que medeia entre a conquista do território e o ocaso da influência romana.

No que respeita às cidades, a leitura de Portugal Romano meio século depois da sua publicação, conduziu-nos ao projecto da arquiteta peruana, de Lima, Karian Puente, que objectiva ilustrar cada uma das “Cidades Invisíveis” do romance de Italo Calvino, de 1972.

O projecto acontece porque, afirma ela, as cidades lhe interessam, “todas elas, minúsculas, enormes, históricas, criativas, problemáticas ou cosmopolitas, cada uma tem algo digno de admirar. Uma das coisas que me interessa profundamente é a poderosa troca de conhecimento que acontece nas cidades e o diverso intercâmbio sociocultural que testemunhamos. Quanto mais agitada é uma cidade, mais interessante para mim, há algo mágico em pessoas que vivem juntas.”

Portugal Romano, que a minha Geração conhece da 3.ª edição, (eu recebi o meu em S. Cucufate) marca uma viragem na Arqueologia Portuguesa.

As propostas que expõe, as questões que deixa em aberto, e as temáticas que propõe para investigação futura contaminam, de modo muito profundo, o percurso fértil e generoso que seguiram os futuros estudos sobre o período romano em Portugal e introduzem uma nova abordagem às cidades antigas.

Importa referir que no que concerne à abordagem sobre a cidade antiga o que até então circulava em Portugal eram textos raros e influenciados pela velha tradição do Francês Denis Fustel de Coulanges (1830-1889), autor da famosa obra “A Cidade Antiga”, datada de 1864.

Inovador no método, Fustel, um crítico severo das concepções de estado e da imagem muito centralista e piramidal do Império Romano que domina a mente das pessoas, construída no século XIX em torno da obra de Theodor Mommsen, expõe de forma clara e objetiva a vida, os costumes, a tradição e os ritos, porém, para ele a cidade é uma ideia organizada em torno das suas instituições, intimamente ligadas às práticas religiosas, na qual a dimensão espacial e territorial é absolutamente secundária.

Em Portugal Romano a cidade afasta-se desse paradigma, e também daquele outro que além das instituições aponta o esplendor dos monumentos e dimensiona a sua grandeza pela dos bravos conquistadores do mais magnífico império.

Espaço de negociação de quotidianos de pessoas, de origem e estatuto distinto, a cidade assume forma de corpo multifacetado, de expressão da experiência de uma sociedade, seus valores e sua ideologia, desenhando-se como “um saco, um pulmão que respira”, dinâmico, pois que “a cidade tem praças de palavras abertas, a cidade tem ruas de palavras desertas” como no poema

de Ary dos Santos, onde “dessa poderosa troca de conhecimentos e do diverso intercâmbio socio cultural que nelas acontece”, se recolhe um desafio que converge nos princípios que nortearam o projecto de ilustração de Karian Puente.

Portugal Romano é, pois, uma obra de impactos. Impacto porque anuncia que todas as cidades interessam, que todas devem ser sujeitas ao questionamento das relações estéticas fundamentais relativas aos modos de sentir, perceber e habitar as estruturas espaço-temporais que condicionam a experiência humana, porque nenhuma delas, independentemente da sua dimensão e espessura, será alcançada se não se entender a relação com a natureza e o não-urbano.

Impacto porque a cidade romana sendo explicada, como é uso afirmar-se, como um instrumento de romanização dos territórios conquistados, um símbolo de romanidade – uma vez que a civilização romana – não pode ser concebida senão como urbana, acentua a ideia de que a *polis* romana provincial tem nuances, que não é um decalque de Roma, ou uma espécie de Roma em pequenino, criada segundo o modelo vitruviano de *firmitas, utilitas e uenustas*.

Impacto, ainda, porque sendo também apresentada como um conceito jurídico e religioso, cuja morfologia urbana e a arquitectura que lhe estão associadas são consequências destes conceitos, adverte, todavia, para a ideia de que há outras formas morfológicas além daquelas escritas por Vitruvio; porque há pessoas nas cidades e há pessoas que já moravam em aglomerados que os romanos tomaram para fazer cidades.

Em resumo, Portugal Romano inova na condução dos estudos no sentido de não reduzir a cidade romana a uma simples questão de urbanismo ou de arquitectura, anotando que, previamente, importa avaliar o papel da cidade no império, caracterizar as elites que conformam a paisagem urbana na sua cidade, e que assim exprimem uma certa ideia da singularidade de cada cidade e do seu funcionamento, organizar os fluxos da relação de cada cidade com o império e o imperador e definir o seu lugar na hierarquia das redes de cidades provinciais.

Ilustração em contínuo

A ideia de cidade definida em Portugal Romano, associando uma comunidade a um território, viria a marcar a investigação que a partir da “escola de Coimbra” se foi desenvolvendo em Portugal e a uma continuada actualização do Portugal Romano, publicado em 1973.

As teses de doutoramento de Maria da Conceição Lopes, *A cidade Romana de Beja, Percursos e debates em Torno de Pax Iulia* (2000), João Pedro Bernardes, *Civitas collipponensis: povoamento e estratégias de ocupação do espaço* (2002) e Helena Paula Carvalho, *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis* (2008), são exemplos de desenvolvimentos epistemológicos que Portugal Romano promoveu.

Ao mesmo tempo, Jorge de Alarcão procura os dados que fundamentem a caracterização do espaço da Lusitânia e do Portugal Romano.

Pode dizer-se que, iniciando-se com “O domínio Romano em Portugal”, em 1988, onde Jorge Alarcão anota algumas alterações metodológicas à obra de 1973, a recente obra “A Lusitânia e a Galécia” (2018), onde a análise por temas foi substituída por uma análise cronológica, constitui a chegada de um percurso coerente de abordagem ao Ocidente da Hispânia em Período romano.

Tomando este tempo de meio século, ao longo do qual Conimbriga e S. Cucufate são ainda marcadores incontornáveis, mas onde se encontram já muitos investigadores e diversas investigações, é a reflexão sobre as cidades romanas de Portugal, particularmente do *conventus pacensis*, feita

num diálogo com as cidades do território do sudoeste peninsular, para que Portugal Romano nos arrastou, que nos reúne aqui, 50 anos depois.

O enriquecimento do conhecimento sobre esta tão particular forma de vida e do processo de integração das comunidades locais num mundo amplo e diverso, mas definido como um conjunto territorial inclusivo, encontra na cidade e na cidadania os mais delineados exemplos da implementação das experiências políticas e sociais romanas.

Saber como se produzem as formas urbanas, acompanhar o processo da construção do espaço urbano na longa duração, articular morfologia urbana e funcionamento social e, de um modo geral, analisar os fundamentos da fábrica urbana e desse modo contribuir para o projecto de continuar a ilustração da obra semente dos estudos do Portugal Romano, é a razão pela qual nos reunimos neste colóquio intitulado “Um mundo de cidades na fronteira ocidental do Mundo Romano”.

E é por isso, por questões de sementeira, que aqui estamos; porque nos interessamos profundamente pela poderosa troca de conhecimento que acontece nas cidades, para dar contributo à ilustração destas e à sua vinculação à memória e ao desejo, na sua dimensão mais ou menos delgada, onde as trocas que ocorrem são a nossos olhos ainda tanto invisíveis e porque, como o Sábio Kublai, sabemos que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve, embora possa haver ligação entre eles. Cortámos fronteiras e juntámo-nos para contribuir na ilustração das nossas cidades do mais sudoeste do mundo romano e, juntamente, com tantas outras ilustrações, contribuirmos para a escrita do poema de amor às cidades, porque não acreditamos em Ítalo Calvino quando disse que talvez tenha escrito o último poema à cidade.

--

O presente número da Revista DigitAR do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra reúne os contributos de vários investigadores para uma justa homenagem à obra Portugal Romano e ao seu autor, Jorge de Alarcão.

Maria da Conceição Lopes
João Pedro Bernardes
Virgílio Lopes

Salacia e as elites da Lusitânia

José d'Encarnação¹

CEAACP – Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_1

RESUMO

Partindo da documentação, sobretudo de teor epigráfico, de que se dispõe, procura mostrar-se quão intensas foram as relações de *Salacia* com o exterior. As suas elites nunca estiveram isoladas e as epígrafes justificam um relacionamento estreito não apenas com a capital da Lusitânia, *Augusta Emerita*, mas também com a zona oriental do Império.

PALAVRAS-CHAVE

Monumentos epigráficos; *defixio*; magistraturas locais; sacerdócio imperial.

ABSTRACT

The Roman epigraphic documents reveal that the high society of the Roman city of *Salacia* had an important relation – economic, political, cultural – with the provincial capital *Augusta Emerita*, with Rome and, also, with the oriental part of the Roman Empire.

KEYWORDS

Epigraphic documents; *defixio*; local magistrates; imperial priests.

1 ORCID iD: [0000-0002-9090-557X](https://orcid.org/0000-0002-9090-557X); jde@fl.uc.pt

Cumpre, em primeiro lugar, congratular-me com a iniciativa de se chamar agora a atenção para o papel primordial desempenhado pelas cidades neste Sudoeste lusitano. E de se aproveitar a oportunidade para destacar a relevância que teve para os nossos estudos a publicação de *Portugal Romano* do Doutor Jorge de Alarcão.

Queira-se ou não, a cidade – pela sua implantação e por ser, desde o início, um centro agregador das gentes – acaba por constituir um pólo em torno do qual gira a economia, a política e, concomitantemente, as manifestações culturais.

Sintomático, aliás, o facto de nos estarmos a reunir em dois portos: Ossónoba, marítimo, e *Myrtilis*, fluvial. Ambos, vias de penetração e de contactos exteriores.

Salacia inscreve-se de pleno direito nesta categoria.

A sua localização no estuário do Sado, de comunicação fácil quer pelo oceano quer para o interior, alcandorou-a logo, desde tempos primevos, a entreposto privilegiado entre o Mediterrâneo e o Atlântico, como o demonstram os eloquentes achados da Idade do Ferro – postos em parte em evidência pelas escavações levadas a efeito por Cavaleiro Paixão – e, de modo especial, por, no âmbito da guerra entre César e Pompeu, ter sido obsequiada com o título de *Imperatoria*, de certa maneira ornada de *imperium*, tendo a palavra mui ampla conotação estratégica – militar e económica.

Não admira, pois, que desde cedo – e vamos cingir-nos à época imperial – *Salacia* haja atraído as atenções das forças em presença.

E a relação com o escol provincial sediado em *Augusta Emerita* – recorde-se já estar arqueologicamente provado que as comunicações entre uma e outra das cidades não envolveriam dificuldades – poderá, para mais fácil sistematização, sublinhar-se em três domínios: a política, a econo-

mia e a cultura. Três domínios obviamente nunca indissociáveis – e esta é também uma das consciencializações que as movimentações dos nossos dias nos ajudaram a ter presente: política, economia e cultura andam a par, têm de andar a par.



Figura 1. Selo dos CTT com a imagem de uma moeda de *Salacia*.

Escolhi esta imagem (Figura 1) por se me afigurar significativa. Certo é que os CTT consultaram peritos, quando se pensou na série filatélica sobre Numismática de Portugal. Ou quem lhes propôs essa série. Dum modo ou doutro, o facto de se haver incluído a imagem duma numisma com os dois golfinhos, a legenda em caracteres pré-romanos e, no reverso (ou anverso, dir-se-me-á), a representação de Neptuno não foi inocente, mormente se pensarmos que, de seguida, a legenda pré-romana foi substituída pela de IMP • SAL – *Imperatoria Salacia*. A imagem é, de facto, significativa do ponto de vista histórico, por mostrar essa trilogia da política, economia e cultura, esta última a denunciar já o que será timbre desta prístina *ocupação*, timbre exemplar para hoje e dificilmente praticado: o da serena aculturação.

À segunda imagem (Figura 2) atribuo um significado ímpar também: é que, levada seguramente pelo entusiasmo dos arqueólogos em relação à figura de *Cornelius Bocchus*, romano salaciense, a autar-

quia acedeu a honrá-lo mediante a atribuição do seu nome a um dos largos da cidade. Uma forma, pensava-se, de mostrar a antiguidade do sítio e o prestígio maior que um dos seus ilustres antepassados lograra obter. «Mãe, e quem foi esse Cornélio Bocho?». A mãe dificilmente o poderia explicar, até porque o nome não se enquadrava lá muito bem na antroponímia usual e, por outro lado, como é que deveria pronunciar-se: *Bocho* ou *Boco*? Para manter a tradição, o melhor foi, por conseguinte, voltar atrás e recordar algo de mais concreto, mais condizente com as necessidades quotidianas: o matadouro!



Figura 2. Placa toponímica de Alcácer do Sal.

Este pode ser, todavia, o ponto de partida – e eu até diria *fulcral* – para breve reflexão sobre a figura de Cornélio Boco.

Não valerá a pena embrenharmo-nos na tentativa de descobrir se todas as pedras com o nome *Bocchus* se referem à mesma pessoa. Provavelmente, não – e teremos, porventura, pai e filho: um numa, outro noutras.

Há, contudo, uma certeza: de todos os eventuais *Bocchi*, um sobremaneira se evidenciou, a ponto de ter exercido, a título excepcional, cargos por diversas vezes, e ser homenageado em *Olisipo* e algures pela *colonia Scallabitanana*. Pode ser que, um dia, venha a descobrir-se documento a elucidar-nos como é que essa homenagem dos escalabitanos nos aparece metida em muro de quinta lá para os lados de Évora. Os mistérios com que, amiúde, a Epigrafia se debate!...

Certo é, porém, que o prestígio de Lúcio Cornélio Boco ultrapassou os limites da sua terra

natal e o facto de ter sido galardoado em *Olisipo* e em *Scallabis* acentua a já referida ligação íntima entre a política e a economia.

Podemos, por conseguinte, ir já por esse caminho: o comércio e a necessidade de se fabricarem contentores para o servir. Nesse domínio, as margens do rio Sado e do Tejo já nos ofereceram motivos sobejos para as considerar importantes núcleos de produção anfórica. *Olisipo*, *Scallabis* e *Salacia* assumir-se-ão, pois, como imprescindíveis portos de escoamento.

Os fornos do Sado não carecem de menção aqui, tão exaustivamente a equipa de Robert Étienne e Françoise Mayet teve ocasião de os estudar. A recente reabilitação, porém, de uma epígrafe em homenagem a Lúcio Vero, a princípio considerada falsa – mormente por ter sido dada como proveniente duma dessas zonas de produção sadinas, os fornos do Pinheiro, quando a lógica postularia um ambiente urbano para a sua implantação – a eventual presença aí dessa epígrafe pode mostrar um relacionamento com o poder central ainda mais estreito do que seria de supor, relacionamento já documentado, aliás, como se viu.

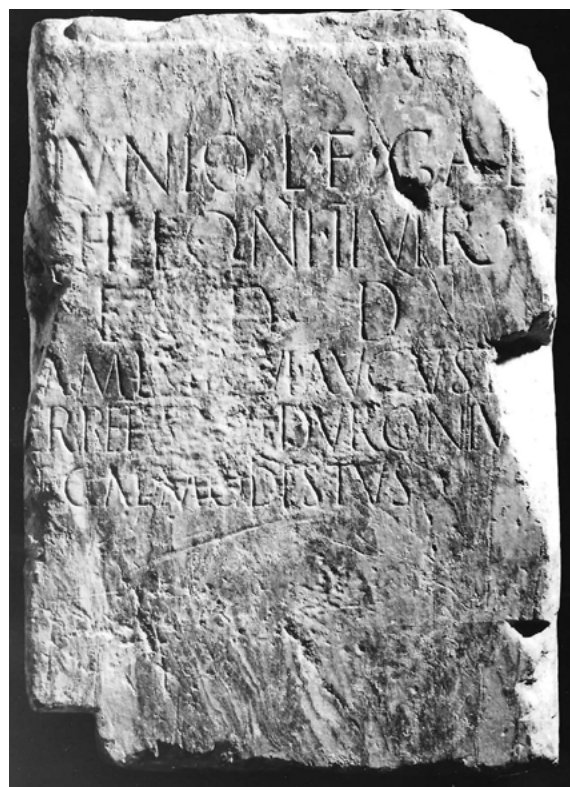


Figura 3. Pedestal em honra de Iunius Philon.



Poderá, desde logo, salientar-se – e este será, porventura, um aspecto nem sempre devidamente tido em conta – o exemplar funcionamento, por quanto nos é dado entender, do poder local.

Dir-se-á: «Mas poder local é poder local e que tem a ver com o poder central?». Havia regras emanadas de Roma e bastarão, certamente, dois testemunhos para nos darmos conta de que, por *Salacia*, as regras eram cumpridas.

1º) Pode causar estranheza o facto de o pedestal erigido – ou pensado para ser erigido – em honra de Júlio Filão (IRCP 186 – Figuras 3 e 4), ter o texto em duas faces, gravado, todavia, um em posição inversa em relação ao outro, o que denuncia distração por parte do lapicida, que disso se não terá apercebido, ao ter mudado de posição.

De qualquer modo, aproveitado ou não o suporte, a epígrafe é um documento válido e por ela vimos a saber:

- a) que a homenagem foi feita *ex decreto decurionum*, ou seja, teve intervenção do colégio dos decuriões;

- b) que este duúnviro foi galardoado com o título de flâmine perpétuo do divino Augusto, uma honraria nada frequente;
- c) que a iniciativa da homenagem partiu do **seu** povo – *plebs sua!* O carácter inusitado deste possessivo deve ser salientado.

2º) O segundo documento epigráfico refere-se a outro duúnviro, Lúcio Pórcio Hímero, também ele de cognome grego, assinala-se! (IRCP 187 – Figura 5). Foi, a dado momento, escolhido para exercer, em regime de substituição, funções duunvirais e duas vezes o elegeram flâmine dos imperadores divinizados. Também neste caso a plebe reconheceu os seus méritos, organizou subscrição para pagar



Figura 5. Pedestal em honra de L. Porcius Himerus.

as despesas – ao que ele juntou, inteligentemente, o mérito de ter devolvido a verba despendida, encarregando-se do pagamento; daí estar a palavra *REMISIT*, ‘devolveu’, em módulo maior.

Perguntar-se-á: não terá havido aqui algum secreto conluio, do género «Homenageiem-me, que eu pago!»? Sim, pode ter havido. Mas teve êxito – e isso é que importa do ponto de vista do documento.

A circunstância de ambos os duúnviros citados terem assumido funções sacerdotais directamente ligadas ao culto imperial valida a já cimentada relação havida entre as gentes de Salácia e de Roma. Poder-se-ia pensar: «Está por aqui perdida neste extremo ocidental, quem há aí que lhe ligue importância?».

Nada disso.

E a prová-lo temos dois documentos específicos, sobejamente conhecidos, mas que, neste contexto, é forçoso voltar a referir no seu significado maior:

– O templo que um indígena – sublinhe-se: um indígena, *Vicanus*, filho de *Boutius* – consagra ao imperador Augusto, num texto (como amiudadas vezes já se assinalou) pejado de ressonâncias religiosas, quer por os títulos dessa conotação estarem por extenso [*Divi, Augusto, pontifici maximo, potestate*], quer porque, no final, não se gravou uma palavra insípida, formal, mas uma outra, aí invulgar: *sacrum*, «consagrado». Um indígena que já sabe, no ano 5 ou 4 a. C., o que tudo isto acaba por implicar!

– O segundo texto é também sobejamente conhecido e apenas dele se anotam agora: a clássica magnificência da decoração (o canteiro sabia o que estava a fazer!); a dedicatória ser a Júpiter – é, mui provavelmente, o pedestal duma estátua; o facto de a dedicante, Flávia Rufina, ser emeritense, fláminica provincial e ter sido honrada com o flaminato perpétuo de *Emerita* e de *Salacia*. Na verdade, se mais nenhuma prova houvera dessa íntima ligação entre *Salacia* e *Emerita*, entre as elites de ambas as cidades, esta era mais do que evidente!

Mas há.

É que o papel de *Cornelius Bocchus* foi posto em evidência, não há muito tempo, por uma descoberta emeritense que entusiasmou os epigrafistas. De facto, o fragmento epigráfico encontrado é deveras aliciante e desafia quantos se esforçam em propor a reconstituição do texto por inteiro.

Todas as versões apresentadas coincidem, todavia, num ponto fulcral: *Bocchus* foi chamado a exercer importantes funções junto do governador provincial *Lucius Fulcinius Trio*, um dos governadores, aliás, que não deixou seus créditos por mãos alheias, se tivermos em conta que está mencionado em epígrafes de elevado interesse documental (v. g., IRCP 479).

Por aqui se poderia ficar, demonstrada que se afigura estar a estreita relação entre as gentes de *Salacia* e o poder provincial e, através deste, ao poder central. Não se fica, porque há plena consciência de que economia e política dificilmente sobrevivem se, a plasmá-las, não houver o manto da Cultura. Não um «manto diáfano», como o que Eça de Queiroz atribuiu à fantasia, mas uma vivência, patente em algo que – queira-se ou não – nos é visceralmente querido e o foi, e é, em todos os tempos: a antroponímia.

A influência da zona oriental do Império faz-se aqui sentir não apenas pelo achamento de escaravinhos egípcios ou de cerâmicas e outros artefactos aí produzidos, mas, de modo especial, pela adopção de nomes que, se não significam uma origem oriental do indivíduo (e Robert Étienne chamou a atenção para esse aspecto, com inteira razão), significam, isso sim, a transmissão de uma mística, uma forma de pensar, uma... moda!

Já verificámos que a dois dos notáveis municipais se haviam dado cognomes etimologicamente gregos: *Philon*, *Himerus*... Mas temos *Priamus*, *Laeonica*, *Corinthia*, *Zographus*... Um assaz eloquente painel, a que pode eficazmente juntar-se o *Theophilus* (que nos aparece duplamente grafado com H) a prestar culto à *Isis Domina*. Essa mesma Ísis de que há ressonâncias na céle-

bre *tabella defixionis*, eloquente sintoma, esse também, de uma sociedade bem cosmopolita.

Não se vai ao extremo de privilegiar *Salacia* em relação às demais cidades do Sudoeste hispânico. Ter-se-iam, no entanto, sobejos motivos para lhe outorgar privilégio. Que outra cidade há aí, na Lusitânia romana, que possa orgulhar-se de ter sido a pátria de um escritor célebre, como também o foi *Cornelius Bocchus*?

Bibliografia²

- ALMAGRO-GORBEA, M. 2010. “Lucio Cornelio Boco: turdetano de *Salacia* y autor de la Edad de Plata de la Literatura Latina”, *Estudios Arqueológicos de Oeiras* 18 2010/2011, pp. 287-332.
- CARDOSO, J. e ALMAGRO-GORBEA, M. [eds.] 2011. *LUCIUS CORNELIUS BOCCHUS – Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina*, Lisboa – Madrid, Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia, pp. 189-201.
- DIOGO, A. e TRINDADE, L., 1999. “Homenagem a L. *Cornelius Bocchus*, encontrada nas termas dos Cássios (Lisboa)”, *Ficheiro Epigráfico* 60, n.º 275.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ 2002. “*Salacia* et l’Afrique à l’époque impériale”, *L’Africa Romana*, XIV, Roma, pp. 1499-1505. <http://hdl.handle.net/10316/13872>
- ENCARNAÇÃO, J. d’, 2013. “*Salacia Imperatoria Urbs*”, *Arqueología Iberoamericana*, 18, 30-6-2013, pp. 15-24. <http://hdl.handle.net/10316/23687>
- ENCARNAÇÃO, J. d’ 2017. “Consagrado a Augusto”, *Gerión* 35 pp. 763-771. <http://hdl.handle.net/10316/43451>
- ENCARNAÇÃO, J. d’ e FEIO, J., 2022. “Estranha dedicatória a Lúcio Vero”, *Ficheiro Epigráfico* 236, inscrição n.º 818. <http://hdl.handle.net/10316/101494>
- ÉTIENNE, R. 1977. “Remarques sur l’onomastique romaine d’Espagne”, in *L’Onomastique Latine*, Paris, CNRS, pp. 1291-1292.
- FARIA, J. 2002. *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, Lisboa, Edições Colibri.
- FERNANDES, L. 2002. “*Cornelius Bocchus*, auctor Lusitanus e notável de *Salacia*?”, in Nascimento, A. (coord.), *De Augusto a Adriano*, Lisboa, pp. 155-171.
- GONZÁLEZ HERRERO, M., 2002. “Contribución al estudio prosopográfico de los *equites* lusitanorromanos: el *cursus honorum* protagonizado por el tribuno *Lucius Cornelius Lucii filius Galeria Bocchus*”, *Aquila Legionis*, 2, pp. 33-57.
- GUERRA, A., 2003. “Anotações ao texto da *tabella defixionis* de Alcácer do Sal”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, n.º 2, 335-339.
- ENCARNAÇÃO, J. d’, 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra, Instituto de Arqueologia, pp. 251-274, inscrições n.ºs 182-206, pp. 743-744. [O número indica o número da inscrição no catálogo].
- MARCO SIMÓN, F. 2004. “Magia y cultos orientales: acerca de una *defixio* de Alcácer do Sal (Setúbal) con mención de *Atis*”, *MHNH (Revista Internacional de Investigación sobre Magia y Astrología Antiguas)*, Málaga, 4, pp. 79-94.
- PAIXÃO A., 1970. *A Necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal – Novos Elementos para o Seu Estudo*, Lisboa. Tese de licenciatura, inédita, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RAPOSO, J. 2012. “Olarias romanas da região do Tejo e do Sado”, in Isabel Cristina F. Fernandes e Michelle Teixeira Santos (coord.), *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*, Município de Palmela, Palmela, pp.91-108.
- VENTURA VILLANUEVA, Á., 2019. «La inscripción emeritense de L. Cornelius L. f. Bocchus idas y venidas... por el método epigráfico», *Romula* 18 pp. 129-147.

2 Com o beneplácito dos editores, optou-se por manter o tom de oralidade próprio de uma comunicação, omitindo entremear referências bibliográficas susceptíveis de cortarem o fio à explanação que se pretendia fazer. Por esse motivo se preferiu enumerar aqui a bibliografia mais elucidativa acerca dos aspectos focados no texto.

Reflexões sobre Cetóbriga e Tróia¹

Inês Vaz Pinto²

TROIA RESORT / CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património da Universidade de Coimbra

Ana Patrícia Magalhães³

CECH - Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos | Bolseira FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_2

RESUMO

Este artigo faz uma reflexão sobre Setúbal e Tróia na época romana, a sua caracterização e relação entre as duas. O registo arqueológico de Setúbal mostra um aglomerado urbano com actividade fabril mais evidente até ao século III, vestígios de *domus* e peças arquitectónicas que comprovam o seu carácter urbano e uma indiscutível ocupação até ao século VI. Os materiais recuperados mostram um maior dinamismo económico no século I-II e uma menor frequência de importações na Antiguidade Tardia. O registo arqueológico de Tróia mostra um grande número de fábricas de salga, com maior actividade no Alto Império, mas que mantêm uma forte capacidade de produção até ao século V. Conhecem-se poucas casas, mas há termas, mosaicos e estuques pintados. Os materiais recuperados mostram dinamismo económico tanto no Alto Império como na Antiguidade Tardia, com forte afluência e circulação de bens de consumo importados. Embora Tróia tenha mantido sempre um forte carácter industrial, parece ter tido autonomia económica, e nada indica que *Caetobriga* e Troia fossem a mesma cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Cetóbriga, *Caetobriga*, Setúbal, Tróia, Ácale.

ABSTRACT

This paper discusses the sites of Setúbal and Troia departing from their Roman remains in order to reflect on their character and relationship. The archaeological record of Setúbal shows an urban agglomerate with production activity more evident up to the 3rd century, vestiges of *domus* and architectural pieces proving its urban character and a continuous occupation up to the 6th century. The materials recovered in the city show a stronger economic dynamism in the 1st and 2nd centuries and a lower frequency of imports in Late Antiquity. The archaeological remains of Troia show a great number of fish-salting factories, with stronger activity in the High Empire, but maintaining

1 Este trabalho foi financiado com Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto CEAACP - UIDP/00281/2020, e com uma bolsa de doutoramento da FCT com a referência (SFRH/BD/145422/2019).

2 ORCID iD: [0000-0001-7169-3295](https://orcid.org/0000-0001-7169-3295); ines.pinto@ruinasdetroia.com;

3 ORCID iD: [0000-0001-9904-918](https://orcid.org/0000-0001-9904-918)

a strong production capacity up to the 5th century. Not many houses are known, but there are baths, mosaics and painted stucco. The materials recovered show economic dynamism both in the High Empire and in Late Antiquity, and a great affluence and circulation of imported consumption goods. Even if Troia always maintained a strong industrial character, it seems it had a great economic autonomy and there is no indication that *Caetobriga* and Troia were the same city.

KEYWORDS

Cetóbriga, *Caetobriga*, Setúbal, Tróia, Achale.

Introdução

Setúbal e Tróia, dois sítios com importantes vestígios romanos da *civitas* de *Salacia*, situam-se ambas na foz do rio Sado, separadas pelas águas do seu estuário, a uma distância uma da outra de cerca de quatro quilómetros em linha recta (Figura 1). Têm igual acesso ao mar, mas enquanto Setúbal se situa na margem norte do rio, numa zona continental, Tróia é um estreito e longo banco de areia que forma a margem sul do estuário do Sado, com uma configuração quase insular, talvez insular na antiguidade, constituindo uma barreira entre o estuário e o Oceano Atlântico.

Dada a estreita proximidade geográfica, a relação entre as duas é certamente forte, e tem sido objecto de opiniões diversas. Gaspar Barreiros, no final do século XVI, considerou que a Cetóbriga romana era constituída por Setúbal e Tróia,

pois em ambos os lados do rio havia povoação (*apud* Castelo-Branco 1963: 3). A. Dias Diogo e J. Faria (1990: 174) descreveram Tróia como o arrabalde industrial de Setúbal, e, mais recentemente, J. Soares e C. Tavares da Silva (2018: 15-16) vêem *Caetobriga* como uma cidade polinucleada da qual Setúbal seria o principal núcleo administrativo e Tróia um sector produtivo.

Mas poder-se-á resumir essa relação à complementaridade entre um centro urbano e uma área industrial? Analisando os respectivos registos arqueológicos, tentar-se-á caracterizar cada um destes sítios e compreender a relação entre os dois.

A *civitas* de Salacia

Setúbal e Tróia situam-se num território de longa data dominado pela cidade de Alcácer do Sal



Figura 1. Vista aérea de Tróia e de Setúbal.

(Figura 2). À beira do rio, mas 12 km a montante do estuário, esta cidade seria a capital económica da região desde a época proto-histórica, com fortes influências orientalizantes desde o século VII a.C. (Silva et al. 1980-81: 210).

Os materiais republicanos recolhidos nesta cidade mostram que este núcleo urbano já estava na esfera romana na segunda metade do século II a.C. (Gomes e Alves 2017: 102; Soria 2018: 184-213), sendo o topónimo da cidade, à data, *Beuipo* (Faria 1992). As cunhagens monetárias do século I a.C. mostram a adopção do nome de *Salacia Imperatoria* desde o início da segunda metade do século I a.C., e a sua municipalização pode ter ocorrido ainda no tempo de Júlio César ou já no período augustano, tendo sido, de acordo com Plínio (*NH*, 4, 117), uma das três *oppida Latii antiqui* da Lusitânia, a par com Évora e Mértola (Alarcão 2017: 126). Plínio (*NH*, VIII, 191) atribui a *Salacia* importantes recursos em sal e lãs e foi certamente um importante polo exportador de minérios. De notar que as moedas de *Beuipo/Salacia* são imitações das moedas de Gades (Conejo 2021: 352), mostrando a estreita ligação à precocemente romanizada Cádiz e à região gaditana.

Nesta *civitas*, conhecem-se ainda vestígios do período romano-republicano no Castro de Chibanes (Palmela) (Silva e Soares, 2021), no povoado do Pedrão (Setúbal), no Castelo dos Mouros (Setúbal) e, de acordo com relatos do séc. XVII, no Outão (Setúbal) (Alarcão 1988: 131), revelando um modelo de ocupação caracterizado pela implantação em pontos altos com boa visibilidade e defensabilidade. Pela presença dos mesmos tipos de cerâmica e de moedas de *Beuipo/Salacia* em Chibanes (Conejo 2021: 352) e no Pedrão (Soares e Silva 1973), depreende-se que se situavam na esfera económica dessa cidade.

Muito rica em cerâmica de verniz negro itálico (Soria 2018) e em *terra sigillata* itálica (Viegas 2014), *Salacia* parece decair a partir de meados do século II, deslocando-se o centro da actividade económica para a foz do rio. Nesta zona,

conhece-se primeiro o núcleo urbano de Setúbal, a muito provável *Caetobriga* romana de Ptolomeu e Antonino, cujos vestígios mais antigos são uma entulheira na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, com restos de ânforas lusitanas precoces inspiradas nas ânforas ovóides do Guadalquivir, de uma provável olaria, de meados/terceiro quartel do séc. I a.C. até à época de Tibério (Mayet e Silva 2016: 64-65). Embora a *terra sigillata* itálica recolhida até à data seja muito pouco frequente (Coelho-Soares 2018: 116), tal como as paredes finas augustanas (Sepúlveda e Bolila 2018) ou as ânforas importadas dessa época, é possível que este núcleo urbano seja de fundação augustana.

Na época de Augusto existe produção de ânforas nos núcleos urbanos, como na Parvoíce em Alcácer do Sal (Pimenta e Ferreira 2016) e, tal como referido, na Rua António Joaquim Granjo em Setúbal, e na época de Tibério existe a olaria do Largo da Misericórdia em Setúbal (Silva 1996). A partir desta mesma época, assiste-se a uma dissociação espacial das actividades artesanais, que se afastam das cidades, e que se reflecte no estabelecimento do complexo industrial de Tróia e da olaria de cerâmica de Abul, com contextos de fundação desta época (Pinto, Magalhães e Brum 2011; Mayet e Silva 2002), e de provavelmente muitas das outras olarias activas nos séculos I-II e menos bem datadas como a Barrosinha, o Bugio, a Enchurrasqueira, Abul, o Pinheiro, a Quinta da Alegria (Mayet e Silva 2017) e o Zambujalinho (Fernandes e Carvalho 1995). E, de igual modo, nos outros complexos de produção de preparados piscícolas que foram surgindo ao longo do século I como Sesimbra (Pereira 2014), o Creiro (Silva e Coelho-Soares 2016), a Rasca (Costa 1905) e a Comenda (Viegas 2016). A estes é preciso juntar os não-identificados núcleos de produção de sal, que coincidiam certamente com as salinas activas nos últimos séculos, ao longo da margem norte do estuário do Sado e em ambas as margens deste rio até Alcácer do Sal.

Esta dissociação implica uma forte interdependência entre os sítios produtores, os sítios trans-

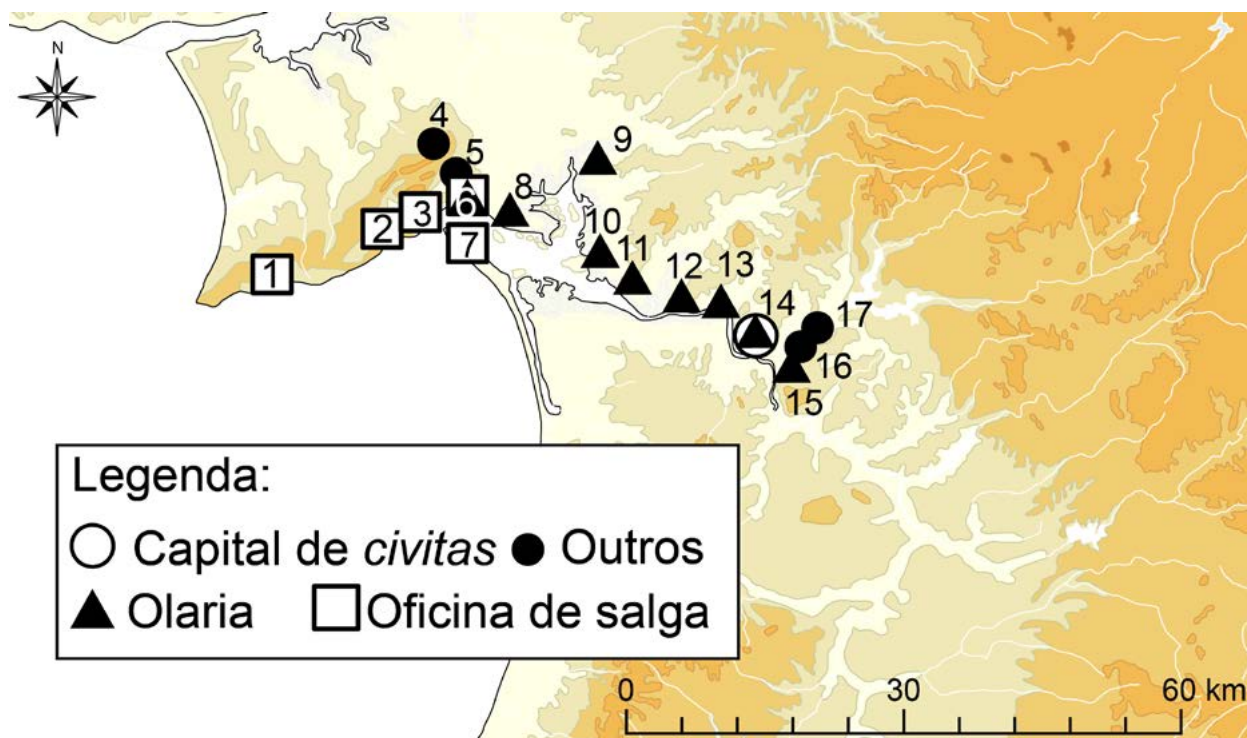


Figura 2. Principais sítios da *civitas* de *Salacia*. 1: Sesimbra; 2: Creiro; 3: Rasca e Comenda; 4: Chibanes; 5: Pedrão; 6: Setúbal (*Caetobriga*); 7: Tróia; 8: Quinta da Alegria; 9: Zambujalinho; 10: Pinheiro; 11: Abul; 12: Enchurrasqueira; 13: Bugio; 14: Alcácer do Sal (*Salacia*); 15: Barrosinha; 16: Porto da Lama; 17: Santa Catarina de Sítimos.

formadores e os sítios consumidores, ligados entre si pelo rio e respectivo estuário.

A Setúbal romana

Foi José Marques da Costa quem, perante os achados romanos no centro histórico de Setúbal em 1957 (Figura 3), associou pela primeira vez a *Caetobriga* referida por Ptolomeu e Antonino Pio à cidade de Setúbal (Costa 1960).

Terá sido a contínua ocupação urbana aliada à fraca reputação daquele investigador a desvalorizar os vestígios romanos no subsolo de Setúbal. Será o MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal que, a partir da sua criação em 1974, assume como responsabilidade o estudo e investigação da cidade de Setúbal, voltando a dar importância aos achados aí encontrados, consolidando a associação de Setúbal à *Caetobriga* romana, ou, na sua visão mais recente, ao núcleo administrativo de uma cidade polinucleada articulada com Tróia (Soares e Silva 2018: 15-16).

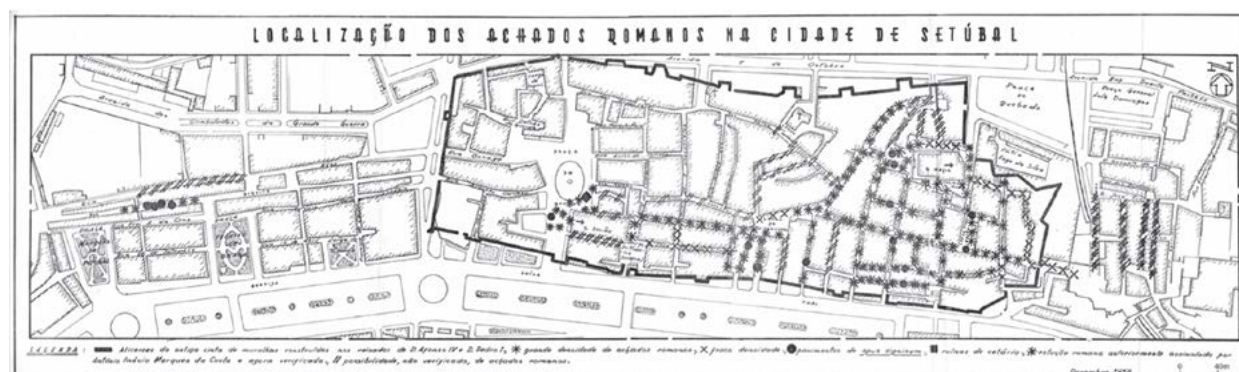


Figura 3. Distribuição dos vestígios romanos observados por José Marques da Costa em 1957 (Costa, 1960).

O mapeamento efectuado por J. Marques da Costa (1960) identifica importantes vestígios no largo do Troino e assinala também a estação romana anteriormente identificada pelo seu homónimo A. Marques da Costa, onde actualmente se situa o bairro de S. Sebastião, com uma extensão de cerca de 700 m, onde intervenções mais recentes de empresas de arqueologia continuam a identificar vestígios romanos, alertando para o muito que ainda há por estudar nesta cidade.

Pelos dados conhecidos, os primeiros vestígios de ocupação romana na cidade de Setúbal surgem no período de maior estabilidade iniciada a partir de Augusto, e consistem na referida entulheira situada na Rua António Joaquim Granjo, nº 19 (Soares e Silva 2018: 19; Silva 2018: 161). Na época de Tibério, ou tibério-cláudia, surge a outra também já referida olaria no Largo da Misericórdia, com dois fornos que produziram exclusivamente a variante mais antiga do tipo Dressel 14 (Silva 1996; Mayet e Silva 2016: 66-67).

Se a existência de olarias e de produção de ânforas sugere o início da produção de preparados piscícolas em época augustana, esta só está arqueologicamente documentada no último quartel do século I na Travessa de Frei Gaspar e na Praça do Bocage. Outros vestígios que denotam a existência de um verdadeiro bairro produtivo são outra oficina de salga na Rua Januário da Silva, e um armazém de ânforas na Travessa de João Galo, nº 4-4B, possivelmente associado a outra oficina de preparados piscícolas (Soares 2000: 118).

Os dados de escavação indicam que a oficina de salga, muito incompleta, da Praça do Bocage funcionou no último quartel do século I e no século II (Silva e Coelho-Soares 1980-81: 269-270; Silva 1990: 115), enquanto a oficina de salga da Travessa de Frei Gaspar laborou no mesmo período até à transição para o século III, manteve-se abandonada nos séculos III e IV, e alguns tanques voltaram a funcionar no séc. V d.C. sobre um novo fundo (Soares e Silva

2018: 16). Já as ânforas encontradas no armazém da Travessa de João Galo, nº 4-4B, erguido no terceiro quartel do século I e utilizado até à primeira metade do século II, são do tipo Dressel 14, predominando a variante B desta produção (Silva e Coelho-Soares (2014: 311 e 316).

Para além dos edifícios artesanais, foram identificadas, na parte baixa da cidade, diferentes estruturas que poderão corresponder a casas. Na Travessa de Frei Gaspar, nº 10, ao lado e anterior à oficina de salga, foi identificado um peristilo de uso presumivelmente residencial com uma ocupação centrada em meados do séc. I ao período flávio (Silva e Soares 2020: 169-170; Silva, Coelho-Soares e Soares 1986: 155). Na Rua Vasco Soveral, nº 8-12, foi encontrado um tanque que poderia ter pertencido ao pátio ou jardim de uma casa construída no Alto Império, que sofreu reformulações em momento indeterminado da Antiguidade Tardia e terá sido abandonada em finais do século IV/inícios do V d.C. (Soares e Silva 2020: 170), destacando-se um capitel corintizante enquadrado em meados/2ª metade do séc. II d.C. (Soares *et al.* 2019: 165-169).

Outras estruturas da Travessa de João Galo, nº 4-4B, foram interpretadas como vestígios de habitação do período tardo-romano, enquadradas na designada fase IV, cujos contextos materiais continham TSA D, DSP e TSF (Soares e Silva 2018: 21), e ânforas regionais datadas da segunda metade do séc. IV à primeira metade do séc. V d.C. (Silva e Coelho-Soares 2014: 320).

Se até aqui descrevemos apenas vestígios muito parcelares de presumíveis casas da Setúbal romana, na Rua Arronches Junqueiro, nº 75, e na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, surgiram espaços claramente residenciais com pavimentos musivos bem preservados e do mesmo estilo.

Na Rua Arronches Junqueiro, nº 75, descobriu-se um provável peristilo com uma galeria pavimentada em *opus tessellatum* polícromo de estilo geométrico, estilisticamente datável do século III. O peristilo era provavelmente porticado, com um tanque baixo de c. de 1 m de largura, alongado

no sentido este-oeste, interpretado como espelho de água (Silva, Soares e Wrench 2010: 155-156), tendo o edifício sido abandonado nos séculos V/VI d.C. (Soares e Silva 2018: 26).

Na Rua António Joaquim Granjo, nº 19, foram encontradas duas casas incompletas separadas por uma rua. A casa conhecida por Edifício A tem a sua fundação datada de meados do séc. I, e beneficiou de um enriquecimento do espaço na transição do século II para o século III d.C., com a pavimentação em mosaico de dois compartimentos e nova pintura a fresco. Os autores da escavação consideram que, de acordo com os materiais, esta *domus* terá sido abandonada num momento indeterminado do séc. III d.C., após a construção dos mosaicos e antes da sua utilização como pedreira (Silva e Soares 2020: 168). Separados desta *domus* por uma rua orientada no sentido ESSE-WNW, foram encontrados os vestígios de uma outra residência, identificada como Edifício B, aparentemente contemporânea, embora menos conhecida (Silva e Soares 2018: 81-88).

Os mosaicos destas duas casas têm um traço comum no predomínio do vermelho, e parecem comungar da “influência do estilo geométrico compartimentado dos mosaicos coloridos provinciais, expandido a partir da época dos Severos” do Próximo Oriente até às províncias do Ocidente (Silva, Soares e Wrench 2010: 163).

Na Rua Francisco Augusto Flamengo, nºs 10-12, foi identificada uma lixeira doméstica da segunda metade do século I e do século II sugerindo a proximidade de uma zona residencial (Silva et al. 2010; Silva et al. 2014).

No espaço de um artigo armazém de ânforas e nas imediações de uma área de suposta função residencial, na Travessa de João Galo, nº 4-4B, foi encontrada uma grande cornija em calcário, interpretada como o *podium* de um edifício de carácter monumental utilizado num curto período temporal localizado na segunda metade do séc. II / inícios do séc. III d.C. (Silva e Coelho-Soares 2014: 316).

Na parte mais elevada desta cidade, na Rua Francisco Augusto Flamengo, nº 10-12 e na Rua

da Paz, descobriu-se parte de um grande reservatório de água, datado do séc. III d.C. por ter sido construído sobre um vazadouro do Alto Império. Este reservatório terá sido abandonado em meados do século IV d.C., mas a área terá sido frequentada até inícios do século V d. C. (Silva, Soares, Coelho-Soares, Duarte e Godinho 2014: 187-188 e 211; Soares e Silva 2018: 24).

Em S. Sebastião, no extremo leste da cidade, foi identificada uma grande área de necrópole com apenas dois tipos de sepultura, todas elas de inumação, com espólio funerário da Antiguidade Tardia. Algumas das sepulturas são em forma de polígono hexagonal, com paredes construídas com tijolos denteados e cobertas de placas de mármore (Silva 1966).

Segundo C. Tavares da Silva e J. Soares (2020: 173), os edifícios romanos de Setúbal escavados pelo MAEDS integram-se numa estrutura urbana reticulada segundo eixos de direcção ESE-WNW e NNE-SSW. O núcleo mais bem conhecido pelos seus trabalhos localiza-se na colina de Santa Maria, entre o Largo da Misericórdia e o Miradouro, um bairro comercial e residencial especializado na confecção de preparados piscícolas, onde se vão ainda incluir lojas da Travessa dos Apóstolos (não publicadas) e o referido edifício público na Travessa de João Galo (Soares 2000: 118). A única rua conhecida é a que separa os edifícios A e B da Rua António Joaquim Granjo, nº 19, com c. de 1,30 m de largura (Silva e Soares 2020: 173).

O extenso trabalho de publicação de contextos feito por esta equipa permite reconhecer uma ocupação romana e tardo-romana contínua desde o séc. I até ao séc. VI, com diferentes momentos de remodelação e ocupação do espaço.

No séc. III há alterações significativas que implicam maior investimento na decoração e sumptuosidade das casas até ao momento escavadas, mas há também áreas de produção abandonadas ou reconvertidas para outra funcionalidade.

Quanto aos materiais que têm vindo a ser recuperados e estudados, o conjunto da *terra sigillata*

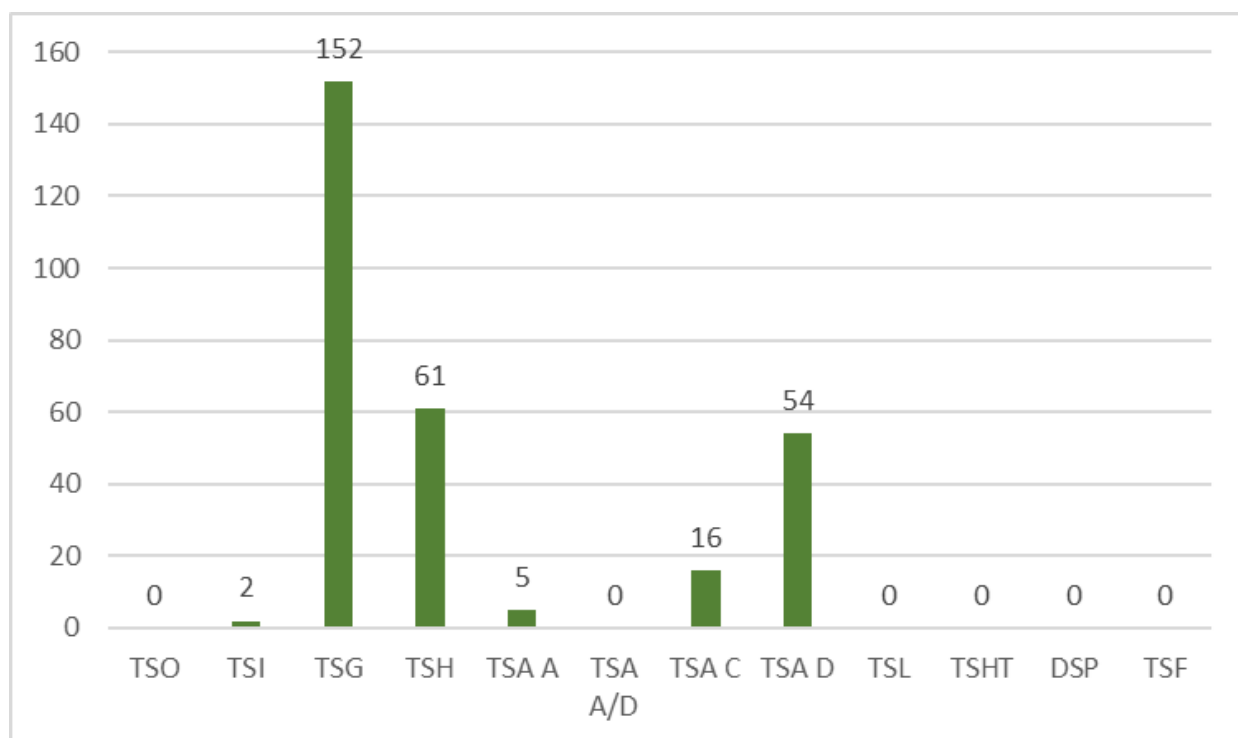


Figura 4. Percentagem de *terra sigillata* em Setúbal (342 NMI, segundo Coelho-Soares 2018).

(342 NMI) de quatro sítios de Setúbal (Praça de Bocage, Travessa de João Galo, Rua Francisco Augusto Flamengo e Rua António Joaquim Granjo, nº 19) mostra o domínio das importações gaulesas, seguidas das hispânicas, que, com as itálicas, representam 74% do conjunto, que corresponde a importações do Alto Império (Coelho-Soares 2018: 116, Figura 3) (Figura 4). No século III, detecta-se uma quebra significativa no consumo de *terra sigillata*, com quantidades mínimas de importações de TSA A e de TSA C, e ainda fraca de TSA D.

No que respeita à importação de bens alimentares exógenos, tomando como exemplo o conjunto de ânforas (436 NMI) provenientes de contextos publicados da Praça de Bocage, Travessa João Galo e Rua Francisco Augusto Flamengo, constata-se que as ânforas importadas representam apenas 6% do conjunto, sendo as restantes 94% importadas. A partir do séc. III, a percentagem de ânforas importadas é quase residual face às produzidas regionalmente (Silva 2018: 170). Na referida Rua António Joaquim Granjo, com uma ocupação de meados do século I até ao século III, num conjunto de 170 fragmentos de ânfora

(77 NMI), a percentagem de ânforas importadas sobe para 15% mas só cerca de um quinto pode ser considerado do século III ou mais tardia (Silva 2018: 162-171).

Serão estes dados o espelho de uma certa decadência comercial a partir do séc. III d.C. ou o reflexo de um assentamento de carácter mais modesto? Ou será a amostra pouco representativa, dada a contínua ocupação de Setúbal até ao presente, que não permite conhecer toda a realidade da cidade antiga?

Duas ânforas encontradas na Rua Fran Pacheco, uma (que se perdeu) com 11091 numismas e outra, do tipo Beltrán 65A (Spatheion 1D), com 7091 numismas, reflectem o entesouramento típico do séc. IV (Soares e Silva 2018: 12; Silva 2018: 170).

O que é expressivo nesta cidade é a continuidade da ocupação até ao séc. VI (Magalhães 2023: 8-9), com um bom contexto na Travessa de João Galo, 4-4B que dá maior solidez aos indícios de reformulação de espaços construídos, bem como a identificação, ainda que dispersa, de peças mais tardias, como o capitel do **séc. V-VI do Largo da Misericórdia**.

A Tróia romana

Ao invés de Setúbal, continuamente ocupada desde a época romana e fortemente urbanizada, Tróia foi abandonada no século VI ou no VII (Magalhães 2023), e as ventanias da costa atlântica, levando areias das praias em redor, encapsularam-na em dunas modeladas pelos seus próprios edifícios em ruínas. Estas dunas permitiram a excelente preservação de muitas estruturas arquitectónicas e dos depósitos que as circundam e preenchem, apenas afectados pela erosão costeira e pelo vandalismo, e expostos pela actividade arqueológica. Só uma pequena área em torno do casarão conhecido como Palácio Sottomayor, a sudoeste da Ermida de Nossa Senhora de Tróia, foi fortemente afectada por construções de época moderna e contemporânea. Esta boa preservação do registo arqueológico beneficia em muito o conhecimento deste assentamento romano, mas esse conhecimento não deixa de ser parcelar, tendo em conta que as altas dunas que o cobrem escondem ainda a maior parte do sítio arqueológico.

Não se conhece o nome antigo de Tróia, embora haja uma forte possibilidade de se tratar da ilha de Ácale referida por Avieno a sul do Cabo Espichel (Alarcão 2011: 324-325). J. de Alarcão também esboçou a possibilidade de se tratar de *Caepiana*, referida por Ptolomeu, mas ausente do Itinerário de Antonino, mas nada o prova (Alarcão 2011: 326). O que sabemos hoje é que o nome actual “Tróia”, que muitos autores associaram à Tróia de Homero, situada na Turquia, não terá esse fundamento. J. de Alarcão (2012: 340) assinalou que a palavra “tróia” figura nos dicionários portugueses antigos como “rede de pesca”, propondo esse significado para o nome do sítio. Existe também o verbo “troiar” que significa “pescar com a tróia” (Silva 1994), que explicará a razão para os habitantes da região se referirem sempre a este sítio como “a Tróia” ou “na Tróia”. Permite supor que a “tróia” fosse uma rede fixa, do estilo “armação”, que pode-

ria estar instalada na lagoa da Caldeira na baixa Idade Média.

O registo arqueológico mostra que, desde a época de Tibério, Tróia tem implantadas diversas fábricas de salga com 30 oficinas de salga identificadas (cinco das quais ainda não publicadas) (Figura 5) com cerca de 180 tanques visíveis, algumas das quais aglomeradas em fábricas, constituindo estas edifícios autónomos. As oficinas são de forma rectangular, seguindo vários modelos, com fiadas de tanques ao longo de três ou das quatro paredes, com uma área muito variável que pode ir dos 108 m² (oficina 3) aos 1106 m² (oficina 1), de acordo com as poucas oficinas cuja área total é mensurável (Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Pinto, Magalhães e Brum 2011 e 2014). No que respeita à capacidade de produção, apenas 85 dos 180 tanques visíveis são mensuráveis, indicando uma capacidade instalada de produção mínima, nos séculos I e II, de 1626 m², equivalente a 1 626 000 litros.

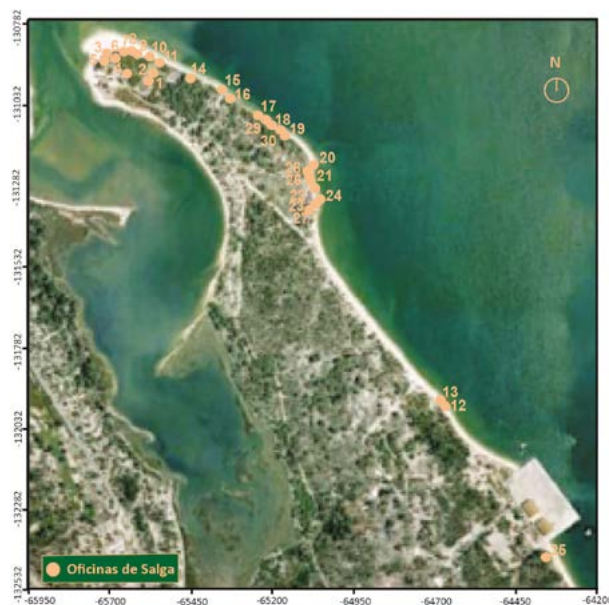


Figura 5. Localização das oficinas de salga de Tróia.

Outros edifícios mostram que este complexo industrial, que exigia uma enorme força humana de trabalho, se tornou, desde cedo, num *vicus* urbano-industrial, com casas, termas, poços, necrópoles, e mais tarde uma igreja paleocristã. As oficinas de salga e outras construções esten-

dem-se ao longo de 800 m de linha de costa com construção contínua, e surgem de novo a sudeste em dois núcleos isolados, um no Recanto do Verde, com as oficinas 12 e 13, e outro imediatamente a sudeste da Base Naval de Tróia, com a oficina 25, numa extensão total de cerca de 2 km.

É um contexto da oficina de salga 2, com materiais augusto-tiberianos, que sugere a fundação deste complexo industrial na época de Tibério (Pinto, Magalhães e Brum 2011: 137), e os materiais arqueológicos globalmente recuperados neste sítio não o desmentem. À excepção das três pequenas oficinas 11, 14 e 16 no topo de dunas, provavelmente tardias e sobre construções mais antigas, todas as outras se situam aproximadamente ao nível da praia e parecem ser do Alto Império, muitas delas com remodelações mais tardias.

Esta implantação de estruturas de produção foi feita, desde o início, num cadastro implantado previamente. J. Alarcão publicou uma primeira proposta em 2011 (Alarcão 2011: 337) e, em 2014, propusemos um cadastro que parte das mesmas duas vielas que ladeiam a oficina 4, replicando esse lote para noroeste e sudeste. Isto significa lotes com cerca de 1 *actus* de largura (1 *actus* = 120 pés romanos = 35,52 m), mas não conseguimos definir limites ou ruas transver-

sais noroeste-sudeste (Pinto, Magalhães e Brum 2014: 155 e Figura 16). Estes lotes são compridos e proporcionalmente estreitos, e sobretudo perpendiculares à linha de costa, assegurando o acesso ao rio de um grande número (Figura 6). Nalguns casos, verificou-se que os seus limites coincidem com as vielas que são visíveis da praia, na vertente das dunas, expostas pela erosão costeira.

As diferenças arquitectónicas nos diferentes lotes comprovam um loteamento prévio a qualquer construção, e sugerem a sua concessão a privados, individuais ou colectivos, que desenvolveram diferentes projectos de construção, sendo claro que não existem duas plantas de oficinas de igual dimensão. Este factor foi compreendido por R. Étienne, Y. Makaroun e F. Mayet (1994: 161-162), autores da primeira monografia que valorizou este complexo industrial, e que viram nele “um mundo de proprietários privados” que vedaram os seus lotes, sendo este complexo o resultado de uma justaposição de propriedades de diferentes tamanhos. A análise da gestão da água sugere o mesmo, pois há essencialmente poços, pequenas cisternas e condutas, obras isoladas e de pequena dimensão para resolver o abasteci-

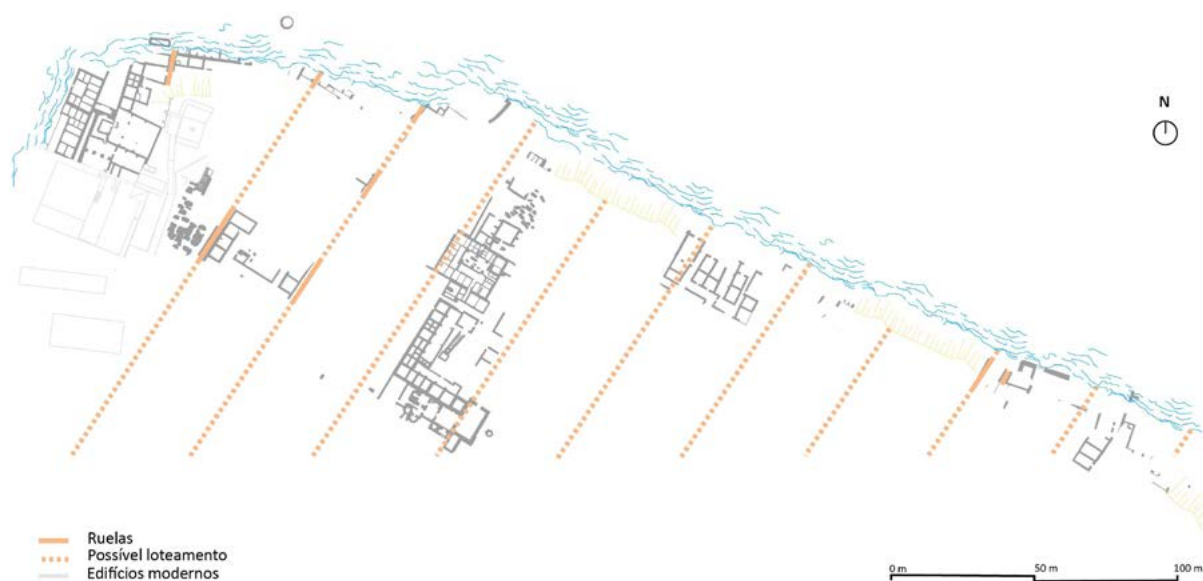


Figura 6. Loteamento de Tróia (Pinto, Magalhães e Brum, 2014).

mento de cada propriedade (Pinto e Magalhães no prelo).

O indiscutível loteamento prévio à construção das fábricas significa que alguém teve a visão de que aquela ilha ou quase-ilha arenosa era adequada a um grande complexo industrial que permitiria explorar em grande escala os ricos recursos da região em peixe e sal, dando resposta ao forte consumo e procura de peixe salgado e molhos de peixe no mundo romano contemporâneo. Parece-nos verosímil que essa decisão partisse da administração municipal da capital do município, *Salacia*. A inscrição reveladora de uma homenagem a *L. Cornelius Bocchus*, flâmine provincial e tribuno da III Legião Augusta (IRCP 207) encontrada em Tróia no século XIX, mas incompleta e actualmente perdida, liga este membro de uma importante família de *Salacia* a este complexo industrial (Morais e Bernardes 2011; Alarcão, 2011; Pinto, Magalhães e Brum 2011).

Os trabalhos arqueológicos realizados nos anos 90 sugeriram três fases de actividade das oficinas de salga, que têm vindo a ser confirmadas e melhor documentadas pelos trabalhos mais recentes (Étienne, Makaroun e Mayet 1994; Pinto, Magalhães e Brum 2018). A primeira fase terá decorrido do segundo quartel do século I até um momento indeterminado da segunda metade do século II, a segunda fase terá tido início no princípio do século III até à primeira metade do século IV, e a terceira terá decorrido deste momento até ao segundo quartel do século V.

Verifica-se, sobretudo, uma profunda mudança no início do século III: a área ocupada pelas fábricas em actividade parece reduzir-se pelo abandono de oficinas situadas a sudeste ao longo do século II (oficinas 12, 13 e 23), e a capacidade de produção reduz-se ainda pela segmentação de oficinas que implica o abandono de alguns tanques, processo melhor documentado nas oficinas 1 e 2. No final da segunda fase, verificam-se remodelações nas oficinas 1 e 2, o abandono da oficina 6 e a sua transformação em necrópole, e ainda a segmentação de um tanque

da oficina 18. O final da terceira fase está documentado pelo abandono dos tanques das oficinas 1 e 2 que passam a ser utilizados como depósitos de resíduos, essencialmente domésticos.

Foram descobertas apenas duas casas em Tróia, a casa da Oficina 6 e a casa da Rua da Princesa, ambas em escavações antigas. A casa da Oficina 6 foi construída em momento indeterminado, tem frescos do século II/III, e foi desactivada e remodelada no início do século IV para ser transformada em necrópole, razão pela qual subsistem paredes com pintura a fresco, mas não os seus pavimentos (Pinto *et al.* 2020b). A casa da Rua da Princesa tem pisos do séc. III-IV, mas o momento da sua fundação é desconhecido. De acordo com os Diários da Sociedade Arqueológica Lusitana, que descrevem a sua escavação no século XIX, os compartimentos do primeiro andar tinham mosaicos e paredes pintadas, e teria ainda, talvez num segundo andar, uma varanda porticada (Alarcão *et al.* 2020).

Além destas casas bem documentadas, existe outra casa a sudeste da referida casa da Rua da Princesa muito pouco escavada, e há indícios de outras. A escavação das oficinas 1 e 2 revelou abundantes fragmentos de estuque pintado e de loiça doméstica que sugerem que a casa do proprietário destas oficinas se situe a sudeste destas (Étienne, Makaroun e Mayet 1994: 162; Pinto, Magalhães e Brum 2012). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na oficina 4 em 2017 e 2019 revelaram níveis de enchimento de dois tanques de salga com abundantes fragmentos de mosaico branco e preto (Figura 7), centenas de tesselas e muitos fragmentos de estuque pintado, testemunhando um entulhamento com fragmentos de paredes e pisos de casas remodeladas ou demolidas não localizadas.

Tudo indica que havia proprietários de fábricas de Tróia com poder económico para ter casas com mosaicos e paredes pintadas, a viver em Tróia. A descoberta, em 2021, de uma sepultura da primeira metade do século III ricamente mobilada com 11 recipientes de vidro e objectos



Figura 7. Mosaicos de Tróia: a) Oficina 4 e b) Termas.

de ouro, prata, bronze e marfim também sugere a residência permanente em Tróia de pessoas abastadas na primeira metade do século III (Foy e Pinto, no prelo).

Faltam as casas dos muitos trabalhadores, que poderiam integrar áreas residenciais ainda não conhecidas.

O lote mais bem conhecido, com uma fábrica que engloba as oficinas 1 e 2, mostra ainda umas termas por trás da oficina mais afastada da praia. Ainda que não se conheça a data da sua construção, estas termas documentam a necessidade de oferecer condições às pessoas que viviam no local, mantendo as rotinas habituais. Já existiriam no Alto Império com uma área reduzida e foram alargadas provavelmente no início do século III, quando a oficina 1 foi segmentada. O *frigidarium* tem ainda, *in situ*, fragmentos de um mosaico geométrico no qual o padrão mais comum é a trança, e a cercadura é composta por fila contínua de volutas quadradas (Figura 7) (Limão et al. 2015).

Os vários cemitérios comprovam a instalação permanente de população em Tróia, a maior parte da qual, escrava, liberta ou livre, se presume que trabalhasse nas oficinas de salga. Excluindo a referida inscrição de Cornélio Boccho, as 23 inscrições legíveis que se conhecem de Tróia (IRCP 208-221, 222A, 222B, 223-224, 226, FE 447 e 627 (Almeida, Encarnação e Pereira 2017) e duas não publicadas), parecem referir-se maioritariamente a escravos, libertos e imigrantes, embora apenas uma tenha a referência explícita à condição de “liberto” (IRCP 211). Oito têm um só nome, sem filiação, dez têm dois ou três nomes, sem filiação, e os outros têm a sua epígrafe demasiado incompleta. Quatro nomes são claramente de origem grega e outros habituais em libertos e estrangeiros (Encarnação 1984: 275-292). Estes dados epigráficos, que se referem aos séculos I a III, sugerem uma população maioritariamente trabalhadora, sendo poucos aqueles com capacidade económica para terem sepulturas monumentalizadas com placa epigrafada.

As principais necrópoles conhecidas são a Necrópole da Caldeira, a Necrópole Ocidental, a Necrópole do Mausoléu e a Necrópole da Oficina 6 e Casa a Sudoeste, e existem ainda dois recintos funerários, o mausoléu e a igreja paleocristã, além de outras sepulturas dispersas e muitas tardias nos níveis de abandono. No seu conjunto, já revelaram mais de 350 sepulturas que, além de reflectirem a evolução da cremação para a inumação, são de diferentes tipos, desde o simples enterramento em fossa a arcos funerárias de pedra e tijolo, por vezes monumentalizadas com *cupae*, aras ou coberturas de *opus signinum*, além dos numerosos enterramentos em ânfora. Algumas *cupae* e aras funerárias têm inscrições ou são pintadas.

A necrópole com o mais longo período de actividade é a Necrópole da Caldeira, utilizada do século I até ao século V com 146 contextos funerários identificados, dos quais 39 são incinerações e 107 são inumações, 17 das quais em ânfora (Almeida 2008). Só duas sepulturas estão monumentalizadas com altar funerário e nove com *cupa structile* ou estrutura cupiforme. Apenas cinco sepulturas tinham inscrição funerária (IRCP 208, 212, 218, 220 e 223).

A Necrópole Ocidental (anteriormente designada por Necrópole das Sepulturas de Mesa) tem uma forte densidade de sepulturas da Antiguidade Tardia, essencialmente sepulturas de mesa, que se sobrepõem a níveis mais antigos. Nos níveis mais antigos há cremações e inumações, algumas monumentalizadas, tais como três *cupae structile* com diferente revestimento (estruque pintado, estruque e *opus signinum*) e duas aras funerárias, uma delas pintada. No seu conjunto, tem cerca de 27 sepulturas postas a descoberto nas escavações dos anos 70 (Almeida, Paixão e Paixão 1982), e 64 sepulturas de vários tipos nas escavações de 2011 e 2021. Destas, 41 são sepulturas de mesa rectangulares e 15 são “em sigma” (semicirculares), algumas destas, tanto rectangulares como em sigma, com uma placa de mármore (sempre anepígrafa) a representar a mesa. Apesar da densidade das

sepulturas de mesa do século IV sem inscrição, dos níveis de necrópole mais antigos foram recuperadas duas inscrições completas e fragmentos de mais sete, só uma já publicada (FE 627). A necrópole está ainda em estudo, mas parece ter sido utilizada desde a segunda metade do século II até meados do século IV (Pinto et al. 2024).

Outro recinto funerário é o Mausoléu junto à oficina 2, que se presume ter sido construído no início do século III (Étienne, Mayet, Makaroun 1994), com nove nichos nas paredes que seriam destinados a urnas com cremações, e dez sepulturas de inumação bem definidas e outras quatro possíveis.

Nas áreas circundantes do mausoléu, e especialmente a nordeste, vai surgir, em momento incerto, a Necrópole do Mausoléu, com sepulturas rectangulares em forma de arcos tumulares, algumas com tampas escalonadas, entre as quais duas sepulturas de mesa escavadas em 2005 sob a direcção de Álvaro Figueiredo (informação oral de P. Brum), e também ânforas funerárias. Esta necrópole prolonga-se até um momento indeterminado da Antiguidade Tardia, não anterior ao século V.

A Necrópole da Oficina 6 e Casa a Sudoeste (no núcleo da igreja paleocristã) terá surgido após o abandono destes dois edifícios, provavelmente na primeira metade do século IV (Pinto et al. 2019b: 387). A parte situada na zona da provável *domus* poderá ter sido originalmente um prolongamento tardio da Necrópole Ocidental, imediatamente a sudeste, mas esta necrópole tem características próprias que a distinguem, como a disposição regular das sepulturas de mesa rectangulares coladas umas às outras, por vezes com placa de mármore, e apenas uma pequena em forma de ferradura, sendo a necrópole mais estruturada de todas. A parte da necrópole instalada dentro da oficina 6 deu lugar à instalação de uma igreja paleocristã no final do século IV ou no início do V (Pinto et al. 2019b: 387).

O recinto funerário de data mais tardia será a própria igreja paleocristã, com 27 sepulturas

instaladas no seu pavimento, incluindo algumas *mensae* funerárias, até à data não estudadas (Pinto et al. 2019: 389, Figura 5). Foi proposto por J. Maciel (1996: 235) que esta igreja, cujas portas laterais estão entaipadas, se tenha tornado numa “basílica funerária”.

Por conseguinte, sobressaem em Tróia, a partir do século IV, as sepulturas de mesa, pela sua grande frequência e distribuição pelo sítio arqueológico. Além das já referidas em quatro dos conjuntos funerários, apareceu outra com uma depressão para libações contra uma parede pintada com cruzes páteas latinas na orla do estuário (Pinto et al. 2019a) e ainda outra, perto da oficina 20, com uma pequena placa de mármore incrustada (Pinto et al. 2022) mostrando a sua dispersão no sítio arqueológico.

Embora a frequência de sepulturas de mesa em Tróia se possa atribuir, em parte, à boa conservação das estruturas acima do nível de circulação proporcionada pela areia que as protegeu, não deixa de contrastar com a raridade deste tipo de sepultura noutras necrópoles conhecidas na Lusitânia. A presença destas sepulturas em Tróia mostra, antes de mais, uma forte interacção com outras regiões do Mediterrâneo ocidental na Antiguidade Tardia e a assimilação de práticas funerárias típicas desta grande região (Ardeleanu 2024: 158-159). Mas as características das sepulturas de mesa de Tróia sugerem também um certo regionalismo, a adopção de uma cultura funerária própria, pela sua simplicidade decorativa, pelas suas “mesas” de mármore por vezes muito pequenas, quase meramente simbólicas, e pela estreita convivência entre as semicirculares (em sigma) e as rectangulares, entre outros traços. Contrastam, por exemplo, com as sepulturas de mesa profusamente pintadas de Mérida, capital da província, e com as da Africa Proconsularis, geralmente com as suas “mesas” em mosaico (Ardeleanu 2024: 149).

Os materiais arqueológicos recuperados em Tróia são também uma preciosa fonte de informação sobre a vida económica deste aglomerado urbano-industrial. Tomando como

primeira referência a *terra sigillata*, constata-se a diversidade de fabricos, sobressaindo o peso absoluto das importações africanas, em particular o predomínio da *terra sigillata* africana D (Magalhães 2021), seguida pela *terra sigillata* africana C se considerarmos o número mínimo de indivíduos, mas com um peso inferior ao da *terra sigillata* gálica em termos de quantidades médias anuais (Magalhães, Pinto e Brum 2021). Ainda que esta frequência seja potenciada pelas escavações conduzidas em vários momentos nas oficinas 1 e 2, preenchidas com resíduos domésticos após o seu abandono, não deixa de reflectir o grande dinamismo económico de Tróia na Antiguidade Tardia (Figura 8).

As ânforas, por seu lado, tendo em consideração um conjunto de 3615 NMI (Almeida et al. 2014), mostram o predomínio das ânforas regionais (72%), próprio de um centro de produção, sendo 27% importadas e as restantes indeterminadas. As ânforas do Alto Império representam 41% do conjunto, e as da Antiguidade Tardia representam 59%.

As ânforas importadas mostram uma grande diversidade de formas e proveniências, desde a Bética, a Tarraconense, a Gália, a Península Itálica, o Mediterrâneo Central, a África do Norte até ao Mediterrâneo Oriental. No entanto, os principais fornecedores são a Bética, com 84% do número de ânforas nos séculos I e II e 45% nos séculos III-V/VI, e a África romana, com 50,6% das ânforas importadas nos séculos III-V/VI, e sobretudo no século III e primeira metade do IV.

A cerâmica de cozinha africana, até à data não assinalada em Alcácer do Sal ou Setúbal, está também bem representada em Tróia (149 NMI) (Magalhães et al. 2014) e um recente estudo das lucernas (406 NMI) revela um período de maior afluxo destes produtos a Tróia entre meados do séc. IV e meados do séc. V (Paul 2022).

Apesar de pouco numerosa, há cerâmica comum importada da Bética e de Pantelleria (Santos 2019: 115-118).

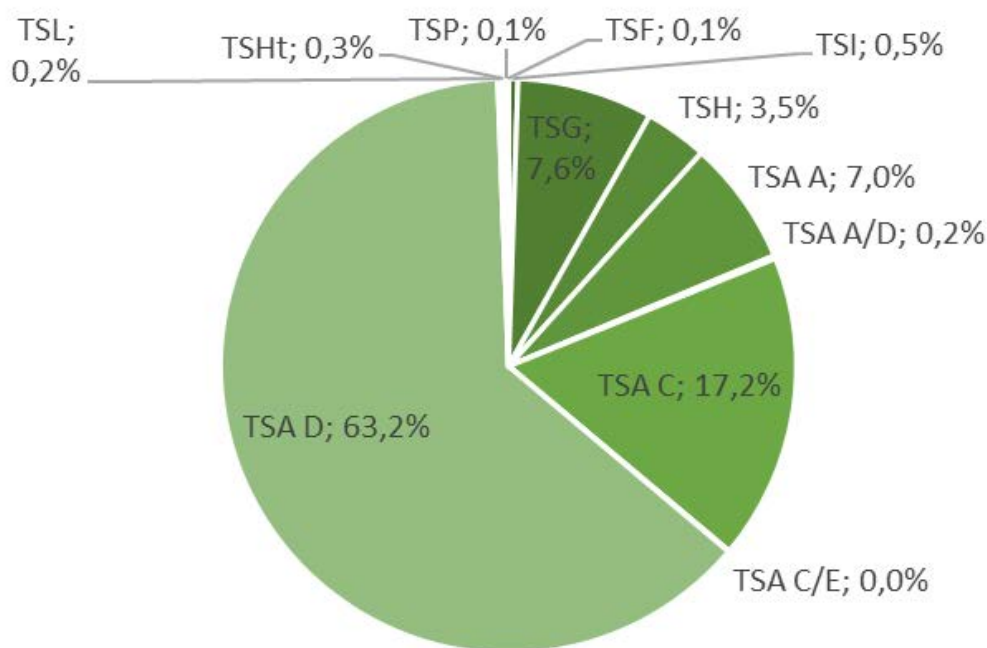


Figura 8. Distribuição das importações de *terra sigillata* de Tróia (7844 fragmentos, segundo Magalhães, Pinto e Brum 2021).

A importação e consumo de loiças em *terra sigillata*, bens alimentares recebidos em ânforas, cerâmica de cozinha africana, lucernas, vidros, e até alguma cerâmica comum, entre outros bens, reflectem um forte dinamismo comercial, e a apetência e capacidade aquisitiva dos habitantes de Tróia.

A relação entre Setúbal e Tróia na época romana

Ensaçando uma comparação entre Setúbal e Tróia na época romana, vemos Setúbal com uma excelente localização junto à foz do Sado e à Serra da Arrábida, com fácil acesso a matérias-primas como pedra, argila e madeira, e a bens alimentares que seriam produzidos nos campos envolventes, e aparentemente com espaço de construção. Já Tróia era um banco de areia no meio do rio, sem pedra, argila ou madeira, sem terra cultivável, mas com um espaço bastante extenso junto ao rio e uma igualmente excelente localização junto à foz do Sado.

Porque se ocupou esse grande areal que é Tróia, onde a construção e a vida quotidiana não seriam nada fáceis? Existindo o plano de criar um grande complexo industrial, que se adivinha pelo loteamento prévio, os atractivos de Tróia terão sido o extenso terreno sem valor fundiário, certamente público, e o seu excelente acesso ao rio e ao mar muito próximo, com boas condições de aproximação dos barcos pelo canal sul do estuário, que corre ao longo do sítio romano. Além disso, nessa época o terreno seria ainda bastante plano, sem as elevações e dunas que se foram formando gradualmente durante e após a ocupação romana, e o transporte das matérias-primas e dos contentores era facilitado pela distância muito curta entre a praia e as fábricas que confinavam com a praia. Esta boa acessibilidade e a intenção de criar um polo exportador terão compensado a sua insularidade, que obrigava a trazer de barco matérias-primas, bens de consumo e os próprios contentores para envasar a produção.

Os dados arqueológicos mostram-nos que Setúbal poderá ter sido, na época augustana, um pequeno estabelecimento dedicado à produção de

ânforas e preparados piscícolas, que cresceu e se manteve um aglomerado urbano polivalente, que produz ânforas até meados do século I, e preparados piscícolas até ao século II, e provavelmente só de forma muito episódica depois disso. De um modo geral, parece ter uma actividade produtiva pouco intensa.

Setúbal tem sinais de residências com algum luxo, talvez com peristilos e tanques, e sobretudo as duas casas com mosaicos de finais do século II e do século III. Uma delas (da Rua António Joaquim Granjo) foi abandonada no século III e transformada em pedreira, e a outra (da Rua Arronches Junqueiro) terá perdurado até ao século V/VI.

Tem uma cornija de um edifício público de curta duração na segunda metade do século II/inícios do III, um capitel de meados/segunda metade do século II e outro do século V/VI, que apontam para uma pequena cidade modesta, ou um grande *vicus*, sem grande investimento público.

A ser representativos, os dados arqueológicos mostram um maior dinamismo até ao século III, mas é indiscutível a continuidade de ocupação até ao século VI, confirmada pelo depósito da Travessa de João Galo, nº 4-4B. Os materiais recolhidos nas intervenções arqueológicas, por seu lado, sugerem um maior dinamismo económico nos séculos I-II e uma surpreendente escassez de bens de consumo importados na Antiguidade Tardia.

Tróia é ocupada na época de Tibério com o propósito muito claro de aí fazer surgir um grande complexo industrial dedicado à produção de preparados piscícolas, que implicou um loteamento prévio.

Quem tomou a decisão de lotear o terreno de Tróia e aí instalar grandes fábricas de salga de peixe? Tal como acima foi referido, parece-nos mais provável que essa decisão partisse da administração municipal da capital do município, *Salacia*, ou de membros da elite económica da *civitas*, do que do pequeno aglomerado urbano secundário que era Setúbal nessa época, o que

daria a Tróia um vínculo mais forte com *Salacia*. A inscrição de homenagem a *Cornelius Bocchus* encontrada em Tróia será prova disso.

Mas terá Tróia sido exclusivamente um complexo industrial? Devemos imaginar os proprietários das fábricas de salga a viver em *Salacia* ou em Setúbal e a desenvolver a sua actividade industrial à distância? A riqueza produzida em Tróia estará reflectida nessas duas cidades, ou principalmente em Setúbal?

Tróia também tem casas com pintura mural, pelo menos desde o século II, com a casa da Oficina 6 e tem mosaicos geométricos e muitos fragmentos de estuque pintado a entulhar tanques da oficina 4 que deverão pertencer a casas do Alto Império. E, tal como acima referido, foi sugerido em 1994 que a casa do proprietário da oficina 1 se situasse imediatamente a sudeste desta oficina. Acreditamos fortemente, sem poder ainda prová-lo, que o lote a sudeste do lote das oficinas 1 e 2 é de carácter residencial desde o início. Tudo indica que há proprietários abastados em Tróia desde o Alto Império.

A casa da Rua da Princesa, por seu lado, que também tinha mosaicos e paredes pintadas, espelha a residência de proprietários na Antiguidade Tardia, tal como J. de Alarcão (2011: 337) oportunamente assinalou. E a sudeste da Rua da Princesa há dunas altíssimas, as mais altas deste sítio arqueológico, que nunca foram investigadas e que podem esconder um núcleo predominantemente residencial, com edifícios de vários andares.

Tanto Setúbal como Tróia têm uma estruturação do espaço a partir de eixos NNE-SSW, orientação certamente ditada pela intersecção com a linha de costa, e ambas têm ruas. Tróia tem ruas por vezes muito estreitas, como a que se situa entre o lote da Oficina 4 e o lote a sudeste, com 1,10 m de largura (Pinto et al. 2015), ou aquela que se situa entre a Casa da Oficina 6 e a Oficina 5, com 1,78 m de largura (Pinto e Magalhaes no prelo). Em Setúbal conhece-se apenas uma rua, que tem cerca de 1,30 m de largura (Silva e Soares 2020: 173). Por conseguinte, as ruas

de Setúbal e Tróia não contrastam entre si, mas contrastam com a calçada parcialmente posta a descoberto em *Salacia*, na zona do depósito de água no castelo, com uma largura mínima de 5 m (Silva et al. 1880-81: 213).

A epigrafia revela uma população modesta em Tróia, com escravos, libertos, imigrantes e cidadãos que não invocam a sua filiação, mas não é possível compará-la ou estabelecer ligações com a população de Setúbal, onde não se conhece qualquer inscrição funerária ou de outro tipo.

Do ponto de vista das práticas funerárias, a única necrópole conhecida em Setúbal, a necrópole de São Sebastião, de inumação, cujo traço distintivo são sepulturas hexagonais, não tem paralelo em Tróia. Este sítio mostra uma panóplia de estruturas funerárias, com fossas, arcos funerárias de vários tipos, *cupae* e aras funerárias nos séculos II-III, e um vasto conjunto de sepulturas de mesa na Antiguidade Tardia, mas não se identificou até agora nenhuma sepultura hexagonal.

Também a única fábrica de salga de Setúbal que permite a leitura parcial da sua planta, a da Travessa de Frei Gaspar, apresenta duas fiadas paralelas de tanques, com paralelo em Sines (Étienne, Makaroun e Mayet 1994: 110), mas uma característica totalmente desconhecida nas oficinas de Tróia, todas de fiada única.

No que respeita ao consumo e à importação de loiças e bens alimentares, os dois sítios têm amostras muito diferentes que não facilitam a comparação. Mas é de sublinhar que Tróia recebeu grande variedade e quantidade destes bens durante o seu período de ocupação. E apesar de ser um centro produtor que utilizava largas quantidades de ânforas regionais, tem quase um terço de ânforas importadas.

Conclusão

O registo arqueológico mostra que Setúbal é um aglomerado urbano polivalente, que terá tido

alguns edifícios públicos e actividade comercial e industrial mais forte no Alto Império, mas parece ter sido uma cidade modesta, que provavelmente nunca usurpou as funções administrativas de *Salacia*. Mas temos que admitir que a informação é muito parcelar e que não dá uma imagem muito clara da sua fisionomia na época romana.

Tróia parece ter evoluído rapidamente de um complexo industrial para um aglomerado urbano-industrial com uma economia própria e uma identidade própria. Tinha proprietários residentes e uma circulação de bens de consumo importados que indica que a riqueza gerada pela actividade industrial era largamente gozada no próprio local. Na Antiguidade Tardia adoptou uma cultura funerária própria do Mediterrâneo Ocidental, mas com traços locais.

A proximidade geográfica terá proporcionado laços estreitos entre Setúbal e Tróia, e uma forte interacção entre os habitantes de uma e outra, que se podiam traduzir em laços familiares e também em relações de negócios, sendo perfeitamente plausível que cidadãos de Caetobriga tenham investido em Tróia e participado na riqueza produzida aí. Mas além de utilizarem os mesmos tipos de pedra da serra da Arrábida, as mesmas ânforas e loiças produzidas nas olarias do Sado, e de serem verosimilmente abastecidas em alimentos pelas mesmas *villae* a norte do rio e do seu estuário, nada indica que Setúbal e Tróia fossem a mesma cidade.

Essa proximidade manteve-se após o abandono da Tróia romana, e perdurou até aos nossos dias através da continuidade de Tróia como lugar sagrado, ainda hoje lugar de romaria anual dos habitantes de Setúbal (Pinto 2023).

O desenvolvimento da investigação em Setúbal e em Tróia poderá contribuir para uma melhor compreensão destes aglomerados populacionais e ajudará a definir o seu estatuto no quadro da ocupação romana do baixo vale do Sado.

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 1988. Roman Portugal, vol. II, Oxford.
- ALARCÃO, J., 2011. Os Cornelii Bocchi, Tróia e Salacia. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010), Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia, Lisboa-Madrid, p. 323-347.
- ALARCÃO, J., 2012. Tróia. In BARROCA, M. e ALARCÃO, J. (coord.), Dicionário de Arqueologia Portuguesa. Porto: Figueirinhas, p. 339-340.
- ALARCÃO, J. (2017) – A Lusitânia e a Galécia do séc. II A.C. ao séc. VI D.C. Coimbra.
- ALARCÃO, J., PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. e SANTOS, F., 2020. 3.18 Ruínas Romanas de Tróia. A Casa da Rua da Princesa (Tróia, Portugal). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA: Monografias y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 233-244.
- ALMEIDA, J. P., 2008. A necrópole romana da Caldeira, Troia de Setúbal. Escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX. Tese de Mestrado entregue à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I e II.
- ALMEIDA, J.; ENCARNÇÃO, J. D' e PEREIRA, T., 2017. 627. Lápide funerária de Tróia (Conventus Pacensis), Ficheiro Epigráfico, 159, Coimbra: Instituto de Arqueologia Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
- ALMEIDA, F., PAIXÃO, J. C. e PAIXÃO, A. C., 1982. Cementerio Paleocristiano o Romano Tardio de Tróia (Portugal). In II Reunió d'Arqueologia Paleocristiana Hispánica. Barcelona: Universidade de Barcelona, p. 259-263.
- ALMEIDA, R.; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2014. Ânforas piscícolas de Tróia: contextos de consumo versus contextos de produção. In MORAIS, R., FERNÁNDEZ, A. e SOUSA, M. J. (eds), As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso da Sociedade de Estudos da Cerâmica Antiga da Hispânia (SECAH) (Braga, 4 a 6 de Abril de 2013), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tomo I, p. 405-423.
- ARDELEANU, S., 2024. Ritualized funerary mensae of the Western Late Antique World. In KREMMER, G., POLHAMMER, E., KOPF, J. e BEUTLER, F. (eds), Zeit(en) des Umbruchs (Akten des 17. Internationalen Kolloquiums zum provinzialrömischen Kunstschaffen, Wien – Carnuntum, 16.-21. Mai 2022), Austrian Archaeological Institut, Viena, p. 145-162.
- COELHO-SOARES, A., 2018. Terra sigillata. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 111-118.
- CASTELO-BRANCO, F., 1963. Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. Separata da Revista Ocidente, vol. LXV, p. 1-100.
- CONEJO DELGADO, N., 2021. Uso y circulación de moneda en Castro de Chibanes (Palmela, Setúbal): siglos II – I a.C. In SILVA, C. T. e SOARES, J. (coords.), O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017, Setúbal Arqueológica, 20. Setúbal, p. 347-356.
- COSTA, I. M. da, 1905. Estações prehistoricas dos arredores de Setubal: habitações prehistoricas ao longo da costa maritima: estação prehistorica da Commenda: estações de Outão, O Arqueólogo Português, vol. X, p. 185-193.
- COSTA, J. M. da, 1960. Novos elementos para a localização de Cetobriga. Os achados romanos da cidade de Setúbal. Setúbal: Câmara Municipal.

- DIOGO, A. D. e FARIA, J. C., 1990. Fornos de cerâmica romana no vale do Sado. Alguns elementos. In ALARCÃO, A. e MAYET, F. (eds.), *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio* (Actas das Jornadas de Estudo, Conímbriga, 1988). Coimbra/Paris, p. 173-186.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. e MAYET, F., 1994. *Un grand complexe industriel à Tróia* (Portugal). Paris: Éditions E. de Boccard.
- FARIA, A. M. (1992). Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca* 1, p. 39-48.
- FE 447: ENCARNAÇÃO, J. d'; PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2012. Árula funerária de Tróia (Conventus Pacensis), *Ficheiro Epigráfico*, 99, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- FE 627: ALMEIDA, J., ENCARNAÇÃO, J. d'; PEREIRA, T., 2017. Lápide funerária de Tróia (Conventus Pacensis), *Ficheiro Epigráfico*, 159, Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- FERNANDES, I. C. e CARVALHO, A. F., 1995. *Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho* (Herdade do Zambujal) – Primeiros Resultados. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal: Câmara Municipal do Seixal, p. 73-106.
- FOY, D. e PINTO, I. V. (no prelo). *Un exceptionnel lot de verres du IIIe siècle dans la tombe de la doyenne de Troia* (Grândola- Portugal). *Journal of Glass Studies*. The Corning Museum of Glass.
- GOMES, F. B. e ALVES, C., 2017. - The final phases of the Olival do Senhor dos Mártires necropolis (Alcácer do Sal, Portugal). *The Roman Republican material*, SPAL 26, Sevilha, p. 87-111.
- IRCP: ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra.
- LIMÃO, F., MAGALHÃES, A. P.; PINTO, I. V.; BRUM, 2015. Between otium and negotium: the frigidarium mosaic from the baths of the industrial fish-salting complex in Tróia (Portugal). In TROVABENE, G. E BERTONE, A. (a cura de), *XII Colloquio AIEMA ATTI* (Venezia, 11-15 settembre 2012). Paris, Association International pour l'Étude de la Mosaïque Antique, p. 265-270.
- MACIEL, J., 1996. *Antiguidade tardia e paleo-cristianismo em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MAGALHÃES, A. P., 2021. *Troia. A terra sigillata da Oficina 1*. Escavações de 1956-1961 e 2008-2009, Suplemento nº 10 de *O Arqueólogo Português*, Imprensa Nacional / Museu Nacional de Arqueologia / Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa.
- MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. e PINTO, I. V., 2014. The significance of African cooking ware in Lusitania: the case of Tróia (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43 (Catania, 23-30 de Setembro de 2012), Bona, p. 701-708.
- MAGALHÃES, A. P.; PINTO, I. V. e BRUM, P., 2021. Preliminary results on the Gaulish terra sigillata from the fish-salting production centre at Tróia. In Viegas, Catarina & Bustamante-Álvarez, macarena (eds.), *South gaulish sigillata in SouthweSt hispania. Circulation and ConSumption*, Estudos & Memórias, 18. Lisboa: UNIARQ - Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p.117-129.
- MAGALHÃES, A. P., 2023. Living on the Edge: Commerce and Trade on the Southwest Lusitanian Port Ensembles in Late Antiquity, *Al-Masâq*, 35:3, p. 326-342.
- MAYET, F. e SILVA, C. T., 2016. Roman amphora production in the Lower Sado Region. In PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.), *Lusitanian Amphorae*:

- Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10, Oxford: Archaeopress, p. 59-71.
- MAYET, F. e SILVA, C. T., 2017. Olarias romanas do Sado. In FABIÃO, C.; RAPOSO, J.; GUERRA, A. e SILVA, F., Olaria Romana: seminário internacional e ateliê de Arqueologia experimental. Lisboa: UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologias de Almada, p. 221-238.
- MORAIS, R. e BERNARDES, J. P., 2011. Cornelius L. F. Bocchus e a economia da Lusitania. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010), Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia, Lisboa-Madrid, p. 123-131.
- PAUL, K., 2022. Die römischen Lampen aus Tróia (Lusitanien). Betrachtungen zur wirtschaftlichen Entwicklung einer Hafensiedlung. Tese de Mestrado entregue à Philipps-Universität Marburg.
- PEREIRA, P. A., 2014. Conjunto de cetárias no Centro Histórico de Sesimbra, Musa, 4, Setúbal, p. 157-160.
- PIMENTA, J., FERREIRA, M. e CABRITA, A. C., 2016. The Roman Kilns at Estrada da Parvoice, Alcácer do Sal (Portugal). PINTO, I. V.; ALMEIDA, R. R. e MARTIN, A. (eds.), Lusitanian Amphorae: Production and Distribution, Roman and Late Antique Mediterranean Pottery 10. Oxford: Archaeopress, p. 73-79.
- PINTO, I. V., 2023. Tróia, um lugar sagrado. In CARVALHO, J. A., CASIMIRO, J., MIGUEL, M. e PINTO, I. V., O círio de Nossa Senhora de Tróia, edição de José António Carvalho, Setúbal.
- PINTO, I. V. e MAGALHÃES, A. P., no prelo. Aprovisionamento e gestão da água no complexo industrial de Tróia. SPAL – Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla, Sevilha.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2011. O complexo industrial de Tróia desde os tempos dos Cornelii Bocchi. In CARDOSO, J. L. e ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.), Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (6-8 de Outubro de 2010). Academia Portuguesa da História. Real Academia de la Historia. Lisboa-Madrid, p. 133-167.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.P. e BRUM, P., 2012. Tróia. A grande fábrica. Portugal No Tempo Dos Romanos, Visão História, nº 17 (Setembro de 2012), p. 84-89.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2014. An overview of the fish-salting production centre at Tróia (Portugal). In BOTTE, E. e LEITCH, V. (eds), Fish & Ships. Production et commerce des salsamenta durant l'Antiquité (Actes de l'atelier doctoral à Rome, 18-22 juin 2012), Bibliothèque d'Archéologie Méditerranéenne et Africaine 17, Aix-en-Provence, Centre Camille Julian, Éd. Errance, p. 145-157.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P. e ALMEIDA, J. P., 2014. Novos Dados sobre a Tróia Cristã. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; MACIAS, S. e LOPES, V. (coords.), O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão – Southwestern Iberian Peninsula between Rome and Islam, Mértola: Campo Arqueológico, p.104-123.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P. e BRUM, P., 2018. A reassessment of the fish-salting workshops 1 and 2 of Tróia (Portugal): the ceramic contexts, Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta 45 (Lisboa, 25 de Setembro a 2 de Outubro de 2016), Bona, p. 153-162.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; SANTOS, F., 2019. Problemática em torno da basílica de Tróia. In Tarraco Biennal, Actes 4t Congrès International d'Arqueologia I Món

- Antic (VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en L'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives), Tarragona, 21-24 Nov. 2018), Tarragona, p. 385-393.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; MACIEL, J., 2019a. Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal (Portugal). In MACIEL, J.; LIMÃO, F. (coord.), Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII. Amadora: Canto Redondo, p. 432-441.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; SANTOS, F. e BRUM, P., 2020. 3.19 Ruínas Romanas de Troia - Casa da Oficina de Salga 6 (Grândola, Portugal). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA: Monografías y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 245-253.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A.; P. BRUM, P.; FIGUEIREDO, M.; SANTOS, F.; GABRIEL, S., 2022. Uma sepultura de mesa na Ponta do Verde (Tróia). In PINTO, I. V.; GOMES, Rosa V.; PÉREZ MACÍAS, J. A. (Coords.) (2022), Do Período Romano Imperial à Idade Contemporânea. Actas do IX Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, vol. 2. DIGITAR – Digital Journal of Archaeology, Architecture and Arts, 8 p. 102-121.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; BRUM, P.; MACIEL, M. J., 2019a. Representação da cruz paleocristã em Tróia de Setúbal (Portugal). In MACIEL, M. Justino e LIMÃO, F. (coords.), Horizontes Artísticos da Lusitânia. Dinâmicas da Antiguidade Clássica e Tardia em Portugal. Séculos I a VIII. Amadora: Canto Redondo, p. 432-441.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. SANTOS, F., 2015. PIPA 03/2013 – Valorização das Ruínas Romanas de Tróia – Relatório de Progresso 2014. Relatório poli-
- copiado submetido à Direcção Regional de Cultura do Alentejo.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. e SANTOS, F., 2019b. Problemática em torno da basílica de Tróia. In LÓPEZ VILAR, J., Tarraco Bienal. Actes 4t Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic. VII Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica. El Cristianisme en l'Antiguitat Tardana. Noves Perspectives (Tarragona, 21-24 de Novembre de 2018), Universitat Rovira i Virgili – Institut d'Estudis Catalans, Tarragona, p. 385-393.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., BRUM, P. SANTOS, F., 2020a. Ceramic Evidence in the Fish-Salting Workshop 23 at Troia (Portugal): Amphorae and Pitchers, *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 46 (Cluj-Napoca, 23-30 de Setembro de 2018). Archaeopress, Oxford, p. 105-114.
- PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V., 2014. O núcleo fabril do Recanto do Verde (Tróia), Setúbal Arqueológica, 15, Setúbal, p. 217-244.
- PINTO, I. V., MAGALHÃES, A. P., SANTOS, F., BRUM, P., 2020. 3.19 Casa da Oficina de Salga 6 (Tróia, Portugal). In António Pizzo (ed.), La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana, MYTRA 6. Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 245-253.
- SEPÚLVEDA, E. e BOLILA, C., 2018. Cerâmicas de paredes finas e lucernas. In SILVA, C. T. (coord.), Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 119-142.
- SILVA, A. M., 1994. Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, Vol. V, Mem Martins: Editorial Confluência, Lda.
- SILVA, C. T., 1990. Arqueologia de Setúbal. Para o conhecimento das origens da cidade, Setúbal na História, Setúbal: LASA.
- SILVA, C., 1996. Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In Ocupação romana dos

- estuários do Tejo e do Sado. *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Seixal: CMS, p. 43-54.
- SILVA, C. T., 2018. Ânforas romanas. In SILVA, C. T. (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 161-174.
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A., 2014. Preexistências de Setúbal. A ocupação da Época Romana da Travessa de João Galo, nºs. 4-4B. In *Simpósio Internacional de Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*, Setúbal Arqueológica, 15, Setúbal, p. 305-338.
- SILVA, C. T. e COELHO-SOARES, A., 2016. Creiro (Arrábida): um estabelecimento de produção de preparados de peixe da Época Romana, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 19, p. 211-234.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A., DUARTE, S. e GODINHO, R. M., 2014. Preexistências de Setúbal. 2ª campanha de escavações arqueológicas na Rua Francisco Augusto Flamengo, nos. 10-12. *Da Idade do Ferro ao Período Medieval*, Musa, 4, p. 161-214.
- SILVA, C. T. e SOARES, J., 2021. O Castro de Chibanes na conquista romana. *Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*, Setúbal Arqueológica, 20, Setúbal.
- SILVA, C. T., SOARES, J., BEIRÃO, C. M., DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A., 1980-81. Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*, 6-7, Setúbal, p. 149-218.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. e COELHO-SOARES, A., 1986. Fábrica de salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar, Setúbal. In *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (1985)*, Setúbal, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, p. 155-160.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. e WRENCH, L. N. C., 2010. Os primeiros mosaicos romanos descobertos em Caetobriga. *Musa*, 3, p. 149-164.
- SILVEIRA, T.; ANDRADE, F., PINTO, I. V.; MAGALHÃES, A. P.; CABEDAL, V., 2014. Enchimento de praia para protecção das ruínas romanas de Tróia: projecto e acompanhamento arqueológico. *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, 15, p. 259-305.
- SOARES, J., 2000. Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida, Trabalhos de Arqueologia 14*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 101-130.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 1973. Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal), *Separata das Actas das II Jornadas Arqueológicas I*, p. 6-42.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 2018. Introdução. Caetobriga: cidade fabril e polinucleada na foz do Sado. In SILVA, C. T. (coord.), *Caetobriga. O sítio arqueológico da Casa dos Mosaicos*, Setúbal Arqueológica, 17, Setúbal, p. 11-42.
- SOARES, J. e SILVA, C. T., 2020. 3.11 CAETOBRIGA (SETÚBAL, PORTUGAL). In António Pizzo (ed.), *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania romana*, MYTRA: Monografías y Trabajos de Arqueología 6, Mérida: Instituto de Arqueología, CSIC – Junta de Extremadura, p. 165-176.
- SORIA, V., 2018. La ceramica a vernice nera italiana e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- VIEGAS, C., 2014. Terra sigillata imports in Salacia (Alcácer do Sal, Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta* 43, p. 755-764.
- VIEGAS, C., 2016. O sítio romano da Comenda: novos dados sobre a campanha de 1977. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. e VIEGAS, C. (eds.), *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos & memórias (UNIARQ)*, Lisboa, p. 439-465.

La Ciudad Portuaria de *Onoba Aestuaria*

Juan M. Campos Carrasco¹

Universidad de Huelva

Javier Bermejo Meléndez²

Universidad de Huelva

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_3

RESUMEN

La fundación de la actual ciudad de Huelva, y su posterior desarrollo, ha estado siempre vinculada al mar por su condición de puerto natural. Ello ha contribuido a que ésta destacase de otros núcleos habitados del entorno inmediato por su condición de ciudad cosmopolita, al haber sido frecuente la presencia en el puerto de marinos y comerciantes de todo el mundo conocido en cada momento. En épocas protohistórica y romana, la ría de Huelva se conformaba como un amplio golfo o ensenada, donde las olas podían romper al pie de una pequeña península -los cabezos de Huelva- que se situaba como ahora entre los ríos Tinto y Odiel. Las investigaciones sobre la etapa romana, *Onoba Aestuaria*, han tenido un notable desarrollo en las dos últimas décadas, siendo especialmente significativo los avances referidos a la estructura urbana y el puerto.

PALABRAS CLAVE

Arqueología romana; *Onoba Aestuaria*; Huelva (España).

ABSTRACT

The foundation of the current city of Huelva, and its subsequent development, has always been linked to the sea due to its condition as a natural port. This has contributed to making it stand out from other inhabited centers in the immediate environment due to its status as a cosmopolitan city, as there has been a frequent presence in the port of sailors and merchants from all over the known world at all times. In protohistoric and Roman times, the Huelva estuary was shaped like a wide gulf or inlet, where the waves could break at the foot of a small peninsula - the Cabezos de Huelva - which was located between the Tinto and Odiel rivers. Research into the Roman period, *Onoba Aestuaria*, has seen remarkable development in the last two decades, with particularly significant advances in the urban structure and the port.

KEYWORDS

Roman archaeology; *Onoba Aestuaria*; Huelva (Spain).

1 ORCID iD: [0000-0002-4930-2515](https://orcid.org/0000-0002-4930-2515); campos@uhu.es

2 ORCID iD: [0000-0002-1905-8398](https://orcid.org/0000-0002-1905-8398); javier.bermejo@dhis1.uhu.es

1. Introducción

La ciudad portuaria de *Onoba Aestuarium* se localiza bajo la actual ciudad de Huelva en el estuario de los ríos Tinto y Odiel, en el extremo suroccidental de Hispania, en lo que podríamos calificar como los confines de la *Baetica* (Figura 1). Esta zona fue una de las más influenciadas desde fines del II Milenio por corrientes comerciales mediterráneas, fenicias y griegas principalmente. El Cinturón Ibérico de Piritas, la franja mineralizada de más desarrollo de la Península Ibérica, con concentraciones rentables de plata, cobre e hierro, y el cruce de caminos entre el mundo atlántico y el mediterráneo, fueron los dos elementos que contribuyeron a esta circunstancia. El enclave presenta una secuencia multifásica que abarca desde fines del II milenio hasta el presente, sin solución de continuidad. Esta dilatada secuencia cronológica contiene algunos episodios de especial relevancia histórica, caso de la etapa tartésica, a la que se había dedicado la casi totalidad de los estudios arqueológicos sobre la ciudad y que han tenido como consecuencia negativa el olvido de otros periodos históricos. Es este el caso del periodo romano, tan olvidado y poco conocido hasta el punto de haberse forjado una imagen negativa sobre él que lo definía como un núcleo de escasa importancia en el contexto de la Bética (Luzón Nogué, 1975; Amo, 1976; Blanco y Rothenberg, 1981; Fernández, García y Rufete, 1997; Fernández, Rufete y García, 1992). Sin embargo, en las dos últimas décadas se ha dado un impulso decidido al estudio de la etapa romana generando la publicación de un significativo número de trabajos culminados con la edición de una monografía sobre el enclave de *Onoba Aestuarium* (Campos Carrasco, 2011) y dos tesis doctorales, una dedicada exclusivamente a

la ciudad (Delgado Aguilar, 2016) y la otra a las necrópolis de todo el *terminus* de la colonia, con especial dedicación al núcleo urbano (Fernández Sutilo, 2020). Algunos de estos trabajos se han dedicado de forma específica a los suburbios (Campos, 2010; Campos y Bermejo, 2017) o al área portuaria (Campos y Gómez, 1999; Campos Carrasco, 2018, Bermejo, Campos y Rodríguez, 2017; Campos, 2022) mientras que, en otros, ambos temas se han tratado de forma general (Campos, 2002 y 2010). Todo ello permite afirmar que la ciudad de *Onoba* debió de jugar un cierto papel relevante en el contexto del occidente de la Bética, merced a la existencia de su estratégico puerto hacia donde se dirigían las producciones de los tres sectores que conformaban la economía del área onubense, la minería, la agricultura y las salazones. Esta circunstancia hizo posible que muy probablemente *Onoba Aestuarium* alcanzara el estatuto colonial quizás desde época de Augusto (Campos, Vidal y Ruiz, 2010).

2. La Topografía

Para comprender la estructura urbana de *Onoba* es preciso conocer las características topográficas del lugar donde se asienta la ciudad. La topografía de Huelva en la Protohistoria y Antigüedad, a la que ya se han dedicado otros trabajos (Campos, 2011; Gómez y Campos, 2001) presenta unas peculiaridades que condicionaron sobremanera la estructura urbana de la ciudad y su entorno inmediato.

La ocupación humana del lugar donde ahora se asienta la ciudad de Huelva comenzó siendo en altura, sobre los llamados cabezos, un paleocantilado flandriense de Edad Holocena de altura algo mayor de 40 m. que conforma una península de forma alargada que proporcionaba al asentamiento un alto valor estratégico (Figura 2).



Figura 1. Huelva en el estuario de los ríos Tinto-Odiel.

La extensión de la ciudad a las zonas más bajas debió de producirse desde la Protohistoria, de forma que entre los siglos finales del II Milenio y los primeros del I Milenio a.C., el inicio de la ocupación efectiva de Huelva, el punto donde se sitúan los cabezos, reuniría las condiciones necesarias para su uso como puerto marítimo-fluvial, al cual se podía acceder desde el mar por brazos mareales entre bajíos arenosos y/o esteros de naturaleza muy dinámica, hecho confirmado poco después por Estrabón, al mencionar la situación de *Onoba* en los esteros, pudiendo remontarse entonces los ríos Tinto y Odiel hasta puntos más al interior que en la actualidad, al tiempo que otros esteros de menor consideración, hoy totalmente colmatados, también hacían accesibles desde el río Tinto otros puntos cercanos a los cabezos.

El aspecto de Huelva en el pasado sería muy diferente del actual, pues desde la fase previa a su ocupación, se habría formado una topografía muy accidentada por efectos de la erosión diferencial, generando cabezos como los de San Pedro-Cementerio Viejo, Molino de Viento, La Esperanza, del Pino, Padre Julián, La Joya, Roma, o Mondaca, la mayoría hoy desaparecidos, que quedaron aislados unos de otros por grandes

tajos, en algún caso de impresionante pendiente, como resultado de la erosión puntual natural en forma de cárcavas y barrancos. Entre estos grandes cortes, habría que destacar las vaguadas en rampa que se situaban entre los cabezos de El Cementerio Viejo-San Pedro-Mondaca que vertían a la marisma del Molino de la Vega y, especialmente, la que todavía se observa entre San Pedro-El Molino-La Esperanza, un auténtico colector o eje de drenaje de las arroyadas que se inician en esos cabezos, el cual finaliza sobre la marisma en un punto cercano al lugar donde actualmente se encuentra la antigua estación del ferrocarril Huelva-Sevilla.

En la actualidad, y probablemente a lo largo de la ocupación de la ciudad, estos ejes de drenaje han dado lugar a la distribución de calles y manzanas, según se observa al relacionar la topografía con la urbanística. El último de los mencionados más arriba sigue el trazado de las actuales calles Plácido Bañuelos - Plaza de las Monjas - Vázquez López (Figura 2).

En cuanto a la línea mareal, ésta tendría un diseño sinuoso, con entrantes y salientes muy pronunciados, coincidiendo los entrantes más desarrollados con los ejes de drenaje que daban lugar a amplios espacios en forma de abanico y, por tanto, los senos

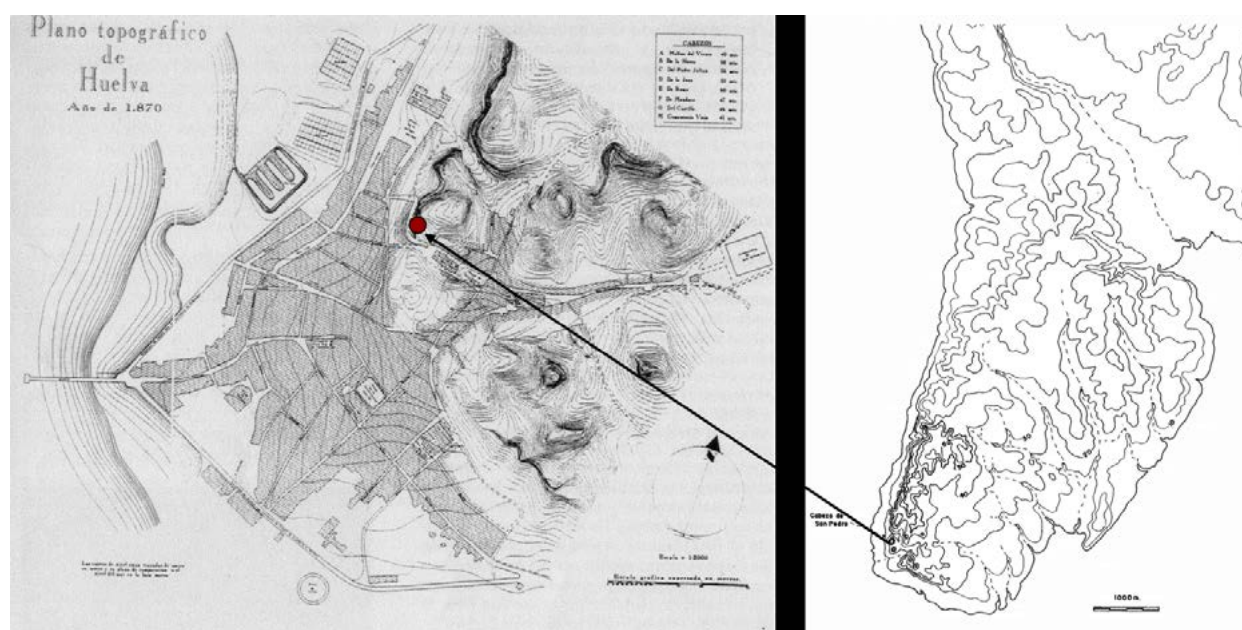


Figura 2. Mapa topográfico de Huelva en el s. XIX y la península y sus cabezos en el contexto de la Ría de Huelva.

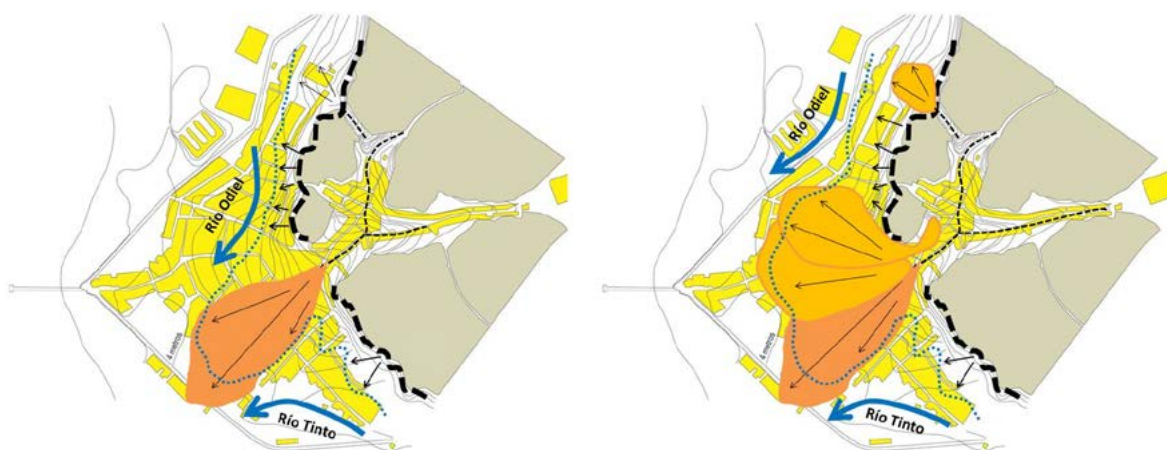


Figura 3. Rasgos morfológicos principales del estuario de Huelva en la confluencia de los ríos Odiel y Tinto en época protohistórica (A) y romana (B). Propuesta de línea de costa en función de la dinámica de abanicos y conos aluviales.

con el inicio de esteros o depresiones muy inestables al estar influenciados por el avance de las aguas en las pleamares. De esta forma, en vez de una línea de marisma recta y uniforme situada al sur de los cabezos, en situación cambiante a medida que los trabajos de consolidación y la propia dinámica natural la fuese transformando, habría que interpretar que a lo largo de la ocupación de la ciudad en esa línea de marea alternarían puntales elevados unos metros sobre el agua con esteros y áreas de marisma no consolidada (Figura 3).

Una fisonomía que queda perfectamente reflejada tanto en los planos del siglo XIX (Figura 2)

como en un documento contenido en el Archivo Municipal de Huelva (Campos, 2015). Se trata de un óleo sobre tabla de 1830 que representa a la Villa de Huelva desde la Ría donde puede observarse, además de los cabezos, uno de los puntales, donde se ubica el Arco de la Estrella, y los dos entrantes a ambos lados del mismo, recreando el aspecto que el puerto ya debió de tener en la Antigüedad (Figura 4).

El hecho de que en unas zonas aparezcan hoy restos arqueológicos a bastantes metros de profundidad en relación a la rasante actual, y que en otras zonas meridanas surjan a la misma



Figura 4. Huelva en 1830. Óleo sobre tabla de autor desconocido (Archivo Diego Díaz Hierro).

profundidad niveles de fondo de esteros, es la constatación de esa situación quebrada, no uniforme, de la línea del agua, tan complicada y extraña si no se entiende su morfología.

Pero como antes señalábamos, el paisaje onubense se ha ido transformando considerablemente a lo largo del tiempo sobre todo por la acción del hombre que ha traído como principal consecuencia la práctica desaparición de los cabezos y con ellos la de muchos restos arqueológicos de los asentamientos que se situaban en altura. La documentación archivística ha permitido conocer el proceso de destrucción de los cabezos de Huelva ocupados desde la Antigüedad, comenzando por el desmonte de los del Molino de Viento y del Cementerio Viejo, desaparecidos completamente, así como los rebajes o *peinados* realizados en el de San Pedro y los de La Esperanza, de los que sólo ha quedado una parte. Este proceso continúa en la actualidad con la desaparición de otros cabezos como el del Pino que está generando una nueva topografía de la ciudad que poco tiene que ver con la que nuestros antepasados vivieron.

3. La Protohistoria. El Nacimiento de la Ciudad y su Puerto

Como se ha señalado, no será hasta fines del II milenio/inicios del I milenio, cuando pueda hablarse con propiedad de un asentamiento urbano y de la existencia en la ría de un puerto importante a través del cual se comenzarían a materializar unos contactos que van a interrelacionar a la sociedad local con marinos y comerciantes procedentes de otros puertos lejanos.

En estos momentos se confirma la existencia en la ciudad de Huelva de una sociedad avanzada. Ello era debido a su condición de puerto y lugar de confluencia de las relaciones que ya se venían estableciendo entre los círculos del comercio extrapeninsular. En momentos tan tempranos

sus gentes se fueron familiarizando con otras lenguas, costumbres o estéticas, y es lógico que tuvieran acceso prontamente a las modas y a las nuevas corrientes culturales, tecnológicas y religiosas que se implantarían desde entonces en el mundo antiguo. Ello contribuyó a que esta sociedad portuaria fuese cosmopolita, muy dinámica y claramente abierta al exterior.

Algo más tarde, la producción intensiva del cobre y de la plata en las minas onubenses del Cinturón Ibérico de Piritas, cuyo puerto natural de salida ha sido siempre la ría de Huelva, sería un factor de atracción relevante para la presencia en el Occidente de los primeros comerciantes fenicios y, antes de la fundación de Cádiz, la plata tartésica ya había comenzado a distribuirse por las costas de la franja sirio-palestina en abundantes cantidades. A este respecto es clarificador el texto de Diodoro de Sículo cuando nos transmite que los barcos venían con anclas de plomo y regresaban con anclas de plata. Aunque quizás esto resulte algo exagerado, lo cierto es que el incremento de las transacciones comerciales fue la razón del establecimiento de un puerto permanente en la ciudad, momento desde el que su vocación de intercambio ha sido la principal actividad económica del lugar. Tal es así, que la ciudad de Huelva en época protohistórica se convirtió en uno de los puntos comerciales principales del Mediterráneo, sobre todo a partir del siglo VIII a.C., como consecuencia del intercambio de metales, principalmente plata procedente de los minerales de la Faja Pirítica Ibérica (Campos y Gómez, 1999).

De los inicios del siglo VIII a.C. el peso específico del puerto se deduce porque cráteras áticas para mezclar el vino como las que se conservan en el Museo Provincial, sólo han aparecido en necrópolis reales y en las capitales de los reinos entonces involucrados en el comercio de los metales. De tipo aristocrático son las tumbas localizadas en la Joya (Figura 5), cuyos ajuares funerarios no tienen parangón en otras necrópolis del período orientali-

zante del siglo VII a.C. Junto a los cadáveres se depositaron jarros de bronce, objetos de plata y oro, vasos de alabastro, o marfiles y sobre todo aparecieron los restos de un carro fúnebre, que fue tirado por dos caballos para llevar a su tumba a un personaje de gran relevancia social.

Poco después, durante todo el siglo VI a.C., en el puerto de Huelva se asiste a la llegada de otros marinos muy dinámicos que intercambiarán sus mercancías por plata, con gran éxito, habida cuenta del poder económico de las elites locales que podían adquirir una variada y suntuosa vajilla cerámica en la que están representadas obras maestras de los más famosos pintores y alfareros griegos del período arcaico (Figura 6).

En lo que a restos portuarios de este periodo se refiere, el lugar más relevante de los exhumados hasta ahora es el santuario, corazón del emporio en el que se convierte la ciudad, sobre todo a partir del s. VIII, como consecuencia del crecimiento comercial y demográfico que tuvo lugar. Alrededor del santuario giraría toda la actividad económica del puerto, cerca del cual se articulaba la logística de embarque y desem-

barque (Toscano, 2020). A este lugar, los navegantes, procedentes de la costa sirio-palestina y del Egeo, acudirían para pagar el tributo correspondiente, además de poder realizar ofrendas y rituales para pedir la protección en sus travesías y dar gracias por la llegada a puerto.

En torno a este santuario, al norte del mismo, se ubican una serie de estructuras portuarias relacionadas con la actividad metalúrgica. Al sur, se ubican varios edificios de grandes dimensiones de los siglos VII-VI a. C., y se localiza la concentración de los materiales griegos más selectos, entre ellos la muestra más antigua de cerámica griega importada de todo occidente.

Muy recientemente se han descubierto restos muy significativos del puerto protohistórico en el antiguo edificio de Hacienda, consistentes en un complejo de almacenes portuarios fechados en una amplia banda cronológica entre los ss. VIII-VI a. C.

En los años finales del siglo VI a. C., en las excavaciones dejan de aparecer importaciones griegas de la calidad anterior, un hecho que ha sido relacionado con el cese de la explotación y



Figura 5. Selección de artefactos que forman parte de ajuares de diferentes tumbas de la necrópolis de La Joya (Museo de Huelva).



Figura 6. Selección de cerámica griega localizada en Huelva (Museo de Huelva).

del comercio de la plata local, que daría lugar a la pretendida crisis de Tarteso. Los siglos V-III, coincidentes con un período de crisis minero-metalúrgica representarán un período mucho más austero que el inmediatamente anterior.

4. ONOBA AESTUARIA. La Ciudad y el Puerto en Época Romana

La importancia del puerto se retomará en época romana erigiéndose como un nudo comercial de primer orden en los circuitos mediterráneos y atlánticos. Dotado de importantes infraestructuras de diversa naturaleza, *horrea*, *cetariae*, *officinae*, *lanterna*..., supone a día de hoy una de las áreas portuarias más significativas de las ciudades del arco atlántico hispano.

4.1. La época republicana.

La ocupación selectiva del territorio.

La realidad que el territorio onubense presentaba a la llegada de Roma es muy diferente según

los distintos ámbitos geográficos que componen la provincia. Mientras que la Sierra y el Andévalo, con la excepción de las explotaciones mineras, contarían con amplias zonas en las que la densidad de población sería muy pequeña, en la Tierra Llana, por el contrario, el hecho urbano estaba notablemente desarrollado, concentrando la mayor parte de la población.

Roma encontró a su llegada al Suroeste de la Bética una estructura muy parecida a la del Bajo Guadalquivir, aunque aquí, dada la producción metalúrgica, muy influida por el mundo púnico-gaditano.

La Romanización será un proceso de intensificación de la explotación económica, que lógicamente lleva aparejado un cambio en las estructuras políticas que la dirigen, y que quizás se ejemplifica de manera simple en el comienzo de la acuñación monetaria en los *oppida* turdetanos que ya vertebraban el territorio en época prerromana, Huelva (*Onoba*), Niebla (*Ilipla*), Mesa del Castillo (*Ostur*) y Tejada la Nueva (*Ituci*).

Aunque es clara la influencia de la explotación minera y la producción metalúrgica en el sistema de poblamiento, sobre todo en momentos en los que la producción metálica se convirtió en la

pieza clave de la economía del suroeste peninsular, como sucedió en el período Orientalizante por la fuerte demanda de plata desde las colonias fenicias, también se deja ver que en las etapas en las que el metal perdió importancia, este patrón de asentamiento se mantuvo en las áreas no mineras gracias a la potenciación de otros recursos, especialmente los agrícolas y ganaderos. Es la etapa de consolidación de los grandes *oppida* (*Onoba*, *Ilipla*, *Ostur*, *Ituci*, etc.), cuya hegemonía en el territorio nada tiene que ver con la producción metalúrgica (Guerrero, Campos y Pérez, 1999).

También el comercio seguiría jugando un papel destacado en la economía de estos *oppida*, pues si bien el comercio del período Orientalizante favoreció este poblamiento en lugares estratégicos entre la Ría de Huelva y el Bajo Guadalquivir, esta vocación comercial se mantendría hasta época romana, siendo origen de una vía que enlazaba la desembocadura del Guadiana (*ab ostio fluminis Anae*) con *Hispalis* (Bendala, 1987; Bendala, Gómez y Campos, 1999).

En definitiva, a la llegada de Roma al oeste de la *Baetica* las bases económicas estaban asentadas, y entre sus recursos destacaban las salazones de los asentamientos costeros, la producción agrícola de los grandes *oppida* de la campiña, y la producción de plata de algunos distritos mineros del Andévalo, como Riotinto, cuya producción se había relanzado a partir de mediados del siglo III a. C. Este esquema no será alterado por la política de Roma, sino potenciado para alcanzar mayores rendimientos, y no será únicamente la minería el factor desencadenante de la Romanización, aunque la atención prestada a la zona minera por su producción de plata y cobre al reservarse el estado su explotación (Pérez, 2002), hizo desencadenar una fuerte migración hacia estas minas desde otras provincias hispanas a comienzos del siglo I d.C. (Blanco y Luzón, 1966).

En lo que a Huelva respecta, aunque con toda seguridad la remodelación que se produce en la ciudad en el siglo I d. C., a la que luego nos referiremos, borró gran parte de los niveles de

época republicana, se han detectado indicadores de esta época documentados en las excavaciones de la ciudad cuyo poblamiento, contrariamente a lo creído hasta ahora, debió extenderse por el mismo espacio que ocupó la ciudad protohistórica, es decir tanto por los cabezos como por las zonas bajas.

Así, se detectan niveles republicanos, representados por cerámicas campanienses y ánforas grecoitalicas, en las estratigrafías realizadas en el Cabezo de San Pedro (Belén et al., 1978; Amo y Belén, 1981) y sus alrededores (González, Guerrero y Echevarría, 2006), así como en otras zonas más bajas, casos de la calle Palos (Osuna, 1998) y Plaza de las Monjas (Limón, 2007), que atestiguan la presencia de Roma en la ciudad desde principios o mediados del s. II a. C.

Un indicador más puede argumentarse para resaltar la importancia de Huelva en época republicana: la acuñación de moneda en la ceca republicana de *Onuba* en el s. II a. C. (Figura 7) que no hace sino evidenciar el relanzamiento de los intercambios comerciales bajo la égida de Roma, y el hecho de que este enclave seguiría capitalizando el papel de puerto atlántico por donde saldría la mayor parte de la producción metalúrgica lo que propiciaría una rápida ocupación de la ciudad desde los inicios del siglo II a.C.



Figura 7. Reverso de una moneda de Onuba.

4.2. La etapa imperial.

La condición jurídica.

A comienzos del imperio hay que situar la intensificación de la colonización agrícola de la campiña y de las producciones de salazones en los enclaves costeros, para producir los alimentos necesarios para el abastecimiento de los numerosos poblados mineros del Andévalo. Era una producción agrícola y pesquera cuya distribución y comercialización estaba asegurada en las comarcas cercanas.

Sobre la colonización agrícola de la campiña estamos mal informados. A la falta de documentos epigráficos que hubieran ayudado a conocer las principales *gentes* que se establecen en ella, se une la escasez de prospecciones arqueológicas, sólo sistematizadas hasta ahora en los términos municipales de Niebla (Pérez, Gómez y Campos, 2002) y Huelva. Los escasos epígrafes coinciden en señalar que la colonización es labor que se lleva a cabo en el tránsito entre el siglo I a.C. y el I d.C., en plena época augustea, y las familias, los *Calpurnii* y los *Sempronii*, y la tribu a la que se adscriben estos ciudadanos, la *Galeria*, son el testimonio de los intereses de Roma en la puesta en explotación de estos territorios (González, 1989).

Ajena a esta colonización rural, este sistema mantuvo la vertebración del territorio en torno a grandes *civitates*, *Ilipla*, *Ostur*, *Ituci*, y *Onoba* que, salvo el caso de esta última, no alcanzarán el rango municipal hasta tiempos flavios tras la generalización de la extensión del derecho de ciudadanía, momento a partir del que las nuevas aristocracias municipales, adscritas a la tribu *Quirina*, incorporan en estos nuevos municipios los principales elementos de representación de la ciudad romana, la *munificentia*, el culto ciudadano, y los *ludi romani* (Pérez, Campos y Gómez, 2000).

En lo que al hinterland de *Onoba* se refiere, se concentra en él una de las dos áreas importantes, la otra es Niebla, para la producción alfarera

cuya producción no sólo debió de estar orientada a abastecer las necesidades de la ciudad convirtiéndose en industrias que producían envases y materiales de construcción para toda la zona. Los alfares que se localizan en las proximidades de Huelva son Los Jimenos, Estero de Domingo Rubio, Valdemaría, El Eucaliptal, Las Coijillas, Parque Moret y Barriada de La Orden. La tipología anfórica de estos talleres nos ofrece un marco cronológico que abarca desde el siglo I d.C. hasta el siglo V d.C., bien ejemplificado en el taller de Los Jimenos. Si hacemos un balance conjunto de esta producción de la campiña y de las tierras ribereñas del río Tinto, la producción estuvo destinada en época alto-imperial a la elaboración de dolios, ánforas (Haltern 70, Beltrán I, Beltrán IIB, Dressel 8, Dressel 14 y Dressel 20), cerámicas comunes, y materiales de construcción. En época bajo-imperial los tipos de ánforas más representativos son las formas Keay XXII y Keay XXIII.

Así planteado, la zona de Huelva inicia la producción agrícola en los mismos parámetros que el Valle del Guadalquivir con las formas Haltern 70 y Dressel 20 en la primera mitad del siglo I d.C., pero las peculiaridades del mercado de las minas, desembocaría finalmente en la definición de otros tipos de envases, porque sólo se destinan las ánforas para el transporte de las salazones mientras la producción agrícola utilizaba otro tipo de recipientes. Un único hallazgo puede mostrar la comercialización de estos productos a larga distancia, el pecio Planier (Laubenheimer y Gallet, 1973; Pker, 1992), donde se encontraron lingotes de cobre de procedencia onubense (Figura 8) y ánforas de salazones béticas, pero los distintos puntos de carga de los *navicularii* no certifican esta asociación, aunque si permite sospechar que *Onoba*, hacia donde confluía el tráfico fluvial de las alfarerías y embarcaderos de Niebla y donde se hallaban también otras alfarerías, pudo convertirse en el gran puerto de embarque de estos productos metalúrgicos del Andévalo y de las salazones de la costa.



Figura 8. Lingote de cobre hallado en el Pecio Planier 4 con referencia a la Colonia *Onobensis*.

Este hallazgo explica suficientemente la adscripción minero-metalúrgica del hábitat romano de *Onoba*, aunque en la ciudad no hayan aparecido escorias de este periodo, puesto que es desde Augusto cuando se impulsaría la explotación de los minerales del Cinturón Ibérico de Piritas, que se mantuvo activa hasta el siglo III d.C. (PÉREZ, 1998), siendo el puerto de Huelva la salida natural del metal elaborado a pie de mina. Por otra parte, las factorías de salazón documentadas implican la vinculación de *Onoba* a una más de las estrategias productivas lucrativas imperantes en la costa atlántica desde épocas anteriores (Belén y Fernández-Miranda, 1989; Campos, Pérez y Vidal, 1999).

En cuanto a la ciudad, la mayoría de los registros obtenidos se encuadran entre los siglos I y VI d. C. evidenciándose un claro periodo de revitalización en el siglo I d.C., si bien es cierto que se detecta una significativa reducción de indicadores arqueológicos pertenecientes a un periodo comprendido entre fines del siglo II y principios del III, alcanzando incluso mediados de esta centuria. En ese periodo se detecta una ausencia en la actividad de la factoría de

salazones, tanto en el registro de la excavación de los años 70 (Amo, 1976), como en las más recientes de 2001 (Lozano y González, 2004). Igualmente, el registro funerario está acorde con estas cronologías por lo que todo parece indicar un periodo de receso poblacional y de las actividades durante el mismo. A partir de mediados del siglo III d. C. parece recuperarse la producción de salazones y se datan nuevas construcciones domésticas, aunque más pobres que las anteriores (Mercado y Mejías, 1999), al igual que se recupera el registro funerario. A este respecto es preciso señalar que una situación similar se detecta en las factorías de todo el litoral, especialmente en las excavadas de El Eucaliptal (Campos y Vidal, 2006) y el Cerro del Trigo (Campos, Vidal y Gómez, 2014), donde los niveles correspondientes a fines del II y sobre todo hasta mediados del III d. C. son prácticamente inexistentes. Por el contrario, esta situación contrasta con las secuencias que se obtienen en los yacimientos del interior, como es el caso de la ciudad de *Arucci* (Campos et al., 2007) o *Ilipla* (Campos, Gómez y Pérez, 2006), e incluso en los más cercanos, pero alejados de la línea de costa como la villa de La Almagra (Campos, Vidal y Gómez, 2005). En todos ellos, el registro perteneciente a la etapa comentada no presenta ausencia de ningún tipo.

Todo lo argumentado anteriormente lleva a pensar en la posibilidad de la existencia de algún tipo de catástrofe natural, probablemente un *tsunami*, que azotó el litoral onubense en esas fechas (Campos, Bermejo y Rodríguez, 2014; Bermejo et al. 2022) al igual que lo hizo siglos después, en 1755, con el conocido *Terremoto de Lisboa* que supuso también en esta ocasión una verdadera catástrofe para la ciudad (Fombuena, 1999). Este tipo de fenómenos son relativamente frecuentes en el Golfo de Cádiz y el Círculo del Estrecho durante la Antigüedad como insinúan los abandonos detectados en los yacimientos de Carteia y Baelo Claudia (Bernal et al., 2007: 383 y ss.).

La condicion jurídica

Una vez argumentada la importancia que *Onoba* debió desempeñar en el ámbito territorial del suroeste de la Bética, es preciso señalar unas notas sobre la cuestión de la condición jurídica que este enclave ostento en época romana y al que hemos dedicado otros trabajos (Campos, Vidal y Ruiz, 2010).

No es extraño pensar que la ciudad adquiriera el máximo rango jurídico, el de *colonia*, y los privilegios que Roma concedía a las ciudades. Ningún núcleo del ámbito onubense recibiría tal privilegio, y aquellos que fueron promocionados, lo serían sólo a la categoría de *municipium* en época Flavia.

Es en este contexto en el que hay que valorar la existencia de uno de los pocos documentos epigráficos con los que cuenta la ciudad. Se trata de una inscripción, hallada en el sur de Francia, en la Bahía de Marsella, en el denominado Pecio Planier, sobre un lingote de cobre (Figura 8) (Benoit, 1962: 147-176; Laubenheimer-Leenhardt, 1973). Con independencia del debate que la lectura de este lingote ha generado sobre la adopción de *Onoba* del estatuto colonial (Campos, 2011, Campos, Vidal y Ruiz, 2010), interesa aquí apuntar la relación que este epígrafe presenta con el puerto de la colonia, pues la interpretación del párrafo *Pro(curatores) Col(oniae)* como *PRO(curatores) (portus) COL(oniae) ONO(bensis)* con unas funciones similares a las que pudo tener el *Procurador ad ripam Baetis* (Abad, 1975: 86; Muñiz, 1980: 246), explicaría la interpretación de un cargo no atestiguado para las colonias pero que en este caso podría tratarse de la existencia de un administrador encargado en el puerto de certificar la tara de los lingotes, procedentes de las minas antes de ser embarcados, como ocurre en otros *Portoria* de la bética ubicados en ciudades marítimas, como *Malaca* o *Gades*, y fluviales, como *Ilipa*, *Astigi*, *Corduba* e *Hispalis* en el Guadalquivir (Muñiz, 1980: 241-44).

Es decir, se atestigua la existencia de una *procuratela* en el puerto de *Onoba* que habría que poner en relación con el *fiscus* imperial, que a buen seguro debió tener su correspondiente conexión funcional en otros puertos del Mediterráneo occidental, y con la existencia de *procuratelas* en *Ostia*.

5. La Estructura Urbana

5.1. El área *intra moenia*

Las más recientes investigaciones permiten esbozar las líneas generales de la estructura urbana de la ciudad de época romana (Campos, 2011) hasta hace muy poco prácticamente desconocida.

Los restos de ocupación de las zonas altas de la ciudad, que se han perdido para siempre pero que han quedado recogidos en los testimonios historiográficos de los autores citados, indican que gran parte de *Onoba* se extendía por los desaparecidos cabezos de El Molino de Viento y de San Pedro, heredando la ciudad romana-republicana el lugar ocupado ininterrumpidamente desde el segundo milenio a.C.

El estado actual de las investigaciones permite establecer la existencia de dos zonas (Figura 9), además de la ubicada en altura, más o menos definida. La primera en torno a las Plazas de San Pedro, La Soledad y Calle Pablo Rada con restos de viviendas, una plaza enlosada con grandes lastras, que recientemente hemos identificado con unas termas (Bermejo, Campos y Rodríguez-Vidal, 2017) (Figura 10) y donde se vienen sucediendo en los últimos meses hallazgos de diversa consideración, todavía inéditos, y por valorar. La otra, que aparece más nítida, se correspondería con un barrio portuario del que más adelante nos ocuparemos.

De lo expresado, resulta un hábitat de cierta importancia que, además de en las alturas mencionadas y de acuerdo con todo lo anterior,

se extendía por las faldas del espacio llano situado entre dichos cabezos, fundamentalmente por el lugar ocupado por la villa de la Edad Moderna. Este recinto tendría una entrada por la actual calle de San Sebastián (Figura 9) que perpetua el camino romano de salida de la ciudad y que conduce a *Ilipla* (Niebla), otra por la calle San Andrés, donde recientemente se ha descubierto una puerta de la ciudad romana (Figura 11) y otra más en la cuesta empedrada existente entre el perdido Cabezo del Molino de Viento y el de San Pedro, donde se ubicó la portada de la Villa

en pie hasta fines del s. XVIII. Hacia el sur, quizás el límite estaría en la prolongación de lo anterior hacia la actual Plaza de las Monjas, alcanzando la c/ Pérez Carasa donde han aparecido restos de edificaciones de la zona portuaria. Más hacia el sur, en la c/ Vázquez López, se localiza una de las necrópolis de la ciudad en uno de los espigones (Figura 9).

Los cuatro puntos anteriores dibujan un recinto, en cuyo interior y exterior puede apreciarse el trazado de los principales ejes viarios de la ciudad y su continuación hacia el exterior y que son espe-



Figura 9. Recreación de Huelva en época romana con indicación de los restos documentados.

cialmente perceptibles en el parcelario y curvas de nivel del plano de 1870 (Figura 2). Aunque lógicamente, dada la topografía del solar ocupado por la ciudad romana, no es posible pensar en una ciudad organizada ortogonalmente, si que se aprecian en el urbanismo actual los dos ejes principales que articularon la ciudad en sentido aproximado norte-sur y este-oeste, aprovechando los pasos naturales entre los cabezos.

El recinto amurallado

Aunque los cabezos proporcionan defensas naturales, es lógico pensar que el recinto señalado se encontraría rodeado, al menos en parte, de una muralla. En favor de esta hipótesis puede apuntarse la opinión del geógrafo árabe al-Himyarī, en su obra *Kitāb Al-rawd al-mit-ār*, (Huici, 1964) escrita en el siglo XV. Los primeros elementos monumentales destacables de esta cerca son los importantes restos descubiertos en las inmediaciones de la Plaza de San Pedro (González, Guerrero y Echevarría, 2006). Dichos restos tratan de un gran lienzo de muralla y restos de una puerta elaboradas en *opus quadratum*, isódoma con alternancia de sogas y tizones, descubiertas a los pies del cabezo de San Pedro, en conexión con la necrópolis norte y el acceso a la



Figura 10. Pavimento y escalinata de C/ Pablo Rada, 4 (Fernández, García y Rufete, 1997: 74).

ciudad por este sector (Campos, 2011, 96). Este lienzo de muralla/puerta (Figura 11), probablemente de factura prerromana, sufrirá innumerables reformas posteriores, especialmente en el periodo islámico, que enmascararán la obra original; no obstante, se puede presentar como



Figura 11. Detalles de la muralla y puerta localizadas en Pl. San Pedro.

una interesante novedad en fase de estudio. Esta muralla poseía una altura próxima a los 8 metros en la que se abría un gran vano de acceso el cual muestra numerosas estructuras parásitas que complejizan su planta y alzados.

Casas

En el área inmediata al acceso norte, en la actual calle la Fuente, se identificaron los restos de diversas estructuras domésticas con una cronología altoimperial (Mercado y Mejías, 1999), de lo que se deduce la existencia de un área de residencia en esta zona alta o barrio norte de la ciudad, próxima a las inmediaciones del cabezo de San Pedro. El análisis de los mismos, acompañado de la revisión del numeroso *instrumentum domesticum*, así como restos de pintura parietal, permite establecer diversos momentos o fases en la ocupación de estos ambientes de manera diacrónica, que desde momentos de Claudio, alcanzarían fechas indeterminadas del s. III d.C. (Delgado, 2016, 143, 144).

Las termas

En dirección sur, próxima al área portuaria y en la zona intermedia de la ciudad antigua que se encuentra a los pies del cabezo de la Esperanza y Molino del Viento, lo que actualmente es la calle Pablo Rada en su unión con calle Palos, se localizan diversos restos monumentales excavados en la década de 1990 (Fernández, Rufete y García, 1997) que por su fábrica y naturaleza fueron relacionados inicialmente con el espacio forense de la ciudad (Campos, 2011; Delgado, 2016). En el conjunto de dos solares colindantes, números 2 y 4, se localizaron una serie de restos (Figura 10), una solería de mármol asociada a diversas estructuras muradas, que por su tamaño envergadura y disposición se corresponden con un edificio público-monumental. A día de hoy estas estructuras, así como su excavación, están en fase de revisión. Las características del enlosa-

do, su disposición, las estructuras muradas que se asocian a él en los distintos solares, la topografía, así como la existencia de dos cisternas una de ellas con unas grandes dimensiones (4x4 m) y todo un conjunto de canalizaciones, permiten establecer como hipótesis de partida la posibilidad de que dichos restos pertenecieran a un conjunto termal y que el enlosado se trate de una *piscina* o *natatio*, con sus escalones de acceso (Bermejo, Campos y Rodríguez-Vidal, 2017).

5.2. Los suburbios

En cuanto al área circundante del núcleo urbano de *Onoba* (Figura 9), esta se caracteriza, además de por la presencia de las necrópolis y las calzadas de acceso, por la zona portuaria y las instalaciones relativas a las actividades económicas propias de la periferia, las salazones y las explotaciones agrícolas. A todos estos elementos nos referiremos en los apartados siguientes.

Las vías de comunicación

Antes de definir las actividades que se desarrollan en los suburbios de la ciudad, es preciso esbozar brevemente las características del viario de acceso a la misma. Como es natural, las vías de comunicación, tanto las de acceso a la ciudad como las que la atraviesan, están condicionadas por las características topográficas que antes hemos apuntado. Algunas de estas vías de comunicación, que han sido objeto de un estudio específico (Ruiz, 1998), pueden detectarse con más o menos fiabilidad, habiendo dejado en la mayoría de los casos unas huellas muy perceptibles en el actual sistema de comunicaciones. *Onoba* se encontraba en la vía 23 del Itinerario de Antonino *Ab Ostio Fluminis Anae Emeritan usque* la cual entraba a la ciudad, procedente del norte, de la zona minera y bordeando los cabezos por la actual calle Aragón o Vázquez Limón, por la puerta oeste encajada, entre los cabezos del Castillo o de San Pedro y del desaparecido Molino

de viento, en la calle Daoiz. Esta calzada atravesaría, antes de llegar a la ciudad, varios establecimientos rurales como La Orden y Peguerillas. Tras atravesar la ciudad discurriría a través de la calle San Sebastián, aprovechando la vaguada entre los cabezos de el Pino y La Esperanza, por la Avenida de Andalucía, discurriendo sobre un antiguo camino rural, atravesando la *villa* de La Almagra, y otros asentamientos rurales, además de las ciudades de la Tierra Llana, *Ilipla* e *Iptuci*, hasta alcanzar *Italica*. De este acceso natural de entrada a la ciudad se hace eco P. Madoz (1847) “*La entrada es por una garganta o dos callejones que van a terminar en la ermita de San Sebastián. De aquí se dividen dos elevados montes que redoblándose el de la derecha por el norte y el de la izquierda sobre el sur van abriendo un espacio capaz para la situación de la villa*”. Por el acceso norte la vía continuaría entre los cabezos de San Pedro y del Pino, siempre en dirección norte, pasando entre las laderas bajas de los cabezos de Mondaca, al oeste, y de Roma, al este (Ruiz, 1998: 97). Por el sur, se encontraría la zona portuaria por lo que no existe desarrollo alguno de la vía de comunicación fuera de la ciudad por este sector.

Las necrópolis

Como es habitual, la ocupación de la periferia *onobensis*, antes descrita, se completa con la instalación de las necrópolis formando un cinturón en torno al núcleo urbano (Fernández, 2020; Vidal y Campos, 2006; Fernández, Campos, Vidal, 2013). Con los datos disponibles hasta el momento y a partir de la propuesta de articulación urbanística realizada se han podido ubicar tres necrópolis relacionadas con la ciudad de *Onoba*, constatadas ya arqueológicamente, que básicamente se localizan en directa relación con los ejes principales de la ciudad y con las puertas de acceso a la misma: la Este, apoyada por los hallazgos de Cabezo de la Esperanza, C/ Palos y Convento de S. Francisco; la Sur, de valoración reciente gracias a la documentación de los restos de C/ Vázquez López y

la Norte establecida en función de los registros de C/ Onésimo Redondo (hoy C/ Dr. Plácido Bañuelos) y de los de Plaza Ivonne Cazenave.

En la necrópolis Este, además de los hallazgos aislados de enterramientos secundarios en urnas cubiertas con tapaderas de tradición iberopúnica en el Cabezo de La Esperanza (Garrido y Orta, 1966: 87), se hallaron durante los años setenta otros enterramientos consistentes en incineraciones bajo tumbas de téglulas acompañadas de ajuar (ungüentarios de vidrio y una moneda de Tiberio) además de una bolsa de cenizas a modo de *ustrinum*, mediante los cuales pudo concluirse que todos estos elementos debían relacionarse con una necrópolis de incineración datable en los siglos I-II d.C. (Amo, 1976). Conectando estos datos con otros obtenidos con posterioridad se estima que esta necrópolis hubo de extenderse además de por el mencionado cabezo, por la zona baja inmediatamente adyacente, de manera que un enterramiento documentado en la intervención de la C/ Palos 15-17 (Osuna, 1998) podría asociarse también a esta necrópolis. Éste consistía en una sepultura de incineración bajo cubierta de téglulas con disposición horizontal que contenía los restos de un cadáver infantil al que acompañaban instrumentos de cirugía en la cabecera, fechable entre los siglos II-III d.C.

También en época altoimperial se sitúan los registros funerarios localizados en la necrópolis sur ubicada en C/ Vázquez López y su entorno, desconocida por completo hasta el año 2001, conviviendo con la zona portuaria. En este caso nos hallamos ante una necrópolis de incineración (Castilla, De Haro, López, 2004: 504). Además de los ajuares que acompañaban a la mayor parte de los enterramientos (ungüentarios de vidrio, jarritas, ollas y cuencos de cerámica común y clavos o tachuelas de hierro o bronce; tan sólo se documenta un caso de inclusión de una moneda) hay que destacar la presencia en dos de las tumbas, de sendos fragmentos de ánfora situados en la parte superior de la estructura de téglulas y que debieron haber funcionado posiblemente

como tubo de libaciones, constituyéndose éste como el único ejemplo documentado hasta el momento de este tipo de prácticas en el núcleo *onobensis*. La importancia de estos hallazgos es doble por dos cuestiones: la primera, de raíz topográfica, ya que se sitúan en una zona que tradicionalmente se consideraba exenta de ocupación durante el período romano, sin embargo, estos enterramientos confirman la delimitación de la ciudad romana que ya planteamos en trabajos anteriores (Campos, 2011); y la segunda, derivada de aquélla, es de un carácter más histórico y arqueológico, desde el momento en que esta nueva necrópolis demuestra que ni la *Onoba* romana fue tan pequeña, ni tan mediocre como se mantenía tradicionalmente, ya que en caso contrario no habría necesitado de lugares de enterramiento tan variados (La Esperanza, Ivonne Cazenave-Onésimo Redondo, Vázquez López, Palos) y alejados entre sí.

En el sector norte de la ciudad se localiza la necrópolis más extensa y mejor conocida de la ciudad. Las primeras evidencias de esta necrópolis se detectan en la excavación practicada por M. del Amo (Amo, 1976) en la C/ Onésimo Redondo, actual C/ Dr. Plácido Bañuelos, que tiene su continuidad a escasos metros de esta última, en la intervención realizada en la Plaza Ivonne Cazenave a partir del año 2000 en el solar perteneciente al edificio del antiguo Colegio

Francés (De Haro, López y Castilla, 2005; Gómez et al., 2003).

Los datos publicados por M. del Amo recogen ocho tumbas, una de ellas infantil, con un único rito de inhumación acompañado de ajuar y variada tipología constructiva, pero idéntica orientación del cadáver siempre con la cabeza mirando hacia Oriente, fechables entre los siglos III- IV d.C (Amo, 1976).

Veinticinco años después, la intervención realizada en la Plaza Ivonne Cazenave, en el solar del antiguo Colegio Francés, colindante por el sur con la misma calle Onésimo Redondo - Dr. Plácido Bañuelos donde M. del Amo excavaba la necrópolis que se acaba de comentar, ha proporcionado numerosos restos que completan el panorama del mundo funerario onubense. Los hallazgos consisten en 31 enterramientos en distintas variantes con ajuares muy diversos y con diferente grado de conservación (Figura 12).

Junto a los enterramientos se exhumó una construcción de forma cuadrada consistente en un monumento de carácter funerario formado por tres cuerpos escalonados de sillares sobre cimentación de piedra (Figura 13). Tanto la disposición como la factura y su localización en el área de necrópolis nos lleva a pensar en la existencia de estos elementos como hitos o monumentos encargados de señalar la presencia de esta “ciudad de los muertos” a la vez que pudieron tener igualmente la misión de diferenciación de sectores en la misma, como



Figura 12. Reconstrucción hipotética de un sector de la necrópolis norte.

ocurre en los dos ejemplos similares de estas construcciones pero ya de época bajoimperial y realizadas en ladrillos que se documentan en la necrópolis de la *cetaria* de El Eucaliptal (Punta Umbría), donde parecen situarse para señalar la presencia de un sector de necrópolis infantil (Campos, Pérez y Vidal, 1999).

Otra de las estructuras localizadas consiste en un monumento funerario circular del que la mitad había desaparecido previamente con la construcción del edificio colindante al solar excavado que se fecha, según sus autores, en la segunda mitad del siglo II y primer tercio del siglo III d. C. (Campos, Pérez y Vidal, 1999).



Figura 13. Estructura funeraria escalonada.

A partir del análisis estratigráfico y de los ajuares, se ha observado que el sector de necrópolis excavado en Ivonne Cazenave presenta dos fases superpuestas: en la primera de ellas, el ritual corresponde a inhumaciones cubiertas con tégulas, mientras que en la segunda fase el ritual siempre es de cremación primaria en *busta*, que se cubre bien con tégulas o carece de estructura adicional.

Desde el punto de vista topográfico, siguiendo la norma romana de ubicación de estas ciudades para el descanso eterno, en *Onoba* las necrópolis documentadas (Sur, Este y Norte) se situa-

ban formando un cordón en torno a los límites de la ciudad y plenamente relacionadas con su articulación urbanística, que en última instancia además también parece adaptarse a los ejes cardinales siguiendo con ello el canon clásico de organización de los núcleos urbanos.

El ager onobensis

La Tierra Llana de Huelva se caracteriza desde el punto de vista económico por la alta capacidad agrológica de sus campiñas, la riqueza de los recursos marinos de su litoral y por poseer los centros metalúrgicos donde se transformaban los minerales procedentes de la cuenca minera. Todo ello ha propiciado que sea en esta comarca donde históricamente se han concentrado los mayores efectivos poblacionales desde la Antigüedad hasta el presente (Campos y Gómez, 2001). Será, sin duda, la ciudad de *Onoba* y su entorno el núcleo de época romana que mejor responde a las características apuntadas, basando su economía en los tres pilares señalados que se ve favorecida por su posición en el estuario de los ríos Tinto y Odiel y por la naturaleza de su puerto marítimo cuya existencia ya puede rastrearse, al menos, desde el Bronce Final. Algunas de estas actividades, que a continuación trataremos, tienen un claro reflejo en instalaciones diversas ubicadas en los suburbios del núcleo urbano.

Las villae rústicas y la explotación del territorio

Las analíticas realizadas sobre un importante conjunto de muestras de macrorrestos y pólenes procedentes de la ciudad de *onoba* y su entorno han permitido esbozar las generalidades sobre el paisaje vegetal y agrícola del entorno de Huelva en época romana (Sánchez, 2005).

En líneas generales, cabe destacar que el paisaje del *ager* de la *colonia onobensis* ya presenta para este momento un alto grado de antropización. La vegetación forestal arbórea estaría compuesta por

un trinomio básico de pino-encina-enebro como base de la masa mixta circundante a la ciudad. Dentro del estrato arbustivo forestal se encuentran especies como las retamas, el romero, el mirto y el labiérnago. La vegetación natural de sotos y riberas constituye el principal grupo de taxones identificados. A este grupo se adscribirían, sin perjuicio de formar parte en mayor o menor medida del sotobosque de las masas arboladas, las siguientes especies y géneros: entre la vegetación leñosa de porte arbóreo, chopo aliso, fresno, madroño y avellano; y entre la arbustiva el majuelo, la adelfa, *Viburnum*, hiedra, sauce, y zarza.

En cuanto a la vegetación agrícola, en los inicios de la ocupación del territorio de *Onoba*, la presencia minoritaria de vid, posiblemente por separado y para consumo minorista, constituiría un paisaje agrario típico, por tanto, mixto, con una mayoría del entorno con olivar muy abierto, con presencia de trigo, y con zonas de menor extensión con presencia de vides. A medida que pasa el tiempo, en época bajoimperial, el modelo de explotación cambia sensiblemente. Así, se puede observar como el olivar gana en importancia, mientras la vid se mantiene y el cereal decae.

Aunque hasta hace unos años prácticamente no se tenían noticias de la existencia de los asentamientos rurales en el entorno de *Onoba* desde donde se realizaban estas explotaciones, era evidente que la fertilidad de sus tierras, las facilidades en la comunicación y la existencia de focos cercanos de población como la propia ciudad y el núcleo minero hacían prever que la colonia debió contar con una red de *villae* dedicadas a la explotación agrícola, con independencia de que algunas de ellas sirvieran, sobre todo en épocas más tardías, de residencias señoriales.

Recientemente se ha comenzado a documentar, como resultado de excavaciones y prospecciones, la existencia de estos establecimientos, permitiendo realizar una primera síntesis sobre el particular, ampliada más recientemente (Campos, 2011). Hasta el momento se han localizado medio centenar de *villae* donde puede observarse la ubicación

de estas unidades de explotación a larga, media y corta distancia interesando a nuestros propósitos estas últimas, una docena, que dada su cercanía al núcleo urbano, algunas de ellas han sido alcanzadas por el crecimiento moderno de la ciudad (Figura 14).

Un ejemplo de estas *villae* ubicadas en la periferia cercana de la ciudad romana y absorbida por el urbanismo actual es la de La Almagra enclavada en los actuales terrenos del campus de la Universidad de Huelva en su confluencia con la Avenida de Andalucía, vía de conexión de la capital onubense con la autovía A-49 (Campos, Vidal y Gómez, 2005).



Figura 14. Villae del entorno próximo de *Onoba*.

Se trata de un asentamiento romano de carácter rural y residencial establecido desde momentos altoimperiales y con continuidad al menos hasta inicios del siglo VI d. C. presentando una ocupación continuada hasta el siglo XX apoyándose en la amortización del espacio y las estructuras de las épocas precedentes, de manera que la primera ocupación de la *villa* romana fue aprovechada

para la instalación de una alquería islámica y del mismo modo ésta sirvió de base para la construcción de un cortijo de época moderna y contemporánea que ha estado en funcionamiento hasta mediados del siglo XX.

La actividad económica del sitio, volcada mayoritariamente a la explotación de la vid y el cereal, queda atestiguada por las analíticas realizadas sobre restos paleovegetales (raíces, restos de frutos, carbones) y paleobiológicos (malacofauna terrestre –caracoles– y marina –almejas, navajas, cañadillas–) recuperados durante los trabajos de excavación y a los que antes nos hemos referido (Sánchez, 2005).

Las figlinae

La implantación de las villas rústicas antes referidas y las fábricas de salazones, que luego trataremos, necesitaron de las industrias alfareras para el almacenamiento y envasado de estas producciones, a la vez que la proliferación de núcleos rurales y costeros y el incremento de la población hacían necesario también la elaboración de menajes cerámicos y materiales de construcción. No es por ello casualidad que la mayoría de los alfares que se localizan en todo el territorio onubense se encuentran situados en dos zonas, en los alrededores de la ría de Huelva y en la campiña de Niebla, lo que deja a las claras la relación de estas industrias con los medios urbanos más importantes de la zona, Huelva (*Onoba*) y Niebla (*Ilipla*) (Campos, 2005; Campos, Gómez y Pérez, 2006).

En el entorno de *Onoba* se localizan algunos alfares algo más alejados de la ciudad como Las Cojillas, Estero Domingo Rubio, El Eucaliptal, Valdemaría y Los Jimenos, entre otros, mientras que muy próximo a ella, hoy absorbidos por el crecimiento urbano se ubican el del Parque Moret, San Pedro y La Orden. Se observan claras diferencias entre ellos, en los relacionados con la producción agrícola, cuya producción se reduce a la elaboración de contenedores, cerámicas comunes y materiales de construcción, y los agrícolas y pesqueros situa-

dos en lugares ventajosos para el comercio fluvial y marítimo, en los que destaca la producción anfórica para el transporte (Campos, Pérez y Vidal, 2004).

El abastecimiento de agua

El acueducto de Huelva es la obra monumental por excelencia de época romana de esta ciudad; una construcción de gran magnificencia que ha sido objeto de descripciones recurrentes por parte de la mayoría de los eruditos locales desde el siglo XVI hasta la actualidad. En el siglo XV el geógrafo árabe al-Himyarī, en su obra *Kitāb Al-rawd al-mit-ār*, ya hace referencia al acueducto (Campos, Pérez y Vidal, 2004). A partir del siglo XVIII todos los cronistas, en especial Jacobo del Barco (1755), Mora Negro (1762) y Baldomero de Lorenzo y Leal (1883), con escasísimas excepciones, se hacen eco de la existencia del acueducto al que se refieren como una magnífica obra de ingeniería atribuida, mayoritariamente, a época romana, aunque en algunos casos se inclinan por una obra musulmana (Lara, 1966:60 y ss.).

Es evidente que el desarrollo de un enclave como el que nos ocupa, que como se ha visto existió desde al menos los albores del I milenio a.C., necesitó del abastecimiento de agua para garantizar la subsistencia de sus habitantes y el desarrollo de las actividades comerciales e industriales, cuestión que debió de ser un problema desde el momento en que la ciudad comienza a ocupar las zonas bajas. Es presumible pensar que la gran bolsa de agua contenida en los cabezos no pasase desapercibida para los pobladores de época protohistórica, de forma que debió de ser explotada desde los primeros momentos de la ocupación, algo que lógicamente se haría mediante la construcción de pozos transportándola a las zonas bajas por diversos medios.

En época romana, especialmente a partir del s. I d.C., la ciudad experimenta un notable desarrollo económico. A comienzos del imperio hay que situar la intensificación de la colonización agrícola del hinterland de Huelva y de las producciones de

salazones en los enclaves costeros, para producir los alimentos necesarios para el abastecimiento de una ciudad en crecimiento y de los numerosos poblados mineros del Andévalo.

Todas estas circunstancias propiciaron que las necesidades de agua en las zonas bajas aumentaran considerablemente. Por un lado, como se ha señalado, era preciso sostener las actividades agrícolas de la periferia de la ciudad, así como las del puerto y las factorías ubicadas en el barrio industrial pesquero. De otro lado las necesidades del agua para usos lúdicos, como el baño, o para el abastecimiento de las casas hicieron que el preciado líquido fuese cada vez más necesario.

Será pues en época romana cuando, quizás auspiciado por la existencia de la *procuratela*, la gran bolsa de agua de los cabezos sea reconducida por el hombre gracias al desarrollo de la ingeniería romana y más específicamente de la utilizada en la construcción de las galerías de las cercanas minas del Cinturón Ibérico de Piritas, en pleno desarrollo en esos momentos. Se construye para ello un acueducto cuyo trazado discurría mayoritariamente subterráneo y en parte a nivel de superficie, completándose con toda una serie de infraestructuras hidráulicas repartidas por todo el núcleo urbano.

Esta obra hidráulica de captación y suministro de la ciudad de *Onoba Aestuaria* se define como un conjunto de galerías de infiltración que, a través de un complejo sistema constructivo, horadan el denominado cabezo del Conquero al norte de la población. Con un avance en sentido nortesur para su conducción principal, el acueducto de *Onoba* se diseñó como un laberíntico sistema de galerías de infiltración que captaban el agua del acuífero natural del propio cabezo (Bermejo y Campos 2020; Campos y Bermejo, 2021). En efecto, la composición geológica del mismo con una estratigrafía permeable desde su techo, en el que se encontraban las denominadas Arenas de Huelva y de Bonares, e impermeable en su base, las arcillas de Gibrleón o margas azules, permi-

tió aprovechar los recursos hídricos que ofrecía (Olias *et alii* 2020). De tal forma, desde un punto de vista técnico el acueducto se construye en la zona de contacto de estas dos unidades geológicas, de forma que el sistema de galerías es además de la conducción, el propio sistema de captación por medio de la percolación del líquido elemento a través de su obra (Figura 15).

Desde un punto de vista edilicio el acueducto se construye, a medida que se abren las minas o galerías, en *opus latericium* con cubierta de bóveda de cañón. Presenta unas dimensiones bastante reducidas, una altura de cuatro pies (1,18 m) y un ancho de dos y medio o un codo (0,45 m). En determinados puntos la anchura se ve sensiblemente reducida en la base de la construcción (0,39 m) para ensancharse a la altura del arranque de la bóveda (0,45 m). Estas dimensiones permiten inferir que su construcción debió suponer un ímprobo esfuerzo técnico y constructivo que requirió no solo personal técnico para el planteamiento de la obra, sino mano de obra cualificada para la ejecución de la misma (Figura 16). En todo el recorrido o al menos en aquel documentado, se aprecia la ausencia de mortero hidráulico, detalle lógico si atendemos a las particularidades de captación - mediante infiltración - de esta obra. De ello que actualmente las galerías presenten importantes concreciones calcáreas que dificultan, en algún tramo, su recorrido, caso de la galería norte. El acueducto, en suma, se desarrolla captando el agua del acuífero del cabezo, con una superficie de 6,1 Km² (Figura 17), el cual se recarga a través de las precipitaciones, de lo que se deduce una constante alimentación del mismo, con una media de caudal actual en la Fuente Vieja de 0,53 l/s, aunque si bien es cierto en la antigüedad debió ser bastante mayor (Rodríguez *et alii* 2018: 752; Olias *et alii* 2020). Los datos arqueológicos obtenidos en las recientes intervenciones de campo en la Fuente Vieja fechan la primera fase de construcción del acueducto en la segunda mitad del s. II d. C. (Bermejo *et alii* 2020).

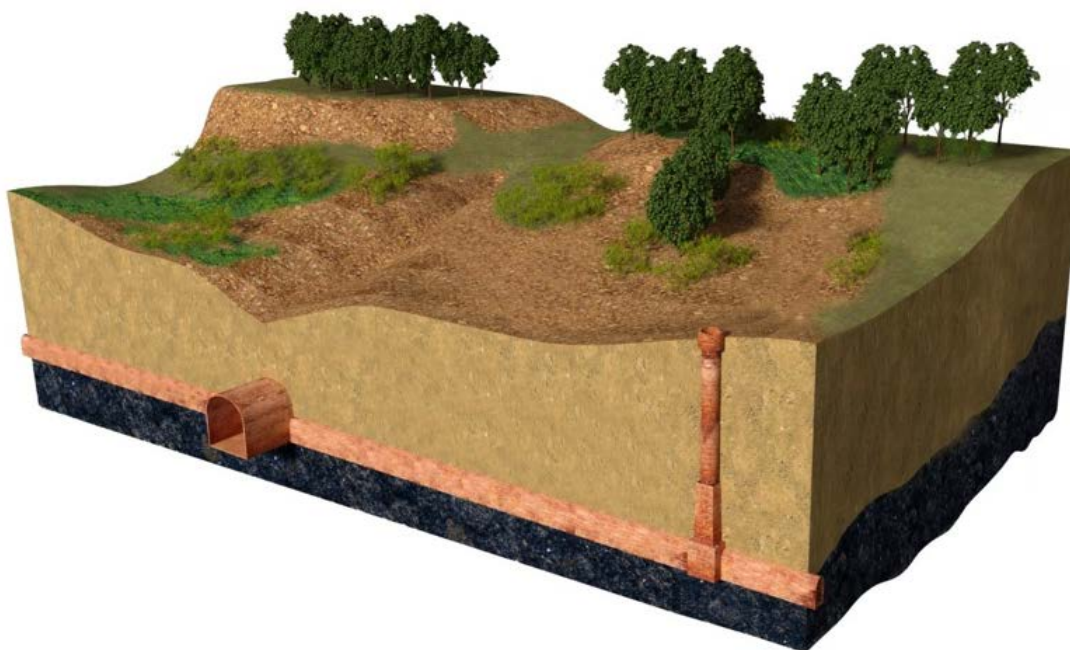


Figura 15. Esquema 3D de una sección del cabezo con el desarrollo de la galería en la zona de contacto.

Una vez alcanzada la ciudad, el acueducto discurre en superficie. La intervención arqueológica de 2007 en el principio de la calle Ramón Menéndez Pidal y la Plaza Ivonne Cazenave, revelaron la existencia del histórico pozo Regaza y la existencia de una estructura de cierto porte que identificamos con un posible *castellum divisorium* del cual saldrían distintas derivaciones, una de ellas documentada en el solar del antiguo colegio francés (Campos 2011) y otra, al menos, en dirección a la población a los pies de la ladera occidental del cabezo del Pino, siguiendo la dirección de lo que actualmente es la calle San Andrés. Estas derivaciones, al menos para el caso de la primera, se desarrollaron mediante la solución de *canalis structulis*, fosa realizada en superficie en las que se construiría el *specus* o canal cuya cubrición quedaría vista en superficie (Figura 18). Esta acometida discurriría a través de la actual calle la Fuente hasta la zona intermedia de la ciudad para posteriormente suministrar agua a la industria pesquera y salazonera, así como al puerto y el abastecimiento de naves. Este suministro, contaría, sin duda, con conducciones en canales de material latericio, *tubulis fictilibus*,



Figura 16. Detalle de una de las galerías.

así como fistulas plúmbeas tal y como se han documentado en diversos solares de la actual calle Palos. Si tenemos en cuenta la existencia, precisamente en este punto, de un complejo termal y las necesidades del puerto con su indus-

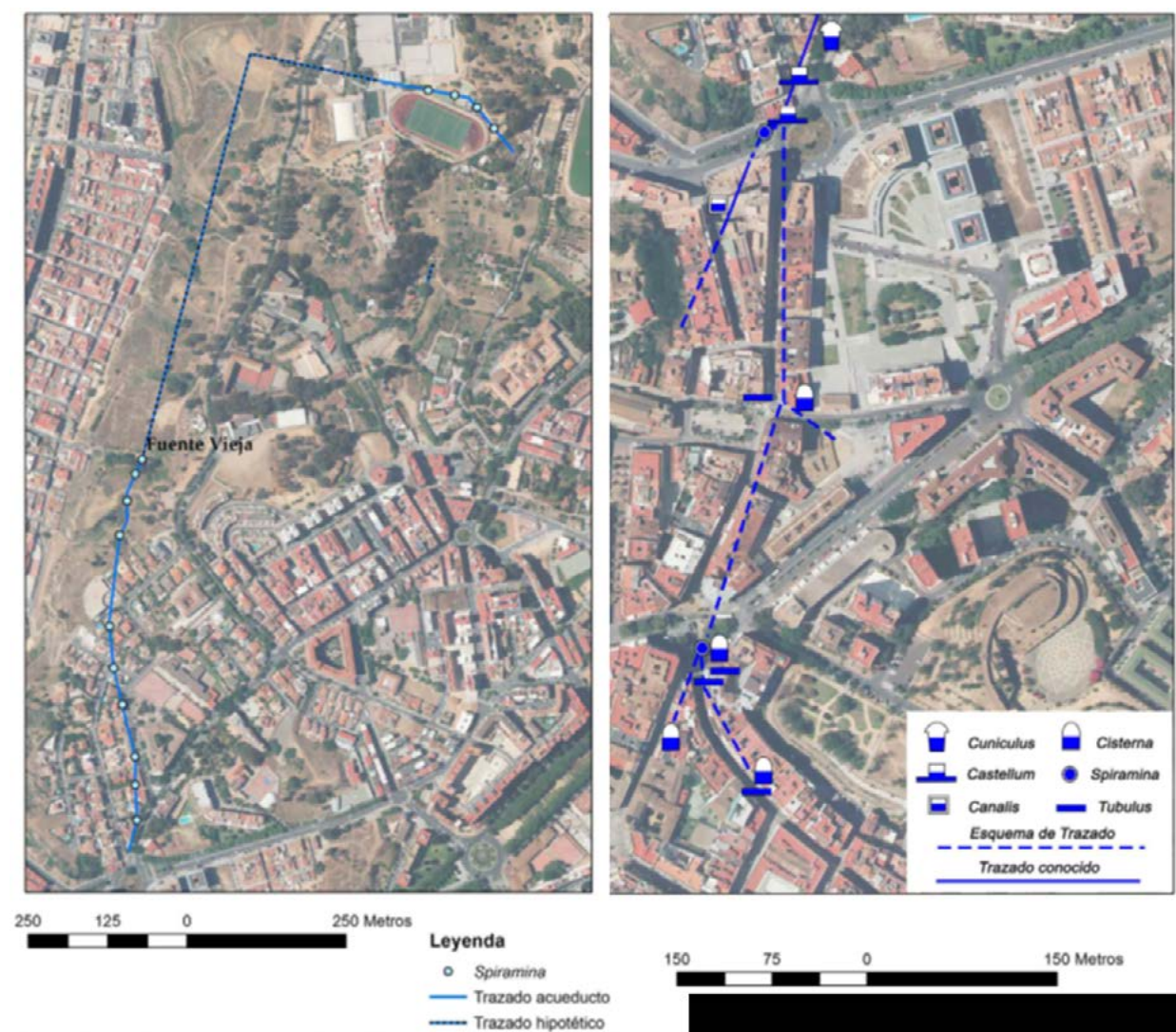


Figura 17. Trazado de las galerías conocidas actualmente e hipótesis de su trazado (a). Hipótesis del trazado principal del suministro urbano (b).

tría pesquera, bien podríamos intuir que hasta esa zona intermedia de la ciudad el agua llegaría en galería para desde ahí, a través de derivaciones menores, suministrar el líquido elemento, como se confirma por las canalizaciones documentadas en la calle Palos y la *cisterna* conectada a una derivación en la misma calle. La ubicación de estos elementos arqueológicos, fundamentalmente las cajas o depósitos, así como detalles relativos a la presencia de *canalis* y las termas, definen el eje primario o principal del suministro urbano de lo que se vislumbra un desarrollo prácticamente lineal desde su entrada por el acceso norte hasta la zona portuaria (Figura 17b).

Esta obra de ingeniería romana se mantendrá en funcionamiento no solo en época medieval,



Figura 18. Detalle del *canalis structulis* y *specus* localizado en la Plaza Ivonne Cazenave.

sino también moderna y contemporánea, periodos históricos en los que se mantuvo en uso, con multitud de reformas, una parte de este conjunto

de infraestructuras hidráulicas. La Fuente Vieja, una antigua caja del acueducto, que todavía hoy mana agua en abundancia (Figura 19), junto con las galerías adyacentes (Figura 16) que todavía se conservan, permanecen como testigos de la enorme importancia que tan magna obra de ingeniería tuvo en el devenir histórico de la ciudad.



Figura 19. Detalle de la Fuente Vieja con el flujo de agua todavía activo.

6. El Puerto

No podría culminarse este estudio sobre los suburbios de la *colonia onobensis* y las instalaciones de la periferia con ella relacionada sin referirse a su próspero puerto, elemento esencial para el desarrollo de las actividades económicas de la colonia, pues a través de él se garantiza la comercialización de los productos agrícolas, pesqueros y sobre todo mineros hacia puertos más lejanos.

La existencia en la ría de un puerto con las características específicas que en la actualidad así lo define, pueden remontarse a finales de la Edad del Bronce (fines del II milenio/inicios del I milenio a.C.), puesto que si en las playas internas de la ensenada y en los esteros recién formados pudieron vararse, desde mucho antes, pequeñas embarcaciones dedicadas a la pesca de bajura o al tráfico de mercancías de ámbito local, en el Puerto de Huelva de esos momentos comienzan a materializarse unos contactos que van a interrelacionar, desde entonces, a la socie-

dad local con marinos y comerciantes venidos de otros puertos.

Las características naturales del puerto de Huelva se mantendrían sin grandes cambios a lo largo de los siglos hasta que alrededor del inicio de la Era cristiana en la antigua ensenada se producirían grandes transformaciones a causa de la sobreexplotación del medio natural en la Tierra Llana y en el Andévalo. Miles de toneladas de sedimentos finos habían sido transportados por la red fluvial hasta la costa, debido a la erosión de los suelos a causa de la destrucción del bosque para ampliar las superficies cultivables, para usar su madera como combustible, y para la construcción de embarcaciones o útiles de uso diario. Por esta causa, el antiguo entrante abierto al mar en milenios anteriores había evolucionado hacia una situación de ría con marismas más generalizadas. Su confirmación viene dada por las noticias que en época de Augusto nos transmitió Estrabón, puesto que ya existía la isla de Saltés, dedicada a Heraklés y sita junto a *Onoba*.

6.1. La estructura del puerto

Las investigaciones más recientes, basadas en excavaciones de la última década y en la reinterpretación de intervenciones arqueológicas de la década de los 90 del pasado siglo han puesto de manifiesto la importancia del puerto de Huelva (Figura 20) conformado como un importante centro de redistribución de productos agrícolas, pesqueros y sobre todo mineros.

Se ubica en las zonas bajas en las inmediaciones del área que conforma el puntal sur y la ensenada que describe a levante del mismo. En todo este amplio espacio se documenta el puerto, así como todas las infraestructuras productivas, de servicio y control administrativo que le son propias. Por un lado, destaca un área más interior, en la zona más próxima a los pies del acantilado flandriense. Esta área queda configurada para estos momentos como una ensenada que permitió la instalación de todo un conjunto de factorías o industrias

relacionadas con la extracción y transformación de los productos pesqueros.

Por otro, algo más al sur, se constata un área igualmente portuaria, pero más volcada a la administración, gestión y control del puerto, con significativos restos monumentales y comerciales que indican que nos encontramos ante un barrio portua-

rio que muestra de manera diacrónica en el tránsito del imperio una ferviente actividad comercial.

6.2. El área pesquera: la *cetaria*

Como se verá en el último apartado de este trabajo, el puerto de *Onoba* se convirtió en el centro de

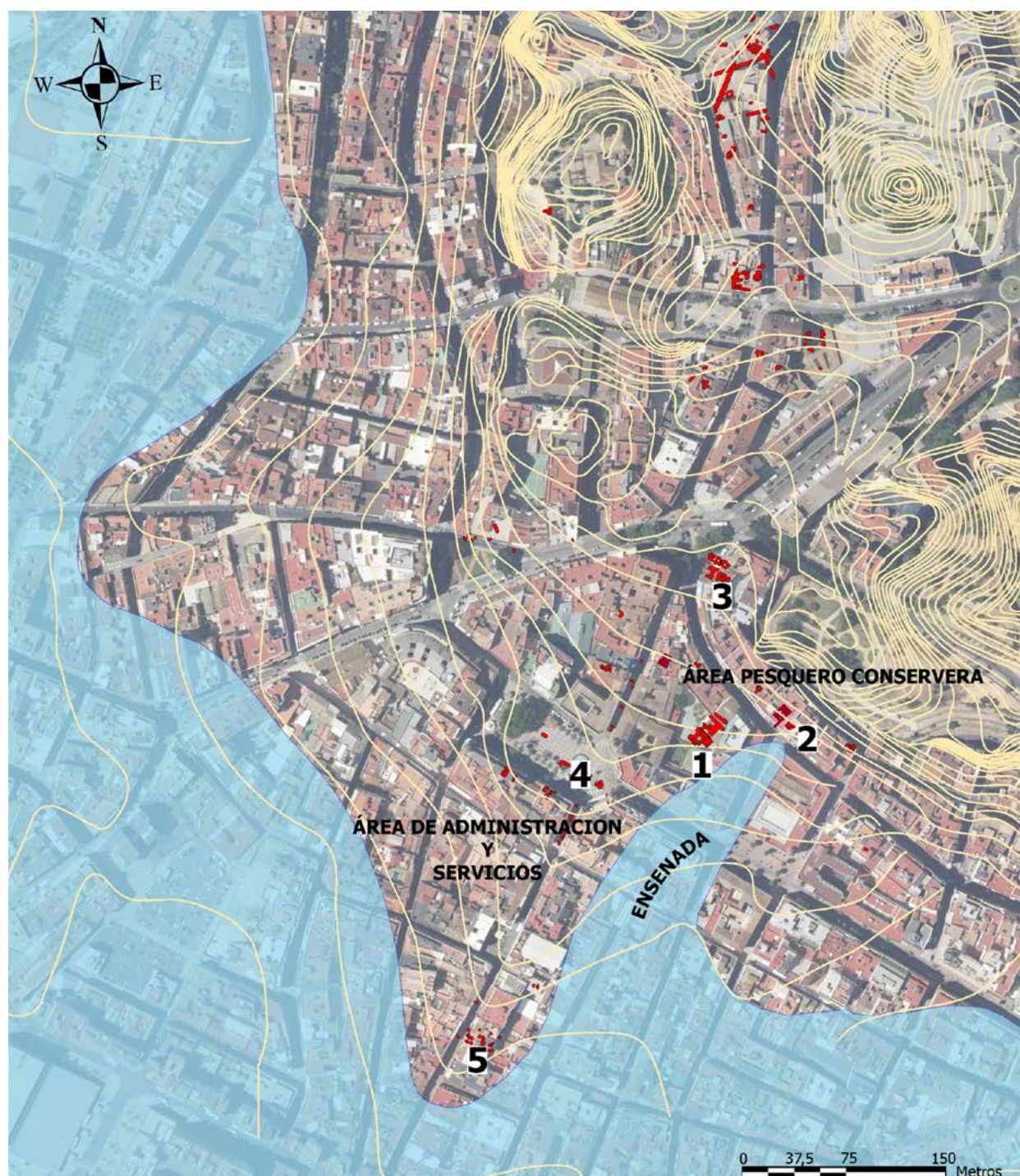


Figura 20. Topografía de la ciudad de Huelva en época romana sobre plano de la ciudad actual con proyección de los restos romanos, de la línea mareal y la ensenada. Se señalan las principales áreas portuarias identificadas: *Lanterna*, *horreum* y ábside (1); *Cetaria* (2); *Termas* (3), Sede de la *statio portorii/metallorum* (4) y Necrópolis portuaria (5).

recepción y redistribución de los productos mineros, agrícolas y pesqueros elaborados en las diferentes *cetariae* que jalonan la costa onubense (Campos, Pérez y Vidal, 1999). Pero, además, en *Onoba* se localiza el complejo de transformación de pescado más importante de todo el litoral y el único que tiene el rango de urbano.

Dos son las áreas, calles Palos y Tres de Agosto, muy próximas entre sí, donde se localizan y excavan los primeros restos de piletas, aljibes y otras estructuras relacionadas con la transformación de los productos derivados de la pesca (Amo, 1976).

En c/ Palos, se exhumaron dos grupos de tres y dos piletas rectangulares de *opus signinum*, mientras que en Tres de Agosto se documentaron otras seis piletas similares a las anteriores sobre las que se construye, en un momento posterior, un gran aljibe de 5,25 x 1,90 mts. y una altura de 2,25 realizado en ladrillo sobre parte de las piletas. Más recientemente, se han localizado cuatro nuevas piletas de

opus signinum en una excavación de urgencia realizada en el nº 11 de c/ Cardenal Cisneros (Lozano y González, 2004).

Otras evidencias más apuntan a que nos encontramos ante una zona industrial pesquera. Así M. del Amo proporciona noticias sobre la aparición de restos arqueológicos interpretados como conducciones de agua relacionados con la factoría al efectuar obras en la residencia e iglesia de los padres Jesuitas. En el número 1-3 de c/ Palos se localizaron restos de canalizaciones de agua con sentido norte-sur, que podrían haber formado parte de esta misma factoría, etc. (Amo, 1976).

En definitiva, tanto las excavaciones antiguas, como las más recientes que han proporcionado unidades de piletas y otros elementos relacionados con la industria de transformación del pescado (Figuras 21 y 22), nos confirman que la ciudad de *Onoba* debió de disponer de un gran complejo formado por varios establecimientos situados a lo

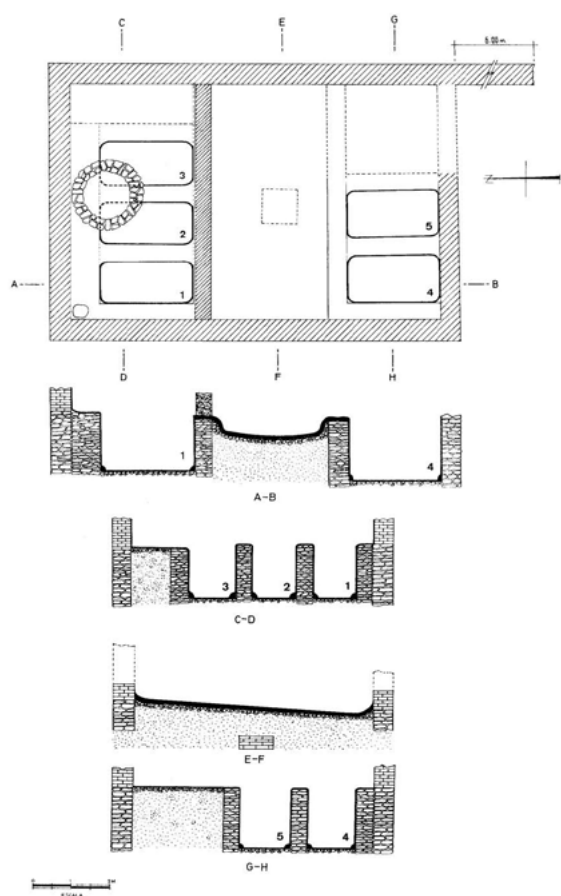


Figura 21. Piletas de salazones de c/Palos (Amo, 1976).

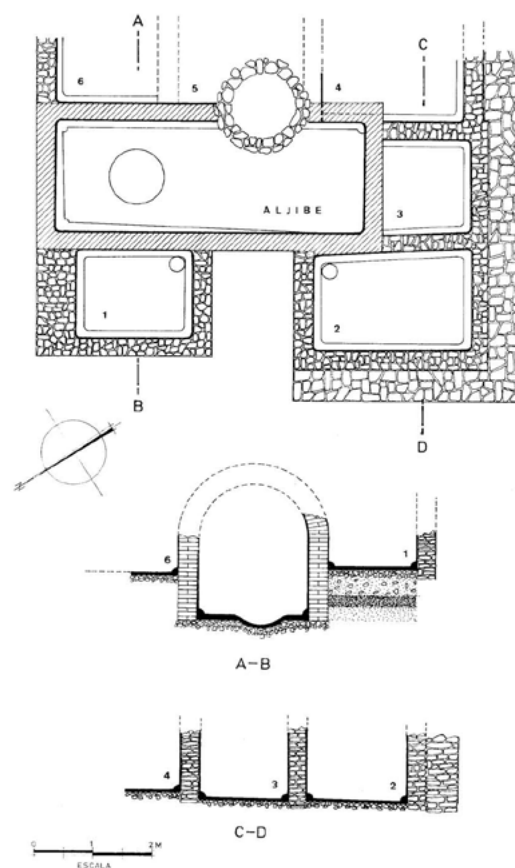


Figura 22. Piletas y cisterna de c/Millán Astray (Amo, 1976).

largo de su vertiente sur, en contacto con la ría. Por tanto, no es descartable la existencia de más instalaciones que no hemos de interpretar como elementos aislados, sino como integrantes de un gran centro de pesca y transformación relacionado con la *colonia onobensis*, y que debió mantenerse en funcionamiento en el mismo contexto cronológico que presenta el resto de instalaciones costeras.

6.3. El área de administración y servicios

Junto con el área pesquera e industrial que hemos descrito y analizado se documenta al sur de la misma en uno de los salientes o espigones naturales otro sector portuario cuyas estructuras y ambientes nos remiten a una función de administración y servicios (Figura 20), representada por importantes construcciones que habría que poner en conexión con el parco ambiente epigráfico que tenemos para esta ciudad. Es el caso de la potente edificación de sillares documentada en la plaza de las Monjas (Limón, 2007). Se trata

de un edificio en *opus quadratum* (al menos en las tres hiladas conservadas), que debió de servir para el control de las mercancías. Aunque sus excavadores lo fechan entre los siglos III-V d.C., una revisión de los materiales y de la estratigrafía nos permiten atribuirle una data de fines del s. I d. C. como demuestran los fragmentos de *terra sigillata* sudgálica, hispánicas y africanas embutidas en la cimentación y en los niveles preparatorios para albergar la solería del edificio. A esta data contribuye también un ara anepigráfica, aparecida en el interior del edificio, fechada en época Julioclaudia (Figura 23).

En este contexto, es preciso referirse a las actividades económicas de la *colonia onobensis* que tienen lugar en su próspero puerto, elemento esencial para el desarrollo de las actividades económicas de la colonia, pues a través de él se garantiza la comercialización de los productos agrícolas, pesqueros y sobre todo mineros.

Aunque recientemente se está revalorizando el importante comercio de los productos agrícolas

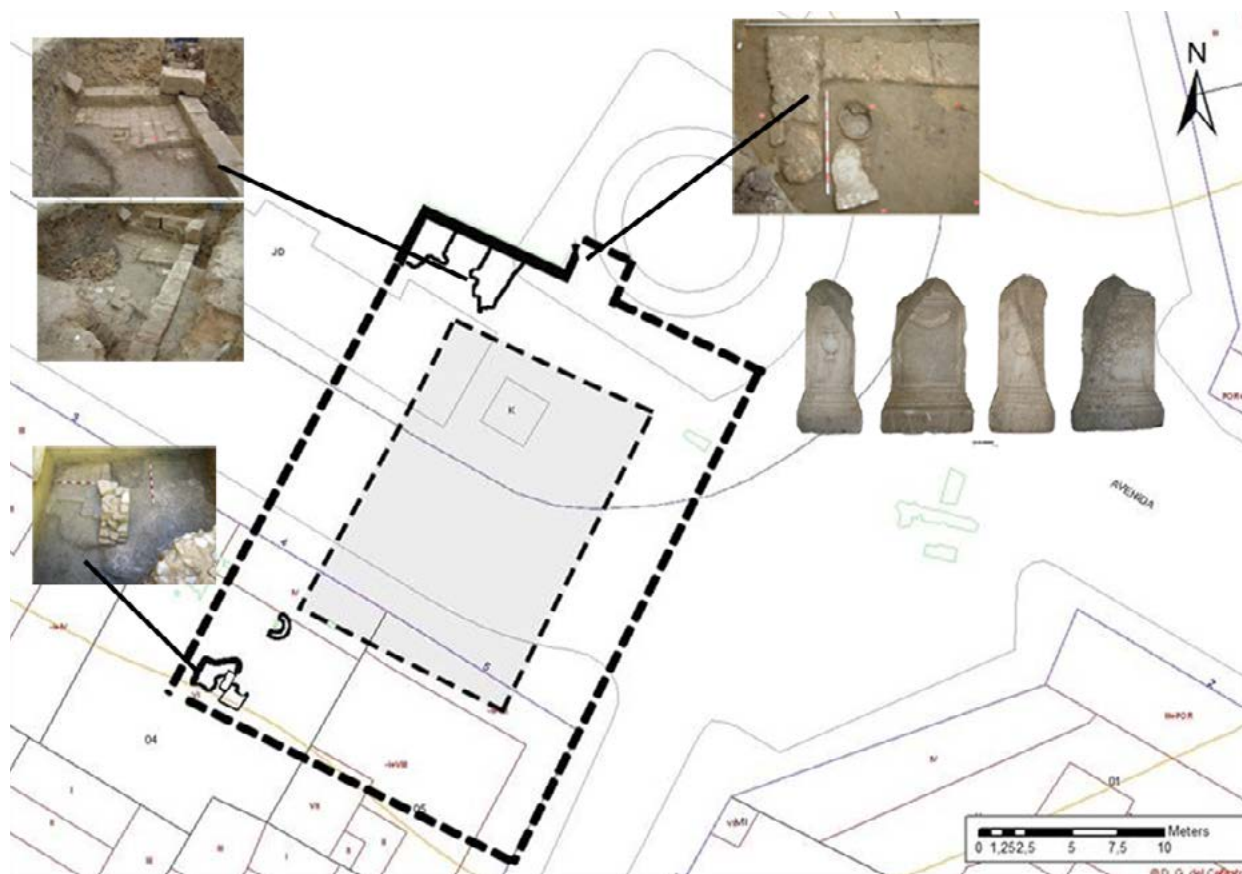


Figura 23. Planta del edificio de sillares con indicación de estructuras y localización del ara.

y pesqueros (Campos, 2006), no cabe duda que fueron los metales el producto más importante que se exporta desde el puerto de *Onoba*. Desde momentos republicanos la minería y la metalurgia del cobre y de la plata ejercieron un papel capital en la explotación económica del ámbito onubense. Ya desde época protohistórica, y especialmente en el período tartésico, *Onoba* fue centro receptor y distribuidor de esta producción, que alcanzó su momento de máximo esplendor a lo largo de siglo I d.C. y la primera mitad del siglo II d.C. Es ahora cuando el Estado romano explota directamente las minas con la ayuda de los *procuratores metallorum*, que controlan los arrendamientos de los pozos mineros a los *conductores*, y cuando *Onoba* pasó a convertirse en un punto indispensable para la comercialización de los productos mineros. No extraña, por tanto, como se ha señalado anteriormente que la ciudad adquiriera el máximo rango jurídico, el de *colonia*, y los privilegios que Roma concedía a las ciudades.

6.4. El faro

Finalmente, en el área más al interior de lo que sería la ensenada marítima del puerto onubense, las actuales calle Palos y 3 de Agosto, se documentaron a principio de la década de 1990 los restos de uno de los sectores más interesantes del área portuaria de la ciudad (Fernández, Rufete y García, 1995). El área presenta una importante diacronía, con distintas fases desde momentos republicanos hasta periodos medioimperiales en donde la disposición de distintas estructuras complejiza la planta y las relaciones estratigráficas (Figura 24). La segunda fase o periodo de vida de este espacio, fechado en el cambio de era, viene representada por la construcción de un edificio cuya planta es cuadrada de 5,40 x 5,40 que conserva tres hileras de sillares, moldurados en la hilada inferior, de 0,60 x 0,60 x 1,20 hasta alcanzar una altura de 1,60 m. El edificio esta rodeado por un poyete separado 2,80 m. por la parte sur y 1,20 m. por

el oeste. Amortizando el edificio se construye una estructura circular, forrada en el interior de *opus signinum*, cuyo desarrollo completo no se conoce, así como otras dependencias (Figura 25). Sus excavadores se decantan por una función pública, probablemente un templo de culto, para el edificio de sillares, una cisterna de agua para la estructura circular y almacenes para el resto de las dependencias (Fernández García y Rufete, 1997:70-73).

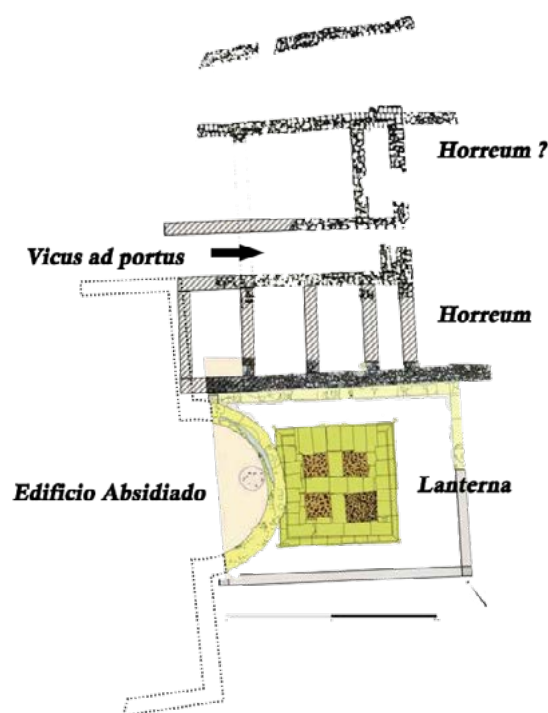


Figura 24. Planimetría con interpretación de los restos de calles Palos-Tres de Agosto.



Figura 25. Basamento de sillares del área portuaria (Fernández, García y Rufete, 1997, 71).

El basamento se configura con una potente cimentación de casi dos metros de potencia, conformada por un nivel de cascotes y argamasa sobre el que se dispuso una primera hilada de sillares toscamente desbastados. Directamente apoyado sobre esta hilada se desarrolla la parte baja de la estructura con unas dimensiones de 20 pies itálicos, medida que presenta reminiscencias propias de momentos previos al desarrollo de una arquitectura oficial estatal con el pie romano de 0,296. Esta primera hilada presenta el sillar tallado con una *cyma* reversa. Inmediatamente encima se dispone la primera hilada que conformaría el cuerpo de la estructura.

Si atendemos a su significativa cimentación, así como a la disposición que presenta, en planta cruciforme, esto es, una cruz en sillería dejando cuatro huecos libres para rellenar con *caementum* se entiende que una base de semejante solidez solo se justifica en previsión de un importante desarrollo vertical de la construcción, es decir, la erección de una torre, más concretamente un faro o *lanterna* (Campos, 2011), cuya altura establecemos en unos 16 m (Figura 26). La aplicación de una metodología basada en el empleo de los sistemas de información geográfica nos ha permitido establecer una amplia cuenca de visibilidad de este elemento en todo el distrito marítimo del estuario, esto es, se diseñó especialmente para ser vista en el estuario del río Odiel y facilitar las

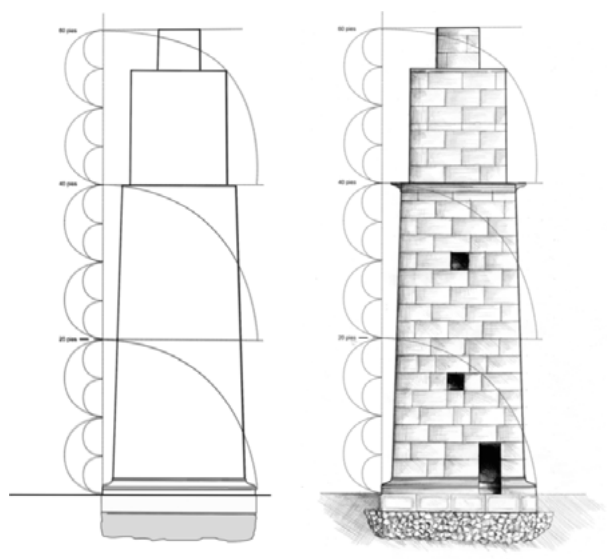


Figura 26. Reconstrucción hipotética del faro.

maniobras de aproximación y atraque de los pilotos en el puerto *onobense* (Figura 27). Por tanto, el alzado que pudo presentar es más que suficiente para la funcionalidad a la que estaba destinada. Las características de este ambiente estuarino y marismeno con numerosos entrantes y salientes en la línea mareal de la ciudad hacían que la dotación de esta torre fuera una necesidad. Así pues, el resultado gráfico sobre planimetría muestra como esta *lanterna*, sería vista en todo el área del estuario del Odiel (*Luxia*) en su confluencia con el río Tinto (*Urium*) e incluso más allá de la zona del estuario en la propia línea de costa aunque si bien es cierto su visibilidad se vería dificultada; sin duda la erección de esta torre jugaría un papel fundamental como marcador del paisaje estuarino y del propio puerto. A través de la planimetría generada se comprueba cómo este dispositivo sería un referente de señalización portuaria-estuarina, visible no solo para las naves que arribarían a su puerto, sino también para el conjunto de factorías que se ubicarían en la desembocadura del Odiel, caso del Eucaliptal entre otras (Bermejo y Campos, 2020).

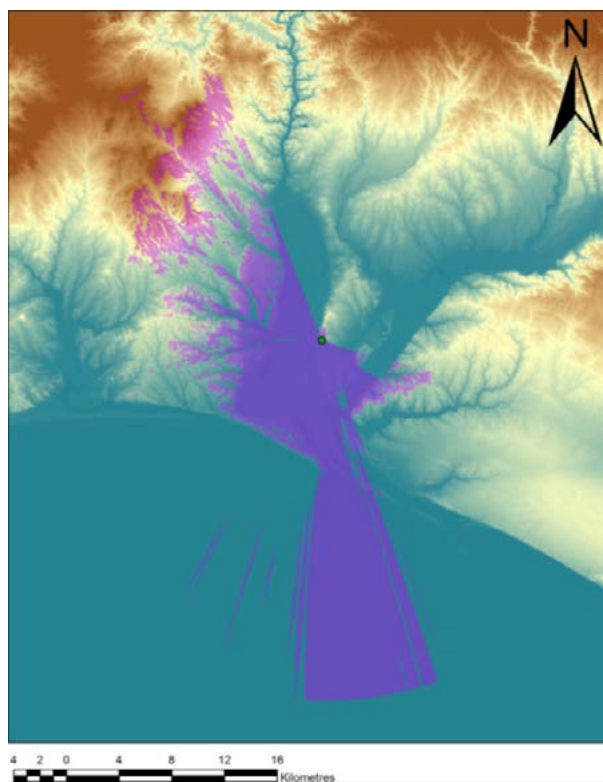


Figura 27. Análisis de la cuenca visual del faro de Onoba hacia el estuario de los ríos Odiel y Tinto.

Su ubicación en la zona portuaria, cercano a la línea mareal, en una zona compleja para la navegación, como se ha visto en su paleotopografía, podría estar indicando los lugares de fondeadero. Ejemplos de estos faros, aunque escasos, lo encontramos en el ámbito del Círculo del Estrecho, como los constatados en *Gades* y quizás *Baelo Claudia* y *Carteia* entre otros. Otros conocidos en Hispania, como el faro de Hércules y apenas una veintena más repartidos por todo el Mediterráneo, completan la nómina de los faros documentados (Bernal, 2009).

Además de estos aspectos arquitectónicos y cronológicos, esta obra presentaba una serie de elementos que parecen dotarla de un sentido religioso o sacro. Así, este basamento quedaba perimetralmente rodeado de un pequeño murete, una especie de témenos que marcaba un espacio distinto del portuario inmediato, del área industrial en la que se inserta, quizás a modo de protección o diferenciación. Asimismo, en las cuatro esquinas y en su nivel de cimentación fueron hallados in situ, cuatro *cippi* que otorgan a la construcción un sentido religioso innegable. De ello se deduce que esta construcción, este faro, estuvo consagrado, esto es, fue delimitado su espacio religiosamente y ofrecido a la divinidad. Es un elemento portuario, pero con una fuerte carga simbólica, un elemento en definitiva cuya funcionalidad no es la industrial. Este aspecto religioso no es ajeno a las construcciones de faros en la antigüedad los cuales, en no pocos casos son consagrados a las divinidades o incluso al genio o divinidad imperiales. Así nos lo transmiten los ambientes epigráficos de dos de los faros atlánticos más conocidos de esta ruta, El faro de *Brigantium* (Coruña) y el de Campa Torres (Gijón) en donde se hallaron sendas inscripciones conmemorativas que consagraban la construcción a Marte y Augusto, esta última probablemente dispuesta en la propia construcción.

6.5. El barrio portuario

Conviviendo con las estructuras administrativas e industriales antes señalada se detecta la existen-

cia de lo que podríamos calificar como un barrio portuario caracterizado por la presencia de edificios dedicados a las actividades propias de estos espacios donde se combina el carácter doméstico con el artesanal/industrial y al que habría que adscribir los restos de todo el entorno de c/ Pérez Carasa y Plaza de las Monja.

En el primer caso se localiza un conjunto de muros que conforman varias habitaciones de una edificación fechada, según sus autores, en el siglo I d.C. y abandonada en la segunda mitad de ese siglo (Figura 28). La planta presenta un espacio central abierto porticado en cuyo centro debió ubicarse una cisterna que no obstante no aparece en la excavación. En una de las publicaciones que se realiza sobre la excavación dudan si adscribir el edificio a un uso público o privado, si bien consideran que debió servir de almacén de ánforas vinarias, olearias y dolium (Guerrero, González y Goyanes, 2004: 522).

En otra de las publicaciones en cambio se pronuncian de forma clara por un uso doméstico interpretando el área descubierta como un peristilo con un pasillo perimetral, que no obstante tampoco aparece en la excavación, manteniendo el carácter de almacén de ánforas para el patio central. Establecen un periodo de uso entre el 40 y 80 d.C. a pesar del uso masivo del ladrillo en su construcción (Pérez, Guerrero, González y Goyanes, 2003: 174). Dadas las características del edificio, del registro arqueológico y la ubicación en la zona portuaria, pensamos que sería más lógico atribuir una función fundamentalmente comercial (almacenaje, venta, etc.), con independencia de que también pudiera tener un



Figura 28. Restos del edificio de c/Pérez Carasa (Pérez et al. 2003:164).

uso como vivienda, quizás en la planta alta, de quien explotara el negocio, pero en ningún caso pensamos que se trata de un patio porticado. Igualmente, sería necesario revisar las cronologías atribuidas al edificio, habida cuenta de las contradicciones estratigráficas que se detectan en las publicaciones, así como el uso masivo del ladrillo que no se ha documentado en ninguna otra excavación de la ciudad en estas cronologías.

En el nº 2 de Plaza de las Monjas se exhumaron los restos de un edificio, sobre otro anterior protohistórico cuyas estructuras aprovechan en parte, del que quedan dos estancias separadas por una puerta. Se localizó el umbral de entrada, así como otro acceso, posiblemente a otra habitación que no se conservó, a través de dos escalones contruidos con dos grandes lajas de pizarra. Se conserva, además parte de una pileta de *opus signinum* (Figura 29). Los materiales asociados a estas estructuras aportan una cronología a partir del siglo I d.C. (Rastrojo et al., 2004: 544).

6.6 El embarcadero

En relación a las infraestructuras portuarias es preciso señalar el descubrimiento en el año 2002 de un depósito de ánforas Dressel 10, 7/11 asociadas a restos de una pequeña estructura de

madera (Figura 30) interpretada como un posible pequeño pecio o como los restos de alguna infraestructura portuaria (De Haro, Castilla y López, 2005: 511).

Aunque ambas interpretaciones pueden ser admitidas, quizás sea más plausible pensar en la segunda de ellas, habida cuenta de que el paisaje de marismas con pequeños esteros que, todavía hoy, caracteriza el entorno de la ciudad, facilitaría la existencia de pequeños embarcaderos en la línea mareal utilizados para la carga y descarga de pequeñas mercancías. En favor de esta hipótesis señalamos el hecho de que tanto las ánforas como las maderas presentan restos de morteros adheridos.

Construcciones de madera y ánforas asociadas a medios lacustres son frecuentes en el mundo romano como se documenta, por ejemplo, en el caso de la laguna de Venecia, con ejemplos fechados entre los siglos I-III d. C. (Fozzati y Toniolo, 1998: 208) coincidente con la cronología del hallazgo onubense.

Un paralelo más cercano, fechado en época Flavia, lo encontramos en el Caño de Sancti Petri (San Fernando, Cádiz), donde se localiza un depósito de ánforas alineadas asociadas a estructuras ligneas que se interpreta como un posible embarcadero (Bernal et al., 2005).



Figura 29. Restos del edificio de Plaza de las Monjas (Rastrojo et al. 2004:544)



6.7. El sistema portuario de Onoba

Este panorama se completa con la existencia de un significativo rosario de enclaves menores de diversa tipología (*figlinae*, *cetariae*, *villae maritimae*) y cronología que revelan la existencia de una organización territorial y marítima en el entorno del Estuario Tinto-Odiel. Nos referimos por tanto a un sistema portuario diseñado desde los momentos Alto imperiales, en donde *Onoba*, cognominada *Aestuarina*, actuará de puerto principal de manera diacrónica hasta los momentos tardíos. Precisamente, ese *cognomen* está indicando algo más que una realidad física o topográfica como sería la ubicación del emporio de *Onoba* en la confluencia de dos ríos, sino su papel jurídico y legal de control de un amplio estuario sometido fiscalmente a una jerarquización portuaria, de lo que acompañaría el título de colonia.

Este sistema portuario (Figura 31) viene representado por destacadas áreas de fondeo, *stationes*, que se dispusieron en zonas estratégicas, caso del canal de la ría de Punta Umbría, con asentamientos especializados y diversificados, caso del Eucaliptal, Cascajera, Saltés; o en el cordón de Punta Arenilla y el estero de Domingo Rubio, entre otros. En síntesis, estos asentamientos nos transmiten un sistema portuario controlado desde *Onoba*, pero en un claro sentido bidireccional como centros redistribuidores/productores e importadores, como demuestran los materiales que hasta los mismos llegan.

Queda todavía seguir profundizando en el estudio del estuario, de lo que se deberá precisar y definir yacimientos aún conocidos escasamente a través de prospecciones o hallazgos casuales, que permitan a partir de estas ideas iniciales establecer una secuencia diacrónica para el sistema portuario desde momentos del cambio de Era hasta la desarticulación del modelo a comienzos del s. VI d.C.



7. Consideraciones Finales

Las peculiaridades de la paleotopografía de la ciudad de Huelva caracterizada por la existencia del puerto y del paleocantilado de edad holocena sobre el que se desarrollan una serie de alturas medias, los cabezos, que configuran pasos angostos para acceder al espacio que la ciudad ocupaba en la Antigüedad, ha determinado sobremanera la estructura urbana del enclave y su periferia.

El área residencial, la menos conocida, ha deparado la existencia de casas, unas termas y otros restos algo más indeterminados. El límite meridional está definido por la existencia del área portuaria donde se ubican una serie de elemen-

tos característicos propios de estos espacios: las infraestructuras portuarias (embarcaderos, almacenes y faro), el barrio con las estructuras doméstico-artesanales y finalmente las instalaciones de la industria pesquera. En el norte, la periferia de la ciudad estaría ocupada por asentamientos de carácter rural y residencial ubicados en las proximidades de las calzadas que comunicaban la ciudad con territorios más alejados. Junto a algunos de estos asentamientos se localizan las *Figlinae* que fabricarían los contenedores para la comercialización de los productos agrícolas y pesqueros. También en la zona norte se desarrolla el trazado del acueducto del que se beneficiarían sobre todo la *cetariae*, así como los huertos y campos de cultivo de la periferia de *Onoba Aestuaria* que como se ha señalado estaría rodeada de multitud de explotaciones agrícolas. Como es habitual, este esquema se completa con la existencia de un cinturón de necrópolis ubicadas al norte, sur y este al borde de las calzadas y cercanas a los accesos a la ciudad (Figura 9).

En síntesis, el análisis de las fuentes grecolatinas y de las fuentes historiográficas unidas a las evidencias arqueológicas detectadas en la ciudad desde los comienzos de las investigaciones en los años 40 del pasado siglo, ponen de manifiesto que *Onoba*, no se limitó a jugar un papel marginal como pequeño núcleo de pescadores, tal como sostenía la visión que hasta ahora se tenía de esta etapa de la historia de la ciudad. La ocupación de la ciudad debió mantenerse, sin solución de continuidad, con una extensión muy similar a la que tuvo en época protohistórica, como demuestran los registros de época púnica y romana republicana e imperial. Es muy difícil sostener que Roma pudiera desentenderse de una ciudad tan importante debido a su posición, es decir su condición de único establecimiento costero entre la desembocadura del río *Anas* y la ciudad de *Gades*, y a su vez núcleo comunicado tanto con las minas del Cinturón Ibérico de Piritas como con el valle del Guadalquivir y los importantes centros de *Hispalis* e *Italica*. Del mismo modo

dada su condición de único gran puerto sobre esta zona costera, puerto de pesca y exportador de minerales parece igualmente difícil que haya escapado a la inmigración latina, aun cuando es cierto que hasta el momento no han aparecido evidencias como por ejemplo inscripciones funerarias, que permitan concluir este extremo.

Agradecimientos

El presente trabajo se enmarca en el proyecto «El arco atlántico del sudoeste hispano desde la Protohistoria hasta la Tardoantigüedad: Evolución geomorfológica, ocupación litoral y sistemas portuarios» (Ref. PID2022-142778NB-I00) de la convocatoria de Proyectos Generación del conocimiento (2022) del Ministerio de Ciencia e Innovación.

Bibliografía

- ABAD CASAL, Lorenzo, 1975. *El Guadalquivir vía fluvial romana*, Sevilla.
- AMO, Mariano del, 1976. “Restos materiales de la población romana de Onuba”, *Huelva Arqueológica*, II.
- AMO, Mariano del y BELÉN, María, 1981. «Estudio de un corte estratigráfico en el Cabezo de San Pedro». *Huelva Arqueológica*, V. Madrid, 57-148.
- BARCO Y GASCA, Jacobo del, 1755. *Disertación Histórico-Geográfica sobre reducir la Antiqua Onuba a la villa de Huelva*. Sevilla.
- BELÉN, María y FERNÁNDEZ-MIRANDA, Manuel, 1989. “La Tiñosa (Lepe, Huelva)”, *Huelva Arqueológica* IV, pp. 197 ss.
- BELÉN, María; FERNÁNDEZ-MIRANDA Manuel y GARRIDO Juan P., 1978. «Los orígenes de Huelva. Excavaciones en los Cabezos de San Pedro y La Esperanza». *Huelva Arqueológica*, III. Madrid.
- BENDALA GALAN, Manuel, 1987. “Ab ostio fluminis Anae...”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 13-14, II, pp. 129 ss.
- BENDALA, Manuel; GÓMEZ, Francisco y CAMPOS, Juan M., 1999. “El tramo de calzada romana *Praesidium – Ad Rubras del Itinerario de Antonino 23*”, *II Congreso de Arqueología Peninsular. Arqueología romana y Medieval* (Zamora, 24-27 de septiembre de 1996) (P. Bueno y R. de Balbín, Coords.), Fundación Rei Alfonso Henriques, Vol. 4, 237-243.
- BERMEJO, Javier y CAMPOS, Juan M., 2020. “Maritime signalling in Antiquity: The Lantern of the harbour of Onoba Aestuarium, a new lighthouse along the Atlantic (Huelva, Spain)”, *Journal of Maritime Archaeology*, 15, pp. 475 - 498.
- BERMEJO, Javier; CAMPOS, Juan M. y RODRÍGUEZ-VIDAL, Joaquín, 2017: «Las estructuras portuarias de Onoba Aestuarium: un puerto pesquero y de control imperial», Campos, J.M. y Bermejo, J. (Eds.), *Los Puertos Atlánticos Béticos y Lusitanos y su relación comercial con el Mediterráneo*, L’erma di Bretschneider, Roma, 207-244.
- BERMEJO, Javier; BERMEJO, Alberto; MARFIL, Francisco; FERNÁNDEZ, Lucía; CAMPOS, Juan M.; GONZÁLEZ, Rafael; ÁLVAREZ, Genaro y MOLINA, José, 2020. El estudio arqueoarquitectónico del acueducto romano de Huelva, Bermejo, J. y Campos, J. M. (Eds.), *Aqua Onobensis. El acueducto de Onoba Aestuarium*. Onoba Monografías, 4. Huelva, 119-184.
- BERMEJO, Javier, RUIZ, Francisco, CAMPOS, Juan M., RODRÍGUEZ, Joaquín y CACERES, Luis M., 2022. “The Impact of High-Energy Events on the Economy and Coastal Changes Along the Coast of Huelva in Ancient Times”, *Historical Earthquakes, Tsunamis and Archaeology in the Iberian Peninsula* (M. Álvarez y F. Machuca, Eds.), Natural Science in Archaeology, Springer, 251-266.
- BERNAL CASASOLA, Darío, 2009. «El Faro romano de Gades y el papel de los Thynnoskopos en el Fretum Gaditanum». *Brigantium* 20, 85-108.
- BERNAL, Darío; SÁEZ, Antonio M.; MONTERO, R.; DÍAZ, José J.; SÁEZ, Antonio; MORENO, Diego y TOBOSO, E., 2005. “Instalaciones fluvio-marítimas de drenaje con ánforas romanas: a propósito del embarcadero Flavio del Caño de Sancti Petri (San Fernando, Cádiz)”. *Spal*, 14, 179-230.
- BERNAL, Darío; ARÉVALO, Alicia; LORENZO, Lourdes y CÁNOVAS, Alvaro, 2007. “Abandonos en algunas Insulae del barrio industrial a fines del siglo II d. C.”. *Las Cetariae de Baelo Claudia. Avances de las investigaciones arqueológicas en el barrio meridional (2000-04)*. Sevilla: 383-454.
- BLANCO, Antonio y ROTHENBERG, Beno, 1981. *Exploración Arqueometalúrgica de la provincia de Huelva*, Barcelona.

- BLANCO, Antonio y LUZÓN, José M., 1966. "Mineros antiguos españoles", *Archivo Español de Arqueología*, 39: 79 ss.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2002. "La ciudad romana de Onuba (Huelva), una revisión arqueológica". *AnMurcia*, 17-18, 329-340.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2005. *Niebla, ciudad tartésica, romana y medieval*. Huelva
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2006. "El comercio de salsas y salazones de pescado en el área onubense". Actas del Congreso Internacional CETARIAE. *Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, noviembre de 2005, B.A.R. int. Ser1266, Oxford 2006, 523-525.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2010. "Los suburbios de Onoba Aestuarium". *Las Áreas Suburbanas en la ciudad Histórica, Topografía, usos, función* (Vaquerizo, D., ed.). Córdoba.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2011. *Onoba Aestuarium. Una ciudad portuaria en los confines de la Baetica*. Huelva.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2015. "La recreación del puerto de Huelva en época romana a través de un documento pictórico del Archivo Municipal de Huelva", *Archivo Municipal de Huelva. 750 aniversario (1265-2015)* (M. D. Lazo López, Coord.), Ayuntamiento de Huelva y Cepsa, Huelva, 16-16. ISBN 978-84-88267-40-5.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2018. "El puerto de Onoba Aestuarium", *Homenaje a Juana Bedia* (J.M. Rincón y L. Pérez, Coords.), Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, Sevilla, 197-220.
- CAMPOS CARRASCO, Juan M., 2022. "El Puerto de Huelva en época tartésica y romana", *PORTUS/Port-city relationship and Urban Waterfront Redevelopment*, 44.
- CAMPOS, Juan M. y BERMEJO, Javier, 2017. «Los suburbios de Onoba Aestuarium. El área portuaria». *OPPIDUM-CIVITAS-URBS. Städteforschung auf der Iberischen Halbinsel zwischen Rom und al-Andalus*, Pazram, S. (Hg.). Berlín, 739-766.
- CAMPOS, Juan M. y BERMEJO, Javier, 2021. «El acueducto y el ciclo del agua en Onoba Aestuarium», *Arqueología y numismática: estudios en homenaje a la profesora Francisca Chaves Tristán* (E. Ferrer et alii, Coords.), Universidad de Sevilla, 763-776.
- CAMPOS, Juan M.; BERMEJO, Javier y RODRÍGUEZ, Joaquín, 2014. "La ocupación del litoral onubense en época romana y su relación con eventos marinos de alta energía", *Cuaternario y Geomorfología*, 29, 1-2, 75-93.
- CAMPOS, Juan M. y GÓMEZ, Francisco, 1999. "El puerto de Huelva en la Antigüedad: los primeros pobladores". *El Puerto de Huelva. Historia y Territorio*. Huelva, 55-60.
- CAMPOS, Juan M. y GÓMEZ, Francisco, 2001. *La Tierra Llana de Huelva: Arqueología y evolución del paisaje*. Sevilla.
- CAMPOS, Juan M.; GÓMEZ, Francisco y PÉREZ, Juan A., 2006. *ILIPLA-NIEBLA. Evolución urbana y ocupación del territorio*. Huelva.
- CAMPOS, Juan M.; PÉREZ, Juan A. y VIDAL, Nuria de la O., 1999. *Las cetariae del litoral onubense en época romana*. Universidad de Huelva.
- CAMPOS, Juan M.; PÉREZ, Juan A. y VIDAL, Nuria de la O., 2004. "Alfares y producciones cerámicas en la provincia de Huelva. Balance y perspectivas". *B.A.R. Internacional Series*, 1266. Oxford, 125-160.
- CAMPOS, Juan M. y VIDAL, Nuria de la O., 2006. "La industria pesquera en época romana en el litoral onubense". *I Conferencia Internacional sobre la Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*: 407-454
- CAMPOS, Juan M., VIDAL, Nuria de la O. y GÓMEZ, Agueda, 2005. "Intervención Arqueológica en la Avenida de Andalucía/Cabezo de La Almagra (campus del Carmen, Huelva)". *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2002, Vol III-1, 513-529.

- CAMPOS, Juan M., VIDAL, Nuria de la O y GÓMEZ, Águeda, 2014. *La cetaria de El Cerro del Trigo (Doñana, Almonte, Huelva), en el contexto de la producción romana de salazones del sur peninsular*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- CAMPOS, Juan M.; VIDAL, Nuria de la O y RUIZ, Juan, 2010. "Acerca de la condición jurídica de Onoba Aestuaria". *Pyrenae* 41-1, 55-75.
- CAMPOS, Juan M.; GÓMEZ, Águeda; RODRÍGUEZ, Rocío; MEDINA, Nieves; DELGADO, Salvador; O'KELLY, Jessica; CORTIJO, Victoriano; VIDAL, Nuria de la O, 2007. "Investigación y puesta en valor de la ciudad hispanorromana de *Turobriga* (Aroche, Huelva).I intervención puntual 2004". *Anuario Arqueológico de Andalucía 2004*: 1-20.
- CASTILLA, Elena; HARO, Jesús de y LÓPEZ, Miguel A., 2004. "El solar nº 25-27 de la calle Vázquez López en la Zona Arqueológica de Huelva. La necrópolis sur de ONVBA". *Anuario Arqueológico de Andalucía/2001. Vol III-1*, Sevilla, 503-511.
- DE HARO, Jesús, CASTILLA, Elena y LÓPEZ, Miguel A., 2005. "El depósito de ánforas romanas del solar nº 8 de la calle José Nogales de la ciudad de Huelva". *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2002, III-1, Sevilla, 500-529.
- DE HARO, Jesús; LÓPEZ, Miguel A. y CASTILLA, Elena, 2005. *Intervención Arqueológica de urgencia en Plaza Ivonne Cazenave Nº 1 (Huelva). 6ª Fase de Actuación*. Excavación previa a la consolidación e integración de restos emergentes en el Sector III. Futura Plaza Arqueológica. Delegación Provincial de Huelva. Consejería de Cultura. Inédito.
- DE HARO, Jesús; CASTILLA, Elena y LÓPEZ, Miguel A., 2006. *Intervención Arqueológica en Plaza Ivonne Cazenave Nº 1 (Huelva). 4ª y 5ª Fase de Actuación*. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 2003, III-1, Sevilla, 577-587.
- DELGADO, AGUILAR, Salvador, 2016. *Onoba Aestuaria*. Huelva. Tesis doctoral, Universidad de Huelva, <http://hdl.handle.net/10272/12086>
- FERNÁNDEZ, Jesús; GARCIA, Carmen y RUFETE, Pilar, 1997. *De Tartessos a Onuba. 15 años de arqueología en Huelva*. Huelva.
- FERNÁNDEZ, Jesús, RUFETE, Pilar y GARCÍA, Carmen, 1992. «Nuevas evidencias de Onuba». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 19. Madrid, 289-317.
- FERNÁNDEZ, Jesús, RUFETE, Pilar y GARCÍA, Carmen, 1995. "Excavaciones arqueológicas en el convento de las R.R. M.M. Agustinas (C/Palos, 12) en Huelva. *Anuario Arqueológico de Andalucía*, 1992. Sevilla, 365-366.
- FERNÁNDEZ SUTILO, Lucía 2020: Muerte y ritual en *Onoba Aestuaria* y su *Territorium*, *Onoba Monografías*, 6, Universidad de Huelva.
- FERNÁNDEZ, Lucía; CAMPOS, Juan M. y VIDAL, Nuria de la O, 2013. "El mundo funerario en la ciudad romana de Onoba: Las manifestaciones arquitectónicas de la Necrópolis Norte", *Onoba: revista de arqueología y antigüedad*, 1, 177-188.
- FOMBUENA FILPO, Vicente, 1999. *Antonio Jacobo del barco y el Terremoto de Lisboa de 1755*. Huelva.
- FOZZATI, Luigi y TONIOLO, Alessandra., 1998. "Argini-strade nella laguna di Venezia". *Bonifiche e drenaggi con anfore in epoca romana: aspetti tecnici e topografici*. Modena, 197-208.
- GARRIDO, Juan P. y ORTA, Elena M., 1966. «Nuevo hallazgo de una tumba de incineración en los cabezos de Huelva». *Ampurias*, XXVIII. Barcelona, 209-215.
- GÓMEZ, Francisco y CAMPOS, Juan M., 2001. *Arqueología en la Ciudad de Huelva (1966-2000)*. Huelva.
- GÓMEZ, Francisco; LÓPEZ, Miguel A.; BELTRÁN, José M.; GÓMEZ, Águeda y CAMPOS, Juan M., 2003. "Intervención arqueológica en el solar Plaza Ivonne

- Cazenave, 1 (Huelva)". *Anuario Arqueológico de Andalucía/2000. Vol III-1*, Sevilla, 654-665.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Julián: (1989), *Corpus de Inscripciones latinas de Andalucía, I. Huelva (CILA, I)*, Sevilla.
- GONZÁLEZ, Beatriz, GUERRERO, Olga y ECHEVARRÍA, Alejandra., 2006. "Intervención arqueológica de urgencia en plaza de San Pedro. nº 4-5 de Huelva". *Anuario Arqueológico de Andalucía 2003*: 543-549.
- GUERRERO, Olga, CAMPOS, Juan M., y PÉREZ, Juan A., 1999. "La ocupación turdetana de la Tierra Llana de Huelva", *II Congreso de Arqueología Peninsular, III*, Madrid, pp. 459 ss.
- GUERRERO, Olga, GONZÁLEZ, Diego y GOYANES, Sara, 2004. "Intervención arqueológica de urgencia en solar sito en c/Arquitecto Pérez Carasa, 1 esquina c/Vázquez López, 4 (Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 2001*, Sevilla, 519-526.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, 1964. *Rawd al-Quitas*. Valencia.
- LARA RÓDENAS, Manuel J. de, 1996. "El abastecimiento de aguas en la Huelva del Antiguo Régimen. El acueducto y las formas de su presencia social". *El agua en la Historia de Huelva*. Huelva, 59-113.
- LAUBENHEIMER-LEENHARDT, Fanette, 1973. "Recherches sur les lingots de cuivre et de plomb d'époque romaine dans la region de Languedoc, Rousillon et de Provence-Corse". *Revue Archéologique de Narbonnaise, Suplements*, 3. París.
- LAUBENHEIMER, Fanette y GALLET, Hubert, 1973. *Recherches sur les lingots de cuivre et de plomb d'époque romaine de Languedoc et de Provence-Corse*, París.
- LIMÓN DÍAZ, José, 2007. *Memoria Preliminar de la actividad arqueológica de urgencia en la Plaza de las Monjas de Huelva*. Delegación Provincial de Cultura de Huelva. Inédito.
- LORENZO y LEAL, Baldomero de, 1883. Onoba Listuaria (Huelva). *Su Historia, desde los más remotos tiempos hasta nuestros días. 1ª parte*, Huelva.
- LOZANO, Claudio y GONZÁLEZ, Diego, 2004. "Excavación arqueológica de urgencia en la c/ Cardenal Cisneros nº 11 de Huelva". *Anuario Arqueológico de Andalucía, 2001*, Sevilla, 527-530.
- LUZÓN NOGUÉ, José M., 1975. «Antigüedades romanas de la provincia de Huelva». *Huelva Prehistoria y Antigüedad*. Madrid, 271-320.
- MADOZ, Pascual, 1847. *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Huelva. Madrid. Huelva, reimpr. 1985.
- MERCADO, Laura y MEJÍAS, Juan C., 1999. *Informe técnico preliminar. Intervención arqueológica de urgencia. Solar nº 1 de Plaza San pedro*. Huelva. Inédito. Delegación Provincial de Cultura.
- MORA NEGRO Y GARROCHO, Juan A. de., 1762. *Huelva ilustrada. Breve historia de la Antigua y Noble villa de Huelva*. (Edición facsímil del Instituto de Estudios Onubenses «Padre Marchena», 1974). Huelva.
- MUÑIZ COELLO, Joaquín, 1980. *El Sistema fiscal en la España romana: (Republica y Alto Imperio)*. Huelva.
- MUÑOZ, Angel, DE FRUTOS, Gregorio, y BERRIATUA, Nerea, 1988. "Contribución a los orígenes y difusión comercial de la industria pesquera y conservera gaditana a través de las recientes aportaciones de las factorías de salazones de la Bahía de Cádiz", *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar, I*, Madrid, pp. 487 ss.
- OLIAS, Manuel; RODRÍGUEZ, Ana; ADAME, Juan A., 2020. "Contexto hidrogeológico de los cabezos de Huelva y el antiguo sistema de abastecimiento de agua", Bermejo, J. y Campos, J. M. (Eds.), *Aqva Onobensis. El acueducto de Onoba Aestuarium*. Onoba Monografías, 4. Huelva, 23-48.
- OSUNA, Manuel, 1998. *Excavación arqueológica de urgencia. Solar 15-17 de c/ Palos en Huelva*. Inédito. Delegación Provincial de Cultura.

- PARKER, A.J., 1992. *Ancient shipwrecks of the mediterranean and roman provinces*, B.A.R. International Series, 580, Oxford.
- PÉREZ, Juan A., 2002. “Metalla y territoria en el oeste de la Baetica”, *Habis*, 33: 407 ss.
- PÉREZ, Juan A., CAMPOS, Juan M., y GÓMEZ, Francisco, 2000. “Niebla, de *oppidum* a *madīna*”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, 11, pp. 91 ss.
- PÉREZ, Juan A., GÓMEZ, Francisco, y CAMPOS, Juan M., 2002. “Prospección Arqueológica del término municipal de Niebla”, *Anuario Arqueológico de Andalucía/1999*, II, pp. 138 ss.
- PÉREZ, Juan A., GUERRERO, Olga, GONZÁLEZ, Diego y GOYANES, Sara, 2003. “Nuevos elementos de análisis sobre Onoba (Huelva)”. *Sagvntum (P.L.A.V.)*, 35, 159-176
- RASTROJO, Javier, MEDINA, Nieves, CASTILLA, Elena, DE HARO, Jesús y LÓPEZ, Miguel A., 2004. Intervención arqueológica de urgencia en el solar nº 2 de la plaza de las Monjas (Huelva). *Anuario Arqueológico de Andalucía 2001*, Vol III-1, Sevilla, 542-44.
- RUIZ ACEVEDO, Juan M., 1998. *Las vías romanas en la provincia de Huelva*. Huelva.
- SÁNCHEZ HERNANDO, Luis J., 2005. “Estudio paleobotánico del yacimiento de La Almagra (Huelva). Análisis de macrorrestos, interpretación de relaciones hombre-medio e identificación de paisajes”, en Campos, J.M.; Vidal, N. y Gómez, A. Excavaciones en el cerro de La Almagra (Huelva). *Memoria de investigación 2005*. Consejería de Cultura. Inédita.
- TOSCANO, Clara, 2020. “El puerto proto-histórico de Onoba: corazón en la configuración de la ciudad portuaria”, en J. M. Campos, y J. Bermejo, (Eds.), *Del Atlántico al Tirreno, Puertos hispanos e itálicos*, L’erma di Bretschneider, Roma, 427-462.
- VIDAL, Nuria de la O. y CAMPOS, Juan M., 2006. “Las necrópolis de Onuba”. *Anales de Arqueología Cordobesa*, 17: 13-34.

O Desenho (do fragmento): do registo, pela história à interpretação

Um ensaio sobre o *forum* de Évora (Portugal)

Mariana Martins de Carvalho¹

Arquiteta e investigadora colaboradora do CEAU-FAUP - Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_4

RESUMO

Esta investigação procurou, a partir do desenho, reconstituir um fragmento de cidade, segundo uma leitura transversal do vestígio, visando demonstrar um processo para chegar à hipótese. As estruturas arqueológicas de Évora foram o laboratório de ensaio deste processo, sobretudo do conjunto monumental, composto pelo *forum* romano. Um processo que passa pelo desenho rigoroso das estruturas, a partir do registo arqueológico e arquitetónico, pela valorização do estudo histórico do edifício e do espaço urbano onde as estruturas estão implantadas e pelo aventar de uma hipótese baseada em modelos clássicos. O resultado deste ensaio poderá ser, pois, o contributo da arquitetura para a arqueologia, no sentido de incrementar o conhecimento da cidade romana, sendo o desenho o meio singular de aproximação ao fragmento, por meio da sua evocação e materialização.

PALAVRAS CHAVE

Desenho; Reconstituição arqueológica; *Forum* romano; Évora.

ABSTRACT

Based on the drawing, this investigation sought to reconstruct a fragment of the city, according to a transversal reading of the trace, aiming to demonstrate a process to reach the hypothesis. The archaeological structures of Évora were the testing laboratory for this process, especially the monumental complex, composed of the Roman *forum*. A process that involves the rigorous representation of structures, based on archaeological and architectural records, the valorization of the historical study of the building and the urban space where these structures are located and the development of a hypothesis based on classical models. Therefore, the result of this essay could be the contribution of architecture to archaeology, in the sense of increasing knowledge of the Roman

1 ORCID iD: [0000-0003-0075-5000](https://orcid.org/0000-0003-0075-5000); msmcarvalho@arq.up.pt

city, with drawing being the singular means of approaching the fragment through its evocation and materialization.

KEYWORDS

Drawing; Archaeological Reconstitution; Roman Forum; Évora.

Esta investigação centrou-se no modo como o conhecimento da arquitetura e o instrumento do desenho poderiam contribuir para a análise e reconstituição do vestígio arqueológico, assumindo um olhar transdisciplinar que procurou fomentar o cruzamento entre várias áreas de conhecimento, desde a arquitetura, a história e a arqueologia. O desenho, trabalhado a diferentes níveis, foi a forma de comunicação da ruína e do fragmento, pois permitiu criar uma base de entendimento entre as diferentes áreas disciplinares. Pretendeu-se, deste modo, ensaiar uma metodologia que explorou diferentes tipos de representação, a partir do vestígio arqueológico, num diálogo simbiótico entre registo, interpretação e comunicação².

Um Ensaio sobre o *Forum* de Évora

Os vestígios arqueológicos de Évora foram o laboratório de ensaio deste estudo que ensajou, através do desenho, reconstituir um fragmento de cidade. Recorreu-se à estrutura arqueológica associada a um conjunto monumental – o *forum* romano da antiga *civitas Liberalitas Julia Eborae* (Évora), situado na província ocidental do Império Romano, no *Conventus Pacensis* (Portugal).

A estrutura conceptual deste trabalho compreendeu uma abordagem pontuada em três partes fundamentais: do registo, da história e da interpretação. Procedeu-se então ao registo deste testemunho, desta marca, do que existe, segui-

do da sua dimensão histórica, a partir de um processo de pesquisa, fundamentado pelas fontes para, depois, conseguir evocar uma imagem, uma interpretação do passado.

Este ensaio permitiu verificar todas as dificuldades associadas a um contexto urbano consolidado. Évora conserva importantes estruturas desde o período romano, passando pelo islâmico, medieval, moderno até à contemporaneidade. Como qualquer cidade histórica, é um palimpsesto de sucessivas camadas onde a memória da arquitetura do passado está impressa na configuração do traçado da cidade atual.

Do Registo

Para uma melhor compreensão do conjunto urbano e integração do vestígio foram desenhados, numa primeira fase, os levantamentos arquitetónicos dos edifícios atuais – em planta, corte e alçado – que, de algum modo, pudessem estar associados às estruturas romanas ou até mesmo ao seu traçado. Sobre este levantamento seguiu-se o reconhecimento dos desenhos das estruturas arqueológicas da cidade, recolhidos dos relatórios de escavação, e a transferência e redesenho de todos estes dados para o mesmo suporte, de forma a criar uma linguagem comum³. Os registos de escavação foram integrados na planta da cidade e organizados em quatro grandes conjuntos: termal, habitacional, defensivo e monumental, sendo este compreendido pelo *forum* e o mais estudado neste trabalho (Figura 1).

2 Este artigo resulta de uma investigação de doutoramento em arquitetura: CARVALHO, M. M. D., 2022. *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Eborae*. Doutoramento, Universidade do Porto. Tese disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/144861>

3 Neste processo de recolha, realizado entre 2013 a 2018, foram digitalizados, analisados e interpretados mais de 250 relatórios de escavação depositados, na sua maioria, no Arquivo de Arqueologia Portuguesa, na antiga Direção Geral de Património Cultural (DGPC), em Lisboa, mas também no Centro de Documentação da antiga Direção Regional da Cultura do Alentejo (DRCAentejo), no Núcleo de Documentação e Departamento de Arqueologia do Convento dos Remédios da Câmara Municipal de Évora (CME) e no Arquivo da Fundação Eugénio de Almeida, para além destes foram consultados arquivos pessoais.



Figura 1. Évora: Conjunto Urbano.

Planta da cidade atual com a localização dos vestígios arqueológicos intramuros, possivelmente de época romana. I. Conjunto Monumental; II. Conjunto Termal; III. Conjunto Habitacional; IV. Conjunto defensivo.

Para além da planta foi realizado o levantamento dos perfis da cidade, integrando o desenho do corte e dos alçados dos edifícios existentes. Estes revelaram-se fundamentais para perceber a relação altimétrica entre as sondagens, como foi o caso das estruturas arqueológicas encontradas na cave do Museu de Évora, que mostraram que o

forum poderia também ter tido um criptopórtico a sul.

Compreendeu-se com este processo de registo que o levantamento arquitetónico (em planta, cortes e alçados) do edifício existente constitui, para além das fontes arqueológicas, outro suporte essencial à interpretação, pois permitiu a carto-

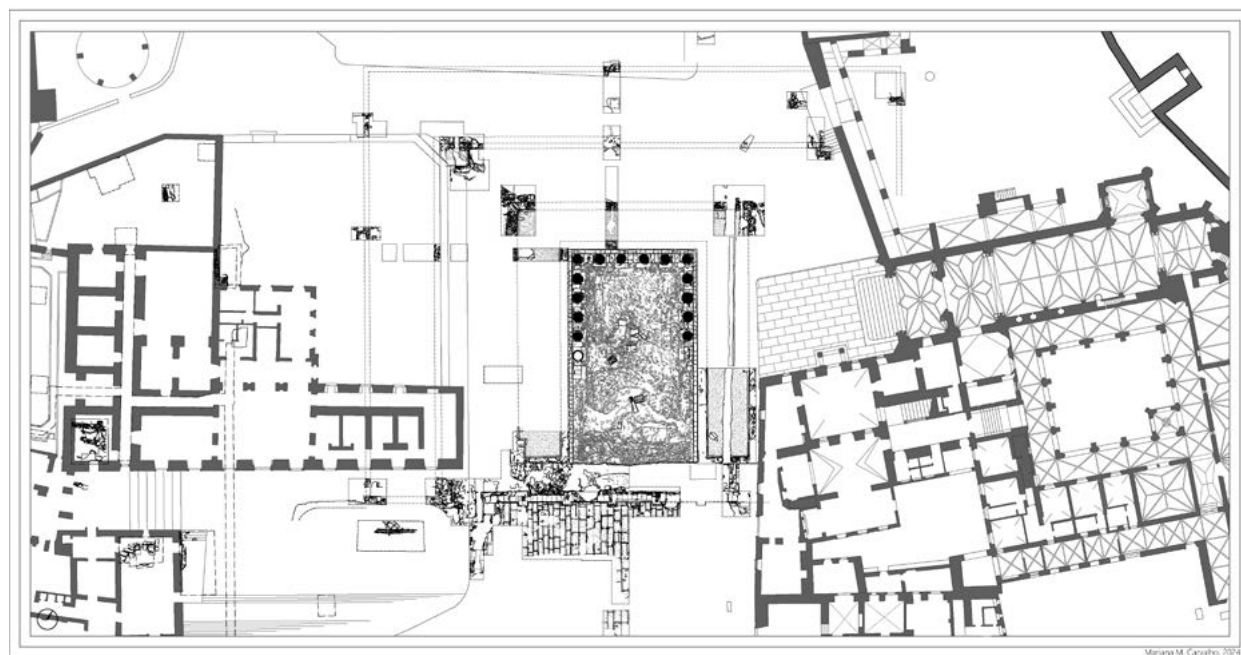


Figura 2. Évora: Conjunto Monumental, *Forum*.

Registo dos vestígios arqueológicos considerados de época romana associado à área sagrada do *forum*.

grafia do vestígio de uma forma mais integrada e articulada no conjunto urbano.

Entre 1986 a 1997, toda a zona envolvente ao templo romano foi alvo de uma grande campanha de escavação, promovida pelo Instituto Arqueológico Alemão. Esta foi dirigida pelo arquiteto/ arqueólogo Theodor Hauschild, com a colaboração do arquiteto Pedro Manuel Fialho de Sousa e do arqueólogo Felix Theichner.⁴ Nesta campanha verificou-se que quase todas as sondagens realizadas revelaram vestígios importantes para o traçado do *forum*, nomeadamente da área sagrada. Este facto não foi de todo um acaso, mas deveu-se à capacidade de pensar o espaço, protagonizada, particularmente, pelos arquitetos e arqueólogos que orientaram as escavações. Em contexto urbano, é necessária uma grande dose de intuição quando se decide implantar uma vala, pois toda a escavação vai ser um entrave à vida urbana atual. Há que saber conjugar todos estes interesses e trabalhar com o tempo, entre a gestão de benefícios e dificuldades (Figura 2).

E., 1996-1998⁵ e 2007-2008⁶ decorreram duas campanhas de escavação de acompanhamento da obra de reabilitação do Museu de Évora. Todo o interior do edifício foi escavado, e as sondagens expuseram estruturas importantes para a interpretação da praça do *forum*. Tendo em conta a diversidade de vestígios encontrados, sentiu-se a necessidade de rastrear cada sondagem por época. Deste modo, o desenho tornou-se num processo de aprendizagem, que implicou uma síntese histórica, de identificação e seleção das estruturas correspondentes a cada período. Foram encontrados vários vestígios de época moderna onde, para além de pavimentos, canalizações e muros se destaca uma fundação a sudoeste que aparentava ser uma torre

(Simão and Brazuna, 2007, p. 22). A nascente foi exumada uma importante necrópole medieval e, na base dessas sepulturas, foi descoberta a argamassa de assentamento das lajes do pavimento do *forum* romano, para além de dois fragmentos romanos de grandes dimensões, uma cornija e um capitel jónico, reaproveitados como material de construção das mesmas sepulturas (Gonçalves et al., 1996, p. 25). Relativamente aos vestígios de época islâmica foram descobertas as fundações de um conjunto habitacional. Os vestígios de época romana são particularmente significativos, uma vez que, para além dos vestígios de argamassa de assentamento das lajes, foi exumada uma grande canalização de drenagem das águas pluviais da praça do *forum* (Gonçalves et al., 1998, p. 10), (Simão and Brazuna, 2008b, p. 19). Também na cave do museu, foram descobertos muros que poderiam estar relacionados com fundações de possíveis dependências do *forum* (Figura 3).

Importa acrescentar que o reconhecimento também se realizou através da observação direta da ruína, tendo sido produzidos vários desenhos à vista do templo e dos fragmentos arquitetónicos.

Pela História

O templo, protagonista da evolução da cidade, surgiu nesta complexidade temporal, sendo sempre um lugar de destaque e de grande importância no conjunto urbano, nunca tendo abandonado o seu carácter público e de representatividade.

Para o estudo deste monumento foram analisados, entre outros, desenhos, gravuras, fotografias, descrições dos tombos da cidade e das *Memórias Paroquiais*⁷ Estas fontes permitiram realizar uma interpretação mais cuidada da configuração do edifício, desde o período em que fora utilizado

4 O resultado dos 'Trabalhos arqueológicos na zona envolvente do Templo romano de Évora' só viria a ser publicado em 2017: HAUSCHILD, T. & TEICHNER, F., 2017. *Der römische Tempel in Évora (Portugal) Bauaufnahme, Ausgrabung, Wertung*, Wiesbaden, Reichert.

5 Primeira campanha (1996-1997) a cargo da empresa *Arkhaios. Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda*.

6 Segunda campanha (2007-2008) a cargo da empresa *ERA-Arqueologia, S. A.*

7 Em 1721 a Academia Real da História concebeu um questionário dirigido às autoridades eclesiásticas, provedores das comarcas e câmaras, com o intuito de recolher informações históricas sobre os vários lugares para posteriormente

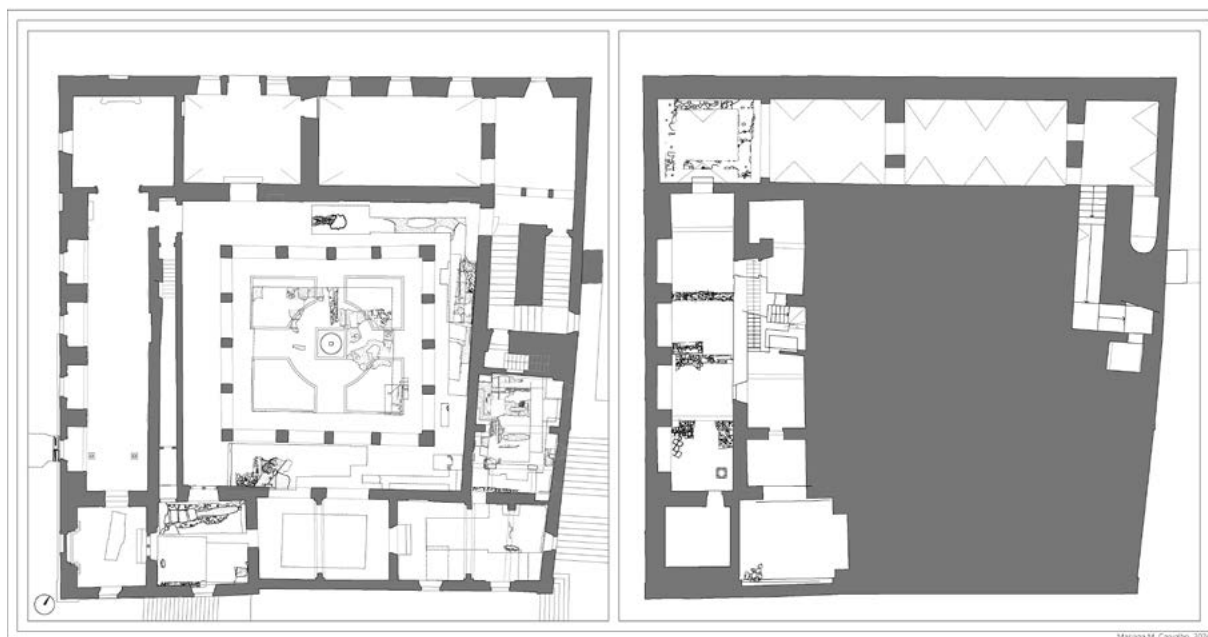


Figura 3. Évora: Conjunto Monumental, Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo
Área secular do forum com o levantamento dos vestígios arqueológicos de época romana encontrados no piso térreo e na cave do Museu.

como açougue até ao seu restauro, em meados do século XIX. Analisando estes dados desenvolveu-se então um levantamento ‘arqueológico’ dos alçados do Templo, numa tentativa de recuperar, através do desenho, a imagem do edifício medieval, anterior à sua desobstrução. Este exercício foi importante para se identificar certas ‘cicatrices’ que hoje o templo apresenta, e perceber a dimensão do restauro. Fazendo um exercício elementar de fotogrametria, distorceram-se as imagens sobre o alçado existente, conseguindo uma base para um desenho vetorial, mais rigoroso. Esta base foi fundamental para se realizar uma tentativa de desenho pedra-a-pedra, ainda que com algumas lacunas (Figura 4).

Para estes desenhos pedra-a-pedra tomou-se como referência o alçado de início do século XIX e fez-se um exercício de reconstituição da fachada norte, desde o século XV ao século XIX, período em que teria funcionado como açougue da cidade, ou seja, mercado da carne. No alçado norte do século XVI introduziu-se um pequeno campanário, pois sabe-se que foi construído em 1501⁸. Esta configuração, como se de uma torre tratasse, que “parece um grande cubelo isolado, com arcada alta e esguia” (Pereira, 1947 [1884-1894], p. 349), já era reconhecível na representação do templo do foral manuelino⁹. No entanto, não se sabe se toda a estilóbata do pódio seria limitada por muros ou se estes estavam contidos

escrever a “História eclesiástica e secular de Portugal e suas conquistas”. Com o terramoto de 1775 perderam-se os originais, escapando apenas os relativos a Coimbra conservados no Arquivo da Sé de Coimbra e, em 1917, transitaram para o Arquivo da Universidade. Em 1758 repetiu-se o inquérito estando este conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: ALARCÃO, J. D., 2013. *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Faculdade de Letras/Departamento de História, Arqueologia e Artes/Secção de Arqueologia/Instituto de Arqueologia.

- 8 O sino de correr marcava a hora de fecho das portas da cidade. Esta obra foi autorizada por D. Manuel ao vereador Joane Mendes Cicioso: “tem quanto ao sino de correr parece-nos muy bem o que acerca disso nos disse Joane Mendes (...) e logo se compre e o ponha na torre do açougue como o dito Joane Mendes nos disse.” MANUEL, D. 1500. Autorização. *Livro III dos Originais*. Évora: Arquivo Distrital de Évora. transcrição de RIVARA, J. H. D. C. 1870. Coleção de treslados de documentos do Arquivo Municipal Eborense (1486 a 1500). Évora: Arquivo Distrital de Évora.
- 9 Esta representação aparece no anterrostro do Foral da Leitura Nova, de 1 de novembro de 1501, e está atribuída a Duarte de Armas, escudeiro de D. Manuel.

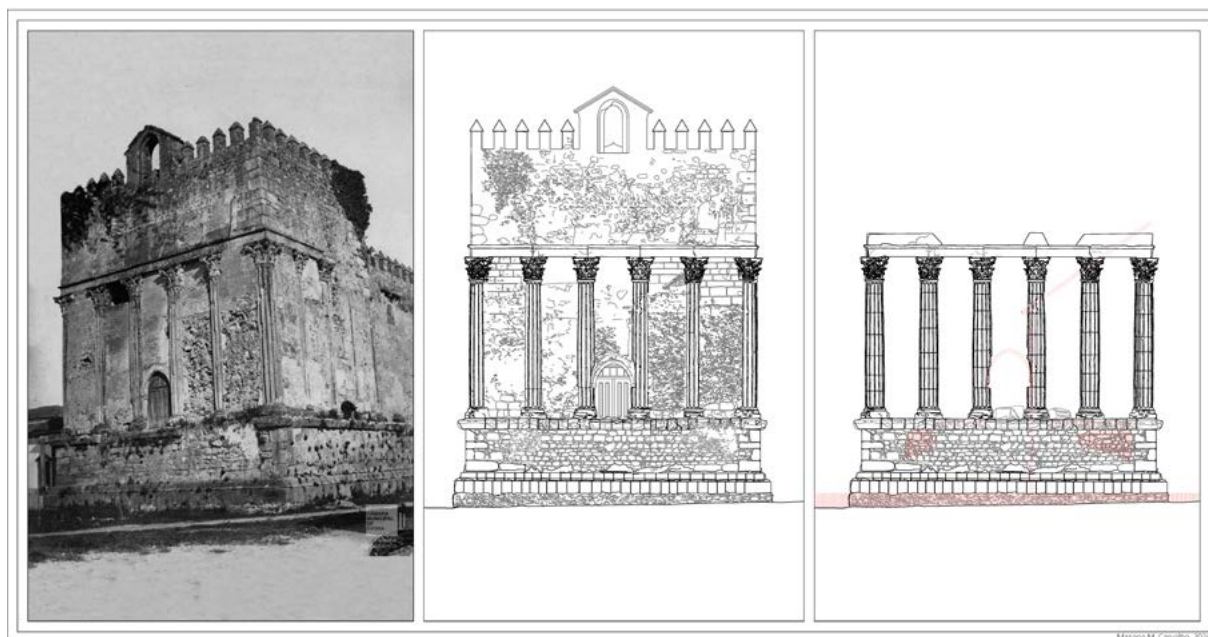


Figura 4. Évora: Açougues da Cidade.

Alçado Norte do Açougue, fotografia p/b, século XIX (© Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora). Alçado norte hipotético dos açougues no século XIX.
Alçado da ruína existente.

apenas à parte norte onde se implantavam as colunas. No alçado do século XVII, foi bem notória a invasão de um edifício sobre o templo e adivinha-se todo o desgaste que este corpo provocou. Analisando então as fontes iconográficas recorre-se à planta de Mateus de Couto, *Architecto das Inquisições do Reino*, relativa ao projeto para o Tribunal da Inquisição de Évora, de 1634 (Couto, 1634). Observando esta planta confirmou-se que toda a zona dos cárceres invadiu a parte nascente do templo romano, justificando assim os danos da fachada norte, sobretudo no capitel e fuste por onde passaria a cobertura do corpo dos cárceres. Observando o alçado atual são facilmente perceptíveis as marcas das sucessivas construções e demolições, enquanto o edifício funcionou como açougue. Conseguiu-se, agora, explicar a destruição das colunas, da cornija e do corpo do pódio. Estes desenhos tornaram-se instrumentos de trabalho para um exercício de interpretação do templo através dos alçados

e da planta desde o século XV até finais do século XIX (Figura 5).

No início da investigação a configuração do interior dos açougues, permanecia uma incógnita, até à descoberta dos desenhos do arquiteto Melchor de Prado y Mariño¹⁰, de 1798. O conjunto composto por sete lâminas de desenho rigoroso (plantas e cortes) e uma vista esboçada do templo¹¹ revelou-se de enorme importância, pois graças a este material foi possível estender a reconstituição do açougue dos alçados à planta. Para a reconstituição da planta do açougue utilizou-se como suporte a planta do século XIX e, a partir desta base, tentou-se integrar os dados dos levantamentos de Melchor de Prado.

Para além das fontes iconográficas, outros documentos foram considerados, sobretudo os tombos das demarcações, existentes no Arquivo Distrital e Municipal de Évora. Estas descrições,

¹⁰ Melchor de Prado y Mariño [1770-1834] foi o arquiteto que integrou a comitiva do geógrafo e académico José Cornide de Folgueira y Saavedra [1767-1851] na viagem a Portugal em 1798, e tinha como tarefa registar os monumentos visitados sobretudo as antiguidades de época romana (ABASCAL, J. M. & CEBRIÁN, R., 2009. *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia.)

¹¹ Os desenhos de Melchor de Prado integram a coleção da *Real Academia de la Historia em Madrid* - PRADO Y MARIÑO, M. D., 1801. Señor D. Josef Cornide y Saavedra. Santiago: Real Academia de la Historia.

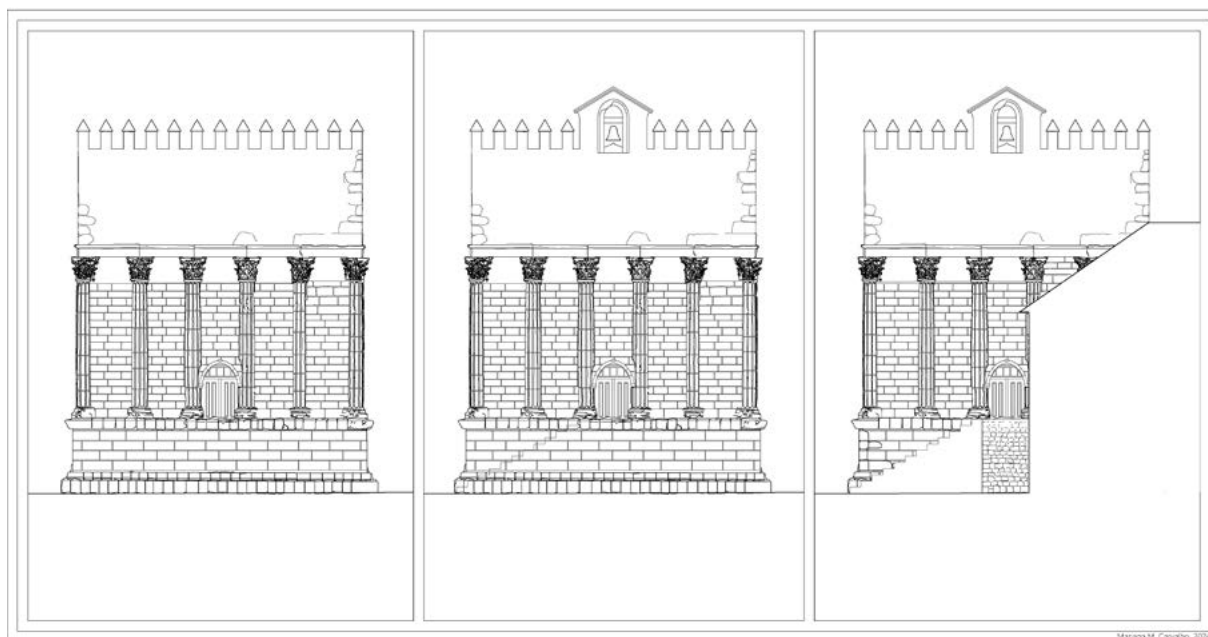


Figura 5. Évora. Açougues da Cidade.

Alçado poente hipotético dos açougues, no século XV, XVI e XVII, a partir de fontes arqueológicas, iconográficas e literárias.

apesar de detalhadas, revelam algumas dificuldades de interpretação, pelo que se tornou fundamental o confronto com o desenho para verificar as medidas enunciadas.

Cruzando então a planta dos açougues com a detalhada descrição do tombo das demarcações¹², de 1651, esta surge agora com muito mais clareza. Observando o desenho foi possível identificar e localizar as valências descritas no tombo deste os *dez Talhos*, a *Casa dos Oficiais do Real da Água* e as *Balanças do Peso Real da Água*. Esta reconstituição valida igualmente todas as medidas descritas no tombo (Figura 6).

Para além do tratamento do alçado norte este método estendeu-se ao alçado poente, recorrendo ao levantamento fotogramétrico do templo¹³, de 2011, e sobre estas imagens realizou-se um desenho pedra-a-pedra. Ao conceber este registo tornou-se evidente uma ligeira

diferença de estereotomia nas pedras de revestimento do pódio, percebe-se que do lado direito esta é um pouco mais irregular e de menor dimensão. Este exercício de desenho, juntamente com as fotografias anteriores ao restauro, permitiu verificar que os muros do pódio do lado nascente e poente foram reconstituídos de forma quase impercetível até ao alçado sul, ou seja até ao limite dos silhares da base do pódio. Apenas os silhares da base do pódio são originais, tal como a cornija que termina sensivelmente onde começa o restauro do soco. Deste modo, a leitura que se tem hoje do limite sul do templo foi criada pelo restauro. Constatou-se que as pedras para reconstrução destes muros foram reaproveitadas, como foi exemplo do bloco, a poente, com uma gravação de um possível tabuleiro de jogo¹⁴. Relativamente aos vestígios de argamassa romana do pódio, estes

12 1651. Medição e demarcação dos Asougues das carnes da cidade. *Tombo (municipal) das demarcações*. Évora: Arquivo Distrital de Évora.

13 Levantamento por varrimento laser disponível em: RAMOS, G., C. H. & A., P., 2011. Relatório de Inspeção. Templo Romano da Acrópole de Évora. Santiago do Cacém: 3DTotal.

14 Agradece-se ao Arqueólogo Panagiotis Sarantopoulos a generosidade da partilha desta curiosidade. Sobre este achado, consultar o artigo de FERNANDES, L. & SILVA, J. N., 2014. The Roman Temple of Evora. In: FRAZÃO, F., MORAIS, G., FERNANDES, L. & SILVA, J. N. (eds.) *Curiosities of Evora. Legends, History, Archeology and Board Games*. Évora: Apenas Livros Lda..

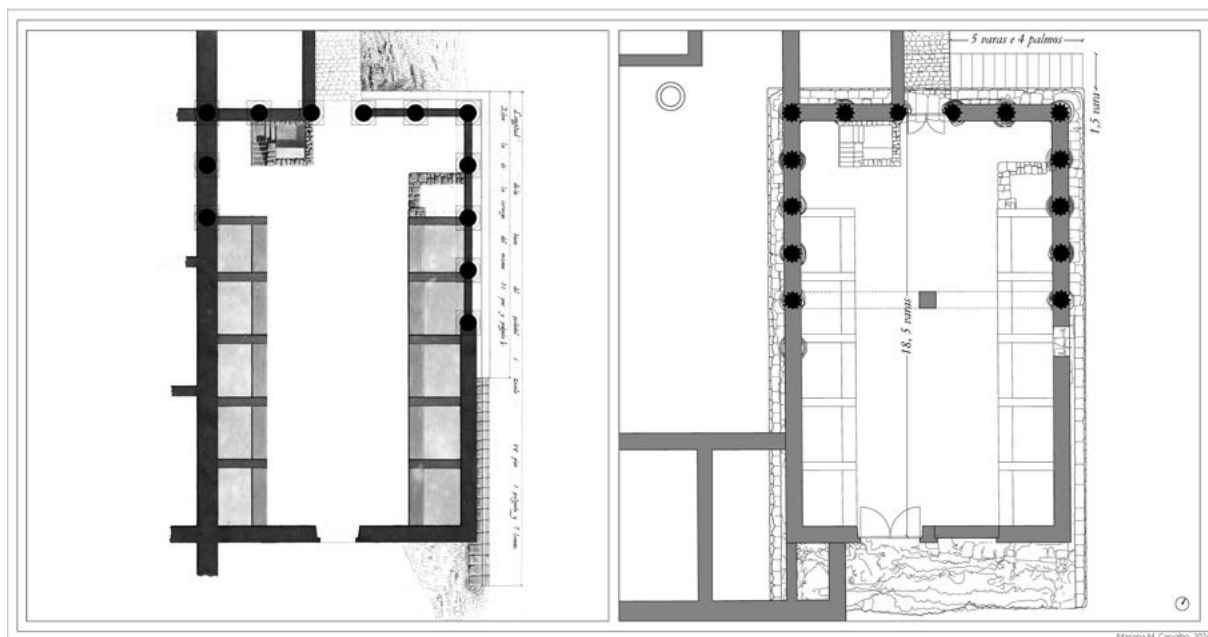


Figura 6. Évora: Açougues da Cidade.

(esquerda) “*Planta del Templo de Evora conforme al presente se halla*”, desenho sobre papel, Melchor de Prado, 1798 (© Real Academia de la Historia, Madrid)

(direita) Planta hipotética dos açougues, no século XVIII, a partir de fontes arqueológicas, iconográficas e literárias.

ainda são visíveis no encontro dos silhares da base com o soco (Figura 7).

Não se sabe até que ponto os vestígios do templo foram destruídos na operação de restauro. Mas percebe-se que, para além da remoção de elementos, também fora acrescentada matéria. Assim, esta operação não consistiu apenas

no retirar das paredes que se sobrepunham aos elementos da época romana.

À Interpretação

Para a realização de uma interpretação foi necessária uma observação atenta e integrada dos vesti-

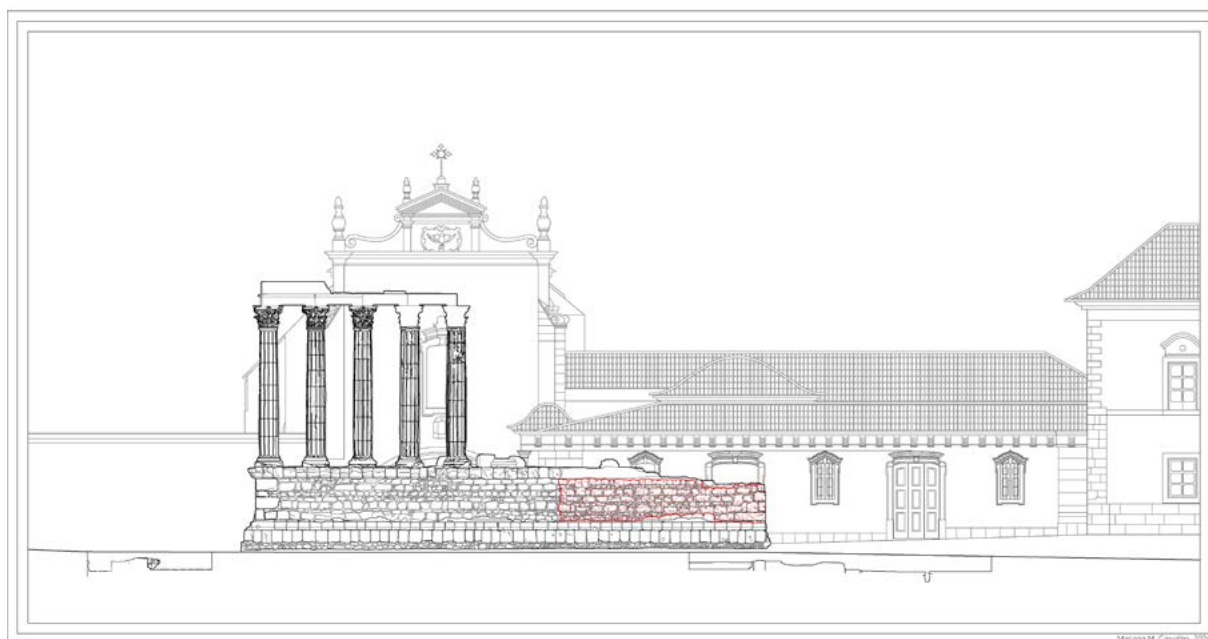


Figura 7. Évora: Conjunto Monumental, Templo.

Alçado poente do Templo com o levantamento dos vestígios arqueológicos e indicação dos muros reconstituídos, no século XIX, depois do restauro.

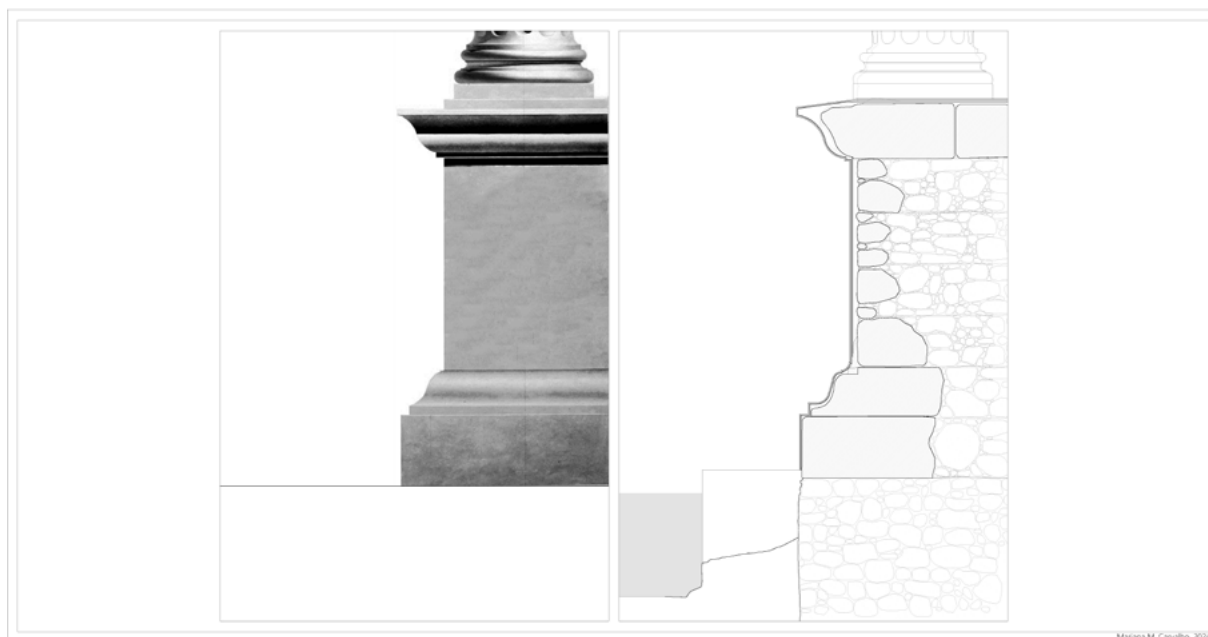


Figura 8. Évora Conjunto Monumental, Templo.
(esquerda) “*Basa de las columnas del templo de Evora con su zocalo o pedestal*”, Desenho a aparo e aguada sobre papel, Melchor de Prado, 1798-1801 (© Real Academia de la Historia, Madrid)
(direita) Hipótese de reconstituição do perfil do pódio, século I d. C.

gios, das suas marcas visíveis, para se perceber a sua metodologia construtiva. E foi neste processo que se procurou uma análise dos vestígios arqueológicos, baseada na prática do desenho e no pensamento de projeto em arquitetura. Um pensamento que assentou no conhecimento do lugar, da topografia, da tectónica e das referências

similares, mas também, na capacidade de imaginar o vazio. Foi essencial pensar na contribuição da arquitetura, e a sua capacidade de questionar, interpretar e pensar as soluções do ponto de vista compositivo e técnico. Uma leitura que se regeu por um raciocínio hipotético-dedutivo, de lançamento de hipóteses.

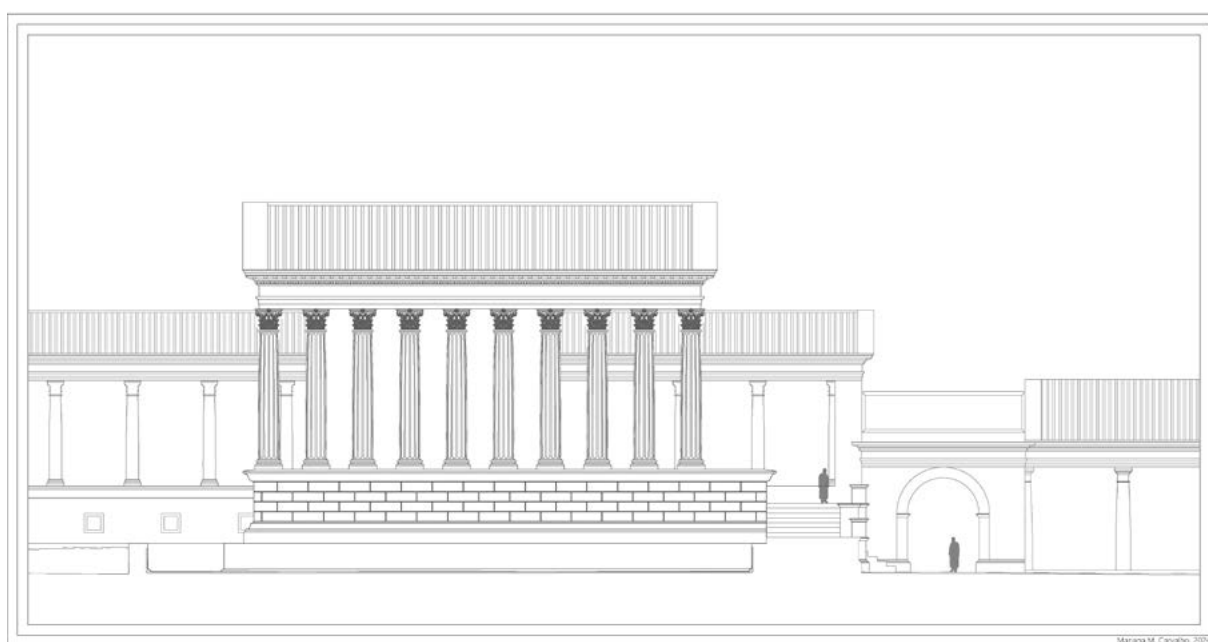


Figura 9. Évora: Conjunto Monumental, Templo.
Proposta de reconstituição do alçado poente do templo, no século I d.C.

Neste sentido, avançou-se para uma hipótese de reconstituição do templo romano, citando novamente as fontes históricas, recorrendo-se ao desenho de reconstituição do pódio do templo de Melchor de Prado. Assim, tendo o levantamento do existente como base: o corte transversal do pódio, com a indicação dos vestígios do tanque, procedeu-se à reconstituição do seu perfil. No desenho pódio existente sobrepos-se uma camada de *opus signinum* da qual ainda existem vestígios; esta argamassa, mais espessa, serviria para regularizar e impermeabilizar todo o aparelho do corpo e prolongar-se-ia pelas molduras da base. Projetou-se essa mesma camada até ao silhar da cornija, e verificou-se que este ainda apresenta vestígios de um entalhe, que previa esse encontro. Como acabamento sobrepõem-se, à argamassa, duas camadas de *opus albarium* que revestiriam a totalidade do pódio. Deste modo, foi possível redesenhar o pódio definindo as arestas e as curvaturas das molduras (Figura 8).

Outro dado importante sobre o templo, foi mais uma vez retirado do desenho à vista de Melchor de Prado, onde o pódio aparece representado um revestimento que, apesar do seu estado de degra-

dação, mimetiza uma pedra aparelhada de grandes dimensões. Esta solução construtiva parecia evocar um desenho mais antigo de revestimento que poderia ter sido aplicado na época romana, no corpo do pódio. Desta forma, este acabamento fingido de um aparelho regular com quatro fiadas, foi ensaiado nos alçados de reconstituição do templo (Figura 9). Esta linguagem é bastante comum e pode ser observada ainda hoje na cidade, como acontece na Torre do Palácio de Cadaval, junto ao templo.

Relativamente à reconstituição da coluna do templo desenhou-se uma base ática sobre os vestígios existentes, talhada segundo os princípios enunciados por Vitruvius. No fuste ensaiou-se um revestimento com cerca de dois *digitus* de espessura. O aumento do diâmetro da coluna, com a introdução da argamassa, trouxe dados importantes na composição métrica deste elemento. Assim, se medirmos a altura da coluna segundo o diâmetro medido em tosco, esta não chega aos 9 diâmetros; no entanto, se considerarmos a espessura da argamassa, na medida do diâmetro, esta mede exatamente oito diâmetros. A relação entre o diâmetro medido pelo imoscapo e a altura da coluna só se verificou depois

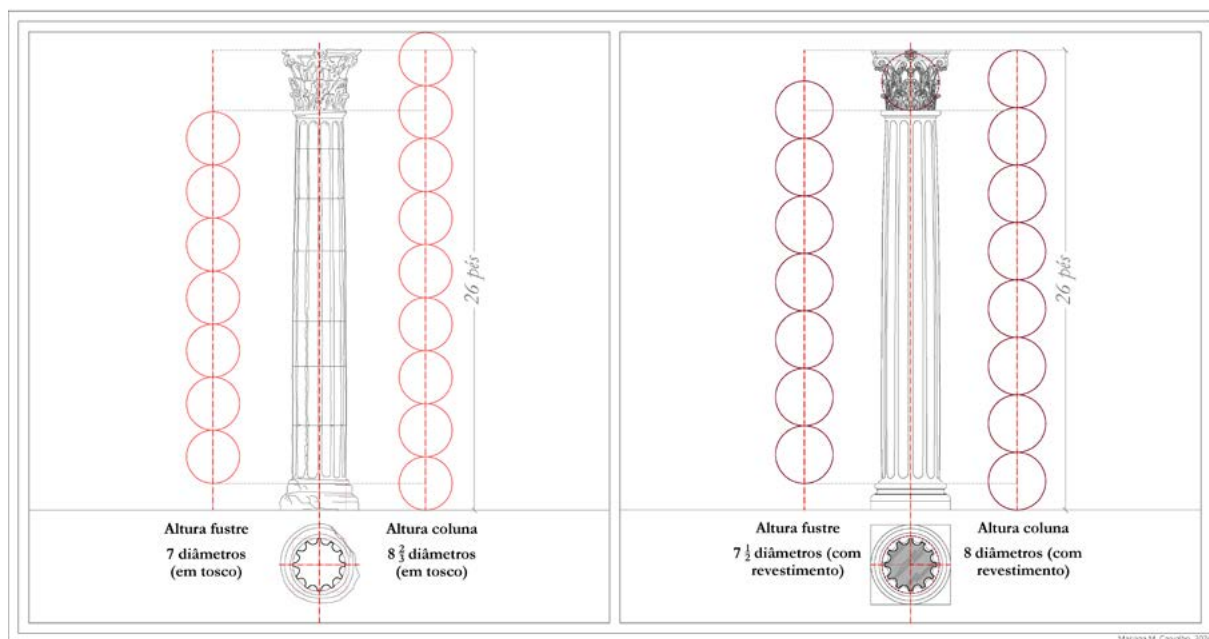


Figura 10. Évora: Conjunto Monumental, Templo. Planta e alçado da coluna do templo existente – Reconstituição da planta e do alçado da coluna do templo, no século I d.C.

de considerado o acabamento final. Este dado tornou-se importante porque revelou o detalhe do projeto de arquitetura e o conhecimento dos modelos vigentes (Figura 10).

No entablamento o exercício de interpretação foi mais conjectural. Para além da arquitrave e do friso, não existem mais evidências do epistílio. Assim, foi realizada uma reconstituição com base nos modelos semelhantes e na tratadística. Recuperou-se os preceitos de Vitrúvio e desenhou-se as faixas da arquitrave, no friso não se considerou a decoração, mas apenas a *cyma* que a remataria. Relativamente à cornija, considerando outros exemplos como a *Maison Carré*, foi realizada uma hipótese com alguma decoração em concordância, com a erudição transmitida pelos capiteis coríntios do templo.

Estendendo a interpretação à área sagrada identificaram-se os vestígios do tanque e também os acessos ao templo. Delineou-se a configuração do tanque, a pendente de cada troço, assim como possíveis entradas e saídas da água que, segundo os vestígios arqueológicos, foi possível determinar.

Para a reconstituição das escadas de acesso ao pódio recorreu-se aos exemplos da Hispânia e às recomendações de Vitrúvio. Segundo a

tratadística, cada lanço de escadas (de aproximação ao templo) deveria ter um número ímpar de degraus. Ensaiou-se então uma hipótese com duas escadas laterais, de sete alturas. A configuração da escada traçou uma plataforma corredor que acompanhava perfeitamente o alinhamento dos muros limite do tanque. Esta proposta apoiou-se nas reconstituições do *forum* de *Conimbriga* (Alarcão et al., 1977), onde apresentava uma plataforma semelhante (Figura 11).

A partir de um bloco de granito de secção quadrada, encontrado no meio do criptopórtico, e outro achado de natureza idêntica, descobertos durante as escavações de Theodor Hauschild, foi possível apontar uma configuração do pórtico que envolvia o *temenos*. A partir destes conseguiu-se traçar uma métrica e distribuir os pilares pelo corpo central e braços laterais, conformando o desenho de reconstituição das galerias do criptopórtico, a norte, em planta (Figura 12).

A reconstituição da altura do criptopórtico será sempre especulativa, pois não existem evidências de como seria a cobertura. Procurou-se, de alguma forma, encontrar uma proporção aproximada segundo modelos idênticos, como, por exemplo,

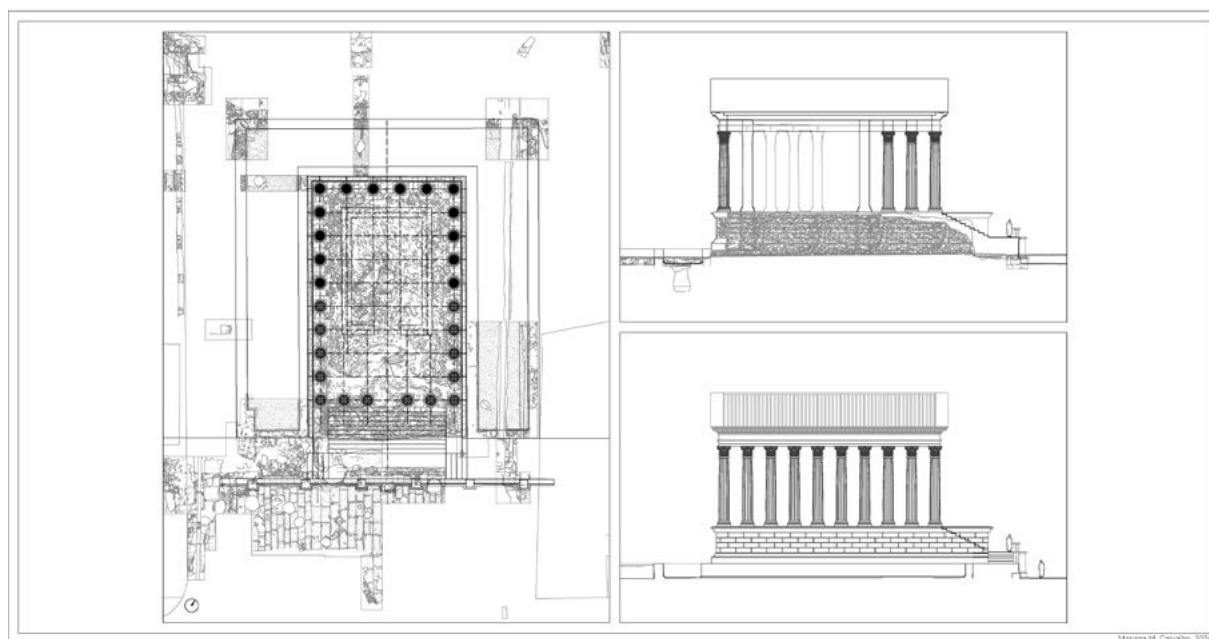


Figura 11. Évora. Conjunto Monumental, Templo.

Planta, corte e alçado poente com uma hipótese de reconstituição do templo. Ensaio com dez colunas sobre os vestígios existentes.

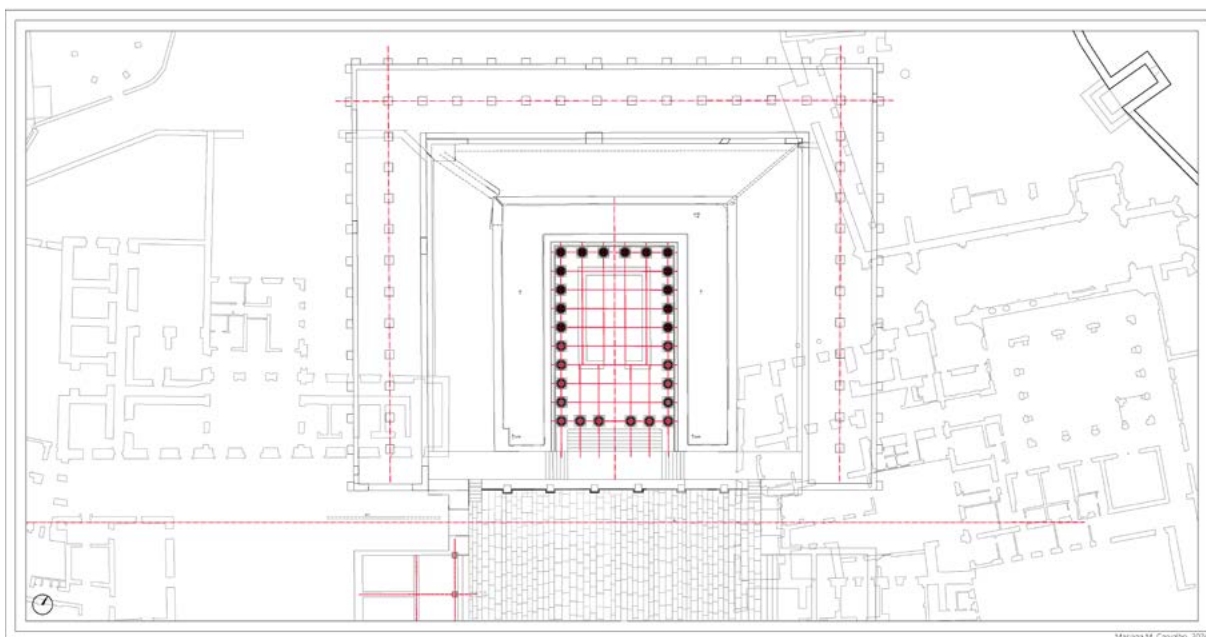


Figura 12. Évora. Conjunto Monumental, *Forum*.
Planta de interpretação dos vestígios arqueológicos de época romana.

o de *Conimbriga*. Ambos têm sensivelmente a mesma largura, além disso estão implantados num lugar, onde não existe uma grande necessidade de contenção de terras. Deste modo, ensaiou-se um desenho semelhante, sem abóbadas e um piso provavelmente em estrutura de madeira.

Relativamente ao alçado do muro de pilstras, que elevava a zona sagrada, sabia-se

como seria o arranque e, pelas linhas de referência gravadas nos silhares superiores, foi possível apontar um desenho das molduras do soco, este perfil prolongar-se-ia até à cota da tribuna, e remataria com uma moldura (Figura 13). Importa referir, neste caso, a importância do desenho vinculado à prática da construção, o desenho era igualmente um

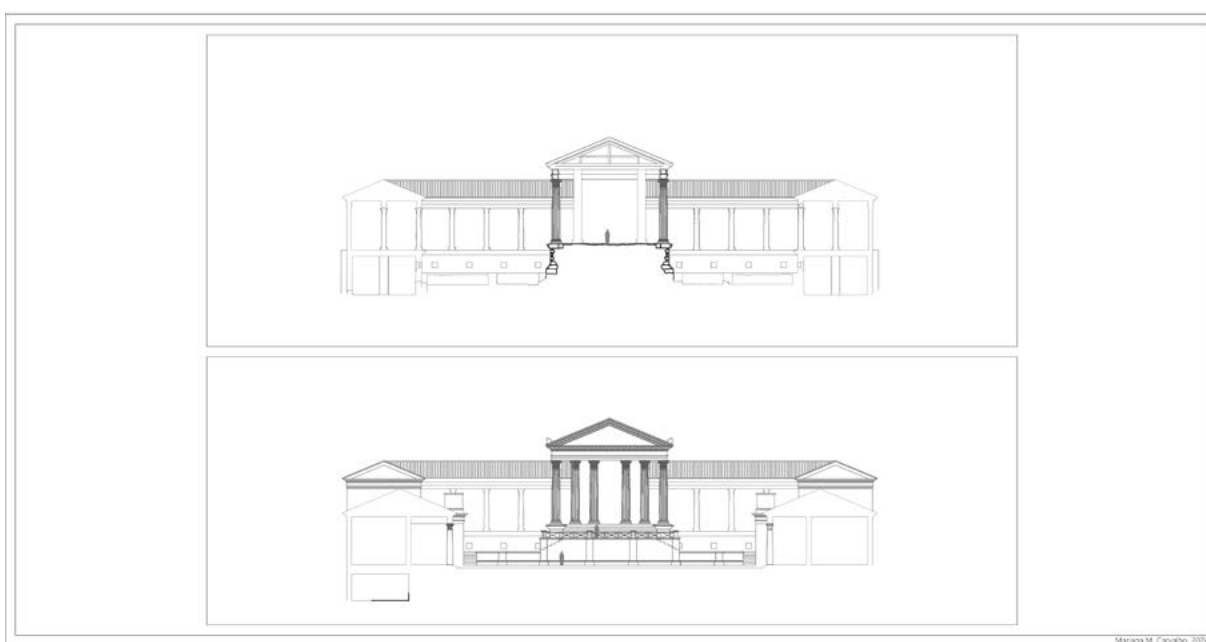


Figura 13. Conjunto Monumental, *Forum*.
Proposta de reconstituição dos perfis transversais do *forum*, sobre perfis atuais da cidade.

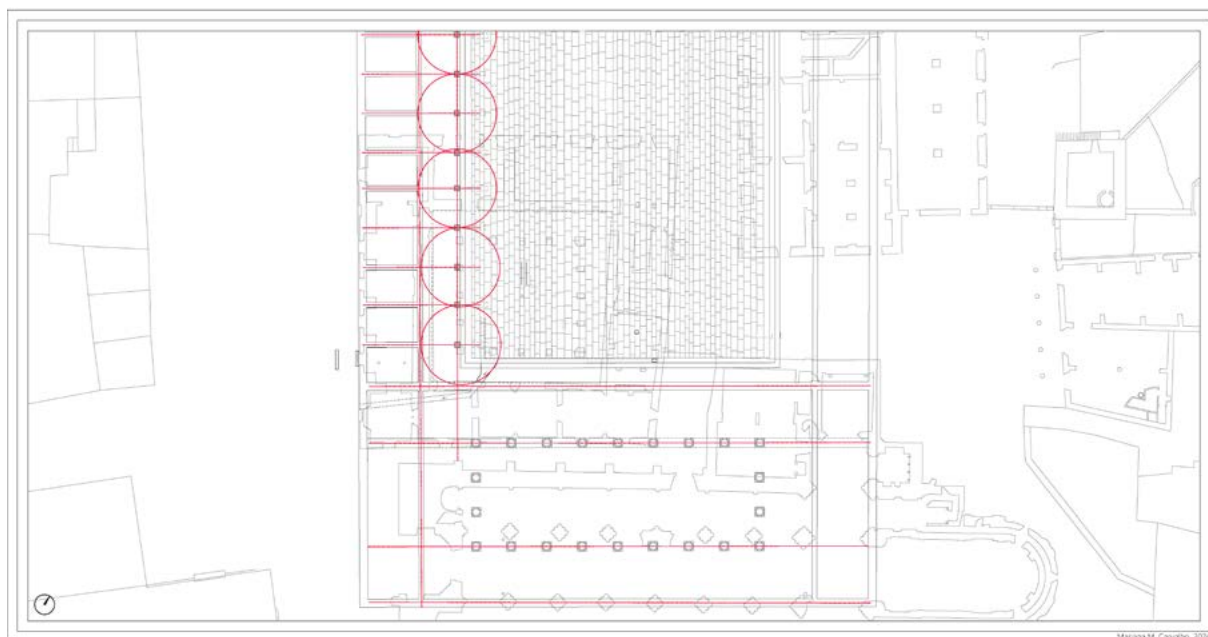


Figura 14. Évora. Conjunto Monumental, Forum.

Planta de interpretação dos vestígios arqueológicos de época romana. Traçado hipotético do pórtico da praça e Basílica.

instrumento de construção, um método de projeto em obra.

Como referido, os muros de época romana, escavados na ala oeste da cave do Museu de Évora, apresentavam um evidente paralelismo entre si e uma métrica regular, logo, foi possível interpretar e associar estas estruturas às dependências dos espaços do *forum* e relacioná-las com o pórtico. Relativamente ao pórtico da praça do *forum* existiam muito poucos indícios, apesar disso, partiu-se para uma reconstituição apoiada nos muros encontrados no interior do museu. Traçando o eixo dos muros distribuiu-se uma série de colunas, com o mesmo afastamento e conseguiu-se encontrar uma métrica regular para o pórtico. Esta seria uma métrica de vão, de cerca de 16 passos (~ 4,75m), bastante utilizada em vários fora da Hispânia, tais como Ampúrias, *Clunia* e *Conimbriga*, no período augustano. Este traçado do pórtico, apesar de hipotético, encontrase perfeitamente alinhado com as fundações do

muro romano a norte que atravessaria a canalização de escoamento das águas pluviais da praça, encontrado durante as obras do Museu.

A interpretação da configuração da praça do *forum* tratou-se apenas uma hipótese, as medidas ainda não foram possíveis de comprovar arqueologicamente com toda a segurança; mas rondaria os 35m de largura e o 60m de comprimento, quase dois *actus* romanos (Figura 14).

Neste estudo, foi igualmente realizada uma análise dos fragmentos arquitetónicos que poderiam integrar o programa arquitetónico do conjunto monumental. Foram considerados os seguintes fragmentos: uma arquitrave em mármore, existente no Museu mas de origem desconhecida, um capitel toscano (Simão and Brazuna, 2008a, p. 16) e um capitel jónico (Gonçalves et al., 1996, p. 25), estes encontrados nas escavações do Museu. O fragmento de arquitrave¹⁵ foi integrado no pórtico envolvente ao templo, o capitel toscano¹⁶ foi integrado na reconstituição

15 Arquitrave: Coleção Museu de Évora [ME 5051], ficha de inventário: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=18117>

16 Capitel Toscano: Coleção Museu de Évora [ME 4402], ficha de inventário: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=34014>

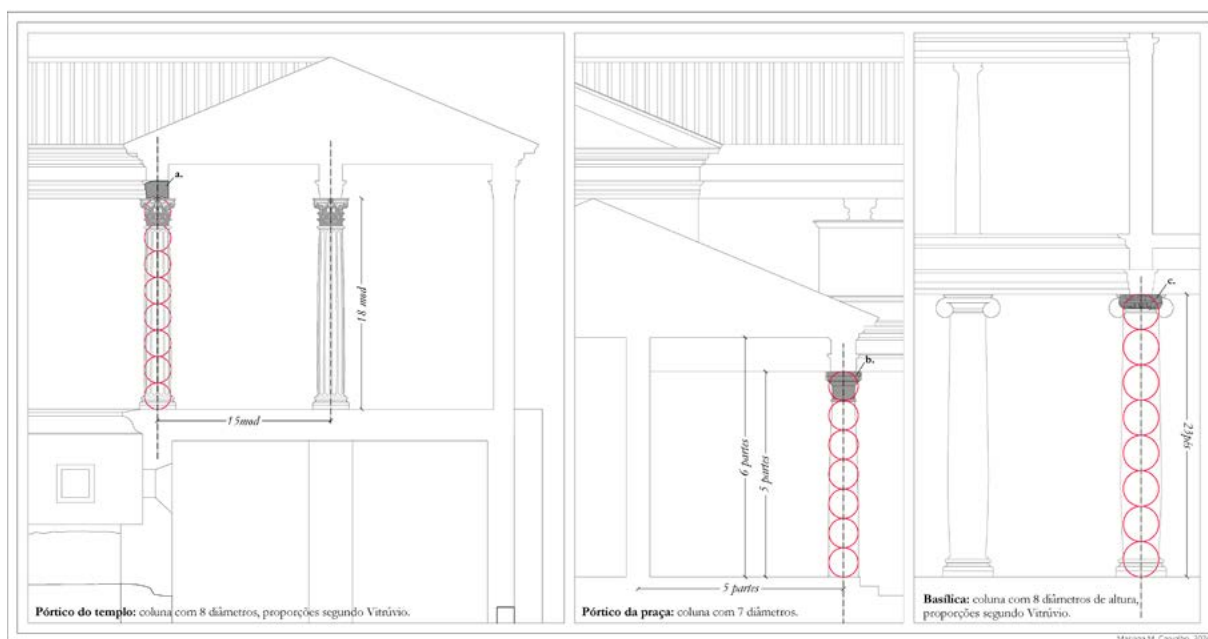


Figura 15. Évora: Conjunto Monumental, *Forum*.

Tentativa de integração dos fragmentos arquitetónicos existentes no museu de Évora: a) Arquitrave, b) Capitel toscano; c) Capitel jónico.

do pórtico da praça e o jónico¹⁷ numa eventual basílica. Considerando a disposição dos capiteis jónicos, ensaiou-se uma tentativa de reconstituição do capitel integrado na coluna da eventual Basílica do *Forum*, desenhou-se uma coluna de 8 diâmetros, de 23 pés. Segundo Vitruvius, a altura da coluna deveria ser igual à largura da nave lateral da Basílica. Assim, foi testada essa disposição e verificou-se que os 23 pés (6,80m) relativos à altura da coluna coincidem perfeitamente com a largura da ala sul do Museu, onde foram encontrados vestígios de fundações de muros de época romana (Figura 15). Pensando então numa possível reconstituição, considerou-se o muro limite do Museu coincidente com o eixo das colunas do pórtico da basílica. Assimilando estes dados e tendo como referência a Basílica de *Fano*, proje-

tada por Vitruvius¹⁸, propôs-se um desenho de basílica muito simplificado mas que se enquadra nas proposições do traçado do *forum*. Importa referir que esta tentativa de configuração de uma possível basílica foi um exercício conjectural, com poucos dados arqueológicos. Este ensaio poderá servir como um desafio a novas investigações (Figura 16).

Segundo esta metodologia de identificação e análise dos vestígios, a partir do desenho, elaboraram-se hipóteses e ensaiou-se uma tipologia de fórum tripartido¹⁹, compreendido por três espaços: a norte a zona sagrada, o centro religioso, implantada a uma cota superior; a sul a praça porticada e a Basílica a rematar o lado menor, comportariam o núcleo administrativo, jurídico e comercial deste equipamento coletivo (Figura 17).

17 Capitel Jónico: Coleção Museu de Évora [ME 18345], ficha de inventário: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=33995>

18 Vitruvius (V, I, 4.), VITRÚVIO, 2009. *Tratado de Arquitectura*, Lisboa, IST Press.

19 “Mais on rencontre dès le début du Haut Empire et tout au long des deux premiers siècles de notre ère de nombreux exemples de forums tripartites à ordonnance axiale ou proche de l’axialité, où la basilique sur l’un des petits côtés répond au temple majeur de la cité (Capitole ou édifice du culte impérial) : citons, pour l’époque augustéenne et julio-claudienne, les forums de Forum Segusiavorum (Feurs), Lugdunum Convenarum (Saint-Bertrand-de-Comminges), Colonia Julia Equestris (Nyon) et Lousonna (Vidy) en Gaule romaine, de Baelo Claudia (Belo) et Clunia en Bétique et en Tarraconaise, de Lepcis Magna (le forum vetus) (...)» GROS, P., 2011. *L’Architecture Romaine: début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire*, Paris, Picard.

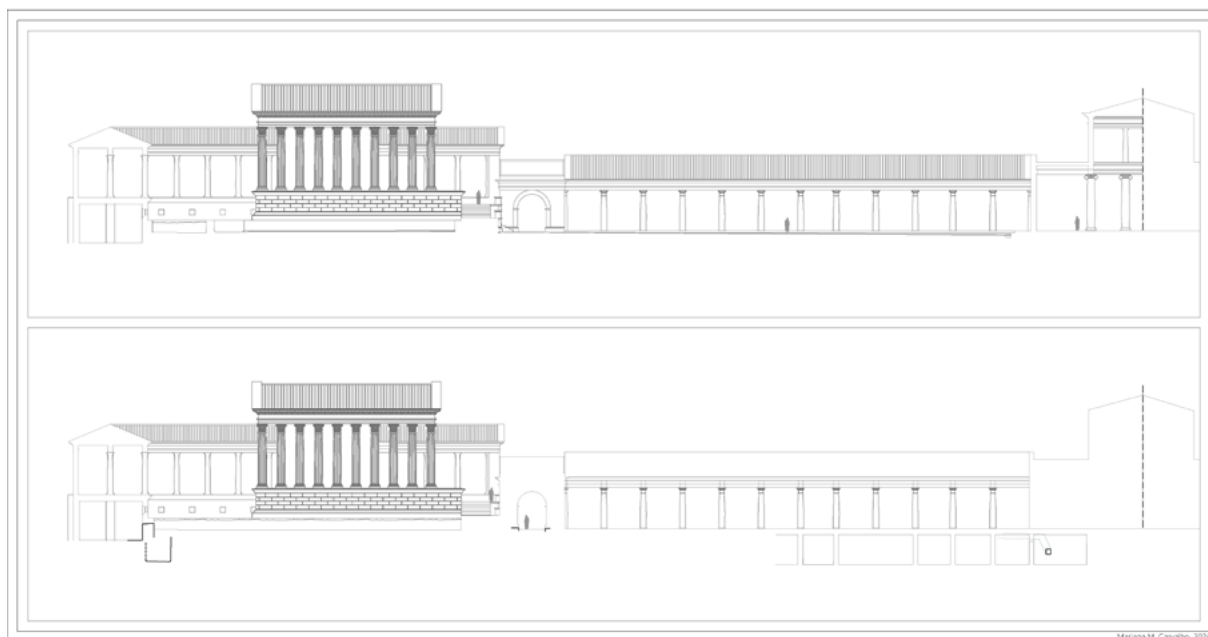


Figura 16. Évora. Conjunto Monumental. *Forum*.
Proposta de reconstituição dos perfis longitudinais do *forum*.

A interpretação do *forum* sustentou-se evidentemente no conhecimento da arquitetura clássica, nos seus modelos, sobretudo os das províncias da Hispânia, que também foram visitados, estudados e desenhados neste estudo. O reconhecimento dos vestígios *in loco* potenciou um conhecimento muito mais integrado na relação com a paisagem e no conhecimento do lugar e da sua história.

Relativamente aos acessos ao *forum*, a partir dos vestígios da calçada romana, encontrados a poente do *forum*, foi possível interpretar uma via com cerca de 5m de largura. Pelas marcas do assentamento de coluna, encontradas junto à calçada, desenhou-se um apontamento de pórtico e traçou-se a via no sentido norte-sul que atravessaria a porta da muralha (arco de D. Isabel).

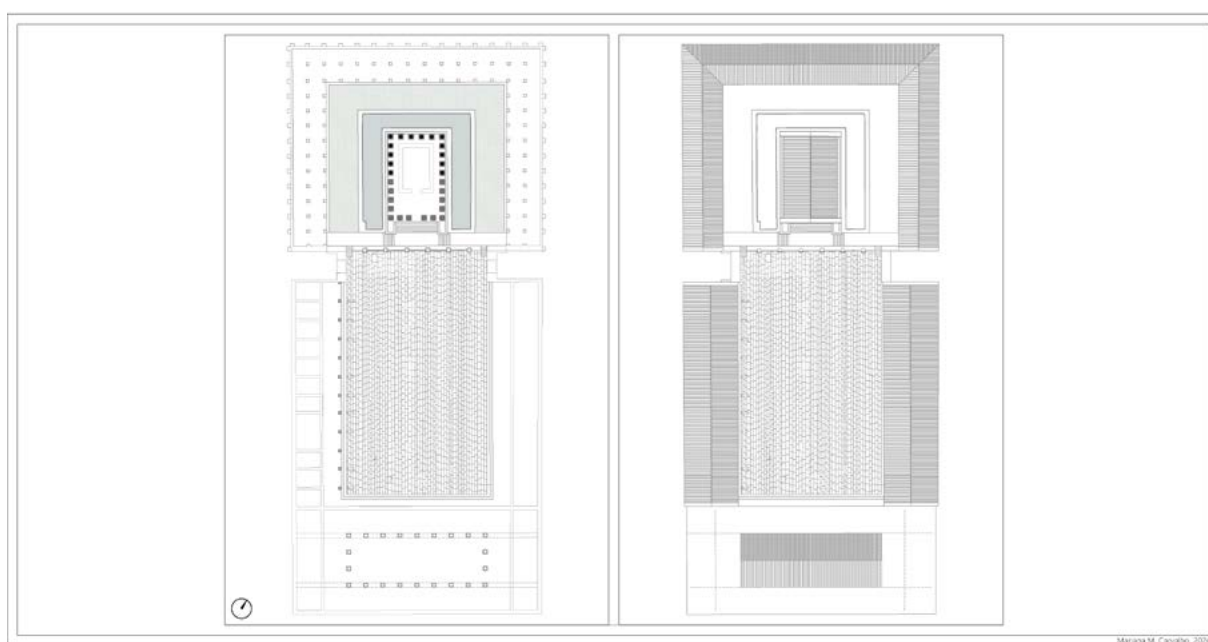


Figura 17. Évora: Conjunto Monumental, *Forum*.
Ensaio de reconstituição da planta do piso térreo e cobertura do *forum*.

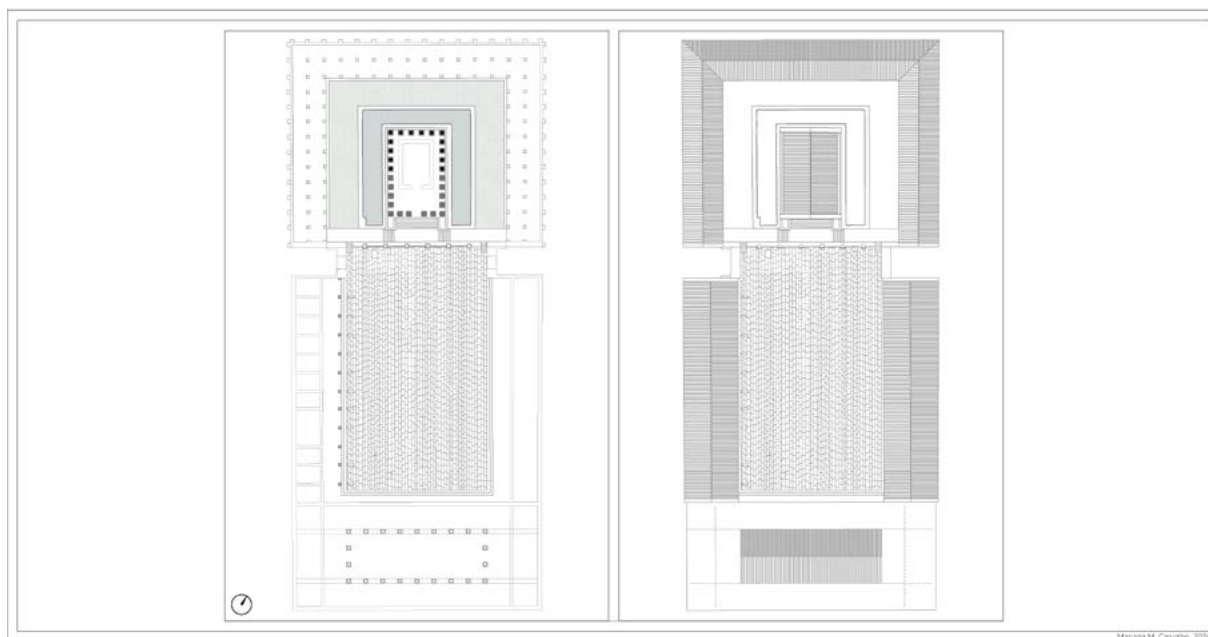


Figura 18. Évora: Conjunto Urbano.

Ensaio sobre planta da cidade atual com esquema de traçado hipotético da cidade romana no período tardo-imperial.

Com este eixo desenhado realizou-se um apontamento de ínsula quadrangular com cerca de 40m de lado.

Este método não se esgota de forma nenhuma neste conjunto monumental; os desenhos de registo dos conjuntos termal, habitacional e defensivo poderiam trazer novas interpretações e estudos.

Depositando todos estes dados sobre a mesma planta percebeu-se que Évora poderia ter sido projetada segundo um traçado hipodâmico regular, com as ressalvas que a topografia terá exigido. A par do *forum* e das termas foram certamente edificados outros equipamentos públicos, tais como o teatro. Em relação à muralha augustana desconhece-se a sua existência. Em contrapartida, a muralha tardia é conhecida sendo possível fazer a reconstituição de quase todo o seu perímetro (Figura 18).

Este ensaio traduziu-se, assim, num documento/ desenho que visou uma melhor compreensão sobre a forma como se desenha, analisa, documenta, visualiza, imagina e comunica o vestígio reconstruído na cidade histórica. Sendo este documento/ desenho suporte de entendimento para vários intervenientes no património arque-

ológico, pretendeu-se abrir caminhos para um estudo mais aprofundado da cidade.

Por fim, importa sublinhar que a leitura do fragmento do passado, que aqui se reclamou, é essencial na formação da identidade da cidade contemporânea, no modo com ela é continuamente percebida, habitada e transformada. O interesse científico, social e turístico que a ruína transmite poderá reforçar uma atuação sobre a capacidade que o património arqueológico tem de gerar desenvolvimento, numa perspetiva de integração e de valorização das estruturas arqueológicas. É necessário assegurar a compreensão, integração e valorização das estruturas arqueológicas da cidade, salvaguardando a sua conservação e comunicação, de modo a que a fruição possa ser esclarecedora e simultaneamente didática para todos os públicos.

Bibliografia

1651. Medição e demarcação dos Asougues das carnes da cidade. *Tombo (municipal) das demarcações*. Évora: Arquivo Distrital de Évora.
- ABASCAL, J. M. & CEBRIÁN, R., 2009. *Los viajes de José Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- ALARCÃO, J. D., 2013. *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Faculdade de Letras/Departamento de História, Arqueologia e Artes/Secção de Arqueologia/ Instituto de Arqueologia.
- ALARCÃO, J. D., ETIENNE, R., GOLVIN, J.-C., SCHREYECK, J. & MONTURET, R., 1977. *Fouilles de Conimbriga*, Paris, Diffusion E. de Boccard.
- CARVALHO, M. M. D., 2022. *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Eborac*. Doutoramento, Universidade do Porto.
- COUTO, M. D., 1634. *Livro das plantas e monteas de todas as fábricas das inquisições deste reino e índia, ordenado por mandado do illustríssimo e reverendíssimo senhor dom francisco de castro, bispo inquisidor geral e do conselho de estado de sua majestade*, Lisboa, Tribunal do Santo Ofício.
- FERNANDES, L. & SILVA, J. N., 2014. The Roman Temple of Evora. In: FRAZÃO, F., MORAIS, G., FERNANDES, L. & SILVA, J. N. (eds.) *Curiosities of Evora. Legends, History, Archeology and Board Games*. Évora: Apenas Livros Lda.
- GONÇALVES, A., HAUSCHILD, T., TEICHNER, F., SANTOS, A. L. & UMBELINO, C., 1996. Relatório dos Trabalhos Realizados. Intervenção Arqueológica no Museu de Évora. Évora: Arkhaios. Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda.
- GONÇALVES, A., HAUSCHILD, T., TEICHNER, F., SANTOS, A. L. & UMBELINO, C., 1998. Relatório dos Trabalhos Realizados. Intervenção Arqueológica no Museu de Évora (2ª Fase - 1997). Évora: Arkhaios. Profissionais de Arqueologia e Paisagem, Lda.
- GROS, P., 2011. *L'Architecture Romaine: début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire*, Paris, Picard.
- HAUSCHILD, T. & TEICHNER, F., 2017. *Der römische Tempel in Évora (Portugal) Bauaufnahme, Ausgrabung, Wertung*, Wiesbaden, Reichert.
- MANUEL, D., 1500. Autorização. *Livro III dos Originaes*. Évora: Arquivo Distrital de Évora.
- PEREIRA, G., 194., [1884-1894]. *Estudos Eborenses*, Évora, Edições Nazareth.
- PRADO Y MARIÑO, M. D., 1801. Señor D. Josef Cornide y Saavedra. Santiago: Real Academia de la História.
- RAMOS, G., C, H. & A., P., 2011. Relatório de Inspeção. Templo Romano da Acrópole de Évora. Santiago do Cacém: 3DTotal.
- RIVARA, J. H. D. C., 1870. Coleção de treslados de documentos do Arquivo Municipal Eborense (1486 a 1500). Évora: Arquivo Distrital de Évora.
- SIMÃO, I. & BRAZUNA, S., 2007. Relatório Intercalar dos Trabalhos Arqueológicos “Remodelação e Valorização do Museu de Évora”. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA-Arqueologia, S. A.
- SIMÃO, I. & BRAZUNA, S., 2008a. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos “Remodelação e Valorização do Museu de Évora” Acompanhamento. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA-Arqueologia, S. A.
- SIMÃO, I. & BRAZUNA, S., 2008b. Relatório dos Trabalhos Arqueológicos “Remodelação e Valorização do Museu de Évora” Zona B/C. Cruz Quebrada-Dafundo: ERA-Arqueologia, S. A.
- VITRÚVI., 2009. *Tratado de Arquitectura*, Lisboa, IST Press.

A colónia romana de *Pax Iulia*

Balanço de um percurso de investigação (2000–2021)

Maria da Conceição Lopes¹

CEAACP - Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,
Universidade de Coimbra

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_5

RESUMO

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre *Pax Iulia* (Beja) conheceram uma evolução considerável, especialmente na arqueologia urbana. Partindo do trabalho académico “A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de *Pax Iulia*”, defendido em 2000 e publicado em 2003, este artigo propõe um balanço crítico dessa trajetória. Discute-se a passagem de um quadro fragmentário – centrado em achados casuais e debates sobre estatuto jurídico – para um modelo que articula escavações programadas, arqueogeografia e história da forma urbana em longa duração. Destaca-se o contraste entre o avanço do conhecimento da cidade, impulsionado pelo projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, e a estagnação relativa no mundo rural, apesar das intervenções do Alqueva.

PALAVRAS-CHAVE

Pax Iulia; arqueogeografia; fábrica urbana; *civitas*; Beja.

ABSTRACT

In the last two decades, studies on *Pax Iulia* (Beja) have experienced a remarkable progress, particularly in urban archaeology. Building on the doctoral thesis “A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de *Pax Iulia*”, defended in 2000 and published in 2003, this article offers a critical overview of this trajectory. It discusses the shift from a fragmented framework – focused on casual finds and legal status debates – to a model integrating programmed excavations, archaeogeography, and the history of urban form over the long-term. A striking contrast between the advancement of knowledge about the city, driven by the “Archeology of the Cities of Beja” project, and the relative stagnation in the rural world, despite the interventions in Alqueva.

KEYWORDS

Pax Iulia; archaeogeography; urban fabric; *civitas*; Beja.

¹ ORCID iD: [0000-0003-4489-8601](https://orcid.org/0000-0003-4489-8601); conlopes@ci.uc.pt

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, os estudos dedicados à cidade de Beja, a antiga *Pax Iulia*, conheceram um desenvolvimento particularmente significativo, traduzido numa profunda renovação do conhecimento sobre a sua génese, evolução e dinâmicas urbanas. Este avanço resulta, sobretudo, da intensificação da arqueologia urbana no centro histórico da cidade e da adoção de novos quadros teóricos e metodológicos, que permitiram ultrapassar leituras fragmentárias e paradigmas historiográficos.²

Este progresso, contudo, não se verificou de forma homogénea entre a cidade e o território. Enquanto o espaço urbano de Beja foi objeto de trabalhos arqueológicos integrados num projeto de investigação continuada, conduzindo a uma verdadeira rutura epistemológica no entendimento da cidade romana, o território rural (apesar de intensamente intervencionado no âmbito dos trabalhos associados à barragem do Alqueva) produziu resultados essencialmente parcelares.

Relativamente ao período pré-romano, particularmente às necrópoles, as escavações do Alqueva trouxeram dados novos como a Necrópole dos 5 Reis [ARRUDA, 2016] e a Necrópole da Vinha das Calças [ARRUDA et al., 2016], mas estes nunca foram tratados numa dimensão associada

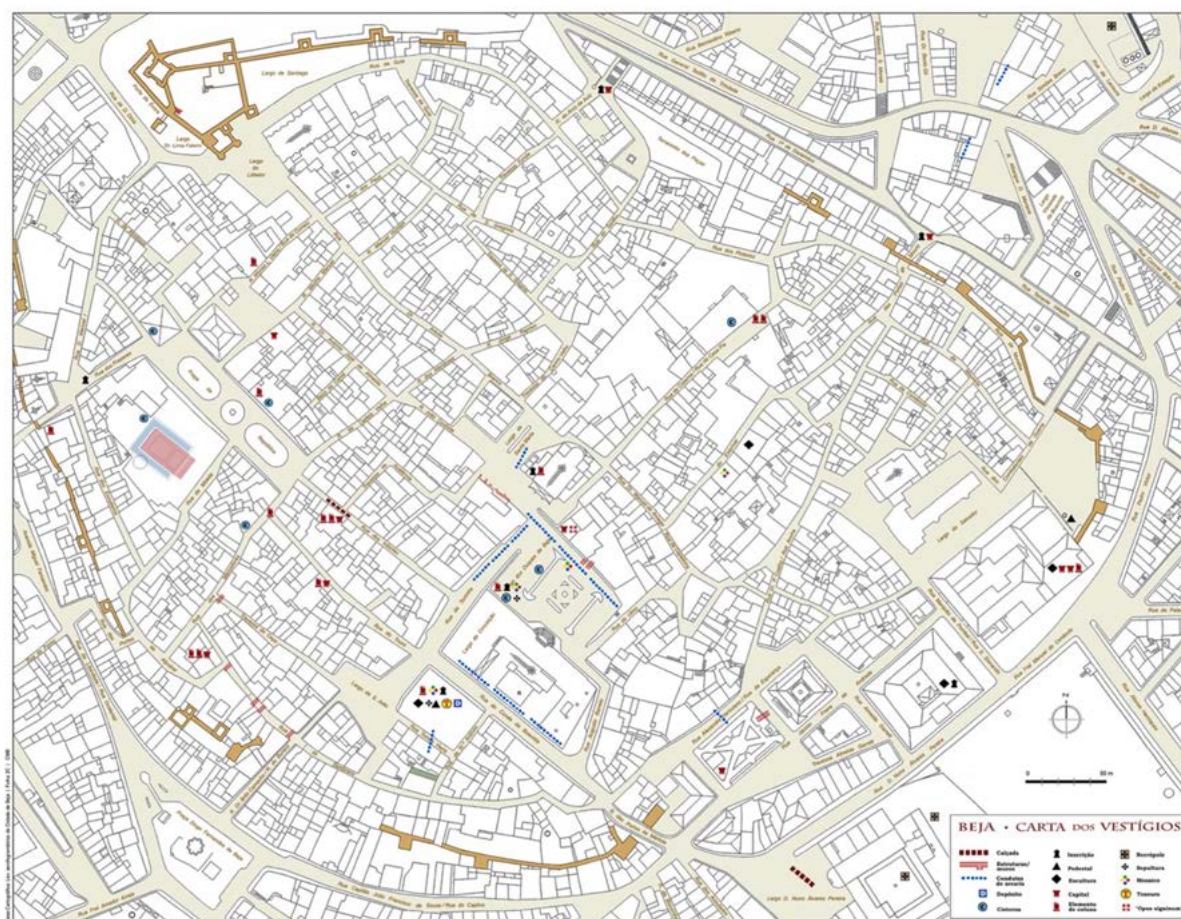


Figura 1. Cidade de Beja.

- 2 Metodologicamente organizado de acordo com o princípio da arqueologia urbana como laboratório interdisciplinar, o trabalho arqueológico visou tanto recuperar e registar dados como apreender e analisar as dinâmicas de longa duração dos objectos arqueológicos, partindo para análises periodizadas apenas nos casos em que isso se afigurava possível.

ao *oppidum*. Em nenhuma circunstância esses dados alteraram de forma substantiva o modelo interpretativo do povoamento rural proposto em *A cidade romana de Beja. Percursos e debates em torno de Pax Iulia*, publicada em 2003 [LOPES, 2003], que aqui tomamos como ponto de partida para realizar um balanço crítico da evolução dos estudos sobre a cidade de Beja, sublinhando a assimetria entre a profunda renovação do conhecimento urbano e a relativa estagnação interpretativa do território.

Nessa altura, o conhecimento assentava sobretudo em descrições repetidas de época moderna e contemporânea, em achados dispersos e em algumas sínteses de conjunto sobre a epigrafia e as *villae* da região [ENCARNAÇÃO, 1984] [ALARCÃO, 1987, 1988] [GORGES, 1990]. O debate historiográfico concentrava-se, em grande medida, nas questões da data de fundação e do estatuto jurídico da colónia, com base nas emissões monetárias PAX IVLIA e na epigrafia, deixando na penumbra a análise integrada da forma urbana e das paisagens agrárias [FARIA, 1997] [MANTAS, 1996].

Desde então, a investigação avançou em duas frentes principais. Por um lado, o estudo do território rural da *civitas*, desenvolvido entre meados da década de 1990 e a defesa da tese, permitiu propor um modelo coerente de organização agrária, povoamento e articulação com as redes viárias regionais [LOPES, 2003]. Por outro, o arranque, em 1997, de escavações sistemáticas na cidade, no quadro do projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, abriu uma nova fase no conhecimento da forma urbana, em particular da área do fórum, possibilitando uma leitura de longa duração do processo de construção de *Pax Iulia* [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

Assumindo a *civitas* como um corpo híbrido de espaços e tempos, e mobilizando os instrumentos da arqueogeografia e da análise morfológica, este artigo propõe um balanço crítico da evolução dos estudos sobre *Pax Iulia* entre 2000 e 2021 e demonstrar que os avanços recentes resultam

menos do simples acréscimo de dados do que da mudança de paradigma metodológico, particularmente no que respeita à leitura integrada da cidade, à revisão do período romano-republicano e à superação do modelo de fundação *ex-nihilo* em época augustana. O caso do espaço do *forum* será utilizado como eixo central, na medida em que condensa, num único lugar elementos que permitem operacionalizar estudos sobre dinâmica espaço-temporal do processo de construção da cidade de Beja.

Os estudos sobre Beja até ao início do século XXI: estado da questão

O conhecimento da história da cidade de Beja até finais do século XX foi detalhadamente descrita na publicação que nos serve de referência [LOPES, 2003, pp. 19-30]. Este assentava num conjunto limitado de dados arqueológicos, fortemente condicionado pela natureza pontual das intervenções e pela predominância de leituras historiográficas baseadas em fontes literárias e achados avulsos. A interpretação dominante sustentava que *Pax Iulia* teria sido uma fundação romana *ex-nihilo*, criada em época augustana, com estatuto de *colonia civium Romanorum* e função de capital do *conventus Pacensis*.

Abel Viana, durante as décadas de 1940 e 1950, foi o grande conhecedor e divulgador da arqueologia da região de Beja. A ele se deve o registo sistemático de todas as informações relativas ao património em geral e à arqueologia em particular. A sua atenção incidiu tanto em vestígios de que teve conhecimento direto no seu tempo, como naqueles que anteriormente se haviam publicado ou de que havia conhecimento. Nos inúmeros artigos que publicou, sobretudo na revista Arquivo de Beja, divulgou achados avulsos sem qualquer tipo de seleção cronológica e cultural, resultados de escavações feitas por si ou em que participara, bem como informações que, aqui e ali, ia recolhendo.

Paralelamente, publicou os manuscritos de Félix Caetano da Silva, História das Antiguidades da Cidade de Beja [VIANA, 1948, 1949], os dados que sobre arqueologia retirou da obra do Bispo Frei Manuel do Cenáculo [VIANA, 1946] e compilou e republicou praticamente toda a informação de natureza arqueológica que, sobretudo no final do século XIX, se dispersou por notas mais ou menos breves no jornal *O Bejense*, e onde se relatava o aparecimento de um grande número de vestígios, surgidos em consequência da política de grandes alterações da fisionomia da cidade de Beja, no século XIX e que haviam de conduzir à destruição total ou parcial de alguns edifícios e monumentos seculares. Ao mesmo tempo, investigou nos arquivos locais, publicando, devidamente comentadas, as transcrições do Tombo Velho da Misericórdia, do da Igreja de S. João e do de Nossa Senhora da Graça, entre outra documentação relativa à longa vida da cidade. Os vestígios encontrados na cidade mereceram a atenção de vários autores [ENCARNAÇÃO, 1984; ALARCÃO, 1988], as questões relacionadas com a data de fundação, estatuto e plano urbanístico originaram, também elas, uma extensa bibliografia.

A bibliografia relativa às origens da ocupação no local onde se encontra a cidade de Beja insistiu fundamentalmente, até muito recentemente, numa origem romana. Foram dessa opinião Jorge de Alarcão [ALARCÃO, 1988] e Vasco Mantas [MANTAS, 1990]. Opinião contrária tinham Félix Caetano da Silva, Frei Manuel do Cenáculo e Fernando Nunes Ribeiro.

Esta leitura encontrava respaldo na tradição historiográfica, que sempre referia a fundação anterior aos romanos, mas com dados tão fantasiosos, que nunca forma tomados como credíveis. Na ausência, então reconhecida, de contextos arqueológicos anteriores à fundação romana no interior da cidade a própria designação *Pax Iulia* foi frequentemente interpretada como indício maior de um ato fundacional político e simbólico associado à pacificação augustana da

Lusitânia. As referências de Estrabão [GEOG, III, 2, 2] reforçaram esta perspectiva, que permaneceu amplamente aceite ao longo de grande parte do século XX.

Foi no pulsar dos argumentos de uns e outros que a questão se manteve até que, a partir das escavações da década de 1980 a arqueologia forneceu testemunhos inequívocos de uma ocupação anterior aos romanos.

No que respeita à data de fundação da cidade e ao seu estatuto, esgrimiram-se propostas alternativas. Para uns, uma fundação de César; para outros, uma fundação de Octaviano ou de Augusto. A questão do estatuto da cidade animava um debate onde se esgrimiam enfaticamente argumentos a favor do estatuto de colónia logo a partir do momento de fundação ou avançando a atribuição desse estatuto para data posterior.

Da forma e organização da cidade, dispúnhamos de propostas de reconstituição da estrutura urbana e de alguns dos seus equipamentos, feitas com base em vestígios encontrados na cidade e complementados com outros fornecidos por análise estereoscópica de fotogramas [LOPES, 2003, pp.14-20] [MANTAS, 1996a, pp. 19-21].

As escavações realizadas nesse período, em particular as conduzidas por Abel Viana, constituíram um marco fundamental para o conhecimento arqueológico de Beja. Pela primeira vez foram identificadas estruturas, contextos e materiais que confirmavam a importância da cidade romana e permitiam reconhecer elementos monumentais do espaço urbano. Contudo, a informação produzida, embora absolutamente estruturante, permanecia fragmentada e dificilmente articulável num modelo global da cidade, em grande medida devido aos condicionalismos metodológicos e institucionais próprios da época.

No que respeita ao território, a situação era ainda mais evidente. O conhecimento do povoamento rural romano e tardo-antigo da região de Beja era extremamente lacunar, baseado sobretudo em referências dispersas e achados isolados. A tese de 2003 propôs, pela primeira vez, um mode-

lo interpretativo coerente para esse território, identificando padrões de ocupação, hierarquias de assentamento e dinâmicas de transformação na longa duração, apontando a emergência de um padrão de povoamento disperso e de formas de reduzida dimensão, de tipo casal, a partir da Antiguidade Tardia.

Metodologia e mudança de paradigma: a arqueologia urbana como laboratório interdisciplinar

Partindo da constatação da extrema fragmentação das informações então disponíveis sobre a cidade e o território, bem como da tendência para privilegiar a discussão do estatuto jurídico e da data de fundação em detrimento da análise articulada entre formas urbanas, paisagens rurais e dinâmicas sociais, os trabalhos mais recentes sobre a cidade de Beja organizaram-se metodologicamente de acordo com o princípio da arqueologia urbana entendida como laboratório interdisciplinar.

A investigação arqueológica deixou de limitar-se à recuperação e ao registo de dados, passando a privilegiar a compreensão das dinâmicas de longa duração dos objectos arqueológicos, recorrendo a análises periodizadas apenas nos casos em que tal se revelou metodologicamente pertinente.

Este paradigma implicou que a observação dos objectos e do espaço arqueológico se realizasse em estreita conjugação com a análise planimétrica, tendo como objectivo central a compreensão da dinâmica permanente dos fenómenos urbanos, expressa através de modalidades de transformação e de transmissão das formas, avaliadas em diversas escalas espaço-temporais. O plano da cidade actual foi, assim, entendido simultaneamente como suporte cartográfico de base e como produto complexo de heranças e de organizações sobrepostas.

Defendeuse que a *civitas* não é uma coisa, nem sequer apenas um espaço, mas um contexto complexo onde se reconhecem vários espaços –

sóciopolítico, políticoadministrativo, sóciocultural, económico, de cultivo, etc. – cada um deles com a sua própria escala temporal (o tempo da sua construção) e os seus ritmos de funcionamento [LOPES, 2003, pp. 16–17]. Esta concepção implica deslocar o foco da mera definição de fronteiras jurídicas para o estudo das interacções entre esses espaços, bem como para as articulações que os ligam em diversas escalas.

Esta posição ancoravase numa reflexão mais ampla sobre a relação entre tempo e espaço, retomando a ideia de que “toda a experiência é simultaneamente inscrita no espaço e no tempo” e de que o espaço pode ser entendido como expressão da memória do tempo, “tempo solidificado”, em particular no duplo processo sedimentação/erosão que a arqueologia observa nas estratificações antropizadas [FICHES E VAN DER LEEUW, 1990, p. 505; LOPES, 2003, p. 17], mas também naquele que desencadeia as transformações e transmissões. A compreensão do funcionamento da *civitas* dependeria, assim, da capacidade de mobilizar todo o tipo de documentação – arqueológica, paisagística e escrita – para ler os processos perceptivos e cognitivos que estruturam a relação entre as comunidades humanas e o meio, numa perspectiva próxima da “apropriação da natureza” proposta por Inglot [INGLOT, 1987] [LOPES, 2003, p. 17].

Neste enquadramento, a adopção da arqueogeografia e da análise da morfologia urbana como ferramentas centrais representou uma ruptura com leituras estritamente periodicistas e estratigrafistas que tendiam a isolar a “cidade romana” e a considerar as fases posteriores como meros filtros para alcançar a pureza formal da colónia [LOPES, 2021, pp. 117–118].

Neste contexto, o contributo de G. Chouquer revelou-se decisivo. A análise morfológica, assente na planimetria e na leitura das formas urbanas da cidade de Beja, na longa duração, permitiu inventariar sistematicamente os elementos disponíveis para uma futura história da fábrica urbana e forneceu instrumentos teóricos e metodológi-

cos fundamentais para a compreensão do processo de construção da cidade na longa duração [CHOUQUER, 2012]. Este trabalho constituiu um suporte essencial para a integração dos dados arqueológicos numa leitura coerente do espaço urbano, ultrapassando abordagens estritamente historicistas e periodicistas e preconcebidas sobre as formas urbanas uma vez que forma urbana de Beja passou a ser lida a partir da expressão em planta das realidades urbanas tal como se inscrevem no parcelário e na cartografia contemporânea, tomando estes documentos como fontes a pleno título e não como simples imagens ideológicas a refutar *a priori* [CHOUQUER, 1996; CHOUQUER, 2012, p. 66].

A cidade romana de Beja deixou de ser uma camada associada a um quadro político-administrativo cuja evolução se vinculava a factos históricos reconhecidos [LOPES, 2003, pp. 16–18].

Esta opção metodológica exigiu protocolos de trabalho rigorosos, de tipo arqueogeográfico: selecção crítica da cartografia (militar, cadastral e urbana), controlo das escalas e das deformações, aplicação de filtros direccionais às tramas parcelares, confrontação sistemática com a estratigrafia arqueológica e com a documentação histórica, e verificação em campo das hipóteses formuladas no gabinete [LOPES, 2003, p. 119–121; 2021, p. 117–121].

No meio rural, a mesma grelha de leitura foi aplicada à discussão das supostas centurições de *Pax Iulia*. Sem negar a importância estrutural da *limitatio* na organização agrária romana, criticou-se o reconhecimento de “cadastros” apenas com base em figuras geométricas na cartografia actual e insistiu-se na articulação entre orientações, periodicidade, isoclinização e dados arqueológicos, em consonância com as reservas metodológicas formuladas pela escola arqueogeográfica francesa [FAVORY, 1991, 1996] [CHOUQUER, 1996] [LOPES, 2003, pp. 269–276]. Este posicionamento levou a pôr em causa os cadastros A e B propostos por Mantas para o território de *Pax Iulia*, cuja argumentação não se considerou

compatível com as exigências mínimas de uma análise morfológica robusta [MANTAS, 1990, 1996] [LOPES, 2003, pp. 269–276].

Os trabalhos posteriores de Cédric Lavigne [LAVIGNE, 2006] e Magalli Watteaux [WATTEAUX, 2011], questionam as evidências morfológicas utilizadas por Mantas e por Gorges para definir as grelhas cadastrais romanas na região e destacam que muitas das formas que pareciam romanas são, na verdade, resultado de processos de colonização agrária muito mais recente, dando respaldo à discussão das supostas centurições de *Pax Iulia*.

O território rural de *Pax Iulia*: novos dados, modelos antigos

O trabalho de prospecção sistemática desenvolvido até 2000 permitiu identificar uma rede densa de estabelecimentos rurais – *villae, vici*, casais – articulados com os principais eixos viários que convergiam sobre *Pax Iulia*, traçando um quadro de organização agrária e de povoamento que punha em relação o interior da *civitas* com os corredores de circulação para o Sado, o Guadiana e o Guadalquivir [LOPES, 2003, pp. 147–151 & pp. 269–275]. A partir da cartografia dos sítios e da análise das suas funções e cronologias, tornou-se possível propor um modelo em que a cidade se assumia como pólo de concentração de excedentes, enquadrando um espaço rural diversificado, marcado por diferentes tipos de exploração e por ritmos desiguais de integração no sistema romano.

As intervenções arqueológicas motivadas pela construção da barragem do Alqueva e do sistema de regadio conexo e, mais genericamente, pelo crescimento da arqueologia de acompanhamento na região, a partir do início do século XXI, acrescentaram alguns poucos sítios aos já conhecidos e publicados. Contudo, a natureza parcelar destas intervenções, condicionadas por contextos preventivos e por áreas de escavação limitadas, não permitiu uma reformulação estrutural do perfil interpretativo do território. Os dados agora

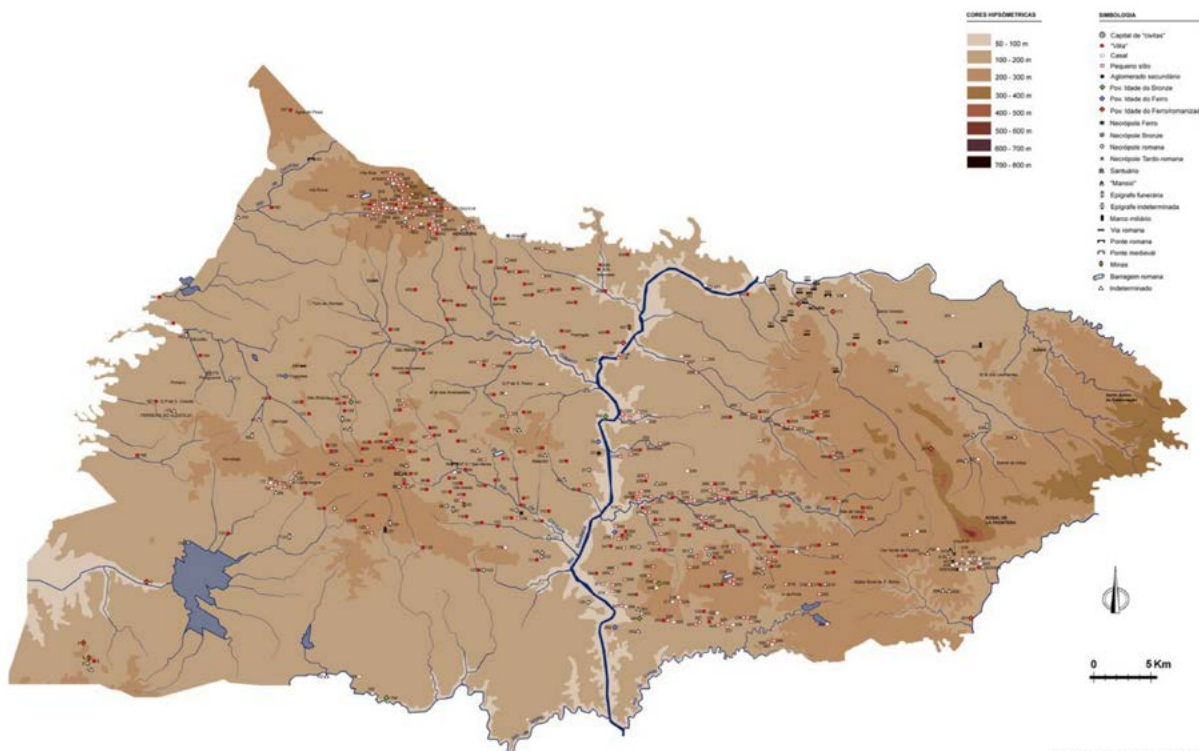


Figura 2. O território de *Pax Iulia* [LOPES, 2003].

conhecidos não alteram as propostas apresentadas na tese de 2003, tanto no que respeita à organização do povoamento como às dinâmicas de transformação, acompanhando a observação de um processo de retracção do edificado rural na Antiguidade Tardia. Assim, apesar do acréscimo quantitativo de informação, o impacto interpretativo destes trabalhos permanece relativamente limitado.

Esta estagnação relativa do conhecimento contrasta com a enorme dinamização que se verifica no estudo da cidade. Revela também os limites de um modelo de produção de dados arqueológicos centrado no registo acrítico e na dimensão patrimonialista da gestão administrativa do património arqueológico, mais preocupada em saber se existe alguma coisa do que se preocupar em compreender a existência dessa mesma “coisa”, o que raramente se traduz na construção de conhecimento e apenas valoriza achados excepcionais (escolhidos). Se, por um lado, se dispõe hoje de um inventário muito mais vasto de sítios e de contextos rurais, por outro, a ausência de projectos especificamente concebidos

para problematizar o mundo agrário à escala da *civitas* impede que essa massa de dados se traduza numa história renovada das paisagens rurais de *Pax Iulia*.

O Projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”

Em contraste com o espaço extra-muros, a cidade de Beja foi palco, nas últimas duas décadas, de um conjunto de intervenções arqueológicas, particularmente de acompanhamento, sem qualquer enquadramento ou relação espacial com a cidade. Algumas delas, como aquelas, realizadas no quadro do programa Polis ViverBeja, de 2003, que implicou muitos trabalhos na cidade e, particularmente incidiu na remodelação e revalorização da histórica Praça da República, um ponto nevrálgico da cidade. Sobre as escavações na Praça da República, onde D. Manuel I mandou construir uns banhos e uma fonte, e onde em 2003 se puseram à mostra pavimentos de argamassa, muros romanos e um mosaico “*encontrado um pavimento deste tipo* [opus

tesselatum] na Praça da República em Beja, talvez um dos pavimentos mais antigos da civitas de Pax Iulia”³ não há, como para muitas das intervenções na cidade, relatórios apresentados à tutela ou publicações que detalhem e enquadrem esses achados. Portanto, independentemente da importância do recolhido, essas escavações não forneceram dados com espessura que permita a sua integração nos estudos do espaço urbano, nem se posicionaram numa estratégia de investi-

gação continuada, possibilitando a integração dos dados num discurso urbano coerente⁴.

A inversão das lógicas de abordagem da cidade de Beja que iniciámos nas últimas décadas do século XX, reagindo a uma arqueologia com um programa de escavações em pontos-chave da malha intramuros, concebidos desde o início como laboratório para articular arqueologia com arqueogeografia, combinando análises, métodos, abordagens teóricas e propostas interpretativas,

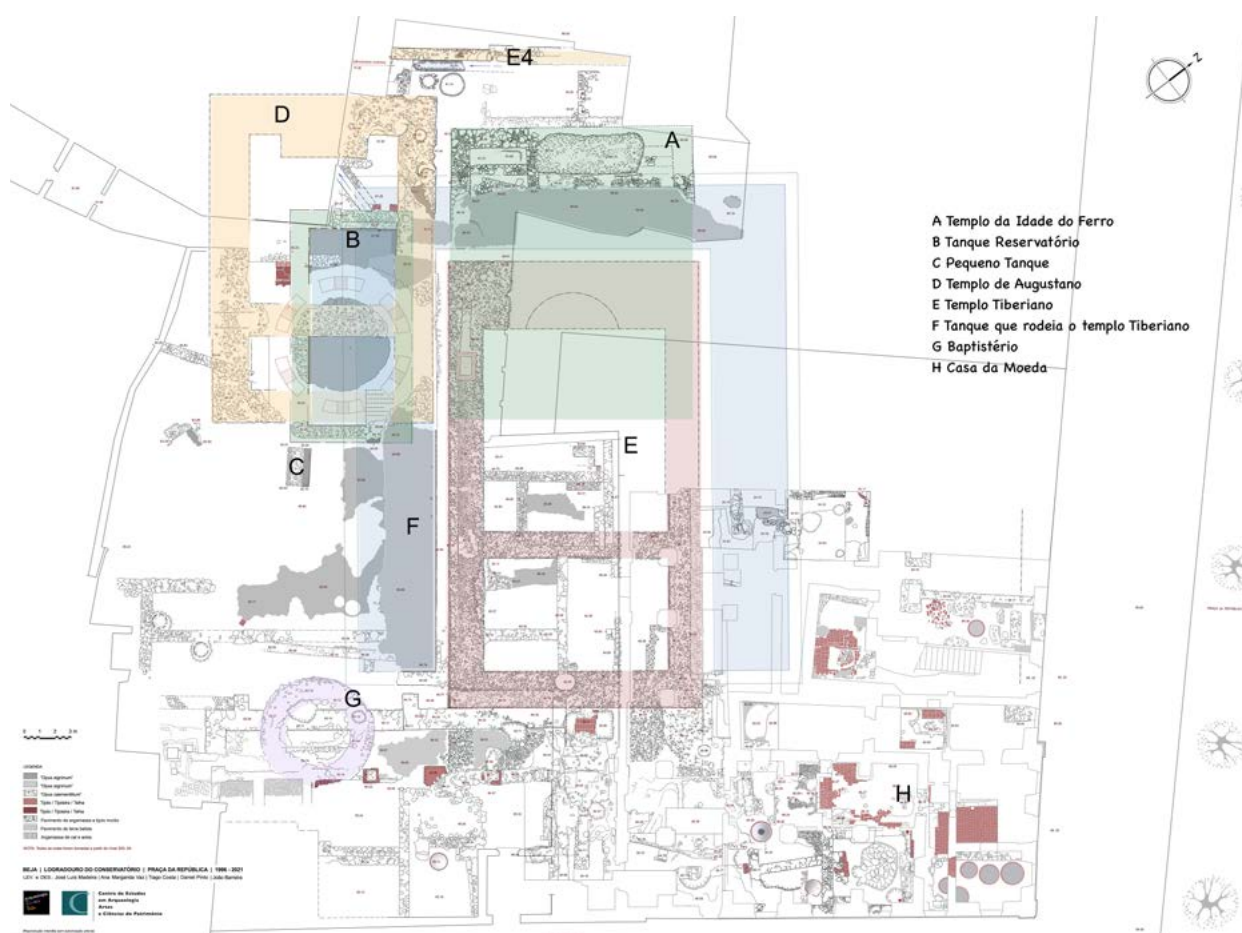


Figura 3. Edifícios destacados do *forum* de Pax Iulia.

- 3 As escavações foram realizadas pela empresa de arqueologia Crivarque, Lda., no âmbito do acompanhamento de obras de remodelação e revalorização urbana do programa BejaPolis. Adelaide Pinto, da empresa Crivarque, nunca apresentou relatório e recusou-se a dar informações. Apenas se conhecem as informações muito resumidas publicadas por Susana Correia em “Todo o sítio tem a sua história...”, publicado no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no Programa Polis ViverBeja.
- 4 O acompanhamento das Obras de Alteração do Edifício Rua da Moeda, 12, Fracção B [Beja], da autoria de João Filipe Carvalho dos Santos, datado de maio de 2021 é paradigmático deste alheamento dos arqueólogos relativamente à produção de conhecimento para a compreensão da cidade. Num edifício, onde se propõe que esteja o traçado do pórtico do *forum* romano, o arqueólogo nem se digna integrar o seu trabalho naquele que está do outro lado da parede do edifício que acompanhou, nem mesmo integrar os achados numa planta da cidade (*in* relatório impresso com 261 páginas, consultado na DGPC, 19 de outubro de 2023).

[LOPES, 2010, 2018, 2021], avança para uma nova fase, a partir do ano de 2010.

O incêndio que ocorreu, em outubro de 2008, no edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Beja, situado junto ao logradouro do Conservatório Regional de Música do Distrito de Beja, levou o presidente da autarquia a solicitar que a escavação fosse alargada para sul, para abranger a zona ardida do edifício dos serviços técnicos da Câmara Municipal e respetivo logradouro, com o objetivo de avaliar o potencial arqueológico da área, dado que as limpezas mecânicas dos destroços do incêndio haviam sido iniciadas sem acompanhamento arqueológico.

Os objectivos centrais da investigação tiveram o espaço de análise alargado e o projecto “Arqueologia das cidades de Beja” assentou numa prática de arqueologia urbana na qual associou trabalhos arqueológicos de acompanhamento com trabalhos arqueológicos programados, desenvolvidos por equipas pluridisciplinares, esperando alcançar com um grau de detalhe inédito a fábrica urbana — processo pelo qual a interação entre a sociedade urbana e a cidade, na sua realidade material, espaços e territórios, produz um urbano específico em constante transformação. As escavações, em articulação com a análise morfológica, rede de águas (poços, cisternas, condutas), documentos históricos e cadastrais urbanos, permitiram-nos apurar a resiliência de certos alinhamentos, a persistência de espaços de centralidade sacra e cívica e a forma como águas, percursos e dispositivos monumentais foram continuamente reinscritos na cidade, num processo que se entende no quadro do processo de “*transmission des formes*” definido por G. Chouquer [CHOUQUER, 2007].

De 2010 até à interrupção das campanhas em 2021 o percurso de investigação consolidou, assim, uma leitura arqueogeográfica e arqueo-

lógica de *Pax Iulia*: por um lado, confirmou no território rural o perfil proposto em 2003 para a organização do mundo agrário, apesar da proliferação de intervenções preventivas; por outro, transformou profundamente o conhecimento da cidade, graças à combinação entre arqueologia urbana programada e arqueogeografia. No plano estritamente arqueológico, as campanhas realizadas entre 1997 (particularmente a partir de 2010) e 2021 no espaço do *forum*, no Castelo e noutros pontos do centro histórico permitiram seguir, com um grau de pormenor raro em cidades ocupadas, a sequência de construção urbana desde o edifício sacro da Idade do Ferro ao templo tiberiano do culto imperial, documentando fases republicanas que não tinham qualquer expressão na bibliografia anterior [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

No plano metodológico, o projecto consolidou em Beja uma forma de fazer arqueologia urbana que recusa a cidade como simples “palimpsesto” e trabalha, em vez disso, com a ideia de espaço orgânico complexo e resiliente, em que permanências e mudanças se encadeiam de modo frequentemente impensado [LOPES, 2021, pp. 117–118] e, pelo que assumem, às vezes, condições extraordinárias. Esta experiência, interrompida em 2021⁵ deixou, contudo, um *corpus* de dados e um conjunto de práticas que fazem de Beja um caso de referência para o estudo das cidades antigas e das suas dinâmicas na longa duração.

Este processo conduziu à identificação de contextos estratigráficos complexos, à redefinição de cronologias e à reinterpretação de áreas-chave da cidade, em particular do espaço forense, do baptistério paleo-cristão e da casa de moeda do século XVI. A cidade deixou, assim, de ser entendida como um conjunto de achados isola-

5 Por razões de conjuntura política local e de incompetente visão estratégica, a escavação foi interrompida. Os trabalhos recomeçaram brevemente. Entretanto a empresa NOVARQUEOLOGIA, num suposto acompanhamento para um projecto de valorização do sítio, nunca aprovado pela tutela, realizou trabalhos que incluíram a destruição de estruturas e contextos arqueológicos.

dos, passando a ser analisada como um sistema urbano em permanente transformação.

A Fábrica Urbana

Um dos contributos mais relevantes dos trabalhos recentes foi a revisão do paradigma da fundação *ex-nihilo* de *Pax Iulia*. A identificação de contextos anteriores à época augustana, incluindo um aglomerado, alterou as convicções da génese da cidade e o papel desempenhado pelo período romano-republicano.

As escavações recentes no espaço do fórum revelaram uma sequência complexa de fases construtivas e de reformulações funcionais, refletindo as dinâmicas urbanas da colónia na longa duração. Longe de constituir um espaço estático, o espaço do *forum* de *Pax Iulia* foi objeto de sucessivas intervenções. A leitura integrada dessas transformações permitiu compreender melhor o papel do *forum* na articulação da vida cívica e na afirmação da identidade urbana da colónia romana, bem como a sua relação com a malha envolvente (Figuras 1–3).

As escavações realizadas demonstraram, de forma inequívoca, que o espaço do *forum* romano de *Pax Iulia* se implanta sobre o espaço central de um aglomerado urbano da Idade do Ferro, encerrado por uma muralha de grandes dimensões datada do século IV a. C. [GRILO, 2008] [LOPES, 2003, p. 69; LOPES, 2021, pp. 121–122]. Neste ponto proeminente do planalto de Beja identificouse um edifício sacro, um templo, orientado NE–SO, com cabeceira tripartida e fundações datáveis entre o final do século V e a primeira metade do século IV a. C., que continuou a desempenhar funções cultuais no contexto da cidade romana [LOPES: 2003, pp. 124–126; 2021, pp. 123–125].

As escavações de 2016 trouxeram como totalmente desconhecidas as evidências da existência de um espaço sagrado objecto de reorganização em época cesariana, o qual marcará de modo determinante a configuração posterior deste espaço da cidade [LOPES, 2024]. Este facto põe fim à discussão sobre a fundação cesariana ou

augustana e desautoriza a discussão da data de fundação celebrada com as cunhagens monetárias de *Pax Iulia*.

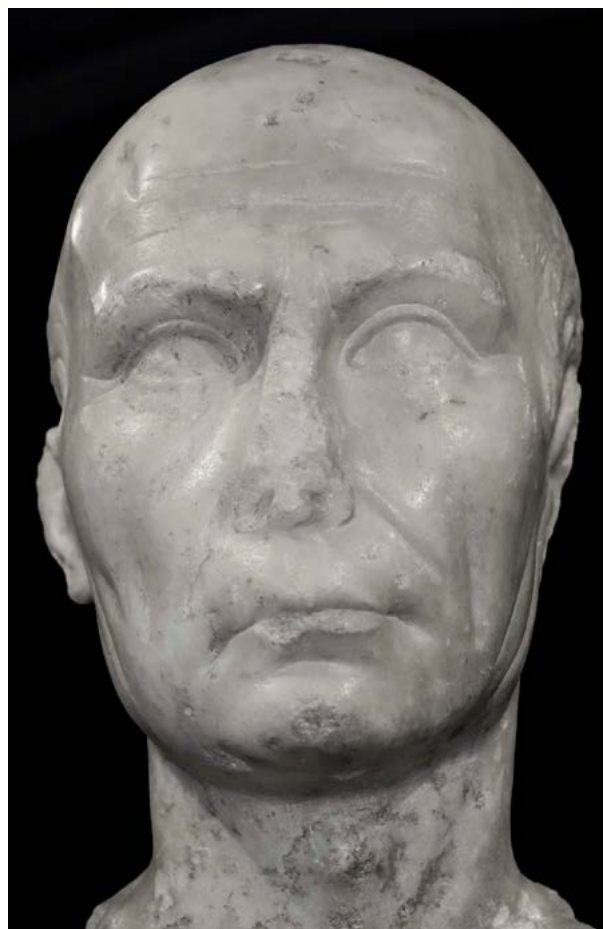


Figura 4. Cabeça de César, proveniente da muralha, em 1904.

Por meados do século I a. C., em posição paralela ao templo da Idade do Ferro, construiu-se um grande tanqueservatório rectangular, articulado com dois tanques menores, formando um complexo hidráulico monumental que se interpreta como momento de reconfiguração de um culto antigo ligado às águas subterrâneas. A associação deste conjunto ao edifício sacro préromano, bem como a sua cronologia, sugerem que a criação do recinto em período republicano se fez por integração e monumentalização de um espaço sagrado anterior, num processo comparável ao documentado noutros contextos mediterrânicos [LOPES e SIMI, 2024].

Esta leitura permite integrar *Pax Iulia* num quadro mais amplo de cidades hispânicas que se pautam por processos de adaptação e recon-

figuração em época romana, e não por criação *ex-nihilo*.

A localização do povoado de Beja, no contexto da ocupação da região do Sudoeste na II Idade do Ferro, assume características peculiares que derivam da sua posição geográfica no centro de uma paisagem aplanada, de horizontes alargados, emergindo como um pólo de centralização de acessos que asseguram a facilidade de *contactos* entre as regiões do Sado, do Guadiana, do litoral alentejano, de Sevilha e de Huelva, da região mineira de Aljustrel, da *Baeturia Celticorum* situada na bacia central e inicial do rio Ardila [BERROCAL-RANGEL, 1994, p. 199], e do litoral sul.

A leitura mais recente deste conjunto sublinhou o papel da água e do espaço sagrado como marcadores de pertença cívica ao longo de toda a história urbana de Beja [LOPES e SIMI, 2024]. A cartografia dos poços, cisternas, condutas e estruturas de captação de água reveladas na área do fórum e na sua envolvente imediata mostra a existência de um sistema hidráulico bem organizado, alimentado por aquíferos pouco profundos do planalto de Beja, activo, certamente desde a época préromana (ao menos em parte) e adaptado nas fases romana, medieval e moderna [LOPES e SIMI, 2024].

Esta persistência de formas e funções, em que estruturas hidráulicas sucessivamente reconfiguradas mantêm o lugar como centro de abastecimento, de ritualidade e de sociabilidade, permite ler o fórum como espaço de “transformission des formes” no sentido dado por Chouquer: um mesmo dispositivo espacial que suporta, em sequência, diferentes programas simbólicos e políticos [CHOUQUER, 2013] [LOPES e SIMI, 2024].

1. Programa Augustano

Estamos hoje em condições de melhor entender a inscrição que regista a oferta de muros, torres e portas à colónia por Augusto, datada entre

3 e 2 a. C., enquanto testemunho inequívoco de um programa urbanístico de reconfiguração do aglomerado que incluiu a construção de uma nova muralha e a reorganização dos acessos [ENCARNAÇÃO, 1988, n.º 131; LOPES, 2003, pp. 119–121]. No fórum, este programa traduziu-se na desfuncionalização parcial do complexo de tanques republicano e na construção de um templo orientado NE–SO, cujas fundações conservadas indicam uma *cella* tripartida e uma clara intenção de alinhar a fachada do novo edifício com a do antigo templo préromano [LOPES, 2010, pp. 193–198; 2021, pp. 129–130].

Tal como se observa em Nîmes, onde o *augustaeum* se organiza em torno da Fontaine para enquadrar um santuário indígena [GROS, 1984, 1987], também em *Pax Iulia* a criação de um recinto que integra o novo templo e o edifício ancestral aponta para uma estratégia de continuidade e reinterpretação cultural [LOPES, 2010, pp. 196–198]. A ausência de evidência estratigráfica segura para a construção do *podium* do templo augustano, bem como o enchimento que o cobre e que servirá de base ao projecto tibetano, abrem a possibilidade de que este programa tenha permanecido incompleto, hipótese que encontra paralelo na interrupção de outros fóruns augustanos na Gália [GROS, 1987; LOPES, 2021, pp. 129–131].

2. O Culto imperial

Nos primeiros anos do reinado de Tibério, iniciase uma reformulação radical do recinto forense, marcada pela construção de um grande templo hexastilo e pseudoperíptero, rodeado em três lados por um tanque em forma de U, assente em fundações com mais de 3 metros de profundidade [LOPES, 2010, pp. 189–199; 2021, pp. 130–132]. Esta nova empreitada implicou o aterro sistemático das estruturas anteriores – templo augustano, complexo hidráulico republicano e edifício da Idade do Ferro – e o alteamento da cota de circu-

lação do fórum, produzindo uma estratigrafia “invertida” que a escavação pôde documentar em detalhe [LOPES, 2010, pp. 189–193]. A configuração arquitectónica do templo, em estreito paralelo com soluções conhecidas em Évora e Luni, confirma a articulação entre culto imperial e água, integrando o tanque perimetral no mesmo projecto construtivo e não como adição posterior [HAUSCHILD e SARANTOPOULOS, 1995–1996] [LOPES, 2010, pp. 195–199].

A documentação epigráfica, que menciona um flâmine de Tibério César Augusto e um duúnviro que foi simultaneamente flâmine dos divinos imperadores, atesta o envolvimento das elites locais na celebração do culto dinástico e corrobora a leitura deste programa arquitectónico como expressão material da nova ordem políticoreligiosa [ENCARNAÇÃO, 1984, 2012; LOPES, 2021, pp. 131–132].

A extensão do fórum tiberiano, reconstruída a partir da análise das fundações e da morfo-

logia urbana, deixa a possibilidade de ser um recinto amplo que ocupava e se estendia até à Rua dos Infantes, onde se identificou nas caves do atual restaurante Os Infantes uma parede de silhares e um tambor de coluna e de onde provém o enorme capitel compósito publicados por Leonel Borrela [BORRELA, 2012], cujas dimensões excepcionais – superiores a 1 metro de altura – confirmam a monumentalidade do edifício a que pertenciam.

As cabeças monumentais de touro romanas de *Pax Iulia*, documentadas desde André de Rezende, surgem também nesta área da Rua do Touro e Rua dos Infantes. Uma cabeça de touro em mármore de Trégachas (90 x 50 x 62 cm, 700 kg), recolhida em agosto de 2005 próximo dos números 15 e 13 da Rua do Touro, a par de um capitel coríntio semelhante ao dos Infantes; duas cabeças idênticas embutidas na galeria exterior do Museu Regional Rainha D. Leonor, recolhidas da abside da demolida Igreja de S. João (orientada para a Rua do Touro); e outra cabeça em mármore branco (22 x 28 x 28,4 cm, MRB.01426) do



Figura 5. Touro encontrado na Rua do Touro, em 2025.

espólio do Museu [BORRELA, 1995, 2012]⁶ surgem como elementos que devem, pela sua localização, ser valorizados na reconstrução do *forum*.

Continuidades e reutilizações do espaço forense

As transformações associadas ao programa tiberiano não encerram, porém, a história urbana deste espaço. As escavações realizadas a partir de 2010, no quadro do projecto “Arqueologia das Cidades de Beja”, permitiram, apesar dos contextos muito contaminados e bastante destruídos desde o período islâmico, reconhecer, sobre e em torno do templo do culto imperial, novas fases de ocupação que incluem um baptistério tardoantigo, estruturas islâmicas e, já em plena Época Moderna, a instalação da Casa da Moeda de Beja no edifício hoje conhecido como Casa da Moeda / Rua da Moeda [LOPES, 2011, 2020, 2024a].

A utilização deste espaço como pedreira, que serviu, como é visível para a construção da ábside da Igreja de Santa Maria e das casas da Praça de D. Manuel, praça que evoluiu paralela, no lado Este, atestam a evolução do recinto forense e mostram a importância da análise articulada da fábrica urbana – no sentido desenvolvido em trabalhos recentes sobre *Pax Iulia* – para permitir isolar, sem a empobrecer, fases da longa história da cidade e, deste modo, entender este espaço [LOPES, 2011, 2024a].

A análise arqueogeográfica do recinto forense e da sua inserção na malha intramuros mostra que o fórum ocupa a cota mais elevada da elevação onde assenta a cidade, encostado à antiga muralha e em posição excêntrica relativamente ao cruzamento do cardo e do *decumanus* definidos pelas portas de Évora e de Mértola [LOPES, 2003, 2021]. Esta localização, mais do que traduzir um “desvio” face a um suposto modelo regular,

exprime a decisão de manter no centro da vida cívica o lugar sagrado anterior, condicionando a organização do tecido urbano sem que isso interfira com a imagem de *Pax Iulia* como capital do *conventus pacensis* [LOPES, 2021, pp. 121–125].

A combinação entre estratigrafia, morfologia e epigrafia realizada nas escavações de 1997–2021 mostra que o centro monumental de *Pax Iulia* funciona, num processo de evolução, como lugar de negociação entre heranças locais, programas imperiais e práticas de pertença, revelando a singularidade da *civitas* para além dos modelos tipológicos da cidade romana.

A trajectória dos estudos sobre o fórum de *Pax Iulia* ilustra bem a mudança de paradigma que as escavações do projecto Arqueologia das Cidades de Beja imprimiu ao estudo da cidade. Até finais do século XX, o conhecimento deste espaço limitava-se a menções dispersas, a interpretações hipotéticas do traçado de ruas e à leitura isolada, com destaque para achados extraordinários, como o capitel monumental da Rua dos Infantes ou as cabeças de touro. As primeiras escavações extensivas na área do Conservatório, iniciadas em 1997, permitiram, porém, pela primeira vez, articular depósitos estratificados, arquitectura e leitura morfológica, tornando possível propor uma sequência coerente de evolução – *oppidum*, fórum republicano, programa augustano, templo tiberiano – e entender a dinâmica da sua evolução, apontando transformações e transmissões.

Os trabalhos publicados nas duas últimas décadas assumem esta mudança, pois já não se limitam a descrever estruturas ou a discutir paralelos formais, mas inserem o espaço do *forum* na malha urbana da cidade actual, num enquadramento mais amplo, que abrange a história regional, os cultos, as redes viárias e a própria construção historiográfica de Beja. A articulação entre arqueologia urbana programada, arqueogeografia e crítica das leituras anteriores – tanto a nível do

⁶ A localização exacta e as dimensões do *forum* em época tiberiana é um trabalho ainda em construção, a qual exige um maior volume de informações e uma averiguação mais detalhada no edificado actual

urbanismo como das supostas centurições rurais – permite, hoje, escrever uma história da forma urbana de Beja que seria impossível com a base empírica disponível em 2003.

Entre renovação urbana e estabilidade territorial

O balanço das duas últimas décadas de investigação sobre *Pax Iulia* revela uma assimetria marcada entre o avanço notável do conhecimento sobre a cidade e a relativa estagnação na compreensão do mundo rural. No campo, a multiplicação de intervenções de salvaguarda ampliou o inventário de sítios, confirmou a importância dos casais tardoantigos e trouxe casos pontuais de grande interesse, mas não alterou de forma estrutural o modelo de organização agrária e de povoamento reconstruído no final da década de 1990 [LOPES, 2003, pp. 269–276]. Na cidade, pelo contrário, as escavações sistemáticas e a leitura morfológica desenvolveram-se em estreita relação com problemas históricos definidos à partida, permitindo testar hipóteses, refinar cronologias e propor novas interpretações para a fundação, o estatuto e o papel regional no quadro da Lusitânia e particularmente, na Lusitânia Meridional [LOPES, 2010, 2018, 2021] [LOPES e SIMI, 2024].

Esta assimetria aponta para uma agenda de investigação muito clara, que não depende apenas da disponibilidade desigual de dados, mas reflete opções distintas de enquadramento. Ela sugere a necessidade de projetos especificamente concebidos para o território rural – e não apenas para o acompanhamento de obras –, capazes de aplicar, à escala da *civitas*, os mesmos protocolos de leitura morfo-sistémica que tão bons resultados deram na cidade.

A análise da *civitas* como um complexo híbrido de espaços, abordado do ponto de vista arqueológico e arqueogeográfico, mostrou-se particularmente fecunda, permitindo superar o modelo descritivo e compartimentado que dominava os estudos urbanos no século XX.

Ao mesmo tempo, na escala regional, emerge o papel de *Pax Iulia* como plataforma nodal entre o Sado, o Guadiana e o litoral algarvio, revelando-se como um caso exemplar de como uma cidade “média” da Lusitânia pode ser pensada em simultâneo como nó de redes regionais e espaço de construção de pertenças, dando sentido ao seu papel institucional de capital de *civitas* e de *conventus*.

O projeto de trabalhos articulando a cidade e o campo sob o mesmo olhar de longa duração surge como uma das tarefas mais urgentes para os estudos sobre o Sudoeste peninsular. Retomando os trabalhos do projeto “Arqueologia das Cidades de Beja” – um projeto onde a cidade se encontra com a sua construção e o património se projeta para o bem-estar da comunidade –, a cidade pode continuar a ver renovado o conhecimento sobre a sua fábrica urbana.

Bibliografia

- ALARCÃO, J., 1987. *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- ALARCÃO, J., 1988. *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ARRUDA, A. M., 2016. O touro da necrópole de Cinco Reis 8 (Beringel, Beja, Portugal). *Rivista di Studi Fenici*, 44, pp. 347-356.
- ARRUDA, A. M.; BARBOSA, R.; GOMES, F.; SOUSA, E. de, 2016. “A Necrópole da Vinha das Calças (Beja, Portugal)” in Javier Jiménez Ávila (ed.), *Publicaciones del Consorcio de la Ciudad Monumental de Mérida Serie Compacta* (Compendia et Acta) n.º 1. Mérida.
- BERROCAL-RANGEL, L., 1992. *Los pueblos Celticos del Suroeste de la Peninsula Iberica*.
- BORELLA, L., 1995. “Igreja de S. João Baptista – II”. *Diário do Alentejo*. Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja, 29 de Setembro.
- BORELLA, L., 2012. “Iconografia Pacense – Um arco triunfal romano entre as ruas dos Infantes e do Touro?”. *Diário do Alentejo*, Beja: Associação de Municípios do Distrito de Beja, 13 de Fevereiro.
- CHOUQUER, G., 1996. *L'étude des paysages: Essais sur leurs formes et leur histoire*. Paris: Errance.
- CHOUQUER, G., 2012. *L'analyse morphologique des villes. Application à Beja (Portugal)*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.
- ENCARNAÇÃO, J. d', 1984. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.
- FARIA, A. M., 1997. “De novo em torno da fundação de Pax Iulia”, *Vipasca*, 6, pp. 171-185.
- FAVORY, F., 1991. “Paysages et cadastres de l'antiquité”, *DHA*, 17, 2, pp. 251-269.
- FICHES, J.-L.; VAN DER LEEUW, S., 1990. *Archaeomedes: Des oppida aux métropoles*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- GORGES, J.-G., 1990. “Villes e Villas de Lusitanie (interactions — échanges — autonomie)”, *Les Villes de la Lusitanie*, pp. 91-113. Paris.
- GRILO, C., 2008. “A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja”, *Actas do III Congresso de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Novembro de 2007. Aljustrel, Câmara Municipal de Aljustrel/ Universidad de Huelva, pp. 261-268.
- GROS P., 1984. “L'augustéum de Nîmes”. In: *Revue archéologique de Narbonnaise*, Tome 17, pp. 123-134.
- HAUSCHILD, T. e SARANTOPOULOS, C., 1995-1996. *Templos romanos*. O Arqueólogo Português, pp.13-14.
- INGLOT, T., 1987. *The appropriation of nature*, Manchester.
- LAVIGNE, C., 2006. *Espaços das sociedades antigas Dinâmica das paisagens da Região de Pax Iulia _ Rapport intermédiaire d' etude*. (Programme européen POCI/HAR/60842/2004 dirige par Maria Conceição Lopes).
- LOPES, M. C., 2003. «A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia», *Conimbriga*, Anexos, Vol. 3. Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.
- LOPES, M. C., 2010. «O recinto forense de Pax Iulia (Beja)». In: T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Foro en Lusitania Romana. Cidade e Foro na Lusitânia Romana*. Mérida: Junta de Extremadura (*Studia Lusitana* 4).
- LOPES, M. C., 2011. “Arqueologia das Cidades de Beja”. *Conimbriga*, 49, pp. 69-86.
- LOPES, M. C., 2018. “O busto de Júlio César de Pax Iulia. Percursos e debates em torno da fundação de Pax Iulia”, *Arqueologia Medieval* 14, Campo Arqueológico de Mértola, Edições Afrontamento, pp. 16-24, ISBN 5600322580430.

- LOPES, M. C., 2018. “Arqueologia na cidade em construção”, *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*, Faro, Univ. Algarve/CEAACP, pp. 322-336, ISBN978-989-8869-37-2.
- LOPES, M. C., 2020. “*Pax Iulia (Beja, Portugal)*”, *La arquitectura doméstica urbana de la Lusitania Romana*, In: PIZZO, A.(ed.) *El paisaje doméstico urbano de la Lusitania*, Instituto Arqueológico de Mérida, MYTRA 6. pp. 217-225.
- LOPES, M. C., 2020. “Pax Iulia na véspera da Idade Média”. *Nakla*, 24, pp. 152-168.
- LOPES, M. C., 2021. *Pax Iulia*. In: *Ciudades Romanas de Hispania*.
- LOPES, M. C., 2024. “Pax Iulia. A cidade romana de Beja em período romano-republicano”. *DigitAR*, 10, pp. 144-155.
- LOPES, M. C. e SIMI, F. K.B., 2024. *Water and Sacred Space as Markers of Belonging in the Forum of Pax Iulia (Beja, Portugal)* (no prelo).
- MANTAS, V. G., 1990. “Teledetecção e urbanismo romano: o caso de Beja”, *Geociências*, 5, pp. 75-88.
- MANTAS, V. G., 1996a. “*Em torno do problema da fundação e estatuto de Pax Iulia*”, *Arq. de Beja*, volume II/III, 3ª série, pp.41-62.
- MANTAS, V. G., 1996b. “Teledetecção, cidade e território”, *Arq. de Beja*, volume I, 3ª série, pp. 5-30.
- VIANA, A., 1942. “Um templo romano em Beja”, *Museu*, Vol. I, pp. 200-201.
- VIANA, A., 1947. “Restos de um templo romano em Beja”, *Arq. Beja*, 4, pp. 77-88.
- WATTEAUX, M., 2011. Morfologia agrária e cadastros romanos na Lusitânia.: La colonisation agraire médiévale en Alentejo (Portugal). *Études rurales*, nº 188, juil.-déc. 2011, pp. 39-72.

Los espacios forenses de *colonia Augusta Firma – Astigi* (Écija, Sevilla, España). Un estado de la cuestión¹

Sergio García-Dils de la Vega²

UNED Sevilla / Oficina Municipal de Arqueología de Écija

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_6

RESUMEN

El conocimiento de los espacios forenses de *colonia Augusta Firma – Astigi*, la Écija romana, ha podido avanzar notablemente en las primeras décadas del siglo XXI merced a los resultados de las diferentes actuaciones arqueológicas que han tenido lugar en la ciudad, vinculadas a procesos de sustitución inmobiliaria, y muy especialmente gracias a las excavaciones en extensión desarrolladas en la plaza de España de la localidad. En las líneas que siguen se presenta un estado de la cuestión sobre el conocimiento de la articulación de estos espacios públicos, las principales edificaciones detectadas, así como los elementos decorativos y la evidencia epigráfica más significativos que han llegado hasta nosotros.

PALABRAS CLAVE

Astigi; urbanismo romano; foro; templo; epigrafía.

ABSTRACT

The understanding of the *fora* of *colonia Augusta Firma – Astigi*, the Roman Écija, has advanced considerably in the early decades of the 21st century, thanks to the results of various archaeological interventions carried out in the city, particularly in connection with urban renewal processes. Most notably, these advances are attributed to large-scale excavations conducted in the Plaza de España. The following lines present a current overview of our knowledge regarding the organization of these key public spaces, the main buildings identified, as well as the most significant decorative elements and epigraphic evidence that have survived to the present day.

KEYWORDS

Astigi; Roman urbanism; forum; temple; epigraphy.

1 El presente trabajo ha sido realizado en el marco del Proyecto de Investigación “Control, gestión y explotación del territorio en la Hispania romana: del modelo agrimensor al paisaje histórico” [PID2021-122879OB-I00], del Plan Estatal de Investigación Científica, Técnica y de Innovación 2021-2023.

2 ORCID iD: [0000-0002-2648-0001](https://orcid.org/0000-0002-2648-0001); sergarcia-dils@sevilla.uned.es

1. La investigación de los espacios forenses astigitanos

En relación con *colonia Augusta Firma*, la ciudad romana de Écija (Sevilla), fundada sobre el *oppidum* turdetano de *Astigi* (Ordóñez & García-Dils 2016; García-Dils 2021), disponemos con testimonios escritos del período andalusí que sugieren la pervivencia de trazas todavía visibles de edificaciones de la Antigüedad. En este contexto, al-Ḥimyarī hace referencia a la presencia en la ciudad de “numerosas ruinas”, lo que sugiere que dichos restos arquitectónicos poseían la suficiente relevancia como para ser mencionados en su obra. Asimismo, alude a la existencia de “vestigios subterráneos”, cuya naturaleza habría sido igualmente significativa (Lévi-Provençal 1938: 21). Cabe suponer que al final de la Edad Media todo rastro de estos edificios del pasado romano había sido ya borrado, de lo que da una idea la noticia recogida a mediados del siglo XVI en el *Anonymus Taurinensis* que, tras reseñar la abundancia de inscripciones en la ciudad, señala elocuentemente que “*Ruine di edificio alcuno antico però non ci vedessimo*” (CIL II, p. XLIII). No obstante, en época moderna todavía se hacía notar la grandeza pasada de la ciudad en la profusión de elementos arquitectónicos singulares reutilizados en las construcciones, muchos de los cuales son hoy en día visibles, especialmente cumpliendo la función de guardacantones en las esquinas, muy característicos de la arquitectura ecijana (Hernández Díaz *et al.* 1951: 272 n. 16 y Dib. 27). Es conocida en este

sentido la cita de Martín de Roa, que transmite una imagen ilustrativa del aspecto que presentaba la ciudad en el primer tercio del siglo XVII (Roa 1629: 27 v.-28 r.):

“Cuentanse oi mas de ochocientas colunas en Ecija, ultra de la que se descubren debajo de tierra que son muchas, i de mucha grandeza [...] Vemos despedaçadas colunas, i Estatuas, de que apenas restan, qual, o qual pedestales, i aras; i para mayor sentimiento, descarnadas no tanto a fuerça del tienpo, quanto a golpes de piedras, las letras, que pudieran ser alivio de las memorias perdidas a la justa curiosidad de los mejor entendidos”.

Prosigue más adelante el mismo autor (Roa 1629: 28 r. y v.):

“Al fin contra tantas injurias, edades, guerras, i tyranias, permanecen aora docientas colunas enteras, ultra de las quebradas, que donde quiera se encuentran casi sin numero. Entre estas muchas ai, que suben doze varas en elto, tres i media en redondo, tienen otras diez varas de largo, i de circulo tres³: otras de diferentes tamaños. Las mayores sustentan los templos de santa Barbara, i santa Maria de los mas antiguos dela Ciudad: aunque las basas, cubre la tierra con muchas varas de su grandeza.

Quieren algunos que muchas destas sean del edificio de las casas, i palacio de la Chancilleria de Ecija, que tuvo en tienpo de Romanos, i que estavan estas donde oi la Iglesia de Santa Barbara, i corrian desde ella hasta la calle de los cavalleros, torciendo por ella hasta frente dela de Estepa, i de alli a la plaça, en forma quadrada [...] Discurso fundado en las ruinas, i memorias antiguas, que en esta parte de la Ciudad,

3 En Écija se utiliza la vara castellana de 83,59 cm, por lo que estas medidas equivalen respectivamente a 10,03 m / 2,93 m y 8,36 / 2,51 m, que distan mucho de las que se han registrado arqueológicamente en la ciudad. Por ejemplo, las columnas que presiden las portadas principal y lateral de la iglesia de Santa Bárbara tienen tan solo 5 m de altura.

mas que en otras se hallan, quando se abren çanjas para edificios”.

Martín de Roa recoge también referencias concretas a indicios que sugerían la presencia de espacios públicos en torno a la calle Mármoles (Roa 1629: 29 r.), significativo topónimo documentado desde el siglo XVI (Martín Ojeda 2007: 162-163):

“Ai calle particular con apellido de los Marmoles, aquella por donde se entra derechamente desde la puente, por la puerta, que diximos de S. Ana, por la muchedunbre de los que alli se hallan debaxo la tierra en edificios antiguos, que por todo este sitio se descubren: cuyas ruinas muestran la grandeza, que tuvieron. Oi dia se ve la frente de un marmol, o coluna, que siguiendo su tamaño, para sacarlo, se hallo, que tomava tres casas de largo. Vense demas desto cabando dos varas, pavimentos, o suelos de grandes losas quadradas con pulimento. Ai opinion, que uvo en este lugar algun edificio publico, de algun Circo, tenplos o Curia”.

Habrà que esperar hasta la publicación del *Catálogo arqueológico y artístico de la provincia de Sevilla* para que se aporte una hipótesis concreta sobre la cuestión. En este caso, F. Collantes de Terán propondrá que *kardo maximus* y *decumanus maximus* se cruzarían en la actual plaza de España, espacio abierto que sería por tanto la perpetuación del foro colonial (Hernández Díaz *et al.* 1951: 69). Este extremo será matizado en 1986 por I. Rodríguez, que propondrá en cambio que la coincidencia de la plaza con los espacios forenses no sería en todo caso más que parcial, desarrollándose el foro con una orientación de norte a sur – a diferencia de la orientación de la plaza de España, que se extiende, con planta rectangular, longitudinalmente de oeste a este –, lo que deducía de la orientación de las losas de

caliza localizadas en el área, es decir, con el eje mayor paralelo al *kardo maximus*, aunque sin presentar todavía ninguna delimitación específica (Rodríguez 1988: 119). Unos años más tarde, en 1990, este mismo autor propondrá una delimitación más definida, situando los límites de las áreas forenses en la calle Bañales, al norte, la calle Mármoles, al sur, la calle Jesús sin Soga, al este, y la avenida Miguel de Cervantes, al oeste (Rodríguez 1990: 621).

Poco después, en 1993, I. Carrasco y C. Romero podrán descartar esta propuesta, a partir de los resultados de la intervención arqueológica realizada por ellas en la calle Mármoles n.º 6 y Mármoles esquina a Miguel de Cervantes [087]⁴ (García-Dils 2015: 180-186). Tras el hallazgo de un pavimento de dados de mármol, estas investigadoras propondrán que el límite meridional del foro se situaría más al sur de la calle Mármoles, llegando por lo menos hasta la calle San Bartolomé (Carrasco & Romero 1993: 723-724).

Habrán de pasar diez años para que se formule la primera propuesta concreta sobre la distribución, límites y extensión de los espacios públicos situados en el núcleo central de la *colonia*. Así, ya en 2003, en el transcurso del VII Congreso de Historia de Écija, S. Ordóñez, E. García y el autor de estas líneas, a la vista de los resultados preliminares de la Fase III de la intervención arqueológica que se estaba desarrollando en aquel entonces en la plaza de España (García-Dils 2015: 190-193), propondremos la diferenciación de tres ámbitos forenses distintos, estableciendo un *témenos*, donde se ubicaría un todavía hipotético templo sobre podio de época augustea, un *forum coloniae* y un *forum adiectum*, localizado al oeste del anterior (García-Dils *et al.* 2005).

⁴ Los códigos numéricos reseñados entre corchetes que aparecen en este trabajo hacen referencia a los registros del Sistema de Información Geográfica utilizados para el procesamiento y análisis de los datos disponibles para el análisis arqueológico de la ciudad histórica de Écija, tal como puede verse en la planimetría adjunta; García-Dils 2015: 41-44; García-Dils 2023: 27-29.

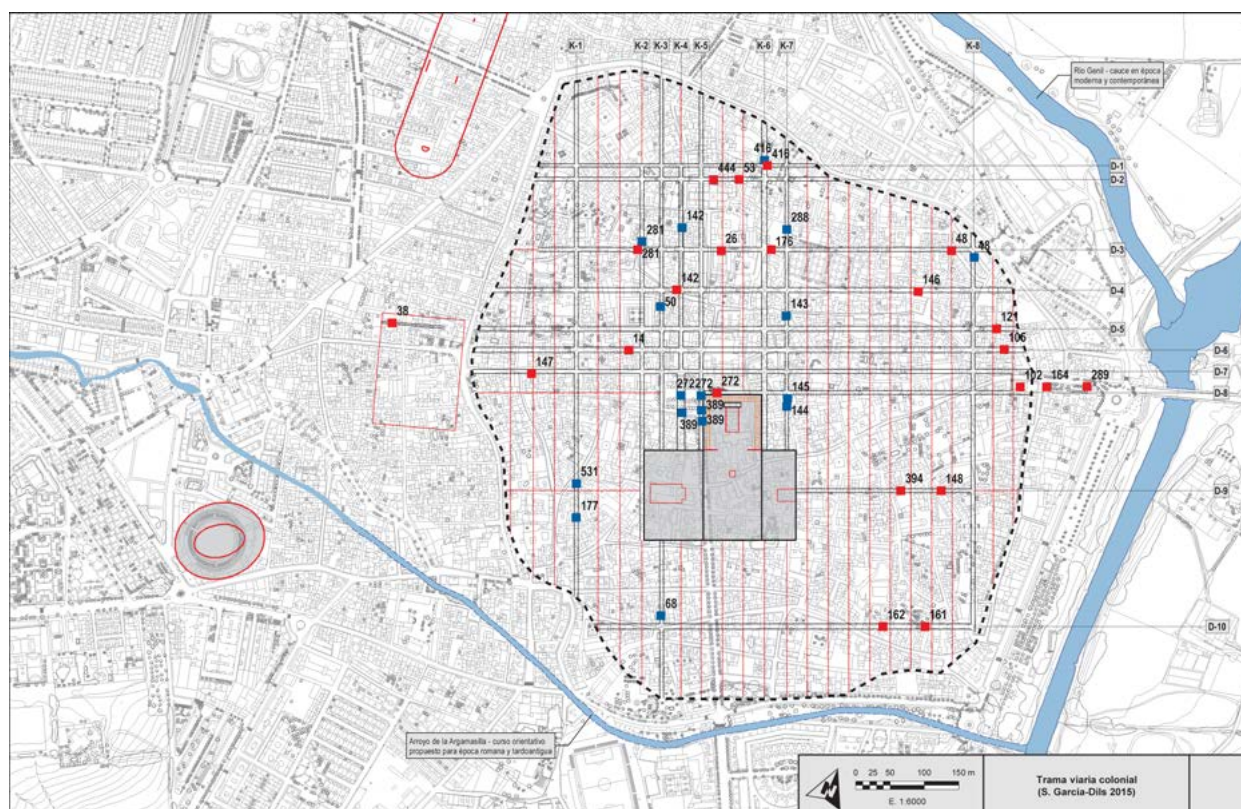


Figura 1. Reconstrucción planimétrica de la delimitación y trama viaria de *colonia Augusta Firma* (Sergio García-Dils).

Esta reconstrucción será la que quede recogida en la *Carta Arqueológica Municipal de Écija*, publicada al año siguiente (Sáez *et al.* 2004: 36-49). Más adelante, el hallazgo en 2005 de una canalización que discurría paralela a la calle San Bartolomé [290] (García-Dils 2015: 180-186), permitirá terminar de delimitar con precisión las áreas forenses centrales astigitanas, estableciéndose un esquema ligeramente modificado (García-Dils & Ordóñez 2006).

Poco después, en 2006, el descubrimiento en la plaza de España del *podium* del templo augusteo, cuya existencia hasta el momento no había pasado de ser hipotética, llevó a reconsiderar la delimitación y organización interior del *témenos*, establecida ahora sobre la certeza de que el edificio religioso presentaba su fachada hacia el sur, situándose el estanque monumental ya conocido a su espalda (García-Dils *et al.* 2007).

Cierra la cuenta de esta serie de hipótesis, sucedidas rápidamente al compás de los nuevos hallazgos arqueológicos, la propuesta presentada por M. Buzón relativa al edificio público

situado a poniente del *kardo maximus* (Buzón 2009).

En las líneas que siguen se ofrece el estado de la cuestión sobre el conocimiento de las áreas forenses de *colonia Augusta Firma*, sobre la base de los resultados de las actuaciones arqueológicas realizadas en su entorno (Figura 1).

2. El *forum coloniae*

A continuación, se expone de forma sintética la reconstrucción que la información de la que disponemos nos permite hacer de la articulación y fases constructivas de las áreas forenses centrales de *colonia Augusta Firma*, que cabe interpretar como *forum coloniae* (Figura 2).

2.1. Actuaciones previas

La decisión de ubicar el foro colonial en una zona deprimida de la ciudad, expuesta a las

inundaciones del cercano curso fluvial del Genil y el primitivo cauce del arroyo de la Argamasilla, supuso abordar previamente a su construcción un ambicioso programa de infraestructuras. Efectivamente, sabemos que esta zona estaba ocupada por estructuras habitacionales turdetanas antes de la fundación de la *colonia*, tal como se ha podido demostrar especialmente en las excavaciones desarrolladas en el gran solar ubicado en la calle Mármol n.º 6 y calle Mármol esquina a Miguel de Cervantes [087] – calle San Bartolomé n.º 3 [290] (García-Dils 2015: 180-186), así como en la calle Virgen de la Piedad n.º 16 esquina a calle Regidor y calle Olivares [003] (García-Dils 2015: 244-246). La implantación del foro supuso, por tanto, en primer lugar, el arrasamiento y amortización definitiva de todos estos espacios domésticos turdetanos preexistentes, cuestión también verificada en el resto de la ciudad. Acto seguido, se procedió a la nivelación y mejora del terreno, lo que supuso acometer un aporte masivo de materiales de relleno de en torno a 1,50 m en una extensa superficie, actuación urbanística que ha sido bien documentada tanto en las intervenciones arqueológicas recién citadas como en las realizadas en la calle San Bartolomé n.º 7 [036] (García-Dils 2015: 175-176) y la vecina plaza de España [272] (García-Dils 2015: 190-193).

Un movimiento de tierras de semejante entidad necesariamente tuvo que prolongarse durante años, incluso décadas, lo que implicaría una cuidadosa planificación y faseado en las obras del foro (Ordóñez & García-Dils 2016). El desmantelamiento de estructuras previas y los desmontes de tierras realizados, son los que explican el aparente “arrastre” de materiales turdetanos e, incluso, tartésicos hasta el entorno del futuro foro colonial. Asimismo, con toda probabilidad, el uso intensivo de materiales como la calcarenita picada, se puede explicar por la reutilización de las estructuras turdetanas desmanteladas, construidas sistemáticamente con mampuestos de esta roca.

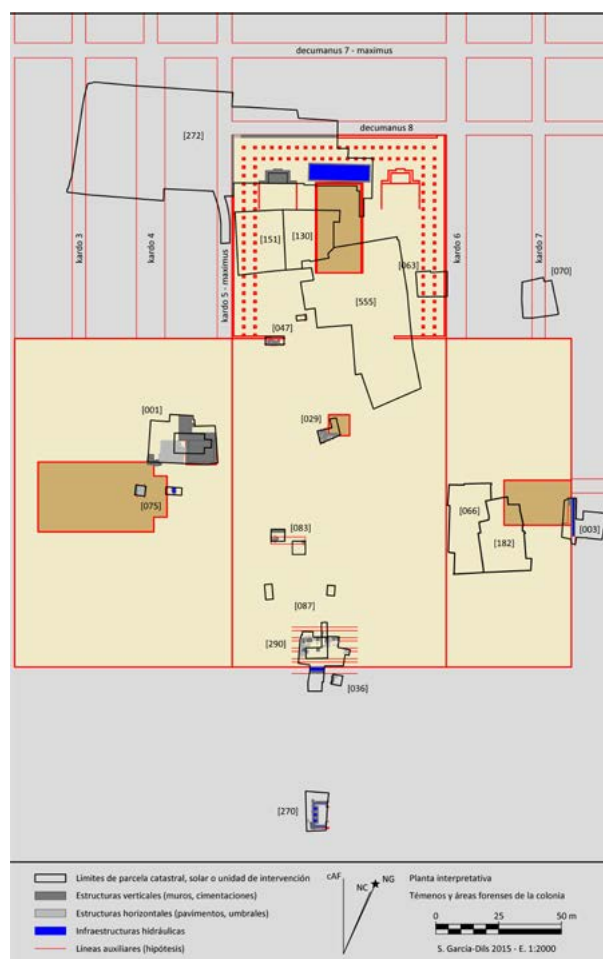


Figura 2. Hipótesis general sobre las áreas forenses de la colonia y las estructuras conocidas (Sergio García-Dils).

La secuencia de niveles aportados seguiría el siguiente esquema (García-Dils 2015: 198-200). En primer lugar, en superficie, se han registrado ampliamente pavimentaciones de losas de caliza o de mosaico de dados marmóreos. A continuación, le serviría de cama una capa de 10 cm de mortero de cal con fragmentos de ladrillo, descrita en algunos casos como de *opus signinum*. Por debajo, se situaría un nivel de 10 cm de cantos rodados. Seguidamente, una capa de en torno a 1 m de tierra de textura limosa, con arena, cantos rodados y fragmentos de materiales constructivos diversos. Por último, un nivel de preparación de entre 10 y 15 cm, compuesto por calcarenita picada y mortero de cal; en algunas excavaciones arqueológicas, este nivel ha sido interpretado como una pavimentación, descrita como de *opus signinum*. En diferentes puntos, por debajo de estos niveles es donde se han

localizado, arrasadas, las estructuras turdetanas de la *Astigi* indígena.

Este esquema general, evidentemente, presentaría variaciones dependiendo de la zona del foro donde se realizara la actuación. Por ejemplo, en el caso de la actuación arqueológica practicada en la avenida Miguel de Cervantes n.º 3 y calle Emilio Castelar n.º 15 [047] (García-Dils 2015: 176-179), se observó que los dos niveles situados inmediatamente bajo la pavimentación se habían resuelto con una cama única de 0,30 m de espesor integrada por mampuestos cementados con mortero de cal. En la calle Mármoles n.º 9 [066], por su parte, el tercer nivel se correspondía con una capa de 20 cm de calcarenita picada (García-Dils 2015: 243). Por último, en el sector septentrional del foro, localizado en la plaza de España [272] (García-Dils

2015: 190-193), bajo el nivel de preparación realizado con calcarenita picada se detectó un paquete de arenas, de 0,45 m de espesor, que evidenciaba un flujo activo de agua (García-Dils 2015: 70-72, 200)⁵, circunstancia que obligó aquí a realizar un aporte masivo de materiales de relleno de prácticamente 2 m de potencia.

2.2. Los límites del foro colonial

En las líneas que siguen, se ha caracterizado como foro colonial el amplio espacio público que se configura en el cuadrante sureste de la *colonia*, partiendo del cruce del *kardo* 5 – *maximus* con el *decumanus* 8 (García-Dils 2015: 119-121, 135-138) (Figura 1). Por su parte, el sector septentrional de dicho *forum* se ha definido como

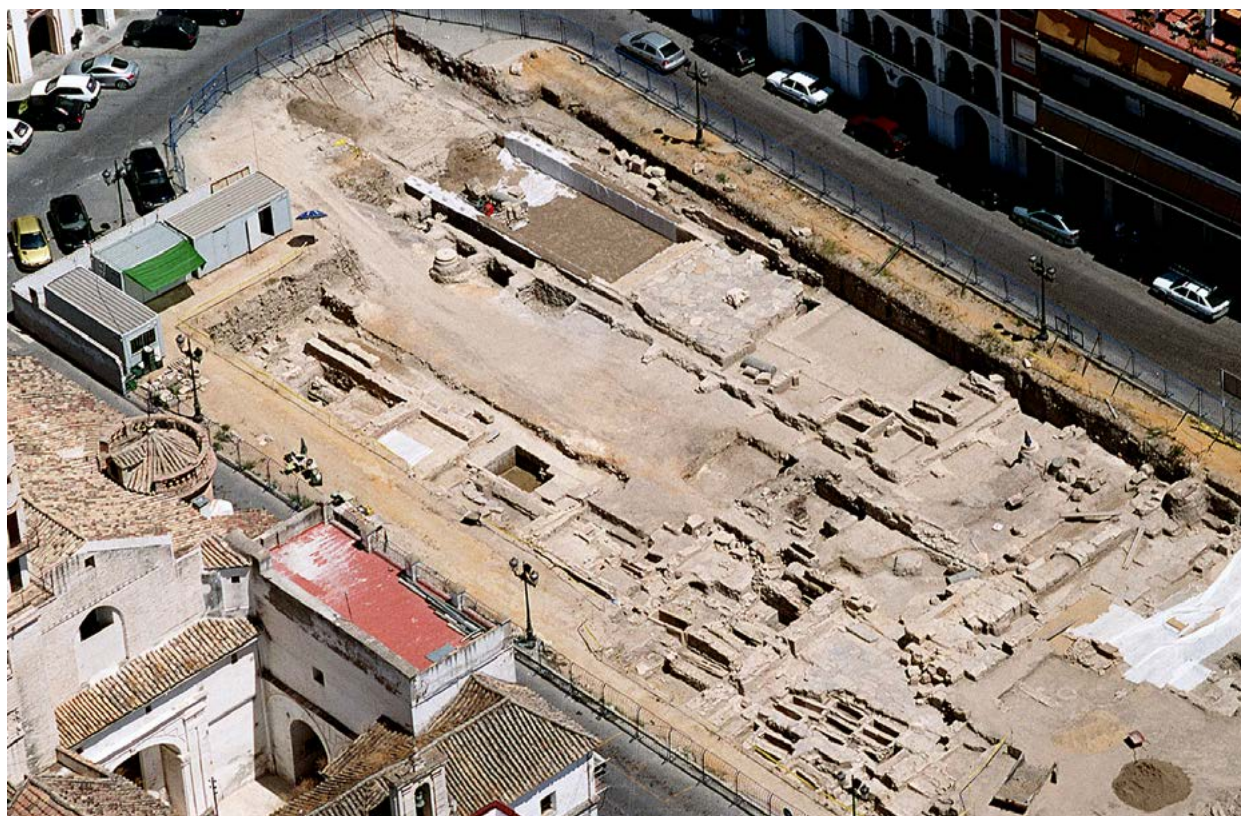


Figura 3. Vista general del témenos en el transcurso de la Fase II de las excavaciones en la plaza de España (Paisajes Españoles).

5 Estos niveles aluviales, registrados tanto aquí como en los espacios domésticos romanos excavados al oeste, podrían relacionarse con el cauce primitivo del arroyo de la Argamasilla, que fuera desviado más al sur al fundarse la *colonia* para ganar espacio urbanizable para la naciente ciudad; García-Dils 2015: 70-72.

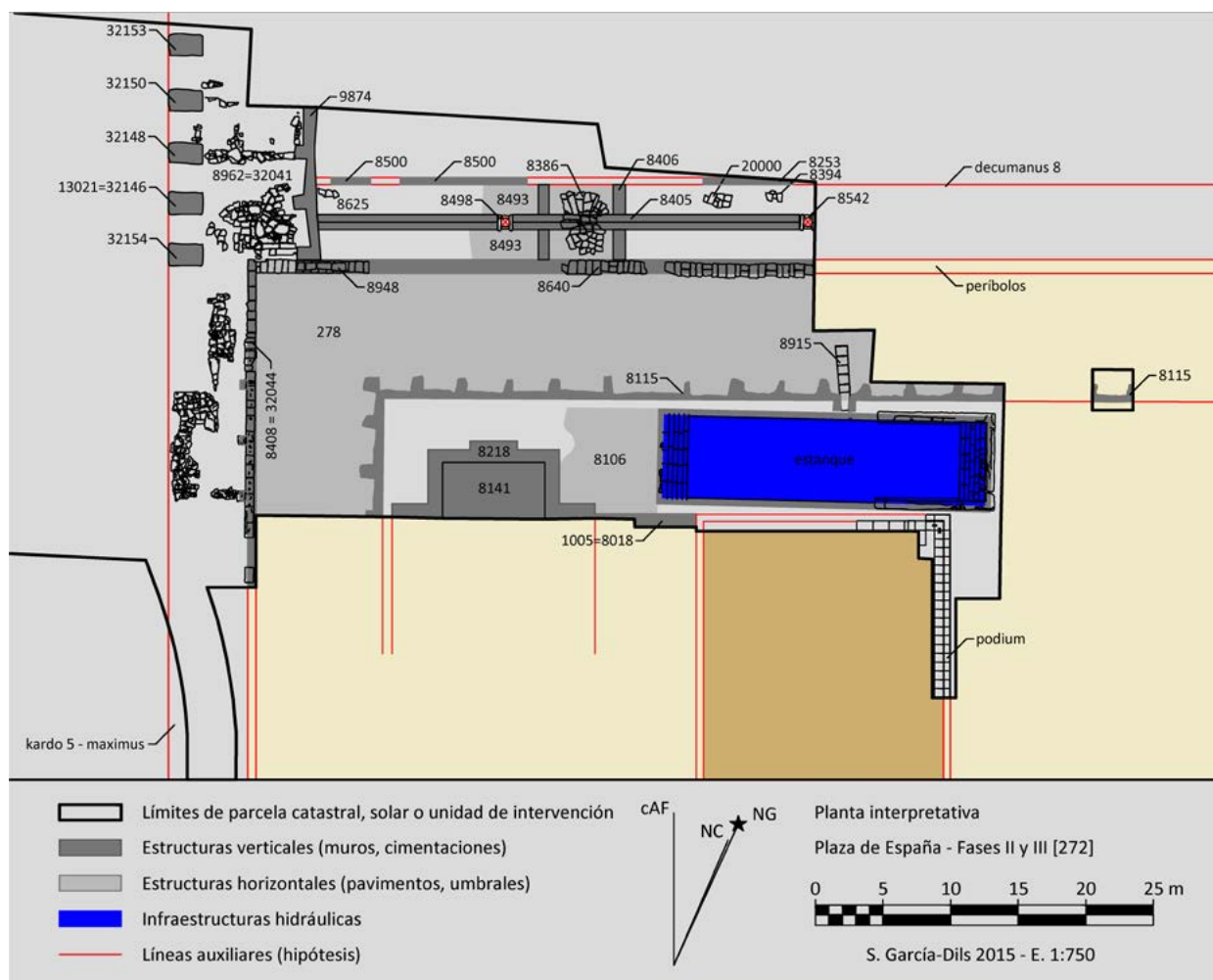


Figura 4. Intervención Arqueológica en la plaza de España – Fases II y III [272] (Sergio García-Dils).

área sacra o *témenos*, toda vez que se localizaba allí un templo sobre podio enmarcado por un potente muro de sillares o *peribolos*.

En las excavaciones desarrolladas en la plaza de España [272] (García-Dils 2015: 190-193), se pudo identificar el ángulo noroccidental del *peribolos*, enmarcado por las mencionadas arterias urbanas, límite materializado por un muro de *opus quadratum* construido con grandes sillares de calcarenita unidos a hueso, que describía una planta en “L”, perdiéndose bajo los perfiles este y sur de la intervención arqueológica (Figuras 3, 4).

El muro norte del *peribolos* ha podido ser registrado intermitentemente en una longitud

total de 38,32 m⁶, orientado de oeste a este, con una anchura media de en torno a 1,00 m en su cimentación, y de 0,80 m en el escaso alzado conservado. En el encuentro con el muro occidental se abre un vano que constituye el único acceso al recinto documentado en el curso de la excavación. El saqueo masivo de material constructivo que sufrió la estructura provocó que solamente se haya podido identificar dos tramos. En el tramo noreste, de 18,66 m de longitud, los sillares están dispuestos en general a tizón, aparejo que en algunos puntos se alterna con dos bloques colocados a soga, dando como resultado una anchura similar⁷. La estructura se conserva a nivel de cimentación, habiendo sido desmantela-

6 Su zapata de cimentación, [UEC-8640], ha sido registrada en una longitud total de 41,32 m, que incluye también el vano de acceso al recinto forense.

7 Los sillares de calcarenita, someramente escuadrados, tienen unas dimensiones de 0,66 a 0,92 m de longitud, de 0,38 a 0,47 m de anchura y de 0,52 a 0,55 m de altura.

do su alzado por completo en toda su longitud; esta hilada de base se ancla directamente, sin más zapata ni cimiento, en los limos grises del sustrato natural. El tramo noroeste, por su parte, de 8,39 m de longitud, se localiza en el encuentro con el muro occidental del *períbolos*. En este caso se conserva un alzado de 1,90 m, con hasta cuatro hiladas de sillares dispuestos a soga, en las que se combinan piezas tanto de módulo cuadrangular como rectangular y de frente almohadillado⁸. En ambas caras del muro se detectaron los restos de un revestimiento de mármol, que en el paramento septentrional consiste en un aplacado de esquisto verde y mármol gris, mientras que en la cara sur es de caliza microesparítica de Almadén de la Plata. El muro se asienta sobre una única hilada de sillares dispuestos a tizón similar a la documentada en el tramo noreste.

En el ángulo noroccidental del recinto forense se abría la mencionada puerta de acceso, de 3,00 m anchura, cuyas jambas se han conservado parcialmente con un alzado de en torno a 1,00 m de altura. El umbral de calcarenita de la entrada, constituido por la hilada de base de sillares atizonados, presenta huellas evidentes de desgaste debido a un tránsito muy prolongado, a pesar de lo cual todavía son visibles el encastre del gozne de la puerta en el lateral este y la mocheta exterior en el lado opuesto. La transición desde el umbral de la puerta al pavimento exterior del *decumanus* está constituida por un escalón más bajo formado por un gran bloque de caliza micrítica, seguido por otro de sillares de calcarenita dispuesto a la misma cota que la calzada.

El muro occidental del *períbolos* se ha mantenido en un mejor estado de conservación, habiendo podido recuperarse a distintas alturas en toda la longitud excavada, en este caso de 24 m (Figura 5). En su extremo norte, en una longitud de 5,50 m, se mantienen tres hiladas de sillares en alzado, con una altura total de 1,20 m, disponiéndose las dos superiores a soga, y la inferior, que sirve de

base, a tizón. A la cota de esta última es a la que se conserva el resto de la estructura, en su tramo sur. En lo que se refiere a la cimentación, ésta es más potente en el tramo septentrional, en una longitud de 9,50 m, con tres niveles de bloques escalonados dispuestos a tizón; en la parte meridional, los sillares están dispuestos a soga, con contrafuertes espaciados cada 4 m, de los que se ha documentado tres. Sabemos que el muro se prolongaba hacia el sur más allá de los límites excavados en la plaza de España [272] (García-Dils 2015: 190-193), registrándose su paso por uno de los sondeos practicados en su entorno [389] (García-Dils 2015: 194), así como por el solar del Banco Central en la avenida Miguel de Cervantes n.º 1 [151] (García-Dils 2015: 170-171). Sin embargo, desconocemos hasta dónde se extendería, ni cómo se articulaba la transición del *kardo* 5 – *maximus* al foro en su sector central y meridional.



Figura 5. Muro occidental del *períbolos* (Sergio García-Dils).

En lo que se refiere al flanco oriental del foro, a falta de evidencias directas, cabe establecerlo a partir de la suposición de que el templo sobre podio estaría centrado respecto al recinto que lo envuelve, de manera que el límite coincidiría con el trazado propuesto para el *kardo* 6, reconstruido con precisión gracias a la excavación desarrollada en la plazuela de Quintana n.º 3, 5 y 7 y calle Alonso [416] (García-Dils 2015: 121-122) (Figuras 1, 2).

⁸ Los bloques tienen en este sector unas dimensiones de 0,54 a 1,10 m de longitud, de 0,50 a 0,82 m de anchura y de 0,33 a 0,67 m de altura.

El límite meridional, por su parte, fue bien documentado gracias a las excavaciones realizadas en la calle San Bartolomé n.º 3 [290], merced al hallazgo de una canalización que, con toda verosimilitud, estaba destinada a evacuar las aguas pluviales de la gran plaza pública (García-Dils 2015: 141).

2.3. El corredor porticado noroeste

Frente a la puerta noroccidental del recinto forense, dando paso al *decumanus* 8 (García-Dils 2015: 135-138), se articulaba un corredor flanqueado por grandes zapatas de cimentación cuadrangulares⁹ (Figura 6), espaciadas a intervalos regulares de en torno a 2,20 m, que indican la presencia aquí de un espacio porticado, de 10 m de latitud, que se configuraba como acceso monumental cubierto al foro desde el *decumanus maximus*, que se ubicaba más al norte (García-Dils *et al.* 2011). Poco ha quedado de esta *uia tecta*, dado que la práctica totalidad de los elementos ornamentales que la decoraban originalmente fueron expoliados sistemáticamente en la Tardoantigüedad, permaneciendo únicamente las zapatas de cimentación como testigo de su distribución y entidad.



Figura 6. Puerta de acceso al *témenos* (Sergio García-Dils).

A finales del siglo III o principios del siglo IV, asistimos a una importante remodelación de este espacio, que se convertirá en un pasaje cerrado. Para su construcción se utilizará como límite occidental la fachada de las viviendas situadas al oeste del *kardo* 5 – *maximus* (García-Dils 2015: 119-121), levantándose ahora al este el muro [UEC-9874]¹⁰, que cegará por completo el *decumanus* 8 (García-Dils 2015: 135-138), dejándolo amortizado a partir de este momento para ser ocupado por la ampliación hacia el sur de las estructuras domésticas situadas en el flanco septentrional de la *uia*. El muro [UEC-9874] se construirá de manera que los elementos emergentes que había sobre las mencionadas zapatas de cimentación aisladas quedasen embutidos en su paramento occidental a modo de pilastras (Figuras 4, 7).

2.4. El pórtico perimetral del templo sobre podio

La puerta de ingreso al *témenos* mencionada en el apartado anterior daba paso a un amplio espacio en el que, en las excavaciones realizadas en la plaza de España [272] (García-Dils 2015: 190-193), se registró una explanada localizada entre el muro del *períbolos* y una profunda cimentación, que se examinará más abajo, en una extensión con una anchura de 9,20 m por el norte y de 9,50 m por el oeste, perdiéndose en los perfiles meridional y oriental de la intervención arqueológica, con una longitud documentada de 46 m de oeste a este y de 20 m de norte a Sur. Esta franja perimetral, que circundaba al templo sobre podio y su estanque trasero, estaba constituida por una capa de calcarénica picada muy uniforme, extendida sobre una

9 Se han detectado cinco dados de cimentación al oeste y cuatro al este, consistentes todos ellos en una caja exterior de ladrillos con un relleno masivo de cascotes –principalmente ladrillos y *tegulae*– cementados con mortero de cal. Sus dimensiones son de 2,29 a 2,55 m, de oeste a este, por 1,52 a 1,77 m, de norte a sur, con una potencia de 0,93 a 1,10 m.

10 El muro, construido a partir de una caja exterior de ladrillos con un relleno masivo de *opus caementicium*, presentaba 0,84 m de anchura y fue documentado en una longitud total de 11,28 m. El muro se adosaba en su extremo sur al *períbolos* del *témenos*, prolongándose hacia el norte fuera de los límites del área excavada.

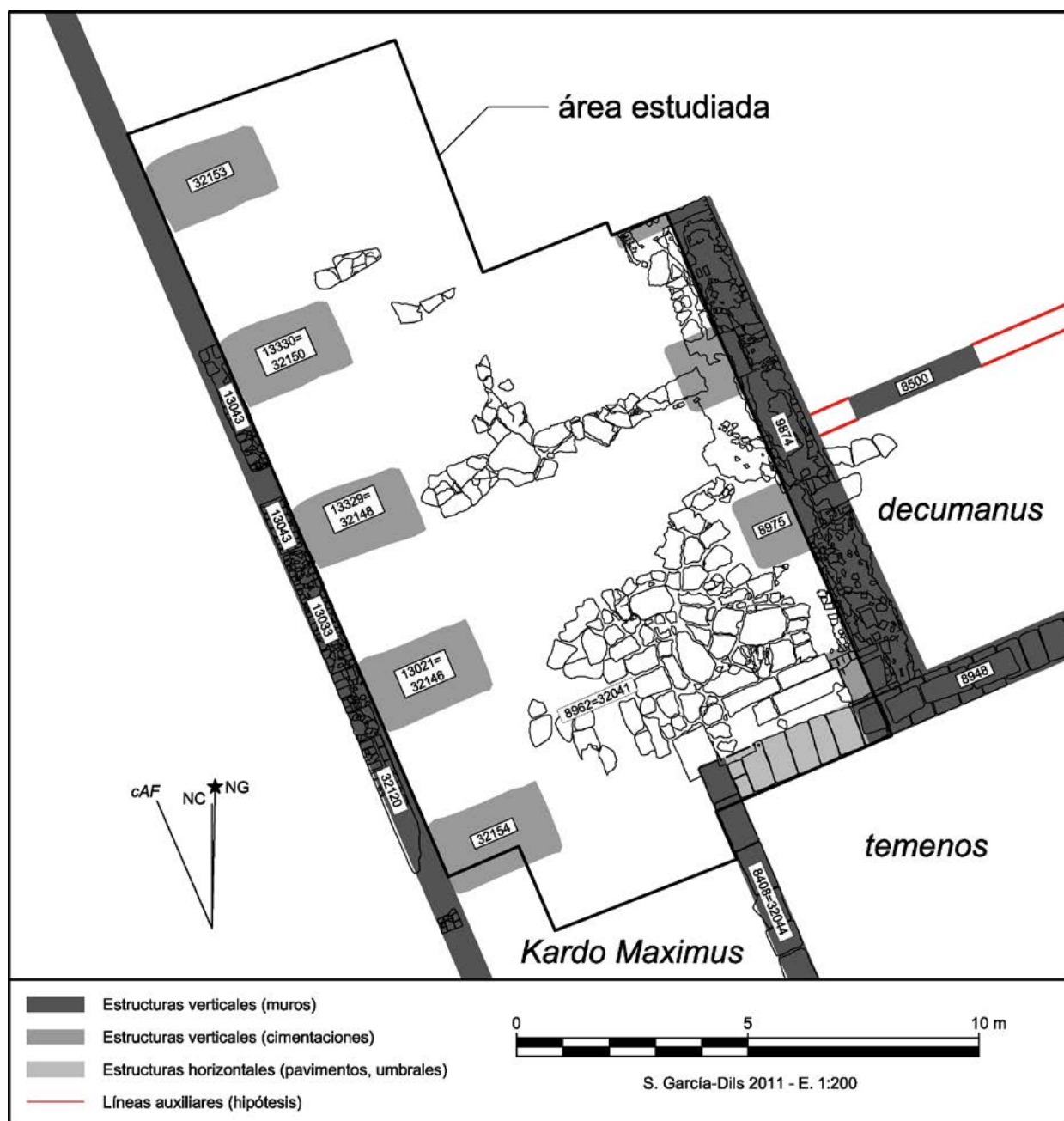


Figura 7. Planta del acceso porticado al *temenos* en su ángulo noroeste (Sergio García-Dils).

preparación de tierra alberiza apisonada, con un espesor total de en torno a 0,50 m y una cota de superficie localizada entre 100,53 y 100,61 m s.n.m.

Por el interior, esta explanada estaba delimitada por una potente infraestructura de *opus caementicium* [UEC-8115], también de planta en “L”, que discurría paralela al muro del *períbolos*, perdiéndose en los perfiles meridional y oriental de la intervención arqueológica (Figs. 4, 8). La estructura, de entre 0,60 y 0,66 m de anchura, estaba jalonada en su cara exterior por una

serie de contrafuertes de 0,82 m de anchura, de 1,67 a 1,70 m de longitud y, al menos, 1,60 m de profundidad, dispuestos de forma equidistante, separados a intervalos de unos 2,40 m. Esta zapata corrida de cimentación cumplía la doble misión de sostener algún tipo de volumen edificado de desarrollo lineal, además de garantizar la estabilidad de las edificaciones que envolvía, sirviendo de muro de contención de los rellenos que las sustentaban. La cota superior máxima de la zapata corrida era de 100,19 m s.n.m, por deba-

jo, por tanto, del nivel de la explanada a la que servía de límite interior. El análisis pormenorizado de estas estructuras posibilita interpretar la infraestructura [UEC-8115] como cimentación de un área porticada que enmarcaría el templo sobre podio y su estanque trasero. En la hipótesis que se presenta en (Figura 9), se ha partido de unos apoyos para el pórtico de 0,88 m – 3 p. r. – de lado, compatibles con los contrafuertes de [UEC-8115], con una equidistancia entre sus centros de 3,35 m – unos 11 p. r. –, conforman-



Figura 8. Infraestructura de *opus caementicium* [UEC-8115] (Sergio García-Dils).

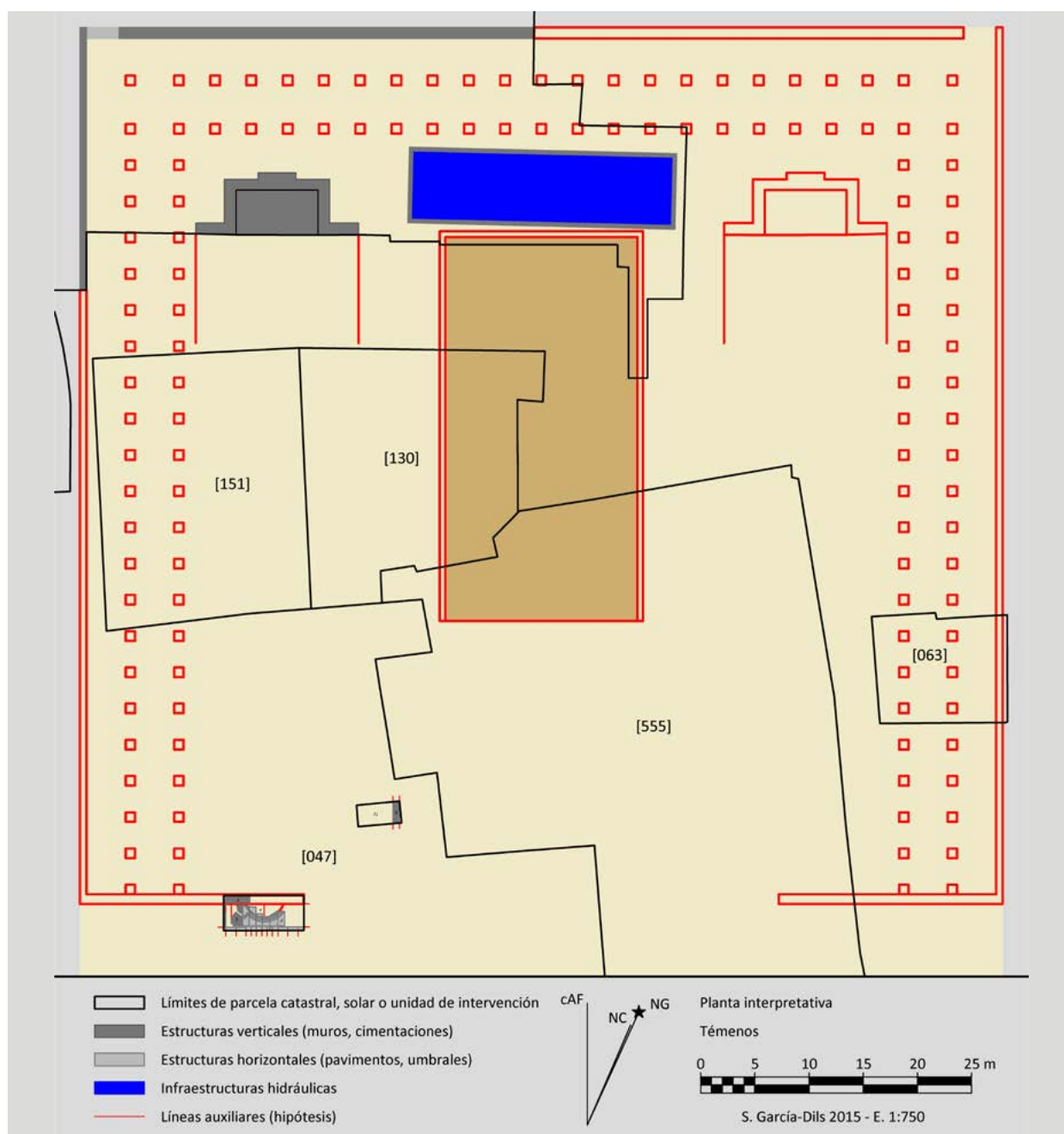


Figura 9. Hipótesis de articulación del *témenos* (Sergio García-Dils).

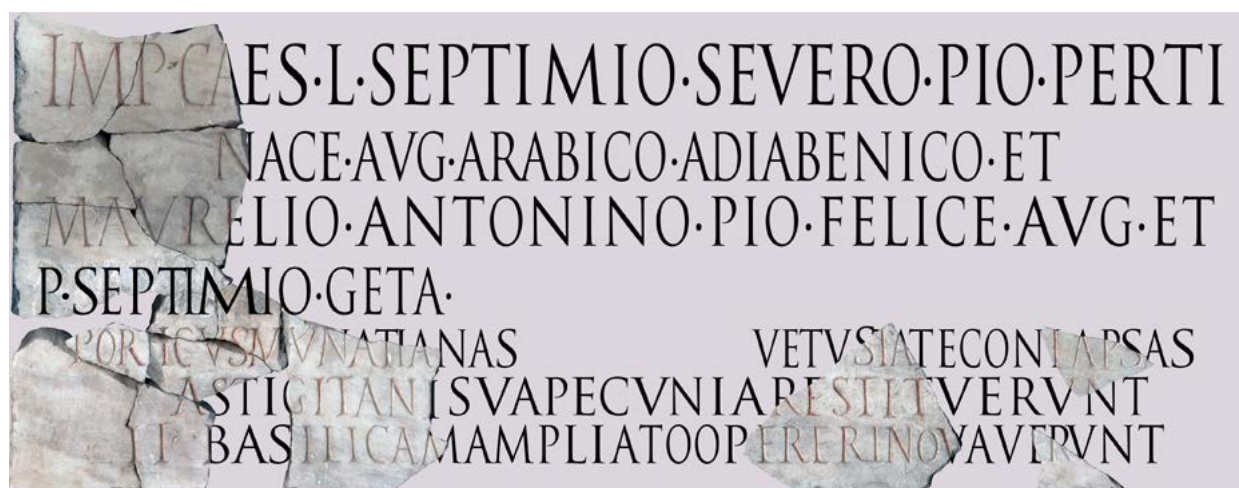


Figura 10. Inscripción de las *porticus Munatiana* y la *basilica* (Sergio García-Dils).

do una galería porticada que cubriría una franja perimetral al templo de 8,80 m de anchura –30 p. r.–.

En lo que se refiere a la cronología del pórtico, si bien su cimentación corresponde a la fase inicial del complejo templario, en época augustea (García-Dils *et al.* 2007: 85 y 90), la decoración arquitectónica documentada en el entorno sugiere una importante remodelación en el siglo II d. C., que al parecer no afectaría al templo fundacional. Asimismo, entre los años 197 y 211, estas *porticus* experimentarán algún tipo de renovación o reparaciones por el deterioro que habían sufrido desde su edificación, según indica una fragmentaria inscripción, localizada en el acceso noroeste al *témenos*, en la que se ofrece el dato añadido de su nombre como *porticus Munatiana* (García-Dils & Ordóñez 2015) (Figura 10).

2.5. La estructura de planta quebrada [UEC-8218] y el pavimento de losas de caliza [UEC-8106]

Enmarcado por el pórtico recién descrito, se configura un espacio en el que se disponían las estructuras más relevantes y más directamente relacionadas con los edificios de culto (Figuras 3, 4, 9). La primera de ellas se identifica en el sector occidental. Se trata de la potente cimentación de *opus caementicium* de planta quebrada [UEC-8218] (Romo 2003: 54-55), en cuya

coronación aparecen puntualmente algunas hiladas de nivelación de ladrillo, apreciándose huellas que evidencian que sirvió de sustentación para una estructura constituida por sillares, con toda probabilidad de características análogas al *podio* del templo augusteo del que se tratará más adelante, es decir, piezas de calcarenita. Del mismo modo que se constata en ese caso, los elementos de cantería fueron saqueados sistemáticamente en los siglos XIV-XV, a juzgar por los materiales cerámicos recuperados en el relleno de las grandes fosas de expolio. El interior de la estructura estaba constituido por un relleno masivo en el que se alternan tongadas de tierra con niveles de calcarenita picada apisonada, quedando tras el expolio el relleno a mayor cota que los fundamentos que lo envuelven. Las dimensiones excavadas de esta notable cimentación son de 9,70 (O-E) x 6,27 (N-S) m, prolongándose bajo el perfil meridional de la excavación. A juzgar por los materiales recuperados en el transcurso de la Fase II de las actuaciones arqueológicas realizadas en la plaza de España, la construcción de esta estructura se puede fechar a mediados del siglo I d. C. (Romo 2003: 54). En cuanto a su interpretación funcional, a partir del paralelo directo que nos ofrece el podio detectado inmediatamente al este, parece claro que se trata de la cimentación de un basamento, acaso otro *podium*, revestido exteriormente con sillares de calcarenita.

Siguiendo un criterio de simetría, podría proponerse la existencia de una estructura similar adosada al flanco oriental del podio del templo principal, de la que, lógicamente, no contamos prueba directa alguna de su existencia, toda vez que se encontraría fuera del área excavada en la Fase III de las excavaciones en la plaza de España [272] (García-Dils 2015: 190-193) (Figura 9).

El espacio comprendido entre este edificio y el estanque está pavimentado con grandes losas poligonales irregulares de caliza micrítica, perfectamente trabadas, que ofrecen una plataforma con una superficie notablemente uniforme (Romo 2003: 55-56) (Figura 11). Esta pavimentación [UEC-8106] se adosaba por el oeste al flanco oriental de la estructura [UEC-8218], habiendo sido afectada por las fosas de saqueo de los sillares que la revestían, mientras que por el este se une con el borde del estanque; su límite norte está marcado por el contrafuerte de *opus caementicium*, y por el sur se adosaba tanto al posible podio [UEC-8218] como al basamento secundario [UEC-1005], construido ya en el siglo III. Un sondeo realizado bajo las losas ha permitido fechar su construcción en época Flavia (Romo 2003: 56).



Figura 11. Vista general del *témenos* desde el sur, con la pavimentación de losas de caliza micrítica [UEC-8106] en primer plano (Sergio García-Dils).

2.6. El estanque monumental trasero

La vinculación entre estanques y complejos culturales está suficientemente documentada

en el mundo romano, como ha podido constatare para la Península Ibérica en los casos de *Ebora*, *Emporion* o *Munigua*, y en múltiples lugares del resto de la geografía romana, en ámbitos de culto de muy diferente entidad (García-Dils 2015: 211). En el caso astigitano, es precisamente el estanque asociado al templo sobre podio la estructura conservada de mayor entidad, mejor estado de conservación y, sin duda, la que más ha llamado la atención de los investigadores, especialmente por haber actuado como contenedor de numerosas y notables piezas escultóricas y epigráficas, así como de elementos arquitectónicos singulares, procedentes de su entorno inmediato, que, en función de su calidad técnica y rasgos estilísticos, pueden asignarse a momentos diferentes del proceso de decoración del conjunto.

El estanque, de planta rectangular y dimensiones interiores de 23,80 x 6,32 m y entre 1,29 y 1,38 m de profundidad, está construido enteramente en *opus caementicium*. Sus muros, de 0,60



Figura 12. Sector occidental del estanque, excavado en la Fase II de las actuaciones arqueológicas en la plaza de España (Sergio García-Dils).



Figura 13. Sector oriental del estanque, excavado en la Fase III de las actuaciones arqueológicas en la plaza de España (Sergio García-Dils).

m de anchura, están revestidos someramente de *opus signinum* con un espesor de en torno a 2 cm (Figs. 12, 13). El fondo de la *piscina*, por su parte, presenta una capa superficial de 3 cm del mismo material, seguida de una preparación de entre 0,14 y 0,17 m, apoyada sobre un fino nivel de mortero de cal asentado ya directamente sobre los limos naturales. Un cordón hidráulico en cuarto de bocel de *signinum* garantizaba la estanqueidad en el contacto entre los paramentos y el fondo. Coronaría originalmente los muros del estanque un remate perimetral de caliza micrítica, que solamente se ha mantenido en el ángulo sureste del mismo, muy similar al documentado en los estanques laterales del “templo de Diana” en *Augusta Emerita*. Además, se han conservado en los extremos occidental y oriental de la *piscina* sendas escalinatas, de cinco escalones, que descienden hasta el fondo del contenedor hidráulico, constituidas por grandes bloques de calcarenita sin revestimiento alguno, redondeados por el uso y la exposición prolongada al agua.

El estanque desagua a través del paramento norte, por medio de una *fistula* de plomo de 0,15 m de diámetro, que descansa en una pequeña plancha del mismo material, precedida de una leve depresión que serviría como pequeña fosa de decantación. Las cotas del fondo del contenedor hidráulico evidencian una pendiente convergente hacia este punto de evacuación de hasta 0,25 m desde el punto más distante, conducción que conecta a su vez con la *cloaca* que discurre bajo el *decumanus* 8 (García-Dils 2015: 135-138). En cuanto al abastecimiento de agua del conjunto, el saqueo masivo al que ha sido sometido el entorno ha impedido su detección, aunque una cabeza de leona, con una conducción tallada en su interior y documentada en el fondo del estanque, podría asociarse con la fuente o fuentes encargadas de verter a su interior (Merchán 2015: 47-48, n.º 26).

Este estanque monumental, anejo al templo, confirma la idea de la estrecha vinculación entre el agua y los cultos oficiales y el ritual. El mejor

paralelo con el que contamos al respecto es el “templo de Diana” de Mérida que, como es sabido, se encuentra flanqueado por dos estanques ligados a prácticas litúrgicas, situándose a su alrededor un repertorio iconográfico de doble signo, ornamental y sacral, decorativo y de culto a la casa dinástica. Hay que señalar además que en ambas colonias la erección del complejo de culto constituye el primer expediente constructivo en sus emplazamientos respectivos; como han señalado los estudiosos emeritenses, este tipo de elementos de carácter hidráulico con “connotaciones religiosas y con carácter ornamental se empiezan a ver en los santuarios dinásticos a partir de la época de Augusto” (Álvarez & Nogales 2003: 185).

Aunque escapa al objeto del presente estudio, no se puede dejar de mencionar el importante repertorio escultórico que ha sido recuperado en el interior del estanque y sus alrededores (García-Dils *et al.* 2007: 78, n. 4), consistente en un lote llamativamente numeroso y homogéneo



Figura 14. Piezas escultóricas recuperadas en el interior del *temenos*: (a) amazona tipo Sciarra, (b) torso de atleta (c) pie de bronce sobredorado, (d) joven tocado con casco corintio (Sergio García-Dils).



Figura 15. Cabeza de tipo Cirene-Perinto (Sergio García-Dils).

de escultura ideal, para el que se ha propuesto una cronología hadrianea (León-Castro 2008: 249; Pensabene 2006: 126) y origen en la misma Atenas (Pensabene 2006: 127). Dentro de este conjunto, destaca notablemente la amazona tipo Sciarra (Merchán 2015: 33-34, n.º 5 y 82-89), en mármol pentélico (Pensabene 2006: 133), primera vez que se documenta con seguridad en *Hispania* el tipo escultórico de la amazona atribuido a Policleto (León-Castro 2008: 244) o Crésilas (Pensabene 2006: 127), que ha sido exhumada prácticamente intacta, conservando incluso restos de policromía (Figura 14a). Acompañaban a esta pieza sobresaliente otras que han llegado a nosotros en un estado de conservación más deficiente, como un torso de atleta (Merchán 2015: 31-33, n.º 4 y 89-91) (Figura 14b), una cabeza de un joven tocado con un casco corintio, acaso Ares (Merchán 2015: 34-35, n.º 6 y 97-99) (Figura 14d) y, más recientemente, una cabeza de atleta tipo Cirene-Perinto, aparecida en la última fase de excavación en el estanque ya en 2005 (García-Dils & Ordóñez 2007: 285; Merchán 2015: 30, n.º 2 y 91-97) (Figura 15).

En contraste con el rico repertorio anterior, en este entorno público se han localizado pocos y fragmentarios ejemplos de la escultura oficial, cuya presencia, *a priori*, habría sido de esperar en este contexto. Cabe destacar en este capítulo un pie izquierdo de bronce sobredorado (Merchán 2015: 38, n.º 11 y 100-101), cuyas características

apuntan a su pertenencia a una representación honorífica de tipo monumental de algún emperador divinizado (Figura 14c).

2.7. El templo principal

El último hallazgo que se incorporó a este repertorio de estructuras forenses fue el ángulo nororiental del podio del templo (Figura 16), construido con grandes bloques de calcarenita (García-Dils *et al.* 2007). Tal como se ha podido atestiguar en otros puntos de la intervención arqueológica, en los siglos XIV-XV se produce un saqueo masivo de materiales constructivos, en este caso los sillares, desmantelándose gran parte de las estructuras por completo tanto a nivel de alzado como de cimentación.

Estratigráficamente, se puede afirmar que podio y estanque se construyen en el mismo momento, en época augustea, siguiendo la secuencia que se detalla a continuación. En primer lugar, sobre el nivel de base primitivo de este entorno fluvial y de forma paralela al aporte masivo de rellenos para elevar la cota del futuro espacio público, se levanta la infraestructura de *opus caementicium* [UEC-8115], cuya cara interior, por la regularidad de su superficie, evidencia que se utilizó un encofrado (Figs. 4, 8). En este momento, se extiende por todo el fondo de la superficie de base una capa de mortero de cal y arena de entre 5 y 20 cm de espesor que, una vez apisonada concienzudamente, serviría como punto de partida para las nuevas



Figura 16. El podio, en proceso de excavación, visto desde el norte (Sergio García-Dils).

construcciones. El siguiente paso será la excavación de una zanja corrida de cimentación de 0,73 m de anchura y 0,37 m de profundidad, que se rellenará con cantos rodados. Sobre esta zapata, se levantará exteriormente una caja de dos hiladas de sillares dispuestos a soga unidos a hueso, construyéndose interiormente una parrilla constituida por muros de sillares y de mampuestos poligonales de caliza. A continuación, se procedió al relleno de la estructura en damero resultante con tierra, levantándose dos nuevas hiladas de sillares de cimentación, colocadas con un ligero retranqueo al interior de 9-10 cm. Como recurso técnico significativo, cabe señalar que los sillares de esta fábrica presentan, en todos los casos, roma la arista horizontal superior, lo que quizá podría ponerse en relación con el procedimiento seguido en la colocación y ajuste de los bloques. En este caso, en el ángulo conservado, éstos se colocan a tizón, para dar mayor resistencia al conjunto. El espacio interior se rellena ahora con un mortero constituido por calcarenita picada y cal. Queda así una cimentación con una potencia total de 2,29 m en los muros del exterior y los que configuran la parrilla, y 1,57 m en el núcleo interior relleno de tierra y mortero. Solución constructiva semejante ha sido documentada en templos como los identificados como *capitolia* en *Minturnae* (Ruiz de Arbulo 1991: 24, Figura 12) y *Luni* (Ruiz de Arbulo 1991: 24-27, Figura 15), en el *podium* del templo de Diana en Mérida (Álvarez & Nogales 2003: 78) o la cimentación del denominado foro provincial, también en la capital lusitana (Pizzo 2010). De hecho, una suerte de estructura alveolar semejante será también con cierta frecuencia empleada en otros edificios como puedan ser los graderíos de teatros y anfiteatros, tal y como en su momento se encargó de identificar J.-C. Golvin, bajo la denominación de sistema *à caissons* (Golvin 1988: 141).

Simultáneamente a la construcción de los fundamentos del podio se habrían levantado los muros perimetrales del estanque, en *opus caementicium*, que apoyan directamente sobre la superficie de preparación de mortero antes descrita.

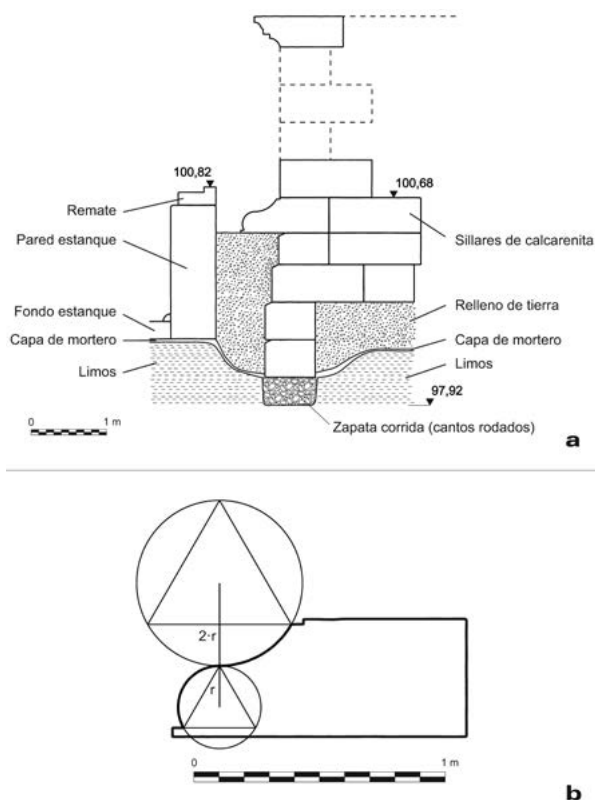


Figura 17. (a) Sección norte-sur del muro del estanque y del *podium*, con su cimentación. (b) Detalle de la *cyma reversa*, con formulación geométrica de su diseño (Sergio García-Dils).

Sobre la cimentación referida se alzaba el podio del templo cuyos elementos han sido, en buena parte, hallados articulados en un mismo contexto estratigráfico de derrumbe formando parte de los rellenos del depósito hidráulico trasero. Realizado íntegramente en calcarenita, estaba constituido por un basamento que adoptaba la forma de una pronunciada *cyma reversa* (Figura 17b). Uno de los



Figura 18. Detalle de la *cyma reversa* en el tramo más meridional del *podium* excavado, frente a la iglesia de Santa Bárbara (Sergio García-Dils).

aspectos más llamativos de este elemento, desde el punto de vista de su posición y función estructural, es el hecho de que buena parte de su plano inferior, aproximadamente 0,50 m de su anchura total, se encontrara apoyado directamente sobre el nivel de relleno constructivo vertido en el área, mientras que el resto de la pieza, hacia el núcleo de la construcción, lo hacía sobre la plataforma inferior de sillares. Este diferencial destino de las presiones ejercidas por la construcción en alzado ha provocado, de hecho, que la moldura se haya fragmentado, en este punto, a lo largo de toda su longitud (Figs. 16, 18, 19, 20). Llama también la atención la elevada cota de los muros del estanque, cuyo remate ocultaba la decoración perimetral de la base del podio (Figura 17a).

De dicho basamento ha sido registrado un total aproximado de 15 m de longitud, 1,81 m de oeste a este – 6,28 m a nivel de cimentación – y de 13,05 m de norte a sur. Una de las piezas, de esquina (Figs. 16, 19, 20), corresponde al ángulo nororiental de la construcción, elemento que ha dado la clave para la propuesta de reconstrucción de la anchura total del edificio, tomando como referencia su posición, supuestamente simétrica, con respecto al depósito hidráulico trasero, que sería de 17,75 m –60 p. r.– de flanco a flanco, o de 18,79 m si se incluye en el cómputo la moldura de la base.



Figura 19. Detalle del ángulo noreste de la base del *podium*, con huellas de grapas metálicas (Sergio García-Dils).



Figura 20. Vista general del *podium* desde el noreste, tras su restauración (Sergio García-Dils).

En lo que a la morfología de las piezas se refiere, se trata de grandes bloques tallados en calcaenita, con unas dimensiones de 0,47 m de altura por 1,15-1,17 m de profundidad; el despiece en longitud es asimismo bastante regular, de bloques de entre 0,60 y 0,65 m. Como se ha reseñado más arriba, su frente moldurado se desarrolla en sección en una amplia *cyma reversa* (Figuras 17b, 18, 20). Presenta una proporción de 2,4 de altura con respecto a profundidad, es decir, algo más de 1/3 de la misma, lo que la aproxima a diferentes ejemplos documentados en ámbito itálico en tiempos tardorrepublicanos (García-Dils *et al.* 2007: 95-96).

Sobre la anterior se alzaba un paño vertical de sillares del que, si bien tan solo la hilada inferior ha sido registrada *in situ*, los paralelos con otros edificios similares coetáneos permiten restituir aproximadamente cuatro hiladas (Figura 17a). Todo ello se remataba en una cornisa también moldurada de articulación más compleja, de la que se han documentado varios fragmentos, uno de ellos correspondiente al ángulo nororiental de la construcción. De esta forma, la altura total del podio sería de en torno a los 2,88 m (Rodríguez Gutiérrez & García-Dils 2020: 262-264)¹¹.

Buena parte de los elementos descritos fueron exhumados en el interior del estanque monumental trasero, pudiéndose constatar estratigráficamente que se trataba de un derrumbe produ-

¹¹ Para un estudio pormenorizado reciente sobre el aparato decorativo del templo augusteo astigitano, *vid.* Rodríguez Gutiérrez & García-Dils 2020

cido por el colapso del edificio en este punto, y no del vertido de materiales constructivos. De este modo, las distintas piezas que formaban la cornisa se encuentran tal como cayeron, conservando incluso las grapas metálicas en *pi* que las mantenían unidas, habiendo dejado en su caída grandes desconches en el revestimiento interior del estanque en el flanco meridional del mismo, quedando los trozos de enlucido de *opus signinum* desprendidos sepultados bajo los bloques desplomados. Se puede reconstruir con facilidad cómo

do contenido en cal, pintada en color azul intenso y dorado, que puede identificarse con el remate longitudinal superior de los paneles pintados parietales de un espacio interior cubierto, probablemente la propia *cella* (Rodríguez Gutiérrez & García-Dils 2020: 279-280) (Figura 22).

En suma, se puede concluir que estamos ante un conjunto que debe ser adscrito al edificio principal del área analizada, levantado dentro del proyecto de primera monumentalización de la ciudad, todo ello todavía dentro de la época augustea.



Figura 21. Fragmentos conservados de los *cancelli* del templo augusteo (Sergio García-Dils).

2.8. Evidencia epigráfica directamente asociada con el templo augusteo

Al margen de las actividades restringidas que eventualmente pudieran realizarse en el interior del espacio sagrado y de que allí también existieran inscripciones alusivas a ello, lo cierto es que todas las evidencias epigráficas recuperadas en el entorno del templo astigitano parecen poder ponerse en relación con su exterior y, por tanto, forman parte del mensaje y de la imagen que dicho edificio proyectaba sobre la propia ciudad y su ciudadanía; sirven para

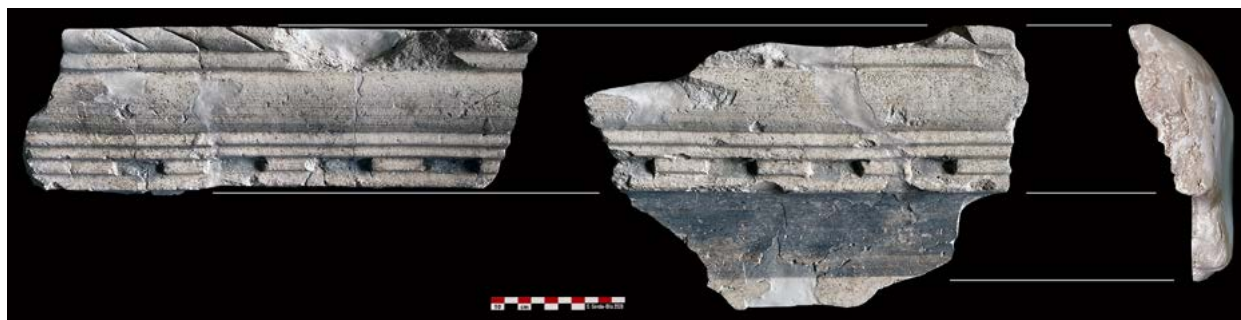


Figura 22. Fragmento de cornisa en argamasa y mortero de cal, de remate del paño parietal, muy probablemente del interior del templo (Sergio García-Dils).

se produjo la caída de la cornisa, lo que ayuda a arrojar no menos luz sobre la posición en la que se encontraban unos interesantes *cancelli* metálicos sobredorados que se preservaron atrapados entre los sillares (García-Dils & Rodríguez Gutiérrez 2014; Rodríguez Gutiérrez & García-Dils 2020: 275-279) (Figura 21). A esta singular reja se suman, además, los restos de una cornisa policromada realizada enteramente en mortero con eleva-



Figura 23. Restos conservados de la *uotum nuncupatio* expuesta, adosada, al exterior del templo (Sergio García-Dils).

ilustrar, igualmente, algunos de los seguro que muy numerosos ceremoniales y ritos relacionados con el culto imperial y otros de carácter cívico y oficial.

En primer lugar, en los rellenos del estanque posterior se recuperaron varios fragmentos de una placa que recogía una fórmula ritual conocida como *uotorum nuncupatio*, en esta ocasión un voto por la salud de un emperador objeto de *damnatio memoriae* que se ha identificado con Cómodo (Saquete *et al.* 2011; Ordóñez *et al.* 2018) (Figura 23). El lugar de hallazgo y su forma, una placa de 4,6 cm de espesor y unas dimensiones aproximadas de 76 cm de anchura por un mínimo de 80 cm de altura, ha llevado a proponer que se encontrara expuesta en un lugar visible, quizá el podio del edificio, en su parte trasera o en su alzado este. Ello favorecería su acceso y lectura, a la vez que permite plantear que se encontrara, precisamente, en un lugar privilegiado de las ceremonias del culto imperial a las que cabe adscribir este ritual específico, difuso en ámbito metropolitano ya incluso desde tiempos republicanos, en este caso por la salud del Estado.

Otra serie de grandes losas planas parece haber formado parte del acabado del podio (Ordóñez & García-Dils 2013: 173-180) y haberse dispuesto allí en algún momento de la primera mitad del siglo I d. C. (Figura 24). De nuevo, procede de los rellenos del estanque trasero, lo que la asocia a la parte posterior del edificio principal o su flanco lateral. De ellas se han conservado restos de dos o tres, aparentemente de texto muy similar, si no idéntico. Una, aunque muy fragmentada, está prácticamente completa, lo que aporta las dimensiones originales: 177,5 cm de altura, 66 de anchura y 10,5 de espesor. Ambas, a juzgar por la inscripción reconstruida, serían las segundas de una serie de, probablemente, al menos cuatro. Fueron realizadas en la conocida como *piedra de mina*, una caliza micrítica de gran dureza, cuya área de origen se ha situado en afloramientos al noroeste de la ciudad de *Corduba*, donde también se empleó con considerable profusión (Gutiérrez 2014). El cuidado

acabado pulido del plano frontal contrasta con el tosco desbastado del posterior, así como de los laterales, con claros recursos de *anathyrosis* para favorecer la sujeción de las piezas, reforzada más aún por anclajes metálicos tal y como muestran las cajas laterales de forma cuadrada (4,5 x 3,0 x 4,0 cm) situadas en diferentes puntos del perímetro de la lastra; una de ellas, incluso, con restos del metal. Es muy probable que, en la parte inferior, donde no constan estas mortajas, las lastras apoyaran, como suele ser habitual, en el plano superior de una pieza de basamento. Sin profundizar aquí en la propuesta y discusión sobre la lectura de las inscripciones, ya abordada en su momento (Ordóñez & García-Dils 2013), lo que está fuera de toda duda es que aluden, conjuntamente, a varios de los elementos característicos de la vida cívica oficial de las ciudades romanas privilegiadas: la actividad evergética de las aristocracias dirigentes, el culto imperial y la propia vinculación con la vida política y administrativa municipal – colonial en este caso – e incluso provincial, ingredientes tan imbricados entre sí en las comunidades ciudadanas romanas.



Figura 24. Fragmentos de epígrafe dedicado al genio de la *colonia*, formado por losas verticales adosadas; también de la decoración exterior del *podium* del templo (Sergio García-Dils).

Otro elemento muy singular que, con mucha probabilidad, pudo pertenecer al templo, por haber sido igualmente hallado en varios fragmentos dentro del estanque trasero, son los restos de, aparentemente, dos series de inscripción en *litterae aureae* (Ordóñez & García-Dils 2013) (Figura 25).

Sin elementos internos de datación, sus características morfológicas, losas planas en mármol blanco de Almadén de La Plata (Rodríguez Gutiérrez *et al.* 2018: EM-25), habrían posibilitado en cualquier caso su incorporación en un momento ya avanzado de la vida del edificio, de acuerdo a nuevas necesidades y matices ideológicos. Son características por presentar restos de las mortajas rehundidas en donde iban embutidas las letras metálicas de las que incluso, ocasionalmente, queda alguna evidencia (Ordóñez & García-Dils 2013: 162, n.º 4, Fig. 4). Ambas series, tan solo con diferencias en el acabado y grosor, están formadas, la primera, por diez fragmentos de losas bien pulidas en anverso y reverso con restos de margen moldurado en *cyma recta* exterior a la que sigue un caveto interior, con un grosor que oscila entre 2,3 y 3,4 cm. Los cuatro fragmentos de la segunda serie no muestran grandes diferencias con la primera, destacando un mejor acabado de los elementos decorativos y un mayor grosor, de entre 4,6 y 5,6 cm. La existencia de remates superior e inferior moldurados descarta que, como otros ejemplos bien conocidos en la península como los de los foros de *Segobriga*, *Carthago Nova* o *Torreparedones* (Stylow & Ventura 2013), se tratara de losas pavimentales, y permite identificarlo, con mayor probabilidad, como un friso epigráfico que discurriera longitudi-



Figura 25. Fragmento de friso en mármol con mortajas para la inserción de grandes *litterae caelatae*, más probablemente, *aureae* (Sergio García-Dils).

nalmente. El enorme tamaño de las letras, excepcional en el conjunto de la epigrafía hispana, así parece también corroborarlo. Aunque ninguna ha sido conservada completa, se calcula sin grandes reservas una altura de 40,5 cm, con solo paralelos conocidos en edificios de la propia Roma. Si se considera que los caracteres estaban centrados verticalmente respecto a su soporte marmóreo, partiendo de las medidas conservadas en los márgenes de alguno de los fragmentos podemos proponer una altura del friso de en torno a 63,5 cm. Pudo desarrollarse bajo el frontón trasero. Esta posición, además de venir sugerida por el contexto de hallazgo, no es descabellada dado el protagonismo, en el caso ecijano, adquirido por esta trasera con la localización allí del estanque y el área diáfana que se abría entre este y el pórtico de delimitación del *témenos*. En cualquier caso, tampoco se descarta que formaran parte de la fachada principal, opuesta, y que hubieran llegado hasta la posterior por dinámicas de ruina y abandono, entre otras posibles. Sin duda, aquí de nuevo es preciso traer a colación los elementos ausentes, es decir, las cuidadas letras macizas en bronce, muy posiblemente sobredoradas.

Por último, como posible elemento de arquitrabe del templo se ha reconocido una inscripción monumental con caracteres de gran tamaño, en torno a los 23-24 cm (Ordóñez & García-Dils 2013: 180-181) (Figura 26). El material de soporte es mármol blanco con vetas grises, de grano grueso. El bloque, fragmentado, solo permite identificar su notable espesor original, de 15,6 cm.



Figura 26. Fragmento de arquitrabe con inscripción monumental (Sergio García-Dils).

2.9. El ninfeo del exterior del *témenos*

En la intervención arqueológica realizada en la avenida Miguel de Cervantes n.º 3 y calle Emilio Castelar n.º 15 [047] (García-Dils 2015: 176-179) salió a la luz la interesante impronta sobre las losas del pavimento de una estructura de planta semicircular, adosada al paramento exterior del que podría interpretarse como muro de delimitación meridional del pórtico perimetral del templo sobre podio. La particular forma de la planta, su potente cimentación de *opus caementicium* y el canal perimetral de desagüe que circundaba su frente, evidencian que se trataba de una fuente monumental, protegida por una reja metálica anclada al pavimento de la plaza. Sus dimensiones serían de 3,66 m de anchura total por 1,38 m de fondo.

Esta interpretación podría apoyarse en un posible paralelo sacado a la luz en la vecina *Corduba*, en la calle Saravia n.º 3, en este caso una fuente de planta circular con cubierta tipo *tholos*, fechada a finales del siglo I o comienzos del siglo II, que se ubicaría en el centro de un espacio definido como *macellum* (Ventura 1996: 99-104).

2.10. Un basamento frente al *podium* del templo del *témenos*

En la intervención arqueológica realizada en la calle Emilio Castelar n.º 9 [029] (García-Dils 2015: 171-174) apareció la cimentación de un basamento, a la que se asociaba un pavimento de losas de caliza que presentaban significativos rebajes que podrían haber servido para encajar la moldura perimetral que decoraría su base. En este caso muy probablemente se trataba de una estructura construida con sillares, de forma similar al *podium* del templo excavado en el *témenos*. Esta afirmación se basa en la presencia aquí de un muro de cronología posterior que reutilizaba bloques de calcarenita, así como en que, si el

núcleo interior de la estructura hubiese sido de otro material, como *opus caementicium* o tierra apisonada, por ejemplo, no habría sido saqueada por completo.

Analizando la posición de la estructura respecto a su entorno, se observa que se localizaba exactamente frente a la fachada del templo sobre podio. A título puramente orientativo, ya que conocemos el límite suroccidental de este basamento, a partir del eje de simetría que constituiría el centro de la fachada del templo, se ha trazado en (Figura 2) un cuadrado de 7,53 m de lado –25 p. r.–, a modo de ilustración del volumen que ocuparía en el contexto de la plaza. La distancia que mediaría entre ambos *podia* sería de unos 60 m, por lo que puede descartarse, por ejemplo, que la estructura que nos ocupa fuera un altar asociado al templo, siendo su tipología compatible con el basamento de un grupo escultórico o monumento conmemorativo.

2.11. La pavimentación interior del foro

La evidencia arqueológica más extensamente registrada en las áreas forenses corresponde precisamente a su característica pavimentación de losas rectangulares de caliza, que se han documentado en la calle Emilio Castelar n.º 9 [029] (García-Dils 2015: 171-174), con piezas de diferentes módulos, con una superficie de en torno a 1 m², en la avenida Miguel de Cervantes n.º 3 y calle Emilio Castelar n.º 15 [047] (García-Dils 2015: 176-179), así como en la avenida Miguel de Cervantes esquina a calle Mármol [083] (García-Dils 2015: 187-188), donde las dimensiones de las losas variaban entre 0,50-0,83 m de anchura por 0,82-1,68 m de longitud (Figura 2). En todos los casos, las losas mantienen una alineación de norte a sur, coherente con la trama hipodámica de la *colonia*, configurando calles de oeste a este. Las piezas encajan perfectamente entre sí, dejando juntas apenas apreciables.

2.12. El pórtico meridional del foro, posible *basilica*

El área pavimentada de dados marmóreos detectada en la excavación llevada a cabo en la calle Mármoles n.º 6 y Mármoles esquina a Miguel de Cervantes [087] – calle San Bartolomé n.º 3 [290] (García-Dils 2015: 180-186), donde se documentó asimismo una doble hilera de cimentaciones de pilares, son evidencias que sugieren la existencia de unas *porticus* en el límite meridional del foro colonial. La distancia entre las zapatas indica que, de oeste a este, se configurarían calles de unos 3 m de latitud –10 p. r.–, anchura similar a la constatada, por ejemplo, en las aceras porticadas del *kardo* 4 (García-Dils 2015: 115-119). A partir de la pavimentación conservada, si se entiende que las piezas de mármol se encontraban bajo cubierta, se puede proponer que las *porticus* serían triples, por lo menos en el área excavada (Figura 2). Dada la posición del área excavada dentro del foro, podría incluso interpretarse que las estructuras correspondieran a la *basilica* forense, opción que, dado el nivel de arrasamiento que han sufrido, resulta imposible de demostrar (García-Dils & Ordóñez 2015: 287-288).

2.13. Espacios anejos meridionales

Desde el punto de vista de la investigación arqueológica, la franja de terreno situada entre las calles San Bartolomé y Cava se caracteriza por el protagonismo indiscutible de la muralla medieval y los movimientos de tierras asociados a su construcción, que incluyen el foso defensivo que precisamente constituye el origen del topónimo asignado a la segunda vía urbana. En lo que se refiere a la ciudad antigua, hay que tener presente en primer lugar que, a pesar de las afecciones medievales, es posible apreciar un importante desnivel entre la cota de las pavimentaciones de las áreas forenses y los niveles de uso situados inmediatamente más al sur de en torno a 2 m, lo que con seguridad hacía necesario contar con

algún tipo de contrafuertes que garantizaran la estabilidad de las edificaciones y la canalización situadas en la parte meridional del foro, de la misma manera que se ha podido constatar dentro del propio *témenos*. En este sentido parece que hay que interpretar la potente estructura de *opus caementicium* que fue excavada bajo la cota de los pavimentos forenses en la calle San Bartolomé n.º 7 [036] (García-Dils 2015: 175-176) (Figura 2).

Así, parece que se configura aquí un espacio de transición entre la amplia plaza del foro de la *colonia* y las viviendas situadas inmediatamente al sur de la calle Cava. Es en relación con este ámbito con el que podría estar vinculado el ninfeo que salió a la luz en la calle Cava n.º 29 [270] (García-Dils 2015: 194-197) (Figura 2), que formaría parte de un área posiblemente ajardinada que separase los ambientes públicos de los privados.

2.14. Secuencia cronológica

Gracias a la ingente cantidad de materiales recuperados en las diferentes fases de la intervención arqueológica en la plaza de España y a la luz de los resultados de las analíticas realizadas, la secuencia cronológica de este ámbito se ha podido determinar con un nivel de matices poco usual en la ciudad, distinguiéndose las siguientes fases (Figura 4):

- Fase I, época augustea. Se acometen obras de infraestructura sobre niveles aluviales previos, acaso el curso primitivo del arroyo de la Argamasilla. Se trata de la mejora y nivelación del terreno documentada en las unidades [UEC-278] = [UEC-8493]. Simultáneamente, se construyen el contrafuerte [UEC-8115], el estanque y el podio del templo principal. En lo tocante a los espacios domésticos situados al norte del *témenos*, corresponden a esta cronología inicial el muro [UEC-8500] y la cimentación [UEC-8253].
- Fase II, época flavia. Se lleva a cabo una importante reforma del conjunto, edificán-

dose el muro del *períbolos*, al que corresponden la unidades [UEC-8408] = [UEC-32044], [UEC-8640] y [UEC-8948], además del acceso porticado al foro desde el *decumanus maximus*. Asimismo, se construye la *cloaca* situada bajo el *decumanus* 8 [UEC-8405], [UEC-8498] y [UEC-8542], lo que hace necesario arriostrar el muro septentrional del *témenos* con la fachada sur de las viviendas situadas al norte, por medio de los contrafuertes [UEC-8406]. Corresponden también a este período las pavimentaciones de losas poligonales de caliza del *kardo* 5 – *maximus* y el *decumanus*, así como [UEC-8106]. También se ha situado en esta época la construcción del basamento [UEC-8218], con su relleno interior [UEC-8141]. En lo que se refiere al templo, como ponen de manifiesto los materiales presentes en el derrumbe definitivo del conjunto, se mantuvo a lo largo de toda su historia buena parte de la estructura del antiguo edificio augusteo, si bien parece haber podido ser objeto de una profunda transformación en esta época, incorporándose elementos marmóreos, más acordes con el gusto y la disponibilidad del momento. No es ajeno a esta cuestión el hecho de que, a través del análisis del registro anfórico, sea este momento el detectado como de mayor auge de la producción y comercio del aceite en el *territorium* astigitano.

- Fase III, siglo II d. C. Como ya se ha mencionado, la decoración arquitectónica sugiere una importante remodelación del pórtico perimetral del templo sobre podio en el siglo II d. C. A finales del siglo, entre los años 197 y 211, contamos con un testimonio epigráfico de las obras realizadas en las *porticus Munatiana* y la *basilica*.
- Fase IV, siglo III d. C. El *decumanus* 8 queda completamente amortizado por la ampliación hacia el sur de las estructuras

domésticas situadas al otro lado de la *uia*, en las que se reutilizan numerosos elementos constructivos procedentes de las edificaciones públicas colindantes. Dentro del *témenos*, se construye la estructura revestida de mármol [UEC1005] = [UEC-8018], que conecta el podio del templo principal con el basamento [UEC-8218]. A finales de este siglo o ya en el siglo IV, las *porticus* quedan constreñidas por el potente muro [UEC-9874], quedando los pilares de la misma adosados a su paramento occidental.

- Fase V, segunda mitad del siglo IV y siglo V. Abandono y amortización de las estructuras del *témenos*, cuyo acceso noroeste queda cegado al configurarse en el cruce de *kardo* y *decumanus* un espacio religioso tardoantiguo (García-Dils *et al.* 2011). Las basas de columna que se pueden adscribir al templo sobre podio han sido en todos los casos halladas reutilizadas y, por tanto, localizadas ajenas a su contexto original de uso, aunque muy próximo al supuesto lugar de origen. Así, tres de ellas fueron empleadas – y para ello retalladas – en las fábricas de las viviendas documentadas en la mitad occidental de la plaza de España. Del estudio de éstas ha podido establecerse su reforma durante la segunda mitad del siglo IV, comienzos del siglo V, lo que supone un *terminus ante quem* para la amortización del espacio forense vecino.

3. Los espacios forenses orientales

Para la definición de un área forense situada al este del foro colonial, contamos en primer lugar con las potentes cimentaciones de bloques pétreos que salieron a la luz en la actividad arqueológica desarrollada en la calle Virgen de la Piedad n.º 16 esquina a calle Regidor y calle Olivares

[003] (García-Dils 2015: 244-246). Estas zapatas conformaban claramente el ángulo sureste de alguna edificación de gran entidad, que tendría unos muros de en torno a 1,40 m de espesor en su parte trasera, que daba al exterior, y unos 0,90 m en su flanco meridional.

Si se acepta la premisa de que esta construcción estaría presumiblemente centrada respecto al límite oriental del *forum*, se podría establecer que tendría entonces en torno a 17,84 m de anchura, medida que supone unos 60 p. r., es decir, la misma anchura que cabe proponer para el podio del templo augusteo que domina el norte del foro colonial. Cualquier propuesta sobre cuánto tendría de fondo la edificación resultaría más aventurada todavía. Sin embargo, sabemos que en la excavación ejecutada en la calle Mármoles n.º 9 [066] (García-Dils 2015: 243), que no se ha podido georreferenciar por falta de documentación planimétrica, apareció únicamente una superficie pavimentada con losas de caliza, por lo que tenemos la certeza de que la construcción no se prolongaba hasta aquí. A título orientativo, por tanto, se ha representado este edificio en la propuesta general reflejada en (Figura 2) con unas proporciones totales de 1:2/3.

El *puteus* localizado en la calle Mármoles n.º 1 [182] (García-Dils 2015: 246), dada su posición frente al flanco meridional, probablemente estaba asociado a esta edificación pública, de la misma manera que se ha constatado con relación al *puteus* ubicado en los espacios forenses occidentales, en la calle Galindo n.º 1 y calle Emilio Castelar n.º 4 [075] (García-Dils 2015: 156, 249-250).

Lamentablemente, tal como se puede apreciar en (Figura 2), la mitad oriental del foro es la más desconocida arqueológicamente, por lo que poco se puede añadir que pudiera arrojar luz sobre esta edificación, más allá de señalar que se encontraba justo enfrente del posible templo de la calle Galindo, del que se tratará en el siguiente apartado.

Por su parte, la interpretación más verosímil de la zapata de cimentación de sillares localizada en la calle Garcilópez n.º 10 [070] (García-Dils 2015: 242-243), como ya se ha apuntado, sería funcionar como sustentación de algún tipo de estructura de cubrición asociada al *kardo* 7 (García-Dils 2015: 122-123). Contando como paralelo más evidente con las *porticus* de acceso al *témenos* por su ángulo noroccidental, de las que únicamente quedaron las cimentaciones de los pilares, se puede proponer la existencia de un corredor porticado que diera entrada a los espacios forenses orientales desde el noreste.

4. Los espacios forenses occidentales

Como ya se adelantó *supra*, fue en 2003 cuando se propuso por primera vez la prolongación de los espacios forenses al oeste del *kardo maximus*, incluyendo la presunción de la existencia de un templo sobre podio en el entorno (García-Dils *et al.* 2005: 69-70), hipótesis que posteriores intervenciones arqueológicas han venido a confirmar. En este caso, la cuestión ha sido examinada con detalle en una publicación específica (Buzón 2009), por lo que la evidencia arqueológica disponible será examinada de forma somera, para contextualizar las estructuras documentadas y extraer las conclusiones pertinentes.

A partir de la información anterior, se pueden diferenciar en las áreas forenses occidentales las estructuras y espacios públicos que se relacionan en los apartados que siguen, tal como se han representado en la hipótesis general plasmada en (Figura 2).

4.1. El templo sobre podio de la calle Galindo

Como se indicó al principio de este apartado, las estructuras aparecidas en la calle Galindo n.º 1

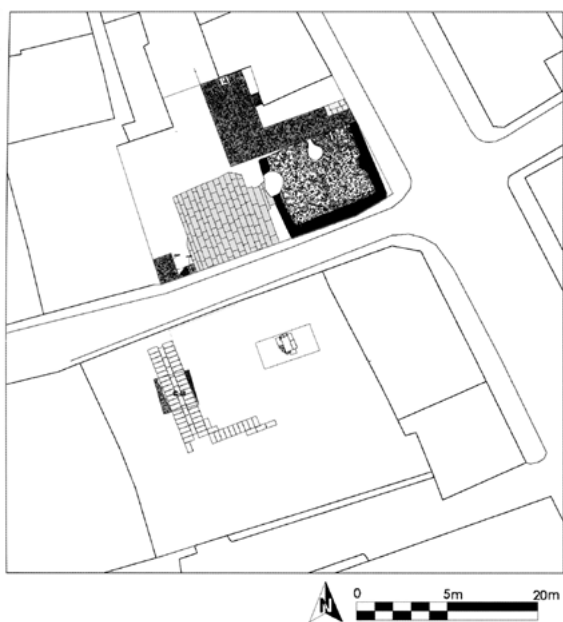


Figura 27. Planta general de las estructuras descritas (Buzón 2009: 102, Fig. 36).

y calle Emilio Castelar n.º 4 [075] (García-Dils 2015: 249-250) han sido estudiada en detalle, relacionando los pocos datos aportados por las intervenciones arqueológicas realizadas con una serie de testimonios orales y fotográficos (Buzón 2009). El estudio de esta información, ha permitido reconocer aquí, en primer lugar, la denominada Estructura A, reconocible en el perfil septentrional del solar después de finalizar su vaciado. Se trata de una construcción conformada por cuatro hiladas de sillares de calca-renita, instaladas sobre un basamento de *opus caementicium*, sobre la que se configuraba a su vez una estructura en rampa del mismo material. Frente a ella, se abría un espacio pavimentado presumiblemente con losas de caliza, como se pudo ver en la vecina excavación realizada en la calle Emilio Castelar n.º 5 y avenida Miguel de Cervantes n.º 8A [001] (García-Dils 2015: 250-253).

En segundo lugar, se ha definido la llamada Estructura B, integrada por los bloques de calca-renita que fueron documentados ya en la primera actuación realizada en el solar, cuyas dimensiones se estiman en 1,15 x 0,56 m, que configurarían la cimentación de un *podium* (Figura 27).

A la vista de las estructuras descubiertas en el solar, se interpreta el elemento A3 como la esca-

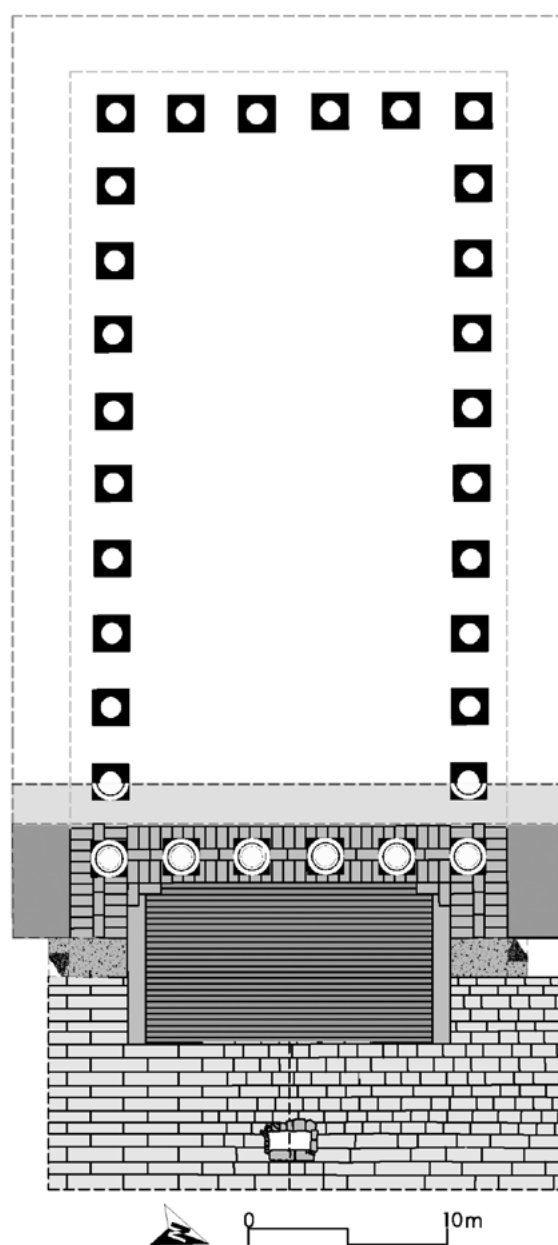


Figura 28. Propuesta de planta del templo (Buzón 2009: 109, Fig. 39).



Figura 29. Panorámica de la cuadrícula D, con el basamento [UEC-43] en primer plano (Araceli Martín).

lera de acceso a un templo sobre podio, proponiéndose que, consecuentemente, esta infraestructura estaría revestida por una serie de piezas pétreas que constituirían los escalones. Por otra parte, se sitúa el enlosado de caliza que se extendería delante del edificio a una cota de 100,78 m s.n.m., lo que resulta coherente con el foro colonial que se extendía al otro lado del *kardo* 5 – *maximus* (García-Dils 2015: 119-121).

Las dimensiones estimadas de la edificación, interpretada como un posible templo hexástilo, serían de 21,95 (N-S) x 43,80 (O-E) m. Frente al hipotético edificio de culto, se extendería una plaza pavimentada con losas de caliza en la que se situaba el *puteus*, centrado respecto a la fachada (García-Dils 2015: 156) (Figura 28).

4.2. El basamento de la calle Emilio Castelar n.º 5 y avenida Miguel de Cervantes n.º 8A [001]

Se trata de un potente basamento del que se ha preservado únicamente el núcleo de *opus caementicium* [UEC-43] (García-Dils 2015: 250-253) (Figura 29). La cimentación [UEC-159], que lo envuelve sobresaliendo en torno a 1 m, sugiere que inicialmente se encontraba revestido de sillares, que habrían sido expoliados, teniendo por tanto unas dimensiones totales de en torno a 11,87 (O-E) x 9,16 (N-S) m –unos 40 x 31 p. r.–, conservándose un alzado de 2,48 m. La estructura se hallaba enmarcada por el *kardo* 5 – *maximus* (García-Dils 2015: 119-121), al este, y el pavimento de losas calizas, al oeste y, probablemente, al sur.

4.3. Espacio abierto

En este ámbito se ha registrado la existencia de un espacio abierto, pavimentado con losas rectangulares de caliza, alineadas de norte a sur, en las dos intervenciones arqueológicas reseñadas. Se trata de un espacio cuyas dimensiones mínimas serían de 10,92 (O-E) x 21,61 (N-S) m, en el que

se encontrarían los dos pedestales epigráficos de mediados del siglo III que se reseñan en el apartado que sigue.

4.4. La evidencia epigráfica

En este sector únicamente han sido recuperadas tan solo tres inscripciones, aunque dos de ellas tienen más que sobrada entidad para ser citadas en estas líneas (Sáez *et al.* 2005). En el transcurso de la vigilancia arqueológica de movimientos de tierras realizada en la calle Galindo n.º 1 y calle Emilio Castelar n.º 4 [075] (García-Dils 2015: 249-250) apareció un pedestal de caliza oolítica dedicado por la *prouincia immunis* al emperador Volusiano. Más adelante, en la intervención ejecutada en la calle Emilio Castelar n.º 5 y avenida Miguel de Cervantes n.º 8A [001] (García-Dils 2015: 250-253) se hallaría un segundo pedestal, en el que, si bien no consta el nombre del homenajeado, vuelve a hacer acto de presencia la *prouincia immunis*. En este caso sí está claro el contexto donde apareció la pieza, volcada sobre el pavimento de losas de caliza [UEC-112] (Figura 30).



Figura 30. El segundo pedestal de la *prouincia immunis* en el contexto en que fue hallado (Buzón 2005).

Bibliografía

- ÁLVAREZ, J. M. & NOGALES, T., 2003. *Forum Coloniae Augustae Emeritae. Templo de Diana*. Mérida.
- BUZÓN, M., 2005. *Informe. Vigilancia arqueológica. Emilio Castelar nº 5*. Informe inédito depositado en la Delegación Provincial de la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía en Sevilla.
- BUZÓN, M., 2009. “El templo astigitano de la calle Galindo: análisis e interpretación de un puzzle arqueológico”. *Romula* 8, pp. 65-123.
- CARRASCO, I. & ROMERO, C., 1993. “Excavaciones arqueológicas en c/ Mármol, número 6 y c/ Mármol esquina a c/ Miguel de Cervantes de Écija. Sevilla”. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1993, vol. III, pp. 711-724.
- GARCÍA-DILS, S., 2015. *Colonia Augusta Firma Astigi. El urbanismo de la Écija romana y tardoantigua*. Sevilla.
- GARCÍA-DILS, S., 2021. “*Colonia Augusta Firma – Astigi*”. En Trinidad Nogales Basarrate (ed.). *Ciudades Romanas de Hispania. Cities of Roman Hispania*. Roma-Bristol, pp. 213-226.
- GARCÍA-DILS, S., 2023. “Gestión y difusión del patrimonio arqueológico en Écija. Evolución y perspectivas”. En: Desiderio Vaquerizo Gil, Ana Ruiz Osuna y Belén Vázquez Navajas (eds.). *Claves para la definición de un paisaje cultural. Arqueología, patrimonio, didáctica y turismo en la cuenca del Guadalquivir*. Oxford, pp. 25-36.
- GARCÍA-DILS, S. & ORDÓÑEZ, S., 2006. “*Colonia Augusta Firma*: viario y espacios forenses. Anexo: Actualización de la *Carta Arqueológica Municipal de Écija (C.A.M.E.)*”. *Astigi Vetus* 2, pp. 7-49.
- GARCÍA-DILS, S. & ORDÓÑEZ, S., 2007. “Nuevos datos para el estudio del culto imperial en la *colonia Augusta Firma* (Écija – Sevilla)”. En Trinidad Nogales y Julián González (eds.). *Actas del Congreso Internacional “Culto Imperial: política y poder”* (Mérida, 18-20 de mayo de 2006). Roma, pp. 275-298.
- GARCÍA-DILS, S. & ORDÓÑEZ, S., 2015. “Nueva inscripción edilicia de *colonia Augusta Firma Astigi* (Écija, Sevilla). Primera evidencia epigráfica de las *porticus Munatianae* y la *basilica*”. *ZPE* 194, pp. 281-289.
- GARCÍA-DILS, S. & RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., 2014. “El recinto de culto imperial de *colonia Augusta Firma Astigi* (Écija, Sevilla). Evidencia de un cerramiento metálico en el templo principal”. En José María Álvarez Martínez, Trinidad Nogales Basarrate e Isabel Rodà de Llanza (eds.). *Actas del XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica: Centro y periferia en el Mundo Clásico*. Mérida, vol. II, pp. 1635-1638.
- GARCÍA-DILS, S. et al., 2005. “Nuevas perspectivas sobre el foro de la *Colonia Augusta Firma*”. En *Actas del VII Congreso de Historia de Écija. Écija, economía y sociedad (11-13 de diciembre de 2003)*. Écija (Sevilla), vol. I, pp. 47-76.
- GARCÍA-DILS et al., 2007. “Nuevo templo augusteo en la *colonia Augusta Firma Astigi* (Écija – Sevilla)”. *Romula* 6, pp. 75-114.
- GARCÍA-DILS et al., 2011. “La conversión de una *porticus* monumental de *colonia Augusta Firma* en recinto funerario cristiano”. *Habis* 42, pp. 263-291.
- GOLVIN, J.-C., 1988. *L’amphithéâtre romain. Essai sur la théorisation de sa forme et de ses fonctions*. Paris.
- GUTIÉRREZ, M. I., 2014. “Aproximación a los materiales pétreos de la gran arquitectura de Colonia Patricia Corduba”, en Virginia García-Entero (ed.): *El marmar en Hispania. Explotación, uso y difusión en época romana*. Madrid, pp. 299-314.
- HERNÁNDEZ DÍAZ et al., 1951. *Catálogo arqueológico y artístico de la provincia de Sevilla*. Sevilla, tomo III.
- LEÓN-CASTRO, P., 2008. “Nueva Réplica de la Amazona Sciarra”. En Eugenio La Rocca, Pilar

- León-Castro Alonso y Claudio Parisi Presicce (eds.). *Le due patrie acquisite. Studi di archeologia dedicati a Walter Trillmich*. Roma, pp. 243-253.
- LÉVI-PROVENÇAL, E., 1938. *La Péninsule Ibérique au Moyen-Âge d'après le Kitāb ar-rawḍ al-Miṭār fī ḥabar al-aḫṭār d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Ḥimyarī*. Leiden.
- MARTÍN OJEDA, M., 2007. *Los nombres de las calles de Écija*. Écija.
- MERCHÁN, M. J., 2015. *Corpus Signorum Imperii Romani. España. Écija (Provincia de Sevilla. Hispania Ulterior Baetica)*. Sevilla- Tarragona.
- ORDÓÑEZ, S. & GARCÍA-DILS, S., 2013. "Evidencia de inscripciones monumentales asociadas al templo principal de *colonia Augusta Firma*". *Habis* 44, pp. 157-184.
- ORDÓÑEZ, S. & GARCÍA-DILS, S., 2016. "*Colonia Augusta Firma*. Consideraciones sobre su papel económico y político en su contexto fundacional". *RevHisto* 25, pp. 191-217.
- ORDÓÑEZ, S. *et al.*, 2018. "Placa marmórea de Écija con inscripción de una *uotorum nuncupatio*. Análisis arqueométrico". En José Beltrán Fortes, María Luisa Loza Azuaga y Esther Ontiveros Ortega (coords.). *Marmora Baeticae. Usos de materiales pétreos en la Bética romana. Estudios arqueológicos y análisis arqueométricos*. Sevilla, pp. 181-187.
- PENSABENE, P., 2006. "Mármoles y talleres en la Bética y otras áreas de la Hispania Romana". En D. Vaquerizo y J. F. Murillo (eds.). *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo. Homenaje a la profesora Pilar León Alonso*. Córdoba, vol. II, pp. 103-141.
- PIZZO, A., 2010. *Las técnicas constructivas de la arquitectura pública de Augusta Emerita. Anejos de AEspA LVI*. Mérida.
- ROA, M., 1629. *Écija, sus santos i su antigüedad eclesiástica i seglar*. Sevilla.
- RODRÍGUEZ, I., 1988. "Notas acerca del urbanismo de la *colonia Augusta Firma Astigi*". En *Actas del I Congreso sobre Historia de Écija*. Écija, pp. 101-123.
- RODRÍGUEZ, I., 1990. "Pervivencia de alineaciones de época romana en el tejido urbano actual de Écija (Sevilla)". *Archeologia Medievale* 17, pp. 613-623.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O. & GARCÍA-DILS, S., 2020. "El templo del foro de *colonia Augusta Firma* (Astigi, Écija) y su ¿excepcional? aparato decorativo". *Anas* 33, pp. 259-289.
- RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, O., *et al.*, 2018. "El uso del mármol de Almadén de la Plata (Sevilla) en los programas arquitectónicos y decorativos de los espacios públicos de *colonia Augusta Firma - Astigi* (Écija, Sevilla)". En José Beltrán Fortes, María Luisa Loza Azuaga y Esther Ontiveros Ortega (coords.). *Marmora Baeticae. Usos de materiales pétreos en la Bética romana. Estudios arqueológicos y análisis arqueométricos*. Sevilla, pp. 157-180.
- ROMO, A. S., 2003. *Intervención Arqueológica en la Plaza de España. Écija. Memoria Final. vol. 1. Memoria I*. Informe inédito depositado en la Delegación Provincial de la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía en Sevilla.
- RUIZ DE ARBULO, J., 1991. "El templo del foro de Ampurias y la evolución de los foros republicanos". *CuadArquitRom* 1, pp. 11-37.
- SÁEZ FERNÁNDEZ, P., *et al.*, 2004. *Carta Arqueológica Municipal de Écija. 1. La ciudad*. Sevilla.
- SÁEZ FERNÁNDEZ, P., *et al.*, 2005. "*Hispania Baetica, Prouincia Immunis*". *ZPE* 154, pp. 299-311.
- SAQUETE CHAMIZO, J. C., *et al.*, 2011. "Una *uotorum nuncupatio* en *colonia Augusta Firma* (Écija - Sevilla)". *ZPE* 176, pp. 281-290.
- STYLOW, A. U. & VENTURA, A., 2013. "Las inscripciones con *litterae aureae* en la *Hispania ulterior* (Baetica et Lusitania): aspectos técnicos". En *Govern i societats a la Hispania romana. Novetats epigràfiques. Tarraco Biennal, actes 1er. Congrés Internacional d'Arqueologia i Món Antic*. Tarragona, pp. 301-339.
- VENTURA, A., 1996: Ángel Ventura Villanueva. *El abastecimiento de agua a la Córdoba romana II. Acueductos, ciclo de distribución y urbanismo*. Córdoba.

Entre la Tradición Arqueológica y la Innovación Tecnológica. Avances y Perspectivas en el Estudio de la Ciudad Romana de *Arucci* (Aroche, Huelva)

Amanda López Sánchez¹

Universidad de Huelva

Javier Bermejo Meléndez²

Universidad de Huelva

Isabel Aguilar Corona³

Universidad de Huelva

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_7

RESUMEN

Desde que el grupo de Arqueología de la Universidad de Huelva, Vrbánitas. Arqueología y Patrimonio (HUM 132) comenzara sus estudios en la ciudad romana de *Arucci* (Aroche, Huelva), se han llevado a cabo múltiples labores de investigación, las cuales, desde diferentes enfoques y perspectivas, han posibilitado ampliar sustancialmente el conocimiento que sobre este enclave se posee. En esta línea, el presente trabajo ofrece los resultados de las últimas investigaciones desarrolladas en este núcleo urbano, relativas a los procesos de escaneado láser combinado con fotogrametría y de prospección geofísica con georradar realizados durante la campaña de investigaciones desarrollada en el año 2022, así como a los trabajos de excavación realizados en el marco de la campaña de 2023.

PALABRAS CLAVES

Arucci; excavación; prospección geofísica; escaneado laser, fotogrametría.

ABSTRACT

Since the archaeology group of the University of Huelva, Vrbánitas. Archaeology and Heritage (HUM 132) began its studies at the archaeological site of the Roman city of *Arucci* (Aroche, Huelva), multiple research projects have been carried out, which, from different approaches and perspectives, have made it possible to substantially expand the knowledge we have of this space. In this line, the present work offers the results of the latest research carried out in this city, relating to

1 ORCID iD: [0000-0002-3400-8620](https://orcid.org/0000-0002-3400-8620); amanda.lopez@dhga.uhu.es

2 ORCID iD: [0000-0002-1905-8398](https://orcid.org/0000-0002-1905-8398); javier.bermejo@dhis1.uhu.es; Autor de correspondencia.

3 ORCID iD: [0000-0003-2082-1300](https://orcid.org/0000-0003-2082-1300) ; isabel.aguilar@dhga.uhu.es

the processes of laser scanning combined with photogrammetry and geophysical prospecting with georadar carried out during the research campaign carried out in 2022, as well as the excavation work carried out in the framework of the 2023 campaign.

KEYWORDS

Arucci; excavation; geophysical survey; laser scanning; photogrammetry.

1. Introducción

La ciudad romana de *Arucci* se localiza en el término municipal de Aroche (Huelva), en el lugar conocido como yacimiento arqueológico de San Mamés, delimitado al Norte por los Picos de Aroche y con el curso del río Chanza al Este (Figura 1). La fundación *ex novo* de esta ciudad tendría lugar en los últimos años del siglo I a. C. mediante un proceso de *contributio*, en el contexto de la implantación de Roma en la *Baeturia Celtica* (Campos, 2009) como respuesta a la necesidad de control y pacificación de un territorio que había participado en las reyertas contra la conquista del siglo II a. C. y posteriormente, en la confrontación civil sertoriana de la primera mitad del siglo

I a. C. y luchas entre Pompeyo y César a mediados de esta misma centuria (Campos y Bermejo, 2013). El agotamiento de su modelo municipal y urbano comenzará a vislumbrarse en las décadas finales del siglo II d. C., evidenciándose el colapso del modelo urbano y de gestión administrativo, político y religioso entre el reinado de los severos y mediados del siglo III d. C. (Bermejo, 2011).

Las excavaciones e investigaciones en el yacimiento de la ciudad de *Arucci* cuentan en su haber con una trayectoria de casi tres décadas, de las cuales destacan de manera significativa los últimos veinte años, periodo en el que el enclave ha sido objeto de sucesivas campañas de investigación, en el marco de dos proyectos generales de investigación, estando actualmente en desarrollo un tercero (2021-2026). Este



Figura 1. Mapa de localización y vistas aéreas de la ciudad de *Arucci*.

tercer marco proyectual ha permitido profundizar en el estudio del yacimiento desde perspectivas multi e interdisciplinares, poniendo de relieve la significancia histórica y arqueológica del enclave y sentando las bases de una alta investigación para el conocimiento del Suroeste peninsular en época romana.

En línea con esta idea, una de las principales aportaciones ha venido representada por el empleo de nuevas tecnologías aplicadas al patrimonio arqueológico. El avance en el desarrollo de estos métodos ha supuesto una transformación total en el procedimiento y labor habitual de la disciplina arqueológica (Berenguer, 2014; Ceraudo, Ferrari y Scardozzi, 2022). La implementación de estos métodos ha abierto la puerta a múltiples posibilidades de registro, conservación y difusión, aportando un nutrido repertorio de datos que, de forma conjunta con los obtenidos mediante los sistemas tradicionales, caso de la excavación y la prospección superficial, refuerzan el conocimiento que a día de hoy se tiene sobre este enclave (López y Bermejo, 2023).

La ciudad de *Arucci* cuenta con una amplia historia de las investigaciones dedicada a la realización de trabajos arqueológicos orientados a la aplicación de métodos no invasivos, entre los que destacan el uso de georradar, tomografía eléctrica vertical, magnetómetro de protones, escáner láser y fotogrametría. Este enfoque dedicado a las nuevas tecnologías ha generado un importante corpus bibliográfico, reflejado en monografías, artículos de revista, capítulos de libro, así como en contribuciones a congresos y reuniones científicas de diverso calado e impacto, que ponen de relieve la significación de estas técnicas en el conocimiento de este núcleo urbano (Bermejo, 2010; Corrales, Bermejo y Campos, 2018; López y Bermejo, 2023; Bermejo, López y Aguilar, e.p.). En este sentido, como veremos a continuación, en el marco de estas últimas investigaciones se ha continuado apostando por su empleo.

2. Prospección Geofísica con Georradar

Las diferentes campañas de prospección que a lo largo de las últimas dos décadas se han venido desarrollando en el enclave, han permitido comprobar el potencial arqueológico de la ciudad, al documentarse estructuras de muy diversa naturaleza distribuidas tanto por el espacio intramuros como a extramuros (Figura 2). Todas ellas, unidas a los resultados obtenidos mediante la excavación, han permitido ampliar el conocimiento que sobre el paisaje urbano aruccitano se tiene tanto de forma cuantitativa como cualitativa. La estructura urbana documentada define a esta ciudad como un enclave de servicios, un núcleo de control territorial dotado de todos los elementos necesarios para articular un conjunto de prestaciones necesarias para la población adscrita al territorio (Bermejo y Campos, 2022).



Figura 2. Entramado urbano de *Arucci* conocido a partir de las prospecciones geofísicas.

En la última campaña de prospección geofísica con georradar acometida en la ciudad, desarrollada en el año 2022 y que presentamos en este trabajo, se prospectaron 2 hectáreas, divididas en seis sectores de diferente tamaño, planteados estratégicamente por el yacimiento de acuerdo con los interrogantes aún presentes (Figura 3). Fruto del desarrollo de esta actividad ha sido posible obtener un importante conjunto de datos, caracterizados por un alto grado de detalle y resolución.

Área Norte (Sector 4)

El espacio suburbano dispuesto inmediatamente tras el recinto amurallado se muestra tanto al Sur, como al Norte, como un área de interés para el conocimiento de la historia social y económica de la ciudad.

Los datos aportados por la geofísica en el *suburbium* septentrional permiten hablar de la existencia en este espacio de un área producti-



Figura 3. Sectores prospectados en la Campaña de 2022.



Figura 4. Resultados prospección geofísica. Modelo GPR-3D e interpretación de resultados en el área Norte.

va conformada por hornos de diversa tipología, destinados a la producción de material cerámico de muy diverso tipo, tanto relacionado con la fabricación de menaje como con la producción de material constructivo. En este sentido, los resultados geofísicos obtenidos permiten confirmar la hipótesis de partida relacionada con la existencia, en este sector de la ciudad, de un complejo industrial-artesanal (Figura 4).

Área Central (Sectores 1-2-3)

La edificación doméstica de la ciudad es conocida por la existencia de tres unidades domésticas excavadas por completo, esto es, la Casa de la Columna, la Casa Norte y la Casa de Peristilo; así como por la excavación parcial de las líneas de fachada de otros tantos conjuntos de carácter doméstico-residencial (López y Bermejo, 2022).

Con el propósito de continuar las investigaciones sobre la dinámica de ocupación residen-

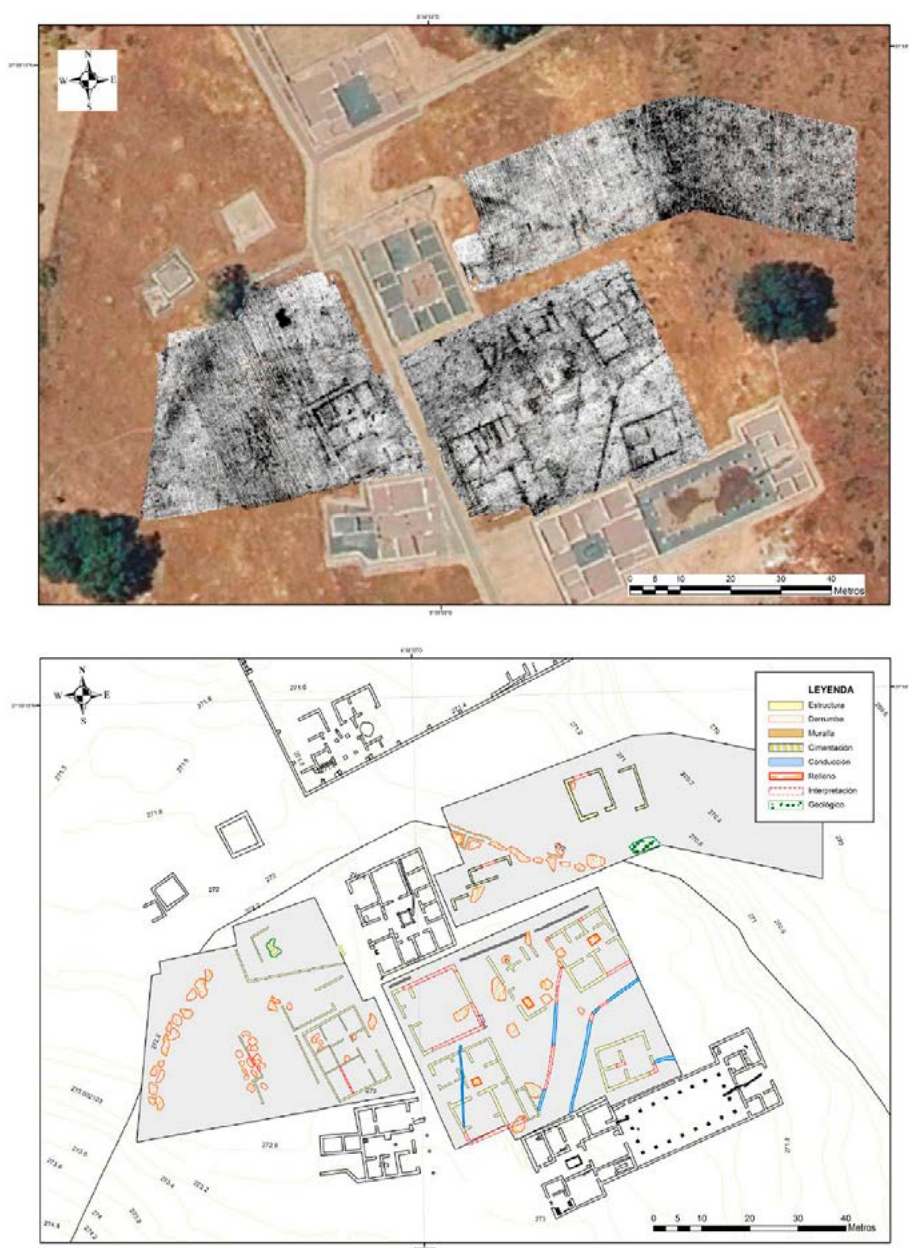


Figura 5. Resultados prospección geofísica. Modelo GPR-3D e interpretación de resultados en el área doméstico-residencial.

cial, durante esta campaña se decidió prospectar en las áreas colindantes a estas estructuras. Los resultados pusieron al descubierto la existencia de seis nuevas unidades domésticas, mayoritariamente relacionadas con viviendas de atrio con plantas similares a la Casa Norte (Gómez, Bermejo y Medina, 2010); pero también vinculadas con casas sin espacio de distribución (Cortés, 2014). Todas ellas han venido a sumarse a las unidades domésticas conocidas con anterioridad, permitiendo esbozar hipótesis diversas sobre su implantación, diseño, construcción, evolución

e inserción en el contexto social, económico, cultural y urbano (Figura 5).

Área Sur (Sectores 5-6)

La zona Sur del yacimiento se asume, igualmente, como un espacio de especial relevancia para la conformación urbana de la ciudad. En esta línea, es el espacio público-monumental el que domina la zona, siendo el foro y sobre todo las termas, los edificios que se encuentran en una posición excéntrica, prácticamente

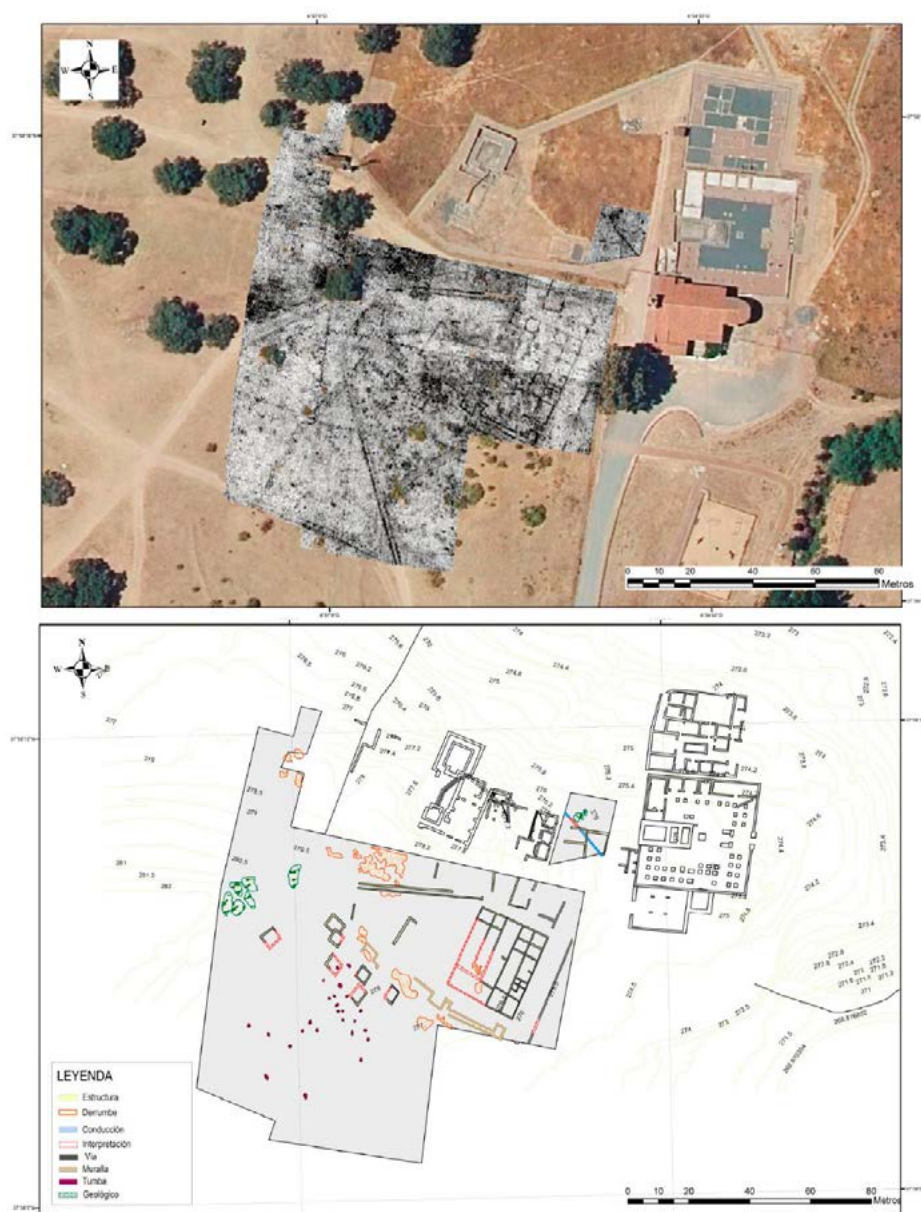


Figura 6. Resultados prospección geofísica. Modelo GPR-3D e interpretación de resultados en el área Sur.

en conexión con el lienzo Sur de la muralla (Figura 6).

En lo relacionado con el área termal, los resultados obtenidos no nos han permitido establecer con seguridad que las estructuras adyacentes formen parte del edificio. No obstante, dada la cercanía y la constatación de una posible conducción en su interior, podrían indicarnos una posible funcionalidad relacionada con los sistemas de drenaje de la ciudad.

Sin embargo, en lo relativo al edificio ubicado al Sur de la terma, los datos constatados han ofrecido una serie de resultados muy positivos que posibilitan obtener una interpretación plausible sobre el mismo. Los grupos de anomalías observables definen un edificio conformado por múltiples estancias de similares dimensiones, dispuestas de manera simétrica, y algunas otras de mayor extensión, ubicadas

en el ala central, lo que nos lleva a relacionarlo con la existencia de una posible *insula*.

De entre las *insulae* documentadas destaca la conocida como Casa de Diana de *Ostia antica* (I, III, 3-4). Aunque existen claras diferencias entre ambas unidades residenciales, podríamos extraer ciertos paralelos entre la *ínsula* ostiense y la documentada en estos trabajos de prospección (Molina, 2013). En este sentido, podríamos destacar la existencia de una estancia de reducidas dimensiones, cuyos paralelos nos llevarían a relacionarlo con el posible hueco de escaleras, pudiendo hablar, por tanto, sobre la posibilidad de que existiera, al menos, una segunda planta en el edificio aruccitano (Figura 7).

Además de la ya conocida área cementerial constatada en el espacio conformado por la desembocadura del Arroyo de la Villa, la realización de esta campaña de geofísica ha puesto al

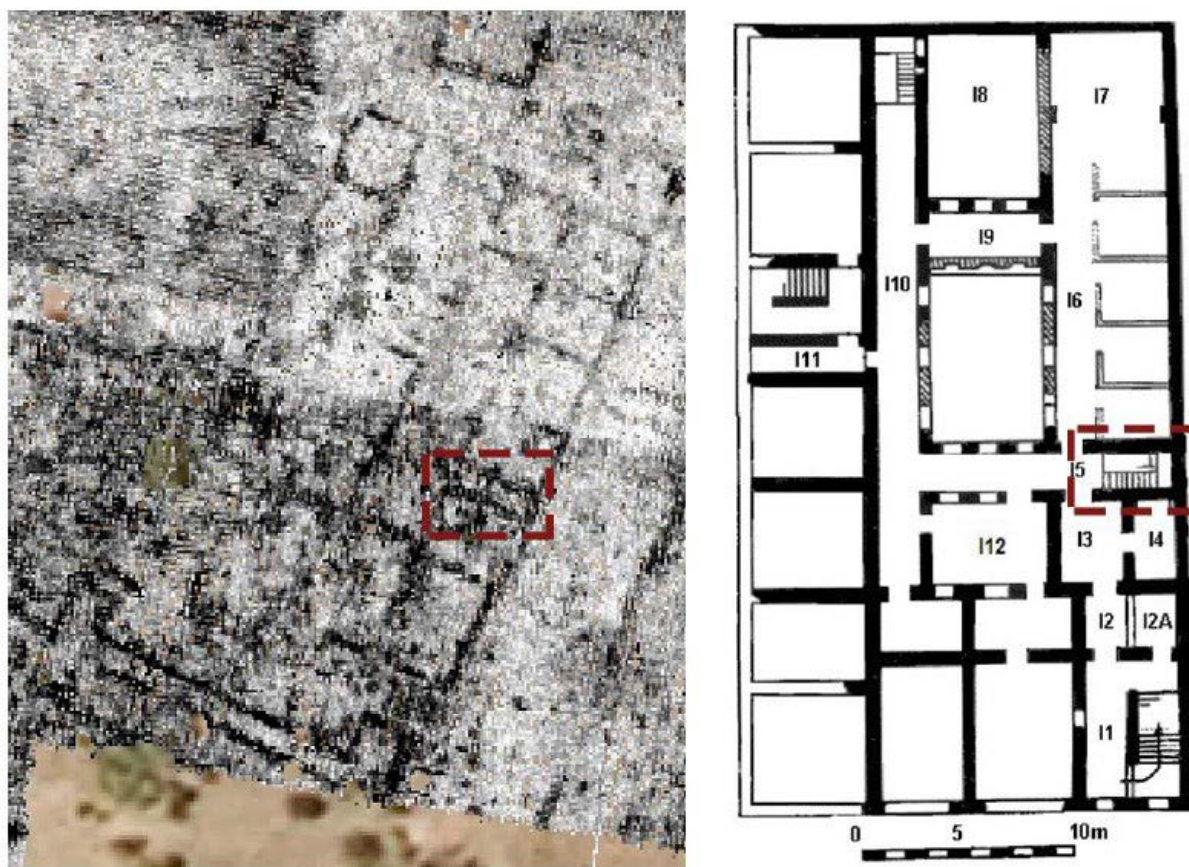


Figura 7. Modelo GPR-3D del edificio aruccitano y planta de la Casa de Diana de Ostia Antica (Molina, 2013, p. 134). En rojo, el posible hueco de la escalera.



Figura 8. Imagen comparativa de los recintos funerarios documentados en la Necrópolis Norte y los resultados obtenidos en la geofísica.

descubierto la existencia de una zona de necrópolis más al Oeste, lo que permite evaluar la existencia de sendas necrópolis a ambos lados de las vías de acceso Sur a la ciudad. Los datos aportados nos revelan interesantes pesquisas de cara a la articulación topográfica de la necrópolis meridional. En esta línea, se aprecia una sucesión de recintos funerarios que discurren en paralelo a la muralla. *De visu*, presentan las mismas características estructurales que los ya documentados en la necrópolis septentrional (Fernández y Campos, 2015). Se trata de recintos de planta cuadrangular con unas dimensiones aproximadas de 25 m², y en cuyo interior se aprecian anomalías que podrían ser interpretadas como sepulturas (Figura 8). Además, alrededor de dichas estructuras se definen una serie de sepulturas de carácter más simple, distribuidas de mayor a menor concentración en sentido Norte-Sur.

3. La Campaña de Excavación de 2023

Fueron precisamente los resultados aportados por la prospección geofísica desarrollada en el año 2022 la justificación más inmediata para el

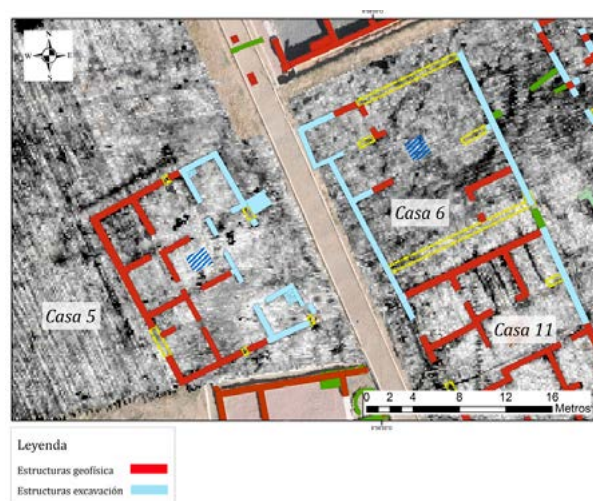


Figura 9. Modelo GPR-3D e interpretación de los resultados en el sector doméstico-viario intervenido. En rojo, datos aportados por la geofísica de 2022; en azul, estructuras exhumadas durante la Campaña 2023.

establecimiento de la campaña de excavaciones del año 2023. Tal y como mencionamos con anterioridad, fruto del desarrollo de esta actividad fue posible poner al descubierto la existencia de numerosas anomalías relacionadas con edificios de carácter doméstico-residencial, así como otras vinculadas con el posible trazado urbano existente entre los mismos. En este sentido, además de suponer un avance para el conocimiento sobre la arquitectura doméstica del enclave, esta actuación serviría para completar la visión sobre el urbanismo, sobre todo en lo relativo al tejido urbano y a su articulación.

De este modo, durante esta anualidad se definió un sector entre tres de las unidades domésticas localizadas en la prospección, esto es, las reconocidas como Casa 5 y Casa 6, de las que se pretendía reconocer las líneas de fachada Este y Oeste, respectivamente (las cuales debían encontrarse en una posición enfrentada), así como parcialmente la esquina Noroeste de la Casa 11, con el propósito de definir las fachadas de estas y las *margines* de la vía principal (Figura 9).

La excavación desarrollada ha posibilitado obtener un importante y nutrido conjunto de datos, claves para profundizar en el conocimiento tanto de la edificación privada de la ciudad, como del entramado urbano en que se inserta. A este respecto, ha sido posible poner al descubierto las líneas de fachada de las tres unidades domésticas anteriormente comentadas, así como las estructuras que conforman parte de sus compartimentaciones internas (Figura 10).



Figura 10. Ortofotografía resultante del modelo 3D realizado tras el proceso de excavación.

En esta línea podríamos destacar la particular situación que caracteriza a la habitación Noroeste de la Casa 6. En su interior fue posible documentar la existencia de un potente nivel de cal, proba-



Figura 11. Unidades documentadas en el ambiente Noroeste. Destaca UE 55, potente nivel de cal ocupando gran parte de la extensión de la estancia.

blemente relacionado con una fase posterior de la vivienda (Figura 11), en sintonía con las transformaciones que se estaban produciendo en la ciudad desde finales del siglo II e inicios del III d. C., momento en que la producción y comercialización de este material a partir del expolio de mármoles procedente de diferentes edificios se tiene bien constatada en espacios residenciales como la Casa de la Columna (Bermejo *et al.*, 2022).

De igual manera podríamos reseñar los datos obtenidos durante el proceso de excavación de la Casa 11. Fue posible documentar un pavimento de ladrillos muy bien conservado, con tendencia circular en su cara Este dada la constatación de una singular estructura. Aunque el conocimiento que tenemos sobre la misma nos es muy limitado, sus características formales (se trata de una estructura de tendencia circular conformada por material heterométrico y algunos ladrillos) podrían llevarnos a relacionarla con los restos de un posible hogar o estructura fornácea de reducidas dimensiones (Figura 12).



Figura 12. Unidades estratigráficas relacionadas con la Casa 11.

La casa consigue recrear, como ningún otro espacio u elemento urbano, el corazón de las ciudades, por lo que su análisis se presenta como una de las principales herramientas para la reconstrucción de la historia económica, política, social y cultural de la ciudad. En este sentido y a la luz de los resultados obtenidos, podrán plantearse interesantes interrogantes para avanzar en el estudio integral de la ciudad, ¿se convierten las viviendas en espacios al servicio de la ciudad en periodos de crisis?, ¿responde este almacenaje de cal a un posible interés de tipo comercial?, ¿podrán las viviendas acercarnos a las pautas económicas que debieron desarrollarse en este núcleo urbano?, ¿a qué da respuesta esta singular estructura fornácea?

Asimismo, el desarrollo de esta campaña ha supuesto un importante impulso para el reconocimiento del viario localizado entre los diferentes espacios domésticos, permitiendo identificar ciertos elementos que aportarán futuras premisas de investigación sobre la articulación de la ciudad. Concretamente, ha sido posible constatar

un potente nivel de cantos de río, al que le atribuimos la función de capa de rodadura de la calle. El hecho de encontrarlo arrasado en ciertas zonas no debería resultarnos extraño, habida cuenta de las intensas actividades de expolio que ha sufrido la ciudad desde el periodo Tardo Antiguo y hasta prácticamente nuestros días.

Junto con ello debemos tener en cuenta las constantes obras de mantenimiento y reparaciones que habrían tenido lugar en la misma. Una de las preocupaciones principales de la política de la ciudad implicaba llevar a cabo constantes labores de mejora en las vías públicas, si bien las mismas debían ser desarrolladas por los propietarios de las construcciones localizadas en sus inmediaciones pues, solo el arreglo de los tramos junto a edificios públicos era asumido por la gestión municipal (Melchor, 1992-1993). Muy probablemente este hecho explique la documentación, en una extensión mucho menor, de los restos de un nivel de lajas de pizarra, el cual a todas luces, debió de haber respondido a una reparación de la vía



Figura 13. Nivel de calle y posible reparación de la misma.

en el espacio anexo a la Casa 5, posiblemente promovida por la familia propietaria de dicha vivienda (Figura 13).

Sea como fuere no queda dudas de que nos encontramos ante una vía de cierta relevancia. Todas las casas excavadas durante esta anualidad (y también muchas de las identificadas por la geofísica) conectan de manera directa con la misma, lo que nos valdría para proponer su prolongación desde el extremo Sur, en la zona donde se localizan los espacios público-monumentales, hasta desembocar en la puerta situada en el lienzo septentrional de muralla, de manera que permitiría el acceso y salida en los límites Sur y Norte de la misma.

4. Escáner Láser y Fotogrametría

Como necesario complemento a todo lo anterior, la representación gráfica tridimensional de los diversos elementos urbanos que inte-

gran el yacimiento se ha tomado como una tarea prioritaria. Por esta razón, con el objetivo de profundizar de manera específica en el conocimiento sobre la Casa de Peristilo, una de las unidades domésticas que conforman el paisaje doméstico urbano de la ciudad, en el marco de los últimos trabajos desarrollados en el yacimiento se ha optado por plantear el desarrollo de un modelo 3D de Alta Definición sobre la misma, a partir del uso combinado de escáner láser y fotogrametría (López y Bermejo, 2023).

La Casa de Peristilo se configura como una de las viviendas más singulares de la ciudad. Construida en momentos cercanos al Cambio de Era, y localizada en la zona central de la ciudad, se concibe como la unidad doméstica de mayor superficie de las excavadas hasta el momento, con una extensión próxima a los 900 m². Su diseño en planta aparece compuesto por 18 estancias, divididas en dos cuerpos claramente diferenciados; uno primero, estructurado en torno a un atrio toscano; y un segundo, definido por la presencia de un gran

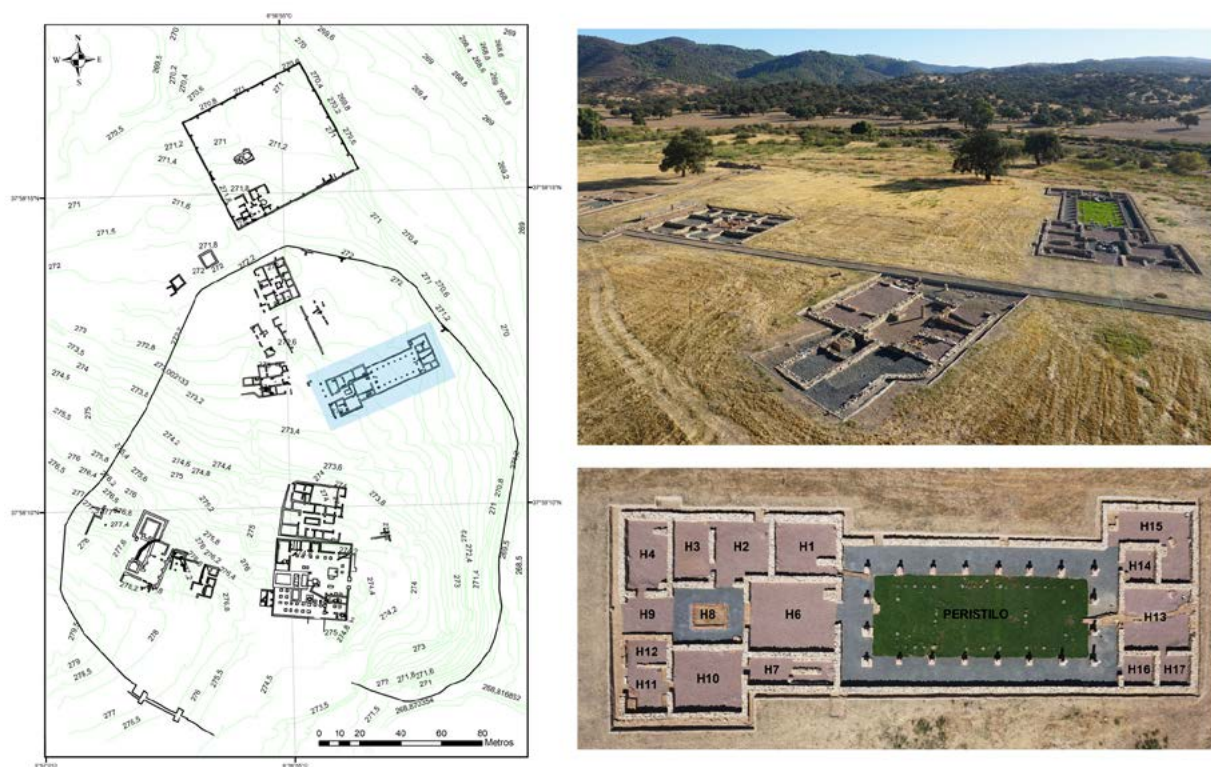


Figura 14. La Casa de Peristilo. Localización en el entramado urbano y vista aérea.

peristilo (López y Bermejo, 2022). Responde por tanto al modelo de *domus* señorial de atrio y peristilo, una vivienda aristocrática concebida por una de las grandes familias de la ciudad como escenario de representación y alarde de su posición política, social y económica (Figura 14).

El modelo digital resultante constituye un documento gráfico y geométrico en 3D de una enorme precisión sobre el que poder obtener información arqueológica y arquitectónica de diversa índole. A partir de la creación de este modelo digital tridimensional de la vivienda, hemos elaborado la planimetría completa del edificio mediante el dibujo de líneas en 2D

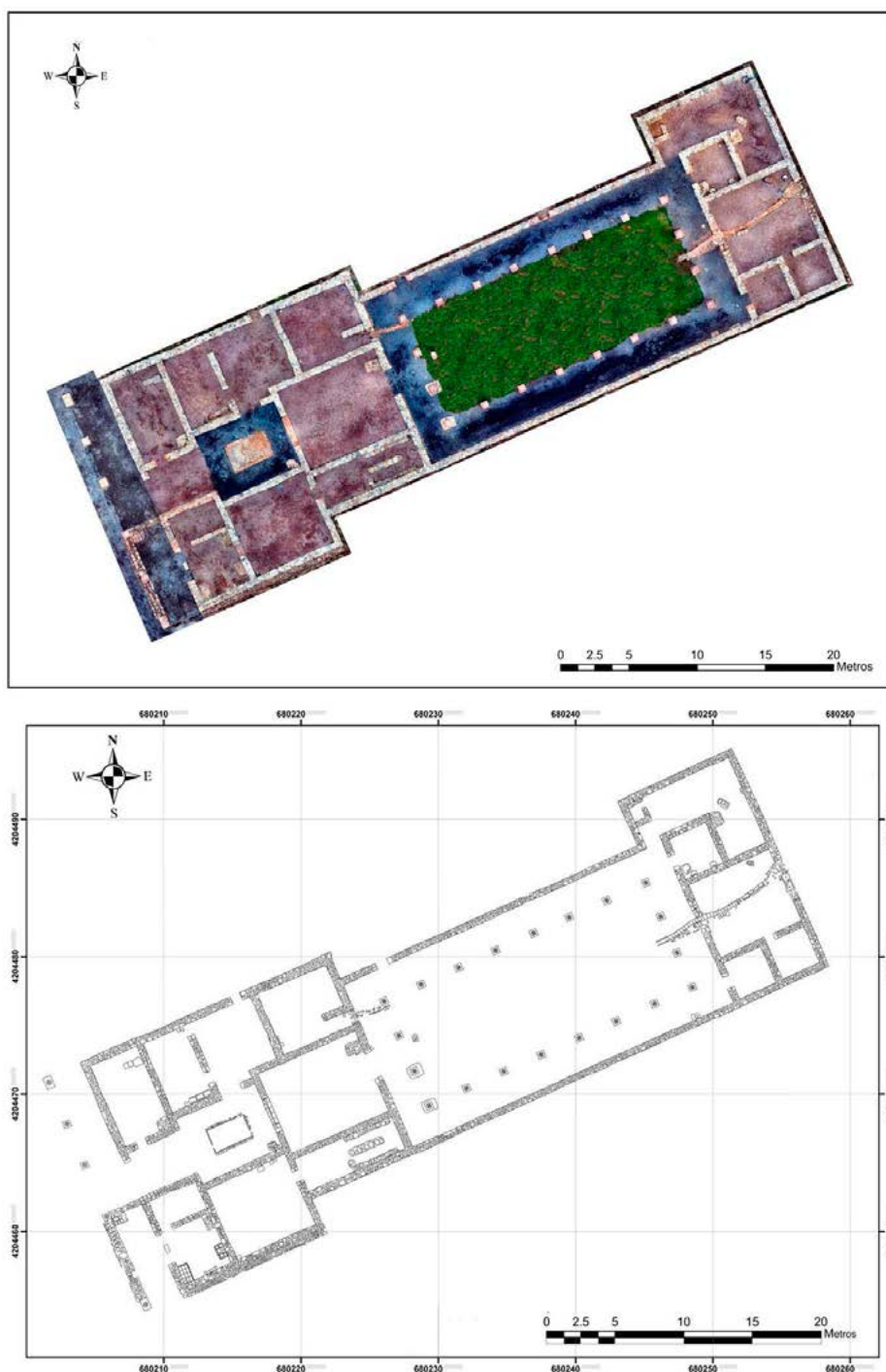


Figura 15. Ortofotografía y planimetría resultante en 2D (López y Bermejo, 2023, 8).



Figura 16. Modelo 3D y reconstrucción virtual de la Casa de Peristilo. A) Vista del exterior de la casa en su ubicación original; B) *Taberna*; C) *Atrium* (López y Bermejo, 2023, 10).

(Figura 15), consiguiendo planos con un alto grado de detalle.

Además de ser una herramienta valiosa para obtener una documentación precisa, la creación de este modelo 3D ha abierto nuevas oportunidades para la valorización y divulgación del patrimonio. La virtualización del patrimonio, en particular el arqueológico, está ganando gran popularidad, convirtiéndose en una de las formas de difusión gráfica más solicitadas. En este contexto, aunque la

mayor parte de los levantamientos se enfocan en la documentación y registro, cada vez es más común generar modelos tridimensionales para la creación de recursos virtuales (López-Menclero y Grande, 2011).

En esta línea, como uno de los múltiples resultados obtenidos a partir del desarrollo de este levantamiento tridimensional, esta investigación culminó con la creación de una reconstrucción virtual de la casa (Fig. 16). Basándose en el modelo digital 3D como fuente de infor-

mación métrica, junto con la diversa documentación arqueológica disponible sobre la vivienda, la reconstrucción se realizó mediante inferencias hipotéticas y deductivas, complementadas con comparaciones científicas con unidades domésticas similares.

5. Consideraciones Finales

Los trabajos desarrollados hasta el momento en el asentamiento de *Arucci* han permitido elaborar numerosas hipótesis acerca de su desarrollo urbanístico y monumental (entre otros, Campos, 2009; Campos y Bermejo, 2010, 2013; Gómez, Bermejo y Medina, 2010; Bermejo, 2010; 2011, 2014; Bermejo y Campos, 2011, 2013, 2022; Fernández y Campos, 2015; Corrales, Bermejo y Campos, 2016a y b; 2018; López y Bermejo, 2022; 2023; Aguilar y Bermejo, 2022; Bermejo *et al.*, 2022; Medina *et al.*, 2022). Las excavaciones que en los primeros años se habían centrado en la zona más próxima a la ermita de San Mamés, debido a las obras de restauración, se vieron ampliadas a partir de 2004, interviniéndose en nuevas áreas de la ciudad, como son las termas, algunas viviendas, las zonas de necrópolis, el recinto amurallado, el *campus* y un posible mercado. Por su parte, el foro está prácticamente exhumado, conociéndose en detalle sus fases de construcción y ocupación.

En este sentido, este tercer proyecto de investigación esta viniendo a aportar luz a los interrogantes que aún quedan por resolver. La aplicación de métodos geofísicos en Arqueología ha venido a suponer un avance significativo en el desarrollo de la disciplina, no solo por su carácter no invasivo ni destructivo para obtener información de lo que esconde el subsuelo, sino también por su capacidad para aportar datos de un enorme interés para el planteamiento de futuras investigaciones. Los resultados obtenidos en estos últimos años han permitido volver a confirmar el poten-

cial histórico que posee el sitio, al identificar y recrear con un elevado grado de precisión diversos elementos soterrados.

Tanto es así que incluso han motivado la realización de una excavación, la cual ha venido no solo a poner de manifiesto la viabilidad de estas técnicas, sino también las amplias posibilidades que ofrece este enclave. La ciudad de *Arucci* supone el único referente histórico-arqueológico de la provincia onubense que permite comprender el periodo romano y el fenómeno urbano en todas sus manifestaciones, de una manera completa y con un amplio elenco de posibilidades tanto investigadoras, como de transferencia. La excavación realizada en este pasado 2023, unida a las desarrolladas desde hace veinte años, no vienen más que a mostrar esta situación.

Y todo ello se ve implementado por el desarrollo de proyectos de digitalización. Las nuevas tecnologías y el patrimonio parecen haber formado un binomio indivisible en pro de acercar este último a una sociedad que, inmersa en la Era de la cultura visual, cada vez demanda más interacción. Así pues, además de quedar cubierta la documentación, registro y conservación del patrimonio aruccitano, también se está favoreciendo su correcta puesta en valor y difusión, viéndose así completados todos los eslabones de la conocida como cadena patrimonial. Con todo, no queda más que seguir avanzando de manera consciente en el desarrollo de estos modelos metodológicos, si bien siempre deben ser entendidos como un necesario soporte y no como un fin en sí mismos, ajenos al quehacer y metodología habitual de la disciplina arqueológica.

Bibliografía

- AGUILAR CORONA, I. y BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2022. “Nuevas aportaciones para el conocimiento de las termas de Arucci (Aroche, Huelva)”. *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, 10, pp. 193-205. DOI: <https://doi.org/10.33776/onoba.vi10.7148>
- BERENGUER SEMPERE, F., 2014. *Aplicación de técnicas geodésicas y técnicas avanzadas de captura, escáner láser y termografía, en el estudio patológico de la estructura y la cimentación en la restauración integral de la Catedral de Santa María de la Asunción de Coria*. Tesis doctoral. Universidad de Extremadura.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2010. “Anastylosis virtual del Foro de la ciudad hispanorromana de Arucci/Turobriga (Aroche, Huelva)”. *Virtual Archaeology Review*, 1 (1), pp. 73-76.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2011. “El fin del modelo urbano y municipal en Arucci Turobriga. La transformación hacia la antigüedad tardía (ss. III-VII d.C.)”. *Arqueología y Territorio Medieval*, 18, pp. 55-70.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2014. *Arucci y Turobriga, civitas et territorium. Un modelo de implantación y municipal en la Baeturia Celtica*. Huelva, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M., 2011. “Il campus di Arucci/Turobriga. Un nuovo esempio nelle provincia occidentali”. *Atlante Tematico di Topografia Antica*, 21, pp. 56-68.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M., 2013. “¿Lex Municipalis Arucitana? Una nueva interpretación para el fragmento de *lex municipalis* de Cortegana (Huelva)”. *Latomus*, 72, pp. 435-446.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M., 2022. “El urbanismo de Arucci (San Mamés, Aroche, Huelva), una ciudad para la administración y el servicio en la frontera de la Bética”. En: Mateos, P., Olcina, M., Pizzo, A. y Schattner T. G. (Eds.), *Small Towns, una realidad urbana en la Hispania romana*. Mérida, MYTRA 10, Vol. II, pp. 415-423.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J., MEDINA ROSALES, N., FERNÁNDEZ SUTILO, L., MARFIL VÁZQUEZ, F., BERMEJO MELÉNDEZ, A. CAMPOS CARRASCO, J. M. y LÓPEZ SÁNCHEZ, A., 2022. “La casa de la Columna, un espacio doméstico artesanal en la ciudad de Arucci”. En: Jiménez, J. (Ed.), *X Congreso de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Zafra, pp. 1054-1070.
- BERMEJO MELÉNDEZ, J., LÓPEZ SÁNCHEZ, A. y AGUILAR CORONA, I. (e. p.). “Técnicas digitales y no invasivas para la Investigación y la Puesta en Valor del patrimonio arqueológico: el caso de Arucci (Aroche, Huelva)”. En: Moreno, M. y Fernández, M. I. (Eds.), *Nuevas Técnicas para resolver antiguos problemas. Una década de investigaciones en Arqueología Clásica (2012-2022)*. Granada, Editorial Comares, Colección Arqueología.
- CAMPOS CARRASCO, J. M., 2009. “El urbanismo del municipio romano de Turobriga (Aroche, Huelva)”. En: Cruz-Auñón, R. y Ferrer, E. (Coords.), *Estudio de prehistoria y arqueología en homenaje a Pilar Acosta Martínez*. Sevilla, pp. 465-482.
- CAMPOS CARRASCO, J. M. y BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2010. “Arucci/Turobriga y las promociones julio-claudias en la Baeturia Celtica. A propósito de una nueva aportación epigráfica”. *Archivo Español de Arqueología*, 83, pp. 133-145.
- CAMPOS CARRASCO, J. M. y BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2013, “Arucci y Turobriga, su problemática y reducción”. *Archivo Español de Arqueología*, 86, pp. 113-130.
- CERAUDO, G., FERRARI, V. y SCARDOZZI, G., 2022. “La Città invisibili. Remote e Proximal Sensing in Archeologia: metodología

- non invasive per lo studio della città antica”. *Archeologia Aerea*, pp. 5-8.
- CORRALES ÁLVAREZ, A., BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M. (2016a). “La arquitectura doméstica urbana de las ciudades occidentales del *Conventus Hispalensis*: un ejercicio de crítica historiográfica”. *Lucentvm*, XXXV, pp. 201-216.
- CORRALES ÁLVAREZ, A., BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M. (2016b). “El *lararium* de la Casa Norte de Arucci: una nueva evidencia de culto doméstico en la *Provincia Baetica*”. *ANTIQUITAS*, 28, pp. 65-74.
- CORRALES ÁLVAREZ, A., BERMEJO MELÉNDEZ, J. y CAMPOS CARRASCO, J. M. (2018). “Aplicaciones SIG e infográficas en la Casa Norte del yacimiento arqueológico de Arucci (Aroche, Huelva)”. *Virtual Archeology Review*, 9 (18), pp. 77-86.
- CORTÉS VICENTE, A., 2014. “Clasificación tipológica de la arquitectura doméstica romana. Reflexiones a partir de las ciudades del NE peninsular”. *Pyrenae*, 45 (2), pp. 59-93.
- FERNÁNDEZ SUTILO, L. y CAMPOS CARRASCO, J. M., 2015. “La ritualidad en las necrópolis de Arucci. Particularidades del mundo funerario en el extremo occidental de la Bética”. En: Medina, N. (Ed.), *VII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Aroche, pp. 719-735.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Á., BERMEJO MELÉNDEZ, J. y MEDINA ROSALES, N., 2010. “Nuevos datos para la interpretación del urbanismo en la Ciudad Hispanorromana de Arucci/Turobriga: La Casa Norte”. *Romvla*, 9, pp. 155-176.
- LÓPEZ-MENCHERO BENDICHO, V. M. y GRANDE, A., 2011. “Hacia una Carta Internacional de Arqueología Virtual. El Borrador SEAV”. *Virtual Archaeology Review*, 2 (4), pp. 71-75.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, A. y BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2022. “La arquitectura doméstica urbana en la ciudad de Arucci (Aroche, Huelva): una aproximación a partir de la *Domus* de Peristilo”. *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, 10, pp. 139-156. DOI: <http://dx.doi.org/10.33776/onoba.v10i0.7134>
- LÓPEZ SÁNCHEZ, A. y BERMEJO MELÉNDEZ, J., 2023. “New technologies applied to the archaeological heritage of the city of Arucci (Aroche, Huelva): The experience of the Casa de Peristilo”. *Digital Applications in Archaeology and Culture Heritage*, 31, Article e.00299, DOI: <https://doi.org/10.1016/j.daach.2023.e00299>.
- MEDINA ROSALES, N., BERMEJO MELÉNDEZ, J., FERNÁNDEZ SUTILO, L., MARFIL VÁZQUEZ, F., BERMEJO MELÉNDEZ, A., CAMPOS CARRASCO, J. M. y LÓPEZ SÁNCHEZ, A., 2022. “La Casa de Peristilo de la ciudad de Arucci”. En: Jiménez, J. (Ed.), *X Congreso de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Zafra, pp. 1072-1085.
- MELCHOR GIL, E., 1992-1993. “La construcción pública en Hispania romana”. *Memorias de Historia Antigua*, 13-14, pp. 129-170.
- MOLINA VIDAL, J., 2013. “Utilitas frente a venustas: viviendas populares de la Antigua Roma”. En: Gutiérrez, S. y Grau, I. (Eds.), *De la estructura doméstica al espacio social. Lecturas arqueológicas del uso social del espacio*. Universidad de Alicante, Publicaciones Universidad de Alicante, pp. 127-140.

O *macellum* de *Mirobriga* (Santiago do Cacém, Portugal): tipologia, funcionalidades e modelos de inspiração

José Carlos Quaresma¹

CHAM – Centro de Humanidades. NOVA/FCSH - Universidade Nova de Lisboa

Raquel Guimarães²

ERAAUB/IAUB (Equip de Recerca Arqueològica i Arqueomètrica de la Universitat de Barcelona/ Institut d'Arqueologia de la Universitat de Barcelona)

Daniel Andrade³

CHAM – Centro de Humanidades. NOVA/FCSH - Universidade nova de Lisboa

Martim Lopes⁴

NOVA/FCSH – Universidade Nova de Lisboa. CHAM-Centro de Humanidades

DOI: https://doi.org/10.14195/2182-844X_11_8

RESUMO

A conversão do povoado indígena de *Mirobriga* em cidade romana, depois de uma fase incipiente tardo-republicana, está hoje crescentemente conhecida nos seus contornos construtivos do século I d.C., ao longo dos períodos tardo-júlio-cláudio e flávio, abrangendo um amplo plano que contempla os principais sectores públicos (*forum* e *balnea*), bem como várias áreas privadas. O vasto sector comercial de *Mirobriga*, nas imediações do *forum*, contempla uma grande quantidade de *tabernae* e um *macellum*.

Neste artigo, descrevemos e discutimos os principais resultados arquitectónicos de um edifício cuja tipologia se enquadra perfeitamente nessa última nomenclatura, a de *macellum*, abordando as similitudes e diferenças com muitos outros exemplares do Ocidente imperial e propondo um conjunto de três fases evolutivas para o edifício.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitectura romana imperial; *Lusitania*; *Hispania*; métrica; modelos.

1 ORCID iD: [0000-0003-3139-1975](https://orcid.org/0000-0003-3139-1975); josecarlosquaresma@gmail.com

2 ORCID iD: [0000-0002-7910-3373](https://orcid.org/0000-0002-7910-3373); ras.guimaraes95@gmail.com; Bolseira de doutoramento FCT (2020.04464BD)

3 ORCID iD: [0000-0003-4594-952X](https://orcid.org/0000-0003-4594-952X); andrade.dcp@gmail.com; Bolseiro de doutoramento FCT (155014.2023BD)

4 ORCID iD: [0000-0001-9261-7240](https://orcid.org/0000-0001-9261-7240); martimafonsorl@sapo.pt; Doutorando em Arqueologia Clássica – Universitat Rovira i Virgili ; Bolseiro de doutoramento FCT (2022.13166BD)

ABSTRACT

The conversion of the indigenous settlement of Mirobriga into a Roman town, after an incipient Late Republican phase, is now increasingly known in its 1st century AD constructive contours, which occurred throughout the late Julio-Claudian and Flavian periods, covering a wide plan that includes the main public sectors (forum and balnea), as well as various private areas. The vast commercial sector of Mirobriga, in the immediate vicinity of the forum, includes a large number of tabernae and a macellum.

In this article, we describe and discuss the main architectural results of a building whose typology fits perfectly into the latter nomenclature, that of a macellum, addressing the similarities and differences with many other examples from the imperial West and proposing a set of three evolutionary phases for the building.

KEYWORDS

Imperial Roman Architecture; Lusitania; Hispania; metrics; models.

Introdução

Iniciado em 2016 e com coordenação científica do primeiro signatário, o Projecto *TabMir*, acrónimo de “As áreas comerciais de *Mirobriga* (Chãos Salgados, Santiago do Cacém): evolução urbanística e ceramológica de uma cidade em época romana e visigótica (séculos I-VI d.C.)”, visa a escavação de parte da extensa área comercial pública da cidade romana, a par de uma análise global do sítio, do ponto de vista ceramológico e urbanístico. Para além do apoio institucional da tutela enquadrante do sítio arqueológico (Património Cultural, I. P.), o projecto possui o apoio da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e do seu Museu Municipal, bem como o acolhimento científico do CHAM-Centro de Humanidades, no seio da NOVA/FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa).

Este é o primeiro artigo de apresentação dos resultados da escavação do edifício R que classificamos como *macellum*, cujas campanhas tiveram início no ano de 2017, após um primeiro diagnóstico do sector, nos anos de 1960, por Fernando de Almeida (Almeida, 1964). Para além de constituir o primeiro *macellum* de planta seguramente clas-

sificável e reconstituível, em território da *provincia* da *Lusitania*, a sua escavação vem fortalecer o conhecimento crono-estratigráfico que estamos a construir, paulatinamente, neste projecto, para o conjunto comercial público da *civitas*, englobando-o, hipoteticamente, no programa flávio que inclui, seguramente, as *tabernae* 1 e 2, situadas na mesma via, em posição frontal ao *macellum* (Quaresma *et Al.*, 2020; Quaresma, 2022).

1. Projecto *TabMir*: interpretação do edifício R como *macellum*

1.1. Situação urbana do edifício

As diversas campanhas de escavação do Projecto *TabMir* têm vindo a incidir nas *tabernae* 1 e 2 do Edifício N (já concluídas: ver Quaresma *et Al.*, 2020; Quaresma, 2022); nas *tabernae* 11 a 13 do Edifício O (a concluir em 2025); num sector de classificação ainda complexa, tendo em vista as diversas fases constructivas que encerra (sector S) e cuja escavação irá requerer ainda várias campanhas; e, finalmente, no Edifício R, cuja classificação arquitectónica e funcional enquanto *macellum* já não levanta qualquer dúvida, tal como explanaremos nas linhas seguintes (Figura 2).

Apesar de ainda incompleta, a planta da *civitas* imperial de *Mirobriga* revela uma extensa área comercial em torno do *forum*, representada pelos edifícios N, U, O e T, na figura 2. Atente-se, por exemplo, no conjunto T, parcialmente escavado em campanhas de Fernando de Almeida, tal como o conjunto que se estenderá sobre a via II. Assim, as vinte *tabernae* já numeradas no levantamento topográfico do sítio são seguramente uma parte do conjunto que terá existido. E a este conjunto de carácter público temos de

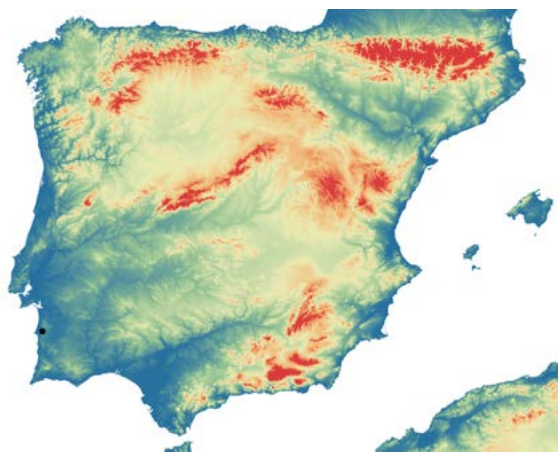


Figura 1. Localização aproximada de *Mirobriga* na Península Ibérica.

acrescentar as possíveis *tabernae* de propriedade privada, que parecem fazer parte das *domus* representadas pelos edifícios D, F e E – esta última, também nas imediações do *forum*, mas as duas primeiras na área residencial ocidental da *urbs*. Recentemente, Jorge de Alarcão propôs uma interpretação planimétrica da ala oriental do *forum* de *Mirobriga* com uma fiada de *tabernae* que teria sido posteriormente transformada num bloco com funções potencialmente votivas (Alarcão, 2017, p. 204).

Com exceção dos casos das cidades portuárias, a implantação normal de um *macellum* é concretizada nas imediações do *forum*, conjugada com um dos eixos principais da cidade, que passa tangente à praça principal. Por norma, os *macella* podem até surgir numa fase já em curso da planificação urbana da cidade, encaixando-se num espaço ainda plausível para construção pública e retirando total ou parcialmente a função comercial ao *forum* (Torrecilla Aznar, 2007, p. 614). Nesse sentido, é bastante interessante que o *forum* de *Mirobriga* possa ter tido uma fiada oriental de *tabernae* (como propõe Jorge Alarcão – Alarcão, 2017), numa primeira fase, tardo-júlio-cláudia (a ver pelas propostas crono-estratigráficas mais recentes para a praça – Teichner, 2018) que desapareceria, possivelmente em época flávia, quando temos as *tabernae* 1 e 2 a serem inauguradas (Quaresma *et Al.*, 2020; Quaresma, 2022).

A posição urbana do *macellum* de *Mirobriga* é bastante coerente, no limite da via VI, quando esta encontra a via IV, ambas cotejando o *forum*, pelo lado da *basilica* e da *curia*. Esta é a posição privilegiada para um *macellum*, que dependia da edilidade local, a qual supervisionava abastecimentos, preços, bem como pesos e medidas, cuidando assim de uma estrutura importante no seio da *Annona* municipal, tarefa atribuída aos *ediles* pela *Lex Irnitana* (Torrecilla Aznar, 2007, p. 694 e 706)⁵.

Neste sentido, propomos uma nova leitura dos eixos estruturantes do plano urbanístico da *Mirobriga* imperial. Apesar da angulação, simétrica, ambas a cerca de 45 graus, das *viae* IV e VI, propomos que a primeira cumpra a função de *cardo* (Norte-Sul) e a segunda a função de *decumanus* (Este-Oeste).

1.2. Arquitectura e diacronia

O edifício R encontra-se implantado imediatamente a Sul do *forum*, na via VI e em frente às *tabernae* 1 e 2 do Edifício N (Figura 2). A sua escavação foi iniciada nos anos 1960, por Fernando de Almeida, arqueólogo de enorme importância para a investigação de *Mirobriga*, que publica uma primeira planta do edifício, após as sondagens de diagnóstico que efectuou até aos primeiros anos da década de 1960. Essa planta (Figura 3), identificada na sua obra com o nº 8, havia estranhamente permanecido por classificar. Incompleta e excêntrica para uma provável *domus*, levou também a que o edifício tivesse passado despercebido em todos os trabalhos publicados nas décadas seguintes, com destaque para a análise de fundo realizada por Filomena Barata (Barata, 1997).

A planta em questão evidenciava de forma incompleta um edifício sub-quadrangular, com duas naves, fachada, tardoz e um corpo central exibindo um pátio de proporções anormalmente grandes, ladeado por duas fiadas simétricas de três compartimentos cada uma, mas muito mal preservada no caso na fiada oriental.

A planta de Fernando de Almeida (Figura 3) evidenciava um tardoz, plenamente visível ao público desde então (Figuras 4C e 4D), de grande envergadura, dotado de contrafortes pujantes para contenção da forte pendente da encosta em que o edifício se integra. Esta característica havia-nos já chamado a atenção, parecendo dar a entender

5 No caso lusitano, podemos, porém, referir a existência de *dispensator*, cargo annonário municipal, com o título de *dispensator Balsensium* e de nome *Speratus*, em *Balsa* (IRCP 74: Encarnação, 1984).

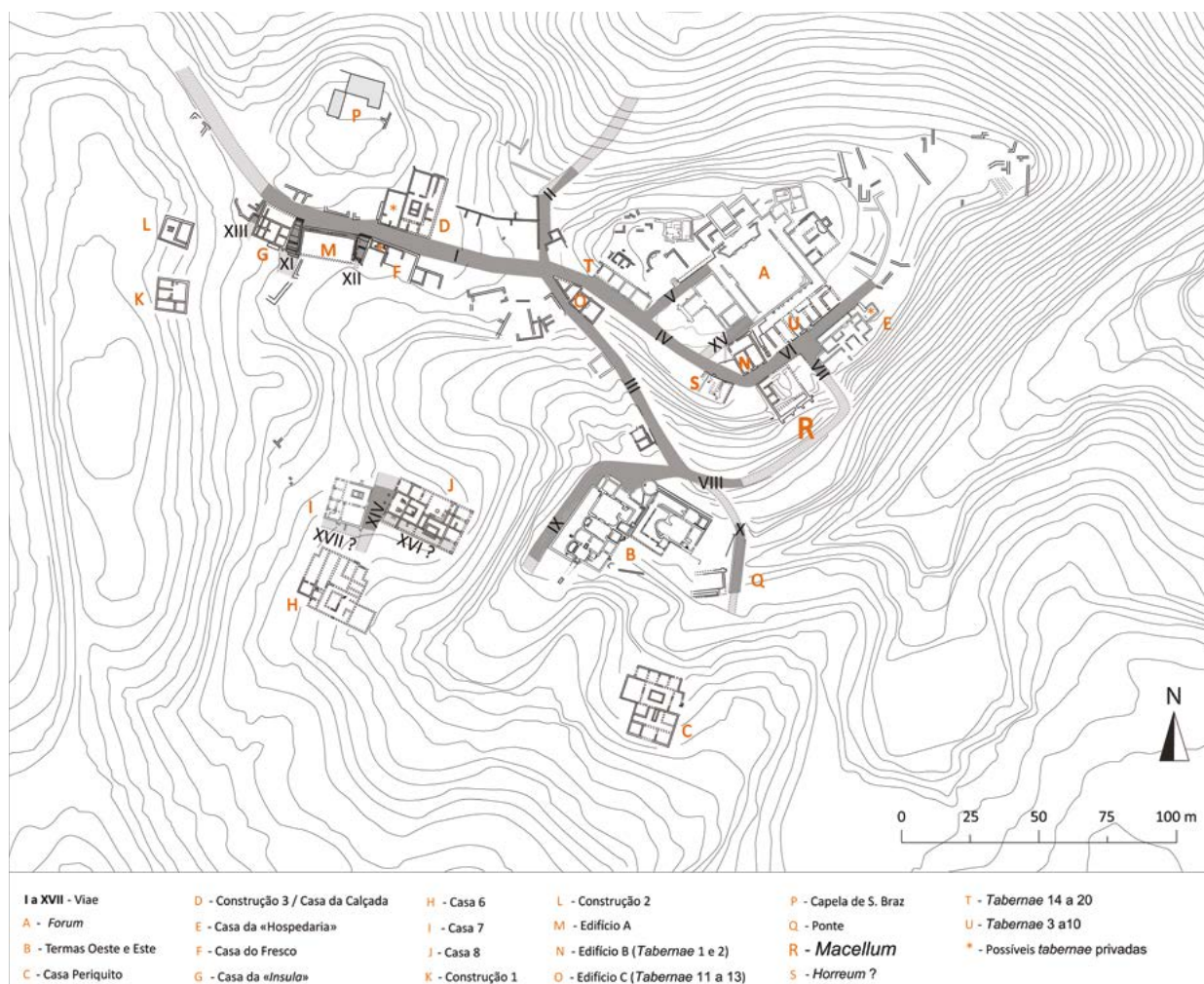


Figura 2. Projecto *TabMir* - planta de *Mirobriga* (edifício R – *Macellum*).

que não se trataria seguramente de um edifício privado de carácter habitacional, mas antes de um edifício de arquitectura pública, relacionado com os poderes municipais da *civitas*. Só assim faria sentido explicar a envergadura do tardo, assaz potente no quadro da arquitectura privada de *Mirobriga*, cujas casas exibem sempre dimensões modestas (Teichner, 2006).

Conhecendo a magnífica tese de Ana Torrecilla Aznar, publicada em 2007 (Torrecilla Aznar, 2007), tornou-se evidente a classificação como *macellum*, em 2017, do edifício R, levantado primeiramente por Fernando de Almeida. Na campanha do projecto *TabMir* desse mesmo ano demos início à remoção da vegetação intensa, acumulada sobre o sector, bem como à limpeza da superfície, para um levantamento topográfico mais pormenorizado, e à identificação dos

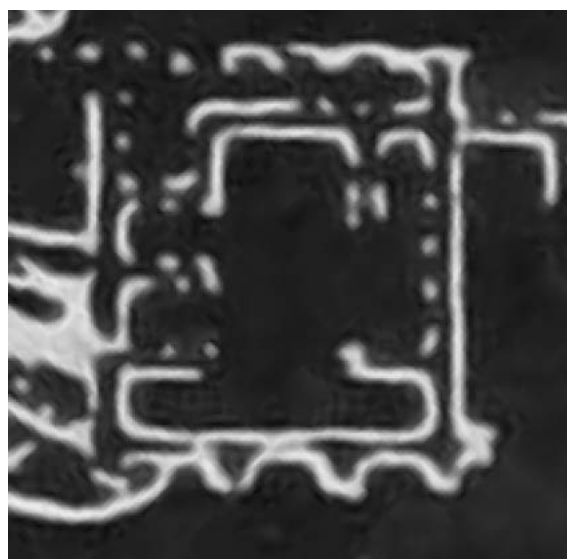


Figura 3. Planta da área escavada do *macellum* de *Mirobriga*, aquando das campanhas de Fernando de Almeida, nos anos 1960 (adaptado de Almeida, 1964, fig. 6).

elementos interfaciais provocados pela sondagem de Fernando de Almeida. Para além da limpeza do

tardoz, o trabalho incidiu sobretudo na vasta área do edifício, entre o tardoz e a fachada para a via VI. Ficou assim realçado o conjunto de valas de reconhecimento arquitectónico, típicas do método de escavação de Fernando de Almeida, após as quais costumava passar a uma escavação de área extensa. A limpeza superficial permitiu constatar que as campanhas dos anos 1960 haviam posto

a descoberto parte do muro de fachada (Figura 4A), haviam aberto uma sondagem de grandes proporções, amorfa, na área do pátio (Figura 4A), tendo até chegado a aflorar a soleira de uma das *tabernae* (Figura 4B), registada como ambiente 1 na figura 4E.

Na figura 5, podemos apreciar a planta do *macellum* após as campanhas de escavação do



Figura 4. Projecto *TabMir*. Situação do *macellum* de *Mirobriga*, em 2017, com as marcas das sondagens das campanhas de Fernando de Almeida, nos anos 1960. **A** – Vista desde a fachada para o tardoz; **B** – Vista da entrada do ambiente 1; **C** – Vista externa do tardoz (canto sudoeste); **D** – Vista externa do tardoz (canto sudeste); **E** – Foto área da área escavada, com reconstituição do pavimento em *opus signinum* (ambiente 1) e do pavimento em lajeado (ambiente 2).

TabMir, entre 2017 e 2024, que incidiram muito parcialmente no ambiente 4 (a escavação deste ambiente foi interrompida em pouco tempo, pois verificou-se que o seu avanço poderia provocar o colapso do muro que separa este ambiente do ambiente 1), nos ambientes 1 e 2 (escavados na íntegra) e em parte do ambiente 3.

O *macellum* é assim constituído por:

- um pátio central (*area*), que parece ter colapsado total ou parcialmente;
- uma fiada de três *tabernae* orientais, por escavar;
- uma fiada de três *tabernae* ocidentais (ambientes 1, 2 e 4);
- uma área vestibular de entrada (ambiente 3, parcialmente escavado);
- uma galeria junto ao tardo.

Metricamente, apresenta-se como um edifício sub-quadrangular de 17 por 12 metros de lado, constituído por um corpo principal de 14,5 por 12 metros de lado e uma área vestibular (ambiente 3) de 3 por 12 metros de lado.

Encaixado numa forte pendente que desce desde o *forum* até aos *balnea*, apresenta um desnível altimétrico de cerca de 5,5 metros, entre a cota de circulação interna e a base do tardo. Tal significa que pode ter incluído dois níveis de cave, inferiores ao espaço comercial. Para consolidar o edifício em face das enormes forças da pendente topográfica em que encaixa, a *civitas* desenhou um tardo de elevada potência, com espessura entre 1,4 e 1,5 metros, construído em *opus incertum*, como todo o edifício. Os seus contrafortes, com almofadados na face, são ainda mais potentes do que aqueles observados na *basilica* forense ou nos *balnea*, mas colocam este edifício comercial num aparente programa construtivo similar para diversos espaços públicos do século I d.C..

O investimento financeiro da *civitas* aplicado no tardo do *macellum* não foi, contudo, possível de ser continuado no restante edifício, onde a alvenaria apresenta espessuras bastantes mais reduzidas e um *opus incertum* de argamassas mais ténues. Assim, a espessura dos muros do corpo

principal é de 0,5 metros, enquanto nos muros da área vestibular (ambiente 3) é de 0,4 metros.

A área interna do ambiente 1 é de 3,35 por 2 metros = 6,7 m².

A área interna do ambiente 2 é de 2,9 por 2 metros = 5,8 m².

Tal aponta para *tabernae* em torno a 6 m², medida bastante inferior à das *tabernae* 1 e 2 do edifício N, com 33,2 m² internos cada uma.

O ambiente 2 possui piso de lajeado em pedra sedimentar, muito ligeiramente conservado nas franjas do compartimento. Os ambientes 1 e 3 possuíam piso em *opus signinum*, mal conservado no primeiro caso e muito bem conservado no segundo.

A escavação, parcial, do *macellum*, permitiu-nos elaborar uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica e evolução faseada do edifício (Figura 6).

O *macellum* é construído, no seu piso térreo, à cota de entrada do mesmo para a via VI, adjacente ao *forum*, possuindo uma *area* central (9), aparentemente não porticada, ladeada por seis *tabernae* simétricas (1, 2, 4, 5, 6 e 7). Uma galeria (8) confere simetria ao edifício, por contra-posição à área vestibular (3) adossada à fachada do corpo principal. Na planta de Fernando de Almeida (Almeida, 1964, fig. 6; ver figura 3 e figura 6, assinalado com ?), tal como actualmente de forma muito parcial, é possível observar a existência de um muro adossado a Oriente do *macellum*, na continuidade à linha de fachada e nas costas da *taberna* 5. Trata-se de uma possível *taberna* ou armazém externo ao *macellum*, do qual não sabemos a sua configuração aproximada, nem qual a relação cronológica com as fases do edifício.

Sem suporte estratigráfico para a datação das três fases de evolução do *macellum*, propomos, no entanto, o seguinte:

- Fase 1, com corpo principal constituído por seis *tabernae* e *area* central; a *taberna* 1 possui entrada para a *area*, com soleira a toda a largura; a *taberna* 2 possui entrada para o comparti-

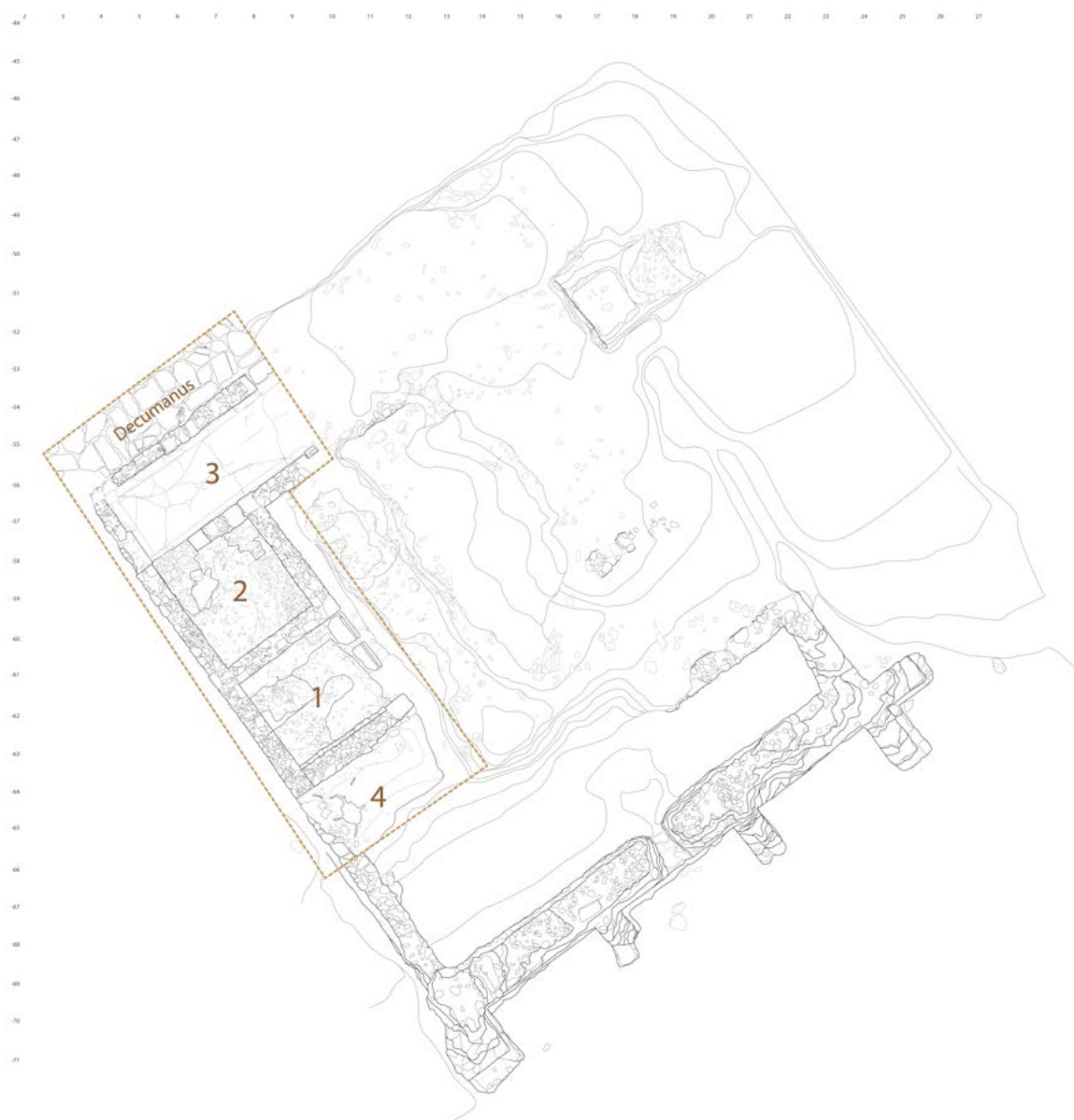


Figura 5. Planta da área escavada do *macellum* de *Mirobriga* (sondagem 2 do projecto *TabMir*. Escala métrica N-S/E-W).

Legenda: tracejado = área escavada.

mento vestibular, com soleira a toda a largura; o compartimento vestibular tem passagem para a *area* central através de uma soleira, parcialmente escavada; propomos que o compartimento vestibular seja, nesta fase, um *porticus*, para o qual não temos evidência estratigráfica, mas tão-só paralelos no mundo imperial, que explanaremos *infra*.

- Fase 2, com entaipamento parcial da entrada da *taberna* 2 para o compartimento vestibular (ambiente 3), que deixa de ser um *porticus*, para ser um *chalcidicum*, com pavimento forrado a *opus signinum* de boa qualidade e meia-cana

circundante; mantêm-se as soleiras de passagem deste compartimento vestibular para a rua e para a *area* central (ambiente 9).

- Fase 3, com entaipamento total da passagem da *taberna* 2 para o compartimento vestibular (ambiente 3), não sendo perceptível o ponto de entrada da *taberna* 2 nesta fase.

A cronologia do *macellum* de *Mirobriga* levanta ainda sérias dúvidas devido à não detecção, até ao momento, de valas de fundação que datem os seus momentos iniciais. Acresce ainda a inexistência, nos ambientes 1, 2 e 3, de níveis de circulação conserva-

dos (apesar dos pisos de circulação referidos, para os ambientes 1, 2 e 3), e a inexistência de níveis de abandono claramente classificáveis como tal. Toda a área parece sofrer fortes acções de espoliação tardo-antiga que tornam difícil o estabelecimento de cronologias de uso. Contudo, do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, o *macellum* parece inserir-se no vasto programa de urbanização tardo-júlio-cláudia e flávia de *Mirobriga*, podendo quiçá ter sido construído em época flávia, como o foram as *tabernae* 1 e 2 do edifício N – nestes dois casos, com suporte estratigráfico (Quaresma *et Al.*, 2020; Quaresma, 2022).

A cronologia de abandono que propomos neste artigo baseia-se numa elencagem das cerâmicas

e vidros datantes mais tardios que cada ambiente apresenta. Neste sentido, parece haver um corte crono-tipológico muito claro em torno do século III, embora com possível extensão ao século IV d.C., pelo menos nos seus momentos iniciais.

O ambiente 1 possui como material fino mais tardio o tipo Hayes 16 de *terra sigillata* africana A e o tipo Hayes 50A/B de *terra sigillata* africana C, pelo que não parece ultrapassar o século III d.C. (Bonifay, 2004).

O ambiente 2 possui um conjunto de exemplares de Hayes 14A, 14B, 16 e 27 de *terra sigillata* africana A, Hayes 50A de *terra sigillata* africana C e vários indivíduos de possíveis AR 98, em vidro

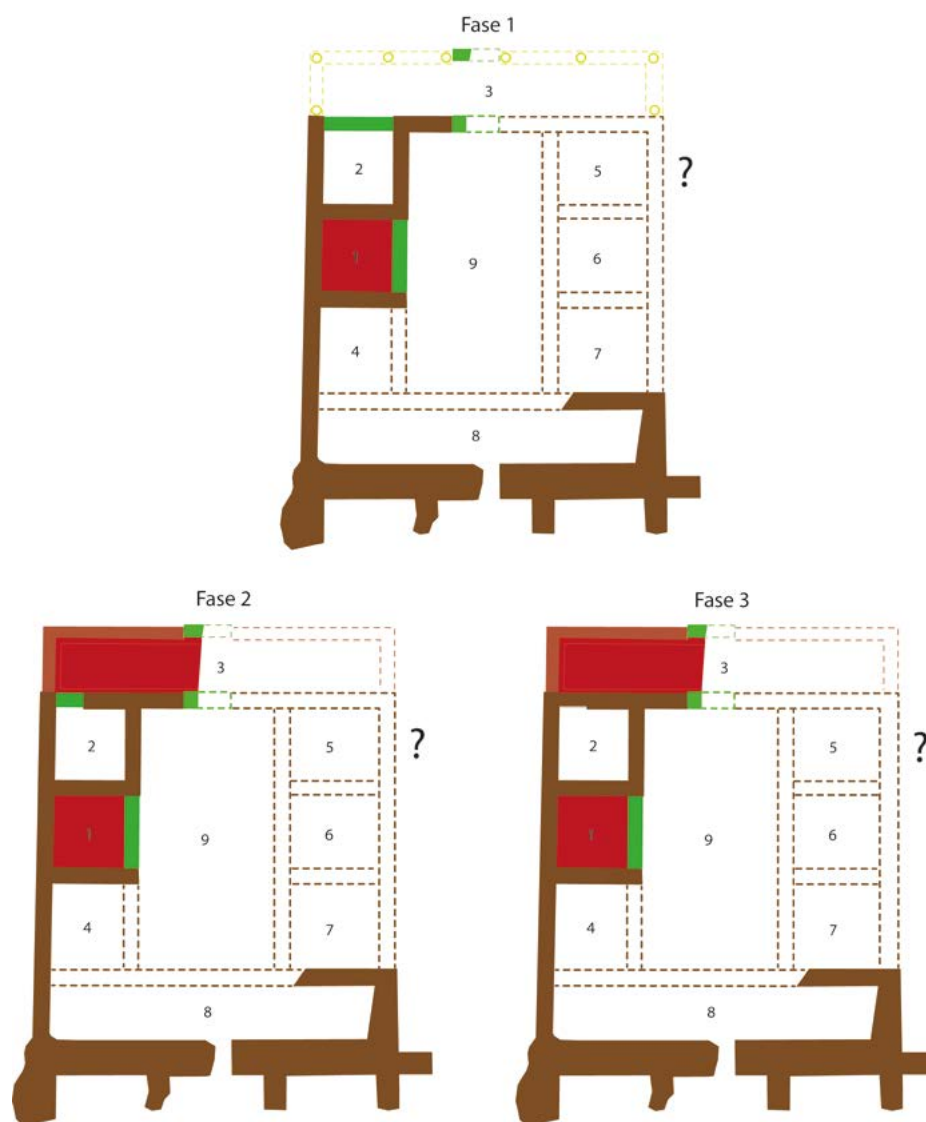


Figura 6. Proposta de faseamento arquitectónico do *macellum* de *Mirobriga* (projecto *TabMir*). Legenda: vermelho (*opus signinum*); verde (soleira); ? (localização de compartimento externo, identificado por Fernando de Almeida - ver figura 3).

incolor (Rütti, 1991). Esta forma tem cronologia centrada no século III d.C., mas pode alcançar o século IV d.C., quando surge em várias estratigrafias do vale do Ródano (Silvino *et Al.*, 2011).

O ambiente 3 possui o tipo mais tardio. Para além de exemplares de Hayes 14A, em *terra sigillata* africana A, apresenta um exemplar de Hayes 58A, em *terra sigillata* africana D1, o que poderá significar um abandono no século IV d.C. (Hayes, 1972).

A cronologia inicial que deduzimos urbanisticamente e a cronologia final que propomos ceramologicamente enquadram-se, porém, na baliza conhecida para os *macella* peninsulares e discutida por Ana Torrecilla Aznar (Torrecilla Aznar, 2007, figs. 430-431). Na *Hispania*, os casos cronológicos distribuem-se da seguinte maneira:

- Augusto (4);
- Século I d.C. (4);
- 60-100 d.C. (3);
- Flávios/Trajano e 100-150 d.C. (3);
- Final do século II d.C./ Severos (1).

A cronologia final possui uma larga maioria de casos em torno do século III d.C., existindo um único *macellum* de fundação e uso tardo-antigo, entre os séculos III e V d.C. – o de *Baelo Claudia*.

Podemos, contudo, aduzir a informação publicada, relativa aos possíveis *macella* de *Bracara Augusta* (Braga) e de *Seillium* (Tomar), cujos materiais mais tardios, na diacronia estratigráfica associada aos edifícios, pertencem ao século IV d.C. (Torrecilla Aznar, 2007, p. 416 e 68).

1.3. Tipologia, funcionalidades e modelos de inspiração

Podemos falar de três tipos de *macella* romanos, ao nível da sua planimetria, com base na posição das *tabernae*:

- tipo itálico – possui fachada definida (normalmente um *porticus*) e *tabernae* interiores e exteriores;

- tipo adaptado às cidades gregas – sem fachada definida; com *tabernae* apenas no interior;

- tipo africano – faz uma síntese dos modelos itálico e grego; possui fachada definida; possui *tabernae* apenas no interior (De Ruyt, 1983, p. 290).

O *macellum* de *Mirobriga* parece assim incluir-se no modelo africano, embora a possibilidade de o compartimento externo, adossado a Oriente (Figuras 3 e 6), ser uma *taberna* e não um armazém, possa introduzir uma influência cumulativa itálica, porém, de menor peso no conjunto arquitectónico. Aliás, a existência de *tabernae* externas não é um exclusivo itálico, podendo existir, embora raramente, a Oriente e em África (De Ruyt, 1983, p. 291).

Podemos falar de três tipos de *macella* romanos, ao nível da sua planimetria, com base na sua forma geral (Torrecilla Aznar, p. 618):

- *macella* de planta central quadrangular (ver, por exemplo, a figura 7A, B, F);

- *macella* de planta basilical ou de corredor central (ver, por exemplo, a figura 7B, D, E e a figura 8C);

- *macella* de planta central circular, hexagonal ou octogonal.

A *Hispania* é dominada pelos dois primeiros tipos, embora possam não ser exclusivos. Segundo J. Arce, o edifício octogonal da *villa* tardo-antiga de Valdetorres del Jarama, na região de Madrid, poderá ser um *macellum* rural de planta octogonal (*apud* Torrecilla Aznar, 2007, p. 606). No mesmo sentido, propomos que o edifício de planta octogonal, porém mais complexa, existente na *villa* tardo-antiga de Rabaçal, a poucas dezenas de quilómetros de *Conimbriga*, possa ter servido nessa função (Figura 9)⁶.

6 Juridicamente, a existência de *macella* rurais privados (e não de propriedade pública), são perfeitamente consentâneos com o *ius commercii* e o *ius nundinarum* que regia as estruturas comerciais, estando prevista, desde meados do século I d.C., a permissão a privados de celebração de *nundinae*, sob autorização do Imperador, sendo

O *macellum* de *Mirobriga* consiste numa planta central quadrangular, mas imperfeita, subquadrangular, com 17 por 12 m2, produzindo uma área de 204 m2 (valor ao qual pode vir a ser acrescentando um outro, muito diminuto, caso o compartimento externo, adossado ao muro oriental, venha a confirmar-se como compartimento externo do *macellum*).

Enquadra-se assim numa gama de pequenos *macella*, no quadro hispânico, onde dois *macella* possuem áreas de 1656 e 1250 m2, um caso possui 702 m2, estando a maioria dos casos numa baliza de cerca de 300-400 m2 (este valor médio subindo para 578 m2, se se calcular com os valores cumulativos dos armazéns externos), com excepção de *Valentia*-Plaza l'Almoina (289+68 m2 = corpo+armazém), *Celsa* (252 m2) e *Complutum* (182 m2) (Torrecilla Aznar, 2007, fig. 425 e p. 712).

De igual modo, os tamanhos das duas *tabernae* já cartografadas no *macellum* de *Mirobriga* (6,7 e 5,8 m2 internos) enquadram-se num patamar baixo da baliza hispânica, cujas *tabernae* de *macella* variam entre valores de $\leq 10\text{m}^2$ e $\leq 50\text{m}^2$ (Torrecilla Aznar, 2007, fig. 429). É até bem inferior à área das *tabernae* 1 e 2 do edifício N de *Mirobriga*, com 33,2 m2 cada uma (áreas internas).

Já o facto de o *macellum* mirobriguense possuir seis *tabernae* parece enquadrar-se perfeitamente no modelo normal dos *macella* quadrangula-

res hispânicos, que possuem muitas vezes este número de lojas (Torrecilla Aznar, 2007, p. 714).

Os *macella* de planta quadrangular possuem recorrentemente uma área vestibular porticada, denominada de *porticus*, cuja função principal era a de abrigar a entrada e embelezar a fachada do *macellum* (De Ruyt, 1983, p. 290). Por norma, é uma peça acoplada ao corpo principal do edifício comercial. Tal é bastante claro em diversos *macella*, cujos *portici* possuem paredes mais estreitas, ou com desvios de orientação, por comparação com o corpo principal, e larguras maiores ou menores do que a da fachada do corpo principal (Figuras 7 e 8). Em *Bulla Regia*, *Baelo Claudia* e *Cuicul*, excedem (neste último caso, apenas suavemente); em *Thamugadi* e *Saepinum*, são ligeiramente menores; em *Gightis*, *Paestum* e *Philippi*, possuem a mesma largura. *Lepcis Magna* é um caso excêntrico, com *porticus* da mesma largura da fachada, mas largo e de planta trapezoidal. Os *portici* podem estar tripartidos, quando se produz um corredor de acesso directo da colonada do *porticus* à entrada da fachada – tal é caso de *Paestum* e *Lepcis Magna*.

Os *macella* podem possuir uma área vestibular interna ao corpo principal, que toma o nome de *chalcidicum* – espaço de trabalho onde podem, por exemplo, permanecer vendedores sem *taberna*, ou seja, ambulantes, como os *ambulatorii* e os *lixae* (Torrecilla Aznar, 2007, p. 722). Este compartimento pode ser monolítico ou estar tripartido, como em *Saepinum* e *Philippi*, que

igualmente competência dos *ordines decurionum* nas províncias (*apud* Torrecilla Aznar, 2007, p. 600 e 706). A capacidade de organização de mercados rurais é reconhecida na Antiguidade Tardia, no *Codex Iustinianus*. O *ius nundinarum* seria retirado ao proprietário rural, caso este não o exercesse durante uma década (*apud* Torrecilla Aznar, 2007, p. 604 e 693).

A existência de mosaicos como pavimento da estrutura da *villa* de Rabaçal não constitui, por outro lado, qualquer contradição com uma função comercial. As preocupações de higiene faziam com que os pavimentos fossem normalmente em lajes pétreas, ou em *opus signinum*, havendo casos mais escassos de pavimentos em mosaico, em *macella* de planta circular, hexagonal ou octogonal (Torrecilla Aznar, 2007, p. 617).

A gestão dos espaços comerciais públicos de carácter urbano era feita pela *civitas*, alugando os espaços por períodos máximos de um lustro (cinco anos). Nestes casos, uma *taberna* tomava o nome jurídico de *taberna meritoria*, havendo ainda lugar ao pagamento de um *vectigal* à *civitas* pelos comerciantes (Torrecilla Aznar, 2007, p. 693). O direito imperial proibia mesmo a venda dos espaços comerciais, permitindo apenas o seu aluguer, tal como define, nos inícios do século II d.C., o *Digestus* de *Ulpianus* (*Ulpianus, Digestus*, 18.1.32: *apud* Torrecilla Aznar, 2007, p. 693).

possuem *porticus* externo e *chalcidicum* interno (Figura 8). O *macellum* de *Gigthis* possui apenas *chalcidicum* externo (Figura 7).

Por este conjunto de paralelos, propomos que o ambiente 3 do *macellum* de *Mirobriga* (Figuras 5 e 6) tenha sido, na fase 1, um *porticus*, para o qual não temos qualquer evidência arquitectónica, para além de percebermos que é uma peça anexada à fachada do edifício, possuindo paredes mais estreitas do que este e não imbricadas a este. Na fase 2, este *porticus* seria transformado em *chalcidicum* (externo), o que representaria um avanço do edifício sobre a rua, já que, o ambiente 3, de área porticada aberta, passaria a fachada principal do *macellum*. Este *chalcidicum* do *macellum* de *Mirobriga* possuía um pavimento bem elaborado de *opus signinum*, com meia-cana alta (figura 4E), havendo duas razões possíveis para tal: grandes preocupações com a higiene, mas também uma possível preocupação com a protecção do edifício contra as águas pluviais que atingiam o *macellum*, vindas da pendente do *forum/decumanus*.

Tal como dito *supra*, para além do ambiente 3 (na fase 2 e 3, enquanto *chalcidicum*), também o ambiente 1 (*taberna* 1) possuía pavimento em *opus signinum*. No ambiente 2 (*taberna* 2) a espoliação do espaço retirou quase toda a informação sobre o piso de circulação, sendo ainda visível a existência de um pavimento em lajes sedimentares (Figura 4E).

Por fim, se é verdade que as *areae* (pátios centrais sem cobertura) eram muitas vezes porticadas, tal é ainda indeterminado no caso vertente. Não podemos também afirmar, para já, que todas as *tabernae* fossem *tabernae tabulatae*, ou seja, fechadas por portas de madeira, mas tal está diagnosticado na *taberna* 1, com soleira preservada e canelura de encaixe da porta. Na *taberna* 2, a soleira foi parcialmente entaipada na fase 2 e totalmente entaipada na fase 3, não sendo visível se tem marca de encaixe, sem recorrermos à desmontagem do muro. Nesta última fase, a entrada para esta *taberna* já não se faria pelo *chalcidicum* vestibular, mas talvez através da *area* ou

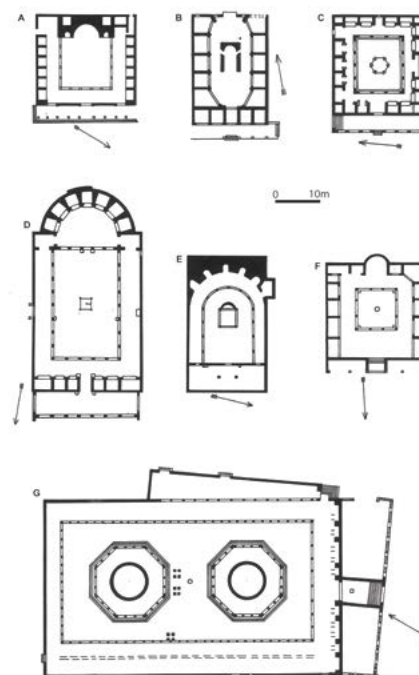


Figura 7. Principais paralelos arquitectónicos para a interpretação do *macellum* de *Mirobriga*: *macella* de planta central quadrangular ou basilical com *portici*. A – Bulla Regia; B – Baelo Claudia; C – Cuicul; D – Thamugadi 1; E – Gigthis; F – Paestum; G – Lepcis Magna (adaptado de De Ruyt, 1983).

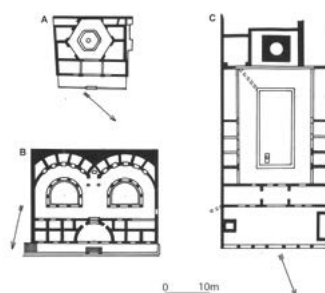


Figura 8. Principais paralelos arquitectónicos para a interpretação do *macellum* de *Mirobriga*: *macella* de planta central quadrangular ou basilical com *portici* e *chalcidica*. A – Saepinum; B – Thamugadi 2; C – Philippi (adaptado de De Ruyt, 1983).

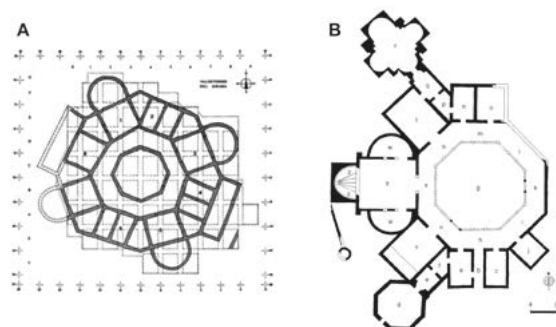


Figura 9. Possíveis *macella* de planta octogonal de *villae* peninsulares. A – Villa de Valdetorres del Jarama (segundo J. Arce – *apud* Torrecilla Aznar, 2007); B – Villa de Rabaçal (proposta dos signatários a partir de planta em Pessoa; Rodrigo, 2004).

da *taberna* 1, porém, a uma cota superior não preservada no alçado dos muros, onde não existe qualquer soleira preservada.

Notas finais

Com uma cronologia inicial possivelmente flávia e um *terminus* em torno ao século III d.C., ou, no máximo, pelos inícios do século IV d.C., o *macellum* de *Mirobriga* enquadra-se temporalmente no fenómeno hispânico de uso deste tipo de edifícios para a estruturação das actividades comerciais urbanas. De planta central quadrangular, a sua planta ajusta-se às morfologias conhecidas sobretudo no espaço norte-africano, com possível influência cumulativa itálica: *tabernae* internas, com possível *taberna* ou armazém externo.

A sua escavação implica ainda um elevado número de campanhas e seguramente a necessidade de apoios financeiros de elevada dimensão, dada a complexidade do edifício, a sua fragilidade constructiva e os problemas de sustentação colocados pela pendente muito inclinada do terreno em que se insere. Esperamos, assim, nos próximos anos, obter uma planta integral do *chalcidicum* e das *tabernae* 5, 6 e 7; porém, a escavação da *area* e da galeria, que permitiria cumulativamente a correcta percepção do alçado do edifício, depende da capacidade de empenho de várias entidades na valorização do sítio.

A identificação do *macellum* permite igualmente propormos com alguma segurança a identificação das vias IV e VI como *cardo* e *decumanus*, respectivamente, situando o edifício na confluência dos dois eixos fundamentais da planimetria da cidade. Um dos próximos objectivos das campanhas do *TabMir* será igualmente o da obtenção da cronologia estratigráfica da fundação do edifício. Para tal, tendo em vista o profundo palimpsesto que os níveis de uso do *macellum* apresentam, tencionamos vir a abrir sondagens de diagnóstico exte-

riores, nomeadamente ao longo do seu tardo. Do outro lado da questão, o conhecimento mais crítico da cronologia de abandono e a detecção de possíveis fases de ocupação visigóticas, à semelhança das que já detectámos para as *tabernae* 1 e 2 do edifício N, em torno a 500-550 d.C. (Quaresma *et Al.*, 2020; Quaresma, 2022), reque-rem igualmente um estudo aturado das cerâmicas comuns locais/regionais e seus comportamentos tecnológicos, por ordem a determinar *facies* crono-arqueométricos.

Bibliografia

- ALARCÃO, J. 2017. *A Lusitânia e a Galécia: do séc. II a.C. ao séc. VI d.C.*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, F. 1964. *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Setúbal, Junta Distrital de Setúbal.
- BARATA, M. F. 1997. *Miróbriga. Urbanismo e arquitectura*. Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 1997.
- BONIFAY, M. 2004. *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (BAR International Series, 1301).
- DE RUYT, C. 1983. *Macellum. Marché alimentaire des Romains*. Louvain-La-Neuve, Institut Supérieur d'Archéologie et d'Histoire de l'Art.
- ENCARNAÇÃO, J. d' 1984. *Inscrições romanas do conventus pacensis*. Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra/Instituto de Arqueologia.
- HAYES, J. 1972. *Late Roman Pottery*. The British School at Rome.
- PESSOA, M., RODRIGO, L. 2004. *Catálogo, espaço-museu: villa romana do Rabaçal*. Penela, Câmara Municipal de Penela.
- QUARESMA, J. C. 2022. "Taberna 2 de Mirobriga: adaptações artesanais e domésticas e evolução ceramológica, nos séculos V e VI d.C.". *AespA*, 95, e16, 30pp.
- QUARESMA, J. C., Silva, R. B., Guimarães, R., Sousa, F., Felício, C. 2020. "Taberna 1 from Mirobriga (Santiago do Cacém, Portugal): ceramic evolution of the Late Antique levels". *RCRF*, 46 (31st Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores Marketing Roman pottery: economic relationships between local and imported product. Cluj-Napoca, Romania, 23rd-30th September 2018), pp. 97-103.
- RÜTTI, B. 1991. *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Augst: Römermuseum Augst (Forschungen in Augst, Band 13).
- SILVINO, T., BONNET, CH., CÉCILLON, CH., CARRARA, S., ROBIN, L. 2011. « Les mobiliers des campagnes lyonnaises durant l'antiquité tardive : premier bilan ». In *L'Antiquité tardive dans l'Est de la Gaule, I*, (RAE, 30e suppl.), pp. 109-172.
- TEICHNER, F. 2006. Romanisierung und keltische Resistenz? Die "kleinen" Städte im Nordwesten Hispaniens". In Walde, E., Kainrath, B. (eds.), *Die selbstdarstellung der römischen Gesellschaft in den Provinzen im Spiegel der Steindenkmäler. Akten des IX. Internationalen Kolloquiums über Probleme des Provinzialrömischen Kunstschaffens*. Innsbruck. 2005. Innsbruck University Press (IKARUS, 2), pp. 335-348.
- TEICHNER, F., ed. 2018. *Mirobriga. Eine Stadt im fernen Westen des Imperium Romanum*. Marburg: Universität Marburg (Kleine Schriften aus dem Vorgeschichtlichen Seminar Marburg, 62).
- TORRECILLA AZNAR, A. 2007. *Los macella en la Hispania romana. estudio arquitectónico, funcional y simbólico*. Tesis doctoral. Madrid, Universidad Autonoma de Madrid.

